



 Fundação
Joaquim Nabuco
Editora Massangana

Volume 46
Número 2
2022

CIÊNCIA TRÓPICO



Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República

Victor Godoy Veiga
Ministro da Educação

Antônio Ricardo Accioly Campos
Presidente da Fundação Joaquim Nabuco

Mário Hélio Gomes de Lima
Diretor de Memória, Educação, Cultura e Arte (DIMECA)

Elizabeth Mattos
Coordenadora da Editora Massangana

Alexandrina Sobreira de Moura
Editora da Revista Ciência & Trópico – Diretoria de Pesquisas Sociais

Antonio Laurentino
Chefia do Setor de Editoração – Editora Massangana – Fundaj

Luis Henrique Lopes da Silva
Editor Assistente da Revista Ciência & Trópico



Volume 46
Número 2
2022

CIÊNCIA TROPICO

Conselho Editorial da Revista Ciência & Trópico

Dr. Bernd Reiter,

Universidade do Texas, Estados Unidos da América

Dra. Cecilia Mariz,

Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais (ICS),
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Dr. Denilson Bandeira Coêlho,

Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Dra. Isabel Raposo,

Diretoria de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Brasil

Dr. José Paulo Zeetano Chahad,

Universidade de São Paulo, Brasil

Dr. Marcelo Sampaio de Alencar,

Presidente do Instituto de Estudos Avançados em Comunicações – Iecom, Brasil

Dra. Maria Cecilia MacDowell Santos,

Universidade de São Francisco, Califórnia;
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal

Dra. Maria da Conceição Lopes,

Universidade de Coimbra, Portugal

Dra. Maria do Carmo de Lima Bezerra,

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasil

Dra. Marie-Jeanne dite Marion Aubrée,

Centro de Estudos Interdisciplinares de Fatos Religiosos;
Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, França

Dra. Patricia Nabuco Martuscelli,

Departamento de Relações internacionais, Universidade de Sheffield, Inglaterra

Dra. Silvina Cecilia Carrizo,

Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica (CONICET);
Conselho Europeu de Pesquisas Sociais da América Latina (CESAL);
Universidade Nacional do Centro de Buenos Aires (UNICEN – UNNOBA), Argentina

Dr. Tiago Cavalcanti, Faculdade de Economia,

Universidade de Cambridge, Inglaterra

Me. Regina Scharf, Jornalista,

Portland-Oregon, Estados Unidos da América

© 2022, Fundação Joaquim Nabuco

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução por meios eletrônicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, sem permissão por escrito da Fundação Joaquim Nabuco.

E-mail: pesquisa@fundaj.gov.br

<http://www.fundaj.gov.br>

Pede-se permuta
On demande l' échange
We ask for exchange
Pidese permuta
Si richiede lo scambio
Man bittet um Austausch
Intershangho dezirata

Revisão linguística e tradução: Luis Henrique Lopes da Silva e Solange Carlos de Carvalho

Diagramação: Setor de Editoração | Antonio Laurentino

Projeto da capa: Antonio Laurentino | Editora Massangana

Ilustração da capa: Trabalho gráfico sobre pintura a óleo (*Escravidão*, 1961) do artista plástico Luís Jardim (1901-1987) – Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

Ciência & Trópico/ Fundação Joaquim Nabuco. - Vol. 1, no.1.(1973) – Recife:

Editora Massangana, 1973 –

v.: il.

Semestral.

Textos em português, inglês, francês e espanhol.

Continuação de: Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (jan. 1952 - out. 1972).

A partir de 1980 o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais passou a ser denominado de Fundação Joaquim Nabuco.

A partir de 2012 a revista passou a contar com uma versão on-line.

ISSN 0304-2685/ ISSN Eletrônico 2526-9372.

1. Ciências Sociais. 2. Ciências Humanas 3. Interdisciplinaridade.

I. Boletim do Instituto Joaquim Nabuco. II. Periódicos FUNDAJ.

CDU 3:061.6(05)

Sumário

Alexandrina Sobreira de Moura	9-12	Nota Editorial
Arlindo Souza Neto	13-26	A Sociologia de Sigmund Freud
Thiago Barbosa Soares	27-42	Formación discursiva: una noción con dos fundadores
Bernd Reiter	43-62	Política Pública Indígena Brasileira
Priscila Balloussier de Castro Jeferson Monteiro Rosa Jonas Pereira dos Santos Douglas Alves Santos Genizia Islabão	63-86	A Importância das Marcas na Proteção Patentária: o caso Natura
Maria do Socorro Araújo Cedric John Ayres	87-104	Ética, corrupção e educação
Manuela Garcia de Oliveira Kalline Lima Lima dos Santos	105-120	As experiências escolares e culturais do Movimento de Educação de Base em Pernambuco(1961-1966)
Carmem L. Muraro Ulisses Pernambucano de Melo Neto	121-134	O Forte do Montenegro: patrimônio e memória social
Gilmar Beserra de Farias	135-160	A estrutura de sociabilidade na trajetória profissional do médico, professor e escritor Valdemar de Oliveira
Andrea Maria Calazans Pacheco Pacífico Júlia Patrícia Ferreira de Vasconcelos Granja Mayra Portela Silva Matteucci	161-178	A proteção nacional e internacional aos deslocados ambientais no município de João Pessoa (PB)

ISSN 0304-2685

ISSN eletrônico 2526-9372

Ciência & Trópico	Recife	v. 46	n. 2	p. 1-180	jul - dez	2022
-------------------	--------	-------	------	----------	-----------	------

Nota Editorial

Os artigos selecionados para esta edição da Revista Ciência & Trópico representam contribuições originais para repensar debates teóricos que marcam análises multidisciplinares e contemporâneas. A abertura remete a dois temas bastante difundidos no repertório acadêmico.

O primeiro artigo considera que Sigmund Freud desenvolveu não apenas um método terapêutico, a psicanálise, mas um corpo teórico com interesse na cultura, na origem da sociedade e na relação da coletividade com a vida psíquica individual. O autor Arlindo Neto, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), aborda heurísticamente, em *A Sociologia de Sigmund Freud*, alguns caminhos para uma análise sociológica da teoria psicanalítica de Freud, especialmente no que tange à compreensão do conceito de sociedade. As conclusões demonstram como funciona e como foi construído o sistema de enunciados da psicanálise sobre o social.

Utilizando também parâmetros teóricos, o autor Thiago Soares, da Universidade Federal de Tocantins (UFT), no artigo *Formación discursiva: una noción con dos fundadores*, discute a noção chave da Análise do discurso considerando a bifurcação epistemológica a partir dos conceitos desenvolvidos por Michel Pêcheux e Michel Foucault. O mérito do artigo consiste na incursão descritiva e analítica em obras basilares da Análise do discurso enquanto um campo teórico e prático das ciências humanas.

Na dimensão de estudos analíticos em políticas públicas, a pesquisa etnográfica realizada pelo Professor Bernd Reiter, da *Texas Tech University*, na condição de pesquisador visitante no âmbito do Programa da Fulbright com a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), contribui, de forma diferenciada, para este número da Revista. Com o artigo *Política Pública Indígena Brasileira*, o autor analisa o diferencial indígena na gestão municipal da cidade de Pesqueira em Pernambuco. A eleição para prefeito de um cacique da etnia Xukurus e o envolvimento de vários Xukurus estão no centro da análise do estudo realizado em 2022. Entre os achados principais, destaca-se que a gestão municipal Xukuru se baseia nos princípios da coletividade, horizontalidade e responsabilidade. Esse repertório político, que antes se limitava à reserva indígena, contribuiu para enriquecer a gestão do município uma vez que os Xukurus tiveram que negociar e redefinir o significado do “ser indígena” numa tentativa de serem, e parecerem, “autênticos”.

O eixo da interdisciplinaridade que permeia os temas da Revista Ciência & Trópico permite atualizar discussões em diversas áreas tecnológicas. Os autores do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), vinculado ao Ministério da Economia, ressaltam aspectos da implementação dos sistemas marcários e patentários, tanto em seus aspectos sociais quanto econômicos. A Marca e a Patente são ativos de Propriedade Industrial (PI) e são utilizados estrategicamente no mercado, de maneira a otimizar a apropriação dos lucros e recuperar os investimentos empregados. O artigo intitulado *A Importância das Marcas na Proteção Patentária: o caso Natura* identifica as principais estratégias adotadas pela empresa brasileira Natura Cosméticos

S.A. por meio de uma metodologia que analisa a evolução dos depósitos de marcas e patentes nas últimas quatro décadas. Foram verificadas progressivas mudanças de patamares de proteção de PI e um crescente investimento em inovação. As marcas e patentes tornam-se, portanto, essenciais para garantir o destaque da empresa Natura em seu segmento de atuação.

Os artigos seguintes abordam dimensões das políticas educacionais e sua relação com cidadania e cultura. A pesquisa emblemática sobre *Ética, corrupção e educação*, realizada pela Fundaj, gerou subsídios para as políticas de educação direcionadas ao aprimoramento da cidadania. A referida pesquisa questiona a ideia presente na cultura nacional, e é vista como uma marca do caráter brasileiro, de um povo inclinado a cordialidade, patrimonialismo e malandragem. Os autores Maria do Socorro Araújo, da Fundaj, e Cedric Ayres, da UFPE, então, ressaltam o fortalecimento de comportamentos comprometidos com princípios éticos que contribuem para uma convivência cidadã e a promoção da justiça social.

Na sequência, a professoras Manuela Oliveira e Kalline Santos, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), resgatam o Movimento de Educação de Base (MEB), criado por Decreto federal em 1961, a partir de convênio entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Ministério da Educação. As ações do MEB foram projetadas para atender as demandas sociais e educacionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, por meio de um ensino via escolas radiofônicas. O artigo *As experiências escolares e culturais do Movimento de Educação de Base em Pernambuco (1961-1966)* analisa fontes oficiais do Movimento, cartilhas e cartas, valendo do aporte teórico-metodológico de autores da História Cultural. A diversidade de fontes analisadas foram fundamentais para embasar denúncias do meio rural, em especial, relativas à ausência de escolas públicas.

A fim de contribuir para o alicerce do conhecimento histórico de Pernambuco, destaca-se o trabalho de Carmem Muraro e Ulisses Neto sobre *O Forte do Montenegro: patrimônio e memória social*, que identifica, na cidade de Olinda em Pernambuco, o lugar urbano e as características físicas do desaparecido Forte do Montenegro, construído em 1808. Estudos anteriores sobre este edifício militar apresentam equívocos que carecem de esclarecimentos. Nessa linha, os autores realizaram análises documentais históricas do Forte e pesquisa de campo no trecho urbano de Olinda, incluindo a opinião popular em torno do monumento, para elucidar incorreções e controvérsias registradas em outros estudos. O resultado alcançado consolida a permanência do Forte Montenegro na memória social.

A Revista Ciência & Trópico, nos primórdios, privilegiou trabalhos importantes que, à época, traziam fortes traços de personalismo. De forma inovadora e atual, as análises passaram a conciliar personalidades e seus legados para as novas gerações. O artigo *A estrutura de sociabilidade na trajetória profissional do médico, professor e escritor Valdemar de Oliveira*, de Gilmar Beserra de Farias, da UFPE, representa este ponto de inflexão acadêmico. Ao analisar a estrutura de sociabilidade do pernambucano Valdemar de Oliveira, destacou a sua atuação como médico, professor e escritor de livros didáticos. Por meio de pesquisa documental e historiográfica, estabeleceu uma narrativa a partir da perspectiva prosopográfica, que consiste em estudo documentado

da carreira profissional ou acadêmica de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. Entre sua pluralidade de feitos, Valdemar de Oliveira fortaleceu também ideais higienistas divulgados em livros didáticos fundamentais para a política educacional de sua época.

Finalizando a edição, em um ano em que as convenções internacionais de mudanças climáticas, da biodiversidade e da Agenda 2030 dominaram os compromissos globais para “não deixar ninguém para trás”, o artigo sobre deslocados ambientais traz uma pauta atual para compor a Revista. Em *A proteção nacional e internacional aos deslocados ambientais no município de João Pessoa (PB)*, as autoras Andrea Pacífico, Júlia Granja e Mayra Matteucci, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), identificam, a partir de conflitos e destruição ambiental, a necessidade de reavaliar regimes internacionais para proteger deslocados ambientais. O artigo apresenta focos de deslocamento interno de pessoas em João Pessoa, Paraíba, categorizando-os a partir das causas e consequências para o migrante, para a sociedade e para o governo. A pesquisa analisa até que ponto os deslocados internos ambientais de João Pessoa são migrantes forçados sujeitos a proteção internacional.

A construção do conhecimento expressa pela reflexão dos autores nesta edição da Revista *Ciência & Trópico* significa o compromisso de partilhar valores democráticos e difundir a cultura do diálogo e da tolerância. A missão de formar vínculos é fundamental para criar condições de “estar-juntos”. Stefan Zweig, na conferência *Unidade Espiritual do Mundo*, proferida no Rio de Janeiro, em 1936, expressou, com atualidade, esse pensamento: “Não são as línguas e as montanhas e os mares que separam as pessoas, mas seus preconceitos e sua desconfiança”.

Agradecemos aos articulistas, ao Conselho Editorial, a todos os pareceristas, aos nossos colegas da Fundação Joaquim Nabuco e colaboradores por todo o empenho para que possamos prosseguir e reinaugurar em 2023.

Alexandrina Sobreira de Moura
Editora-chefe

A Sociologia de Sigmund Freud

The Sociology of Sigmund Freud

La Sociología de Sigmund Freud

Arlindo Souza Neto¹

Resumo

NETO, A. S. A Sociologia de Sigmund Freud. *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 13-26, 2022.
DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art1](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art1)

Considerado um dos principais pensadores do século XX, Sigmund Freud desenvolveu não apenas um método terapêutico, a psicanálise, mas também um corpo teórico robusto, tendo como interesse a cultura, a origem da sociedade e a relação da coletividade com a vida psíquica individual. Como um pensador sem preconceitos disciplinares, Freud influenciou e foi influenciado por diversas disciplinas. Tendo isso em vista, este ensaio tem como principal objetivo esboçar heurística-mente alguns caminhos para uma análise sociológica da teoria psicanalítica de Freud, especialmente no que tange à sua compreensão do conceito de sociedade, como o apresenta em seus escritos e até que ponto tal conceito ainda é válido. O conjunto de sugestões esboçado neste ensaio, se realizado com sucesso, poderá demonstrar como funciona o sistema de enunciados da psicanálise sobre o social, como ele foi construído e o que ele inclui e exclui de seu horizonte. O que por si só explicitará o que neste ensaio é chamado de “teoria social freudiana”, ou, simplesmente, de a sociologia de Sigmund Freud.

Palavras-chave: Freud. Sociedade. Teoria social. Sociologia. Psicanálise.

Abstract

NETO, A. S. A Sociologia de Sigmund Freud. *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 13-26, 2022.
DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art1](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art1)

Considered one of the main thinkers of the 20th century, Sigmund Freud developed not only a therapeutic method, psychoanalysis, but also a robust theoretical body, with an interest in culture, the origin of society and the relationship of the collectivity with individual psychic life. As a thinker without disciplinary bias, Freud influenced and was influenced by many disciplines. With that in mind, this essay has as main objective to heuristically outline some paths for a sociological analysis of Freud's psychoanalytic theory, especially with regard to his understanding of the concept of society, as he presents it in his writings and to what extent this concept still exists. its valid. The set of suggestions outlined in this essay, if carried

¹ Sociólogo, Mestre e Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Realizou Pós-doutorado em Desenvolvimento Urbano pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE. Email: arlindosociologo@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8033-2504>

out successfully, will be able to demonstrate how the system of psychoanalysis statements about the social works, how it was constructed and what it includes and excludes from its horizon. Which in itself will explain what in this essay is called “Freudian social theory”, or, simply, the sociology of Sigmund Freud.

Keywords: Freud. Society. Social theory. Sociology. Psychoanalysis.

Resumen

NETO, A. S. A Sociologia de Sigmund Freud. Rev. C&Trópico, v. 46, n. 2, p. 13-26, 2022.
DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art1](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art1)

Considerado uno de los principales pensadores del siglo XX, Sigmund Freud desarrolló no solo un método terapéutico, el psicoanálisis, sino también un cuerpo teórico robusto, con interés por la cultura, el origen de la sociedad y la relación de la colectividad con la vida psíquica individual. Como pensador sin prejuicios disciplinarios, Freud influyó y fue influenciado por muchas disciplinas. Tendo isso em vista, este ensaio tem como principal objetivo esboçar heurísticamente alguns caminhos para uma análise sociológica da teoria psicanalítica de Freud, especialmente no que tange à sua compreensão do conceito de sociedade, como o apresenta em seus escritos e até que ponto tal conceito ainda es válido. El conjunto de sugerencias esbozadas en este ensayo, si se lleva a cabo con éxito, podrá demostrar cómo funciona el sistema de enunciados del psicoanálisis sobre lo social, cómo se construyó y qué incluye y excluye de su horizonte. Lo que en sí mismo explicará lo que en este ensayo se denomina “teoría social freudiana”, o, simplemente, la sociología de Sigmund Freud.

Palavras chave: Freud. Sociedad. Teoría social. Sociología. Psicoanálisis.

1. Introdução de uma ideia

Sigmund Freud pode ser considerado um dos principais pensadores do século XX. A Psicanálise, enquanto teoria e método, influenciou não apenas as ciências sociais como um todo, mas uma série de pensadores. Freud desenvolveu, em primeiro plano, uma teoria da personalidade humana de viés universalista, mas também uma “Teoria da sociedade”. As ideais esboçadas neste artigo decorrem de uma tentativa de articulação entre os conhecimentos produzidos na área das ciências sociais e a Psicanálise. Essa tentativa não é inédita, sendo proposta há algum tempo, inclusive pelo próprio Freud. O que não foi ainda realizada é a tentativa de uma sistematização de compreender o que há de sociológico em Freud. Neste artigo, buscamos justamente esboçar os caminhos que deem conta dessa compreensão.

A construção de um olhar a respeito de uma “sociologia de Sigmund Freud” se torna relevante tanto para aqueles que desejam adentrar o universo freudiano a partir de uma perspectiva analítica pouco explorada, bem como para os que possuem

interesse nas relações entre sociologia² e psicanálise³. Em sua obra, Freud argumentou que o objetivo de sua teoria não estava restrito às sessões de terapia, e que ia ao encontro de todas as manifestações do psíquico, tanto no plano individual como no coletivo⁴.

Nesse sentido, a Psicanálise se coloca como um lugar de excelência para a análise do social, sua proposta não se restringe à análise da psique individual, mas, sobretudo, às formas da psique agir no mundo, de criar instituições, normas, valores, técnicas e as inúmeras manifestações humanas, as quais, evidentemente, estão submetidas às leis sociais⁵. Em última instância, mesmo não sendo seu principal interesse, Freud teorizou *lato sensu* sobre as demandas de sua própria sociedade, utilizando a psicanálise como um meio para compreender como os sujeitos mobilizam sistemas socialmente compartilhados para legitimar suas ações, vínculos ideológicos e sociais. Em última análise, o empreendimento de Freud era assinalar as transformações do laço social e suas origens.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, em Viena, Freud viveu numa sociedade onde a efervescência social estava no centro da vida cotidiana - com suas agitações, violências e neuroses. As configurações sociais ou “as disposições e os contextos”, nos termos de Lahire (2010), influenciaram Freud, não estando imune às particularidades sociais de seu tempo, vide suas dificuldades em desenvolver uma carreira acadêmica, sua atenção para a explosão e repressão da sexualidade, para as consequências de uma moral puritana, para a histeria e, evidentemente, para a sua própria origem judaica⁶.

- 2 Com uma leitura mais detida do índice remissivo das obras de Freud, observa-se a raridade do uso do termo “sociologia”. É inegável, contudo, o interesse sociológico presente em sua teoria psicanalítica. Nesse sentido, vale então questionar como Freud entendia a sociologia em *stricto sensu*, distinguindo-a das *Sozialwissenschaften*.
- 3 A definição freudiana de Psicanálise consiste em três perspectivas: (1) Um procedimento para investigação de processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo; (2) Um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos; e, (3) Uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo destas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica. (FREUD, 1996 [1923]).
- 4 A psicanálise freudiana foi constituída, enquanto proposta de uma ciência da psique humana, por meio de fenômenos delimitados a partir da centralidade dos sonhos na vida psíquica, os atos falhos e os lapsos de linguagem (os ordinários chistes), o papel do inconsciente na determinação das escolhas individuais e coletivas, a dimensão sexual e sua relação com os desejos e pulsões, e, por fim, mas não menos importante, a família nuclear enquanto gênese do psiquismo e das patologias, em especial as neuroses.
- 5 Uma outra perspectiva relevante, refere-se ao caráter estrutural presente na análise psicanalítica. Numa análise é necessário que o psicanalista compreenda a singularidade vivida pelo analisando, contudo, para isso, é preciso considerar as estruturas que essa singularidade está inserida. Nesse sentido, Freud entendia que o laço social (e as relações que dele derivam) não pode ser negligenciado, muito menos ser tratado como uma estrutura mecânica. Em outras palavras, Freud intuía que o inconsciente pode ser de algum momento explicitado na vida social, e, portanto, sua teoria psicanalítica teria boas chances de acessar aspectos do inconsciente por essa via, aumentando sua potencialidade heurística, uma vez que, não nos esqueçamos, a teoria psicanalítica freudiana trata do funcionamento do psíquico da espécie humana, ou seja, propõe-se ser uma teoria universalista.
- 6 Lacan (2003 [1938]) observa esse aspecto da biografia de Freud, descrevendo da seguinte forma: “o sublime acaso da genialidade talvez não explique, por si só, que tenha sido em Viena - centro, na época, de um Estado que era o *melting-pot* das mais diversas formas familiares, desde as mais arcaicas até as mais evoluídas, desde os derradeiros grupos ágnatos de camponeses eslavos até as mais reduzidas formas do lar pequeno-burguês e as mais decadentes formas do casal instável, passando pelos patriarcalismos feudais e mercantis - que um filho do patriarcado judaico imaginou o complexo de Édipo.” (LACAN, 1938, p. 67).

Isso assinalado, consideramos que uma análise de uma teoria social produzida por Freud não pode deixar de lado tais contextos socioculturais. Não se trata, evidentemente, de uma “análise psicanalítica do social”, mas sim uma “análise sociológica da teoria freudiana”, tendo em vista a sua abordagem do social. De tal modo, não se trata de uma agenda de pesquisa *de* psicanálise, mas sim *sobre* o social na psicanálise freudiana.

A psicanálise ultrapassa em muito o domínio teórico, sabemos dessa característica. Apesar disso, a nossa proposição não aborda os aparatos clínicos referentes à prática psicanalítica de consultório e as consequentes relações entre analista e analisado. Entendemos que as “repercussões psíquicas” descritas por Freud, estão diretamente relacionadas a aspectos sociais, não existindo em sua obra, portanto, uma dissociação entre o psiquismo humano e a sociedade. Logo, as demandas dos analisandos de Freud, obrigaram-no a pensar o social, sua constituição e sua manifestação no aparelho psíquico humano. Em sua teoria psicanalítica, as esferas do social e do psíquico, *a priori*, não estão separadas⁷.

Dito isso, destacamos a emergência de uma investigação sociológica que dialogue tanto com a produção freudiana quanto com a produção acadêmica das ciências sociais sobre o tema aqui sugerido. Só assim, seria possível examinar como as argumentações freudianas foram pensadas, quais os contextos as influenciaram, bem como os argumentos contrários e as possíveis soluções sugeridas pelo autor na época.

Tal proposta se aproxima de uma perspectiva “disposicionista-contextualista” (LAHIRE, 2010), a qual considera que os contextos e as disposições sociais são elementos intrínsecos no desenvolvimento de qualquer indivíduo ou coletividade humana. Nesse sentido, o ambiente intelectual vivenciado por Freud, por exemplo, ganha destaque como um aspecto de relevância para o entendimento do seu conceito de sociedade e consequentemente da composição de sua teoria do social.

2. Definição de um problema ou o que há de sociológico em Freud

Em *Um Estudo Autobiográfico*, Freud diz que, a partir de 1923, seu interesse maior deixou de ser o campo da clínica e se voltou para os fenômenos socioculturais. Dos escritos sobre essa temática, *O Mal-Estar na Civilização* é o mais amplamente difundido e comentado. Porém, em *Totem e tabu*, publicado ainda em 1913, Freud já se detinha em entender como as sociedades surgiram. Embora sua análise seja psicanalítica, onde a tese “da morte do pai” é central, observamos a tentativa explícita de Freud compreender a natureza dos laços sociais e, em última instância, a manutenção da sociedade enquanto tal – vide *Psicologia das massas e análise do eu*, publicado em 1921.

⁷ A psicanálise enquanto teoria psíquica e “social” provocou uma série de mudanças na sociedade vienesa e posteriormente na Europa, EUA e América do Sul. Sua perspectiva epistemológica colocou-se em evidência por conta da figura de seu fundador. Muito já se falou sobre como a psicanálise foi incorporada pela modernidade ainda no início do século, como destaca o psicanalista Renato Mezan (2019), ao afirmar que “a psicanálise é em si mesma uma parte da cultura contemporânea, tanto no plano científico-filosófico, quanto no efeito imenso que as posições inspiradas direta ou indiretamente por Freud tiveram sobre os costumes e as ideias do século XX” (p. 31). Contudo, vale lembrar, as tintas de Freud quase sempre (senão, sempre) privilegiaram a psique individual.

É nesse sentido que na teoria freudiana o “inconsciente” aparece como uma hipótese que além de mudar a concepção e a posição do sujeito, propõe uma teoria do laço social. A partir do que Freud denominou de “conflito fundador”, é que se estabeleceu a instância coletiva do inconsciente. Como destaca Paul-Laurent Assoun em *Freud et les sciences sociales*, a partir do “conflito fundador”, “o assassinato do pai não é em si um fato social, mas, à maneira de um *big bang*, o acontecimento que condensou a ‘física’ das sociedades humanas.” (2008, p. 136). O vínculo social, no entendimento de Freud, teve sua gênese em um ato de violência e sua consequente culpa: a morte do pai originário e a culpabilidade coletiva pelo seu assassinato.

Posteriormente, em *O Mal-Estar na Civilização*, publicado 17 anos após *Totem e tabu*, Freud defende a tese de que somente a repressão das pulsões sexuais e agressivas torna possível a convivência entre as pessoas e consequentemente a preservação da sociedade e suas realizações culturais. Entretanto, essas repressões dão origem a um “mal-estar”, uma sensação negativa que acompanharia os indivíduos humanos durante suas vidas como um preço inevitável a ser pago por terem rompido com o reino da natureza, ingressando no mundo simbólico da civilização. Tal “mal-estar” se configura, segundo Freud, como um onipresente sentimento de culpa.

Na teoria freudiana, esse “mal-estar” é inconsciente, inerente à espécie humana e independente das organizações político-sociais. Por essa peculiaridade, Freud vê com ceticismo as utopias que prometem felicidade a partir de mudanças estruturais na organização social. Como, por exemplo, fez a Revolução Russa (1917), onde apregoava-se a ideia de ser possível construir um novo homem ao abolir a propriedade privada, tida como a corruptora de sua natureza originalmente boa.

É evidente que a psicanálise, reconhecida como uma força de emancipação humana, teve papel relevante nas mudanças sociais, como, por exemplo, no modernismo nos anos 20 do século XX, nos estados de bem-estar norte-americano e inglês dos anos de 1940 e 1950, bem como nas revoluções populares dos anos de 1960 e nos movimentos feministas e dos homossexuais dos anos 70 do século passado. Contudo, a psicanálise freudiana não passou ilesa às críticas, foi acusada de ser uma pseudociência antipolítica, antifeminista e homofóbica. É diante desse paradoxo que a psicanálise freudiana está presente socialmente.

Este artigo tenta jogar luz nesse tipo de paradoxo, a fim de que possa ser investigado através da compreensão dos modos de produção e o funcionamento dessa contradição, especialmente no que tange ao conceito de sociedade. Possivelmente, um exercício de análise sociológica que tome como base tais pontos, possa entender como tal conceito foi desenvolvido e como a sua construção valida ou refuta as principais hipóteses freudianas sobre a sociedade moderna. Logo, compreendê-lo também é compreender o estado do campo social da época em que escreveu e esboçou suas ideias. É necessário desenvolver um modelo de análise para articular contextos políticos, ideológicos e culturais da época, biografia intelectual, teoria psicanalítica e sociológica, a fim de chegarmos nos aparatos psicanalíticos utilizados por Freud para a compreensão do sujeito da sociedade do século XX. Desse esforço será possível entender até que ponto as interpretações freudianas são epistemologicamente sociológicas e como a categoria do “social” aparece descrita em sua obra.

Vale destacar que entendemos a teoria psicanalítica, em especial a teoria psicanalítica freudiana, diferentemente do que foi denominado de “movimento psicanalítico”, ou seja, a institucionalização dessa teoria. Em termos analíticos e teóricos são duas esferas que foram constituídas distintamente. A institucionalização da teoria psicanalítica de Freud exige outra abordagem a partir de outros questionamentos, os quais não abrangemos aqui. Nossa preocupação reside sobre o *status ontológico* do coletivo na obra de Freud. Em outras palavras, nosso interesse está em compreender a teoria geral da gênese da cultura e da civilização desse autor.

3. Um esboço de proposta teórico-metodológica de investigação

De modo geral, a obra de Freud pode ser dividida em dois momentos. O primeiro, refere-se à exposição de um aparato clínico, e o segundo, ao desenvolvimento de um arcabouço socioantropológico para o entendimento da gênese da complexidade psíquica humana. Esse último momento aparece de forma explícita em *Totem e tabu* (1913), *Psicologia das massas* (1921), *O futuro de uma ilusão* (1928) e *O mal-estar na civilização* (1930). Os argumentos freudianos esboçados nessas obras, buscaram responder de onde veio o “estado conturbado de coisas humanas”. Como argumento central, Freud defendeu em tais obras que os conflitos atuais da humanidade advêm de um conflito originário e constitutivo da humanidade, onde cada sujeito reviveria o conflito do passado antropológico, reproduzindo-o no presente a partir de uma memória filogenética.

Sobre a constituição do social, vários autores esboçaram explicações, como, por exemplo, a perspectiva clássica de Émile Durkheim em *As regras do método sociológico*, publicado em 1895, em que os fatos sociais são fenômenos que não se confundem com os fenômenos orgânicos ou psíquicos. Durkheim explica que a sociedade é constituída por uma síntese *sui generis*, constituindo novos fatos sociais. A esfera do coletivo, como a consciência coletiva, é de natureza diferente da esfera do individual, ou seja, ambas as esferas consistem em representações diferentes. Em sentido analítico, não seria incorreto argumentar que Durkheim antecipou Freud em sua *Psicologia das massas*, quando diz que o indivíduo, solitário, em geral inofensivo, pode se tornar, ou se deixar ser um agente de atrocidades quando reunido em multidão⁸.

Nessa mesma perspectiva, Peter Berger em *Perspectivas sociológicas* argumenta que a busca por uma estabilização do mundo social pertencente aos seres humanos responde a um impulso antropológico universal, variando apenas em intensidade conforme a época e os grupos sociais. Já Anthony Giddens, em *A constituição da sociedade*, recorreu a uma “psicologia do ego” para argumentar que o impulso existencial por um mundo social se deve a uma busca incessante por uma *segurança ontológica*, ou seja, por um mundo que minimamente seguro, confiável, previsível, e sobretudo inteligível. O que une as interpretações de Giddens e Berger é o anseio vital por habitar um mundo dotado de ordem e sentido inerente aos seres humanos. Assim como uma casa a proteger seus moradores da intemperes da natureza, a sociedade ergue paredes simbólicas com função de proteger e organizar a vida.

8 É o que também pensa Bernard Lahire em *L'Esprit sociologique*, reafirmando que o “social é coercitivo”.

Para sociólogos como Berger, a sociedade fornece o *script* para os seus integrantes, a fim de que desempenhem seus papéis, ou seja, que respondam com certos comportamentos às expectativas sociais tipificadas. Berger pensa então que “a sociedade existe porque as definições da maioria das pessoas para as situações mais importantes são mais ou menos as mesmas” (BERGER, 1986, p. 107). Já para sociólogos como Pierre Bourdieu, em *A Reprodução*, a sociedade é pensada como mundo social, ou seja, como sendo a realidade apreendida subjetivamente por cada sujeito, a qual implica em comportamentos específicos. Em última análise, o mundo social é a representação que se faz dele.

A concepção de sociedade para Bourdieu não abrange a noção metafísica. De modo geral, as argumentações de Bourdieu giram em torno da ideia de que as sociedades não são nada além de indivíduos conectados entre si. Igualmente a Norbert Elias, que em *O processo civilizador* recorreu à teoria das pulsões em Freud para ilustrar e desenvolver um dos seus conceitos sociológicos fundamentais: o conceito de civilização.

Essa perspectiva elisiana parte da ideia de que os humanos não são por natureza civilizados, e que para conviverem uns com os outros e consigo mesmos, precisam desenvolver uma autorregulação, a qual consiste em aprender a controlar os afetos e as pulsões⁹. Elias sustenta, com Freud, que os seres humanos, diferentemente de outros seres vivos sociais, não possuem uma regulação dos afetos e pulsões de forma natural, ou seja, o autocontrole dos afetos e pulsões não é uma disposição natural, eles dependem do aprendizado pessoal, de um modelo de civilização dado pela sociedade.

Segundo a perspectiva teórica de Norbert Elias, no que tange aos processos de civilização, há diferentes níveis de divisão e diferenciação das funções sociais, bem como grau de interdependência entre as pessoas que correspondem a estruturas psicológicas específicas. De tal modo, para Elias, não há sentido em conceber um modelo universal do psiquismo que seja válido para todas as sociedades e todos os períodos históricos. Cada estrutura social gera mudanças psicológicas e formas de controle e autocontrole, tanto na expressão das emoções, por exemplo. Elias defende, portanto, para a necessidade de desenvolver os argumentos de Freud sob uma perspectiva histórica e processual¹⁰.

Elias, com base em uma análise científica, propôs ir “além de Freud” a fim de distinguir as transformações que influenciaram o desenvolvimento da personalidade humana. Afinal, Elias era irredutível: a estrutura da personalidade proposta por Freud

9 Como bem expressou seu argumento ao afirmar que: “Embora os seres humanos não sejam civilizados por natureza, possuem por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições, uma civilização, portanto uma auto-regulação individual de impulsos do comportamento momentâneo, condicionado por afetos e pulsões, ou o desvio desses impulsos de seus fins primários para fins secundários, e eventualmente também sua reconfiguração sublimada.” (Elias, 2006, p. 21).

10 Essa perspectiva também pode ser encontrada nas interpretações de Sérgio Paulo Rouanet (2003) das teorias freudianas, ao argumentar que Freud “[...] negou a existência de uma diferença diacrônica entre os seres humanos, porque os homens de hoje se comunicam com os da idade da pedra por uma história filogenética comum. Não via diferença entre selvagens e civilizados, porque, aqueles são tão capazes de pensar abstratamente quanto estes - o animismo foi o primeiro sistema filosófico coerente da humanidade -, os civilizados voltam, durante o sonho, ou quando se tornam neuróticos, ao modo de pensar dos povos primitivos. Não havia, para ele, diferença de essência entre adultos e crianças, porque o jogo das pulsões é fundamentalmente o mesmo nos dois estados. Não havia diferença qualitativa entre neuróticos e pessoas normais, mas apenas uma diferença de intensidades psíquicas. E não havia diferença psíquica decisiva entre homens e mulheres.” (ROUANET, 2003, p. 144).

não pode ser a mesma entre os séculos. Não é perspicaz achar que ela está imune às dinâmicas históricas e sociais, muito menos que as partes dessa estrutura – *id*, *ego* e *superego* – se apresentariam com mesma veemência na Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e na Idade Contemporânea. A proposta elucidativa de Elias então seria compreender *como* e *porque* essa estrutura da personalidade descrita por Freud emergiu e como se encontra contemporaneamente.

Em *O processo civilizador*, Elias buscou apreender como, porque, e em qual direção os comportamentos e expressões das emoções nas sociedades ocidentais foram se transformando, desde o período medieval até fins do século XIX. Podemos dizer, a partir de uma interpretação metodológica dessa obra, que Elias, mediante a leitura da psicanálise freudiana, incorporou ao campo da sociologia alguns referenciais que era apenas tratados na dimensão do indivíduo. Como resultado, Elias buscou trabalhar os elementos freudianos a partir de uma perspectiva histórica, ou seja, em sua interpretação as pulsões descritas por Freud são históricas e sociais, bem como o *ego* e o *superego*. Com isso, Elias propõe o entendimento de que as sociedades não atribuem a mesma relevância ao *superego*, evidenciando, portanto, que o autocontrole muda conforme a sociedade.

No texto *Au-delà de Freud*, trabalho que Elias vinha realizando antes de sua morte, a psicanálise aparece em primeiro plano na discussão, a fim de definir, no avesso dessa teoria, a proposta de uma sociologia processual que mostra que a estrutura psíquica não é estática e que seus componentes estão em relação com os processos civilizatórios¹¹. De tal modo, um dos pontos da crítica de Elias é que a teoria social de Freud é fundada no antagonismo entre indivíduo e sociedade¹².

Contemporaneamente encontramos uma alternativa interpretativa nos trabalhos de Bernard Lahire, de modo especial em *Franz Kafka: éléments pour une théorie de la création littéraire*, onde há uma concepção de sociedade concebida pelo diálogo entre sociologia e teoria psicanalítica. Nesse trabalho, Lahire argumenta que o principal distanciamento entre a psicanálise e a sociologia se encontra no esquecimento por parte da análise psicanalítica do caráter social e histórico dos contextos nos quais se desenvolvem os indivíduos, bem como por certa universalização e naturalização dos contextos de socialização postos pela psicanálise¹³. Vide o entendimento do contexto familiar como gênese exclusiva das experiências, por parte da psicanálise, e, por sua vez, a sociologia indo além desse contexto.

11 Existem alguns artigos e livros que versam sobre as possíveis relações que se podem estabelecer entre as formulações de Elias e as ideias psicanalíticas freudianas. É o caso de trabalhos como o de Georg Cavallo (2007); e artigos como o de Helena Bêjar (1991; 1994). Encontramos ideias a respeito da relação entre Elias e a psicanálise freudiana também em Robert Van Krieken (1998); Kilminster (2007); Mennel (1998) e Joly (2012).

12 Esse argumento fica evidente na seguinte argumentação: “Podemos estimar que Freud não teria provavelmente sentido necessidade de inventar o mito da horda primitiva - esta versão da teoria do contrato social inspirada pela psicologia das neuroses - se ele tivesse adotado um modelo evolutivo das origens da sociedade. Ele parece ter aceito como um fato estabelecido a natureza evolutiva da descendência humana. Mas, por razões que se ignora, este modelo não teve nenhum papel na exposição de sua teoria psicanalítica. Desse modo, ele se esforçou em vão para resolver o problema fútil do começo da sociedade humana.” (ELIAS, 2010, p. 149).

13 A crítica de Lahire (2010) restringe-se ao campo teórico e interpretativo, uma vez que, em sentido metodológico, a cura analítica e a pesquisa sociológica afastam-se uma da outra a passos largos.

Com base nessa perspectiva, especialmente em Frankfurt, não eram raros os projetos científicos que propunham relacionar o social e o psíquico¹⁴. Um dos principais exemplos é a “primeira geração” da Escola de Frankfurt, a qual logo percebe as contribuições analíticas de Freud, em especial o aspecto da sociabilidade a partir dos afetos irracionais de massa. O diálogo entre as perspectivas sociológica e psicológica se mostrou como um campo profícuo para explicar a reprodução de certos padrões de comportamento social. Essa perspectiva analítica permeou os trabalhos de autores como Max Horkheimer, Theodor Adorno, Erich Fromm e Herbert Marcuse, que compunham o núcleo duro da Escola de Frankfurt.

Esses autores utilizaram a teoria estrutural da personalidade proposta por Freud, baseada em três componentes: o *id*, o *ego* e o *superego*. A tese freudiana consistia na concepção de que as pulsões são mais potentes do que os interesses racionais. Os principais pensadores da Escola de Frankfurt se apropriaram das concepções freudianas por meio da relativização da teoria marxista. A teoria psicanalítica de Freud coube bem no papel de explicar a conservação de pulsões ou predisposições irracionais na sociedade, as quais conferem uma lógica aos “fenômenos superestruturais” tão presentes na interpretação marxista. Vide, por exemplo, os principais trabalhos de Erich Fromm, como o famoso *Sozialpsychologischer Teil*, publicado em 1936. Esse texto de Fromm, demonstra bem o uso da teoria freudiana (teoria estrutural da personalidade) para buscar explicar como e porque certos comportamentos são mais propensos a serem encontrados na vida social. Esse tipo de análise foi denominado por Fromm de “psicologia social analítica”, e consistia na tentativa de interpretar os fenômenos sociais por meio de uma explicação das respostas do patrimônio instintivo às situações socioeconômicas¹⁵.

Após uma apresentação concisa desse breve aparato bibliográfico fica evidente o fôlego necessário para dar conta de escritos densos e abrangentes como esses. Sugerimos como aparato metodológico três movimentos concomitantes: (1) a realização de uma abordagem bibliográfica; (2) de uma abordagem descritiva; e, (3) de uma abordagem epistemológica.

A abordagem bibliográfica consiste na leitura do material primordial sobre a temática produzido por Freud, para, por exemplo, compreender como as fontes consultadas foram construídas enquanto texto. Por sua vez, a abordagem descritiva consiste em capturar a descrição do conceito de sociedade na obra freudiana, ou seja, é possível identificar e correlacionar, por exemplo, os principais aspectos e fatos relacionados aos conceitos de “sociedade”, “cultura” e “civilização” na teoria psicanalítica de Freud. Isso contribui bastante para a identificação e explicitação das apropriações de ideias e conceitos realizados por Freud, ou seja, para uma análise que abranja conceitos que, ainda que originados em uma região particular do saber, podem ser retrabalhados para além de suas regiões originais, sendo utilizados para esclarecer sobre a realidade de outras regiões do saber.

14 A respeito da escola de Frankfurt, a teoria crítica e a psicanálise, consultar Rouanet (2001).

15 Afinal, as perguntas apresentadas por Freud em *Totem e Tabu* consistiam basicamente em entender o porquê do tabu, qual a sua motivação última e quais as origens da primeira célula da moralidade humana, a qual consiste no incesto. Na interpretação freudiana, a renúncia ao incesto significa a inauguração da sociabilidade.

Por fim, segundo Gérard Lebrun em *L'idée d'épistémologie*, uma abordagem epistemológica postula que a originalidade de qualquer saber implica uma racionalidade própria àquele saber. Lebrun argumenta que a racionalidade de uma ciência está enraizada num sistema autóctone de decisões e de escolhas, que para os contemporâneos parece ser um acúmulo de arbitrariedade. Mas não é. Uma *descrição* epistemológica pode evidenciar, por exemplo, como foram e estão organizados os enunciados da teoria freudiana, como se classificam e o nível de sua abrangência em sentido social. Uma análise epistemológica tentará descobrir quais enunciados a configuração do social postulada por Freud comporta ou prescreve, ou seja, qual ou quais são os sistemas de operação que funcionam efetivamente no discurso psicanalítico freudiano do social.

4. Considerações finais de um esboço

Citado anteriormente, Bernard Lahire formulou mais recentemente uma teoria da ação “disposicionalista-contextual”, caracterizada principalmente por ser uma teoria sensível à escala individual do mundo social. Considerado um sociólogo pós-bourdieuiano sua proposta teórico-metodológica contribuiu para transformar a teoria do *habitus* e dos campos desenvolvida por Bourdieu.

Em sua publicação mais recente, Lahire, em *L'interprétation sociologique des rêves*, toma os sonhos como objeto de análise. Nessa obra, ele explica por que o sonho, mesmo sendo uma realidade individual e um tipo de comunicação interna, é ainda um fenômeno social por excelência. Tal perspectiva advém de sua proposta analítica, a qual consiste numa síntese metodológica, na qual são articuladas técnicas qualitativas para recolher e examinar sociologicamente os relatos de sonhos.

Como fenômeno intrinsecamente social, os sonhos, segundo Lahire, são fenômenos pelos quais os sociólogos podem acessar os caminhos sociológicos e psíquicos percorridos pelos humanos na constituição da sociedade e da vida social. Para a realização desse empreendimento analítico Lahire percorre todo um caminho metodológico denominado de “disposicionalista-contextualista”. Segundo essa perspectiva, o pesquisador social levará em consideração o que estava disposto na sociedade e em qual ou quais contextos essas disposições estavam em diálogo. Lahire, nesse sentido, coloca como ponto central de sua perspectiva o que ele denomina de o passado incorporado, que é estruturante, e os constrangimentos dos contextos no presente¹⁶.

Como descrito mais acima, desenvolver esse mesmo percurso a fim de analisar os textos freudianos se mostra promissor, especialmente quando falamos sobre as bases comportamentais da vida social. Nos escritos de Freud, é como se o conceito de sociedade estivesse subentendido ou estivesse aberto, cabendo à interpretação ou ao gosto do autor/pesquisador. Identificar os seus limites, desdobramentos e

16 Outro trabalho relevante de Lahire (2010) consistiu em uma “biografia sociológica” de Franz Kafka. Seu objetivo, em última análise, era entender por que Kafka escreve o que escreve do jeito que escreve. Lahire propunha partir de uma descrição atenta e meticulosa do “patrimônio de disposições”, ou seja, do patrimônio incorporado de experiências socializadoras, condicionado a um passado incorporado “disposicionalista” e um presente “contextualista”.

potencialidades da “teoria freudiana da sociedade”, a partir de uma perspectiva “disposicionalista-contextualista”, no mínimo ajudará a ampliar conceitualmente a ideia de sociedade na obra desse autor.

Diante de tudo o que foi dito, acreditamos que tal empreitada, se concluída com sucesso, poderá demonstrar como *funciona* o sistema de enunciados da psicanálise sobre o social, bem como se *construiu* e se *constrói* esse sistema, e o que ele inclui e exclui de seu horizonte¹⁷. A análise resultante será a explicação do funcionamento da teoria freudiana sobre o social, e porque também não da Sociologia de Sigmund Freud (e por que também não de uma Sociologia de Sigmund Freud?!).

17 Um exemplo elucidativo disso pode ser encontrado em *Interfaces da psicanálise*. Renato Mezan (2019) ao se referir à epistemologia da psicanálise nos diz: “[...] embora Freud proponha que a fonte da pulsão é localizada em partes específicas do corpo (a boca, o ânus), está excluído que procure determinar biologicamente o vínculo entre o órgão-fonte e a finalidade da pulsão parcial que nele se origina. Também está excluída a hipótese de localizações cerebrais específicas para a histeria ou a hipocondria, mas pode ser formulada a questão da “escolha da neurose” em função da biografia do indivíduo, dos traumas pelos quais passou, das fixações e regressões que ocorreram em sua história libidinal. Da mesma forma, toda hipótese que ligasse a neurose à ideia de *degeneração* (tão em voga na época) não pode ter cabimento no discurso psicanalítico, e certamente não por motivos humanitários - seria a mesma coisa que tentar jogar gamão num tabuleiro de xadrez.” (Mezan, 2019, p. 440).

Referências

- ASSOUN, Paul-Laurent. *Freud et les sciences sociales*. Paris: Armand Colin, 2008.
- BERGER, Peter. *Perspectivas sociológicas: uma visão humanística*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- BOUDIEU, Pierre. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1982.
- CAVALLETTO, G. The historical psyche: Norbert Elias's historical social psychology. In: _____. *Crossing the psycho-social divide: Freud, Weber, Adorno and Elias*. Ashgate, 2007. p. 177-251.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ELIAS, Nobert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. V.1.
- _____. *O processo civilizador: Formação do estado e civilização*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. V. 2.
- _____. *Au-delà de Freud*. Sociologie, Psychologie, Psychanalyse. Paris: La Découverte, 2010.
- ENRIQUEZ, Eugène. A perversão generalizada da sociedade. *Cronos*, Natal-RN, v. 2, n. 1, p. 142-149, jan./jun. 2001.
- _____. *Da horda ao Estado: psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1999.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- _____. *Obras completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. *Obras completas, volume 17: Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FROMM, Erich. *Studie über Autorität und Familie*. Sozialpsychologischer Teil. Lüneburg: Dietrich zu Klampen-Verlag, 1987.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JOLY, M. *Devenir Norbert Elias*. France: Fayard, 2012.

LACAN, Jacques. *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LAHIRE, Bernard. *L'interprétation sociologique des rêves*. Paris: La Découverte, 2018.

_____. Elias, Freud e a Ciência do Homem. *Revista Pensata*, Guarulhos, v. 2, no 1, p. 202-212, 2012.

_____. *Franz Kafka: éléments pour une théorie de la création littéraire*. Paris: La Découverte, 2010.

_____. *Lesprit sociologique*. Paris, La Découverte, coll. Textes à l'appui/Laboratoire des sciences sociales, 2005.

LEBRUN, Gérard. "L'idée d'épistémologie". *Manuscrito*, nº 1, Unicamp, 1977.

KILMINSTER, R. *Norbert Elias: post-philosophical sociology*. Taylor & Francis e-Library, 2007.

MEZAN, Renato. *Sociedade, cultura e psicanálise*. São Paulo: Blucher, 2017.

_____. *O tronco e os ramos: estudos de história da psicanálise*. 2. ed., São Paulo: Blucher, 2019.

MEZAN, Renato. *Interfaces da psicanálise*. 2. ed., São Paulo: Blucher, 2019.

MEZAN, Renato. *Freud, pensador da cultura*. 8. ed., São Paulo: Blucher, 2019.

PETERS, Gabriel. *A ordem social como problema psíquico: do existencialismo sociológico à epistemologia insana*. São Paulo: Annablume, 2017.

ROUANET, Sergio Paulo. *Interrogações*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. *Teoria crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

VAN KRIEKEN, R. Towards a theory of human society. In: _____. *Norbert Elias*. 1998, p. 40-80. London: Routledge, 1998.

Formación discursiva: una noción con dos fundadores

Discursive formation: a notion with two founders

Formação discursiva: uma noção com dois fundadores

Thiago Barbosa Soares¹

Resumen

SOARES, T. B. Formación discursiva: una noción con dos fundadores. *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 27-42, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art2](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art2)

Por ser la formación discursiva una de las nociones clave en Análisis del discurso y tener en su génesis una bifurcación epistemológica, merece problemas, contornos y dibujos. Así, aquí tomamos en consideración la fundación del concepto tanto por Michel Pêcheux como por Michel Foucault, resaltando las semejanzas y diferencias formuladas por los dos autores. Por eso, nuestro objetivo es, además de presentar la formación discursiva como un concepto con dos fundadores, ventilar los meandros por los cuales ese concepto puede ser empleado para analizar discursos. Para ello, hacemos una breve incursión, ya descriptiva, ya analítica, en obras basilares en la fundación del Análisis del discurso como un campo teórico-práctico de las ciencias humanas.

Palabras clave: Análisis del discurso. Formación discursiva. Michel Pêcheux. Michel Foucault.

Abstract

SOARES, T. B. Discursive formation: a notion with two founders. *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 27-42, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art2](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art2)

Given that discursive formation is one of the key notions in Discourse Analysis and having in its genesis an epistemological bifurcation, it deserves problematizations, outlines and drawings. Thus, here we take into account the foundation of the concept both by Michel Pêcheux and Michel Foucault, except for the similarities and differences that in the use by both was formulated. Therefore, our goal is to present the discursive formation as a concept with two founders, to ventilate the meanders by which this concept can be used to analyze discourses. To do so, we make a brief foray into descriptive and analytical work in the foundations of Discourse Analysis as a theoretical-practical field of the human sciences.

Keywords: Discourse Analysis. Discursive Formation. Michel Pêcheux. Michel Foucault.

1 Doctor en lingüística por la Universidad Federal de São Carlos (UFSCar). Profesor en los cursos de Graduación en Letras y de Posgrado stricto sensu en Letras de la Universidad Federal de Tocantins (UFT), en el campus de Porto Nacional. Tiene experiencia en el área de lingüística, con énfasis en Análisis del Discurso francés. E-mail: thiago.soares@uft.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>.

Resumo

SOARES, T. B. Formação discursiva: uma noção com dois fundadores. *Rev. Ci&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 27-42, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art2](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art2)

Por ser a formação discursiva uma das noções-chave em Análise do discurso e ter em sua gênese uma bifurcação epistemológica, merece problematizações, contornos e desenhos. Assim, aqui levamos em consideração a fundação do conceito tanto por Michel Pêcheux quanto por Michel Foucault, ressaltando as semelhanças e diferenças que pelos dois autores foram formuladas. Diante disso, nosso objetivo é, para além de apresentar a formação discursiva como um conceito com dois fundadores, ventilar os meandros pelos quais esse conceito pode ser empregado para se analisar discursos. Para tanto, fazemos uma breve incursão, ora descritiva, ora analítica, em obras basilares na fundação da Análise do discurso enquanto um campo teórico-prático das ciências humanas.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Formação Discursiva. Michel Pêcheux. Michel Foucault.

1. Introducción

(...) las palabras están tan deliberadamente ausentes como las cosas mismas; no hay descripción de un vocabulario ni recurso a la plenitud viva de la experiencia. No vuelve al lado del discurso, allí donde aún no se ha dicho nada y donde las cosas sólo emergen en una luz gris; no se va más allá para redescubrir las formas que dispuso y dejó atrás; uno se queda, uno trata de quedarse al nivel del propio discurso
(La Arqueología del Saber, Michel Foucault)

En este texto tenemos un objetivo muy específico, esto es, presentar la noción de formación discursiva en Pêcheux y Foucault. Por si fuera poco, intentaremos hacer un recorrido sintético de sus aportes a la construcción del Análisis del Discurso. Para ello, recorreremos, con las riendas sueltas, la historia de la constitución del concepto básico en este campo del saber, el discurso. Evidentemente, lo haremos desde una perspectiva x, para emprender la aventura de la propia investigación sobre la fabricación de la formación discursiva, quizás tengamos que admitir que mirando más a un autor que a otro. Supuestamente terminamos con un (des)cierre ineludible porque creemos haber encontrado algo más que un sugerente ejercicio intelectual, porque, entre otras cosas, podemos vislumbrar una porción significativa de las ideas de dos grandes pensadores. Es decir, en la búsqueda de las diferencias, encontramos posibles complementariedades para convertirse en eslabones teóricos e incluso metodológicos.

Teniendo esto en cuenta, en el presente texto nuestro principal objetivo es plantear la repercusión de dos obras fundamentales, publicadas en 1969, como hitos básicos para la construcción del Análisis del Discurso (en adelante AD), y problematizar el proyecto mismo, desembocando en un noción con dos fundadores. Estas obras, con sus conceptos engendrados a partir de las respectivas investigaciones de sus autores y, sobre todo, de desarrollos posteriores, en algún momento parecen no distanciarse más; abordan según la práctica analítica propia de su propia metodología, observando siempre los fenómenos de saber y poder dentro del funcionamiento social. “Dada esta continua superposición teórico-metodológica, el DA se inscribe actualmente en una renovación de alcance internacional. Pero queda una especificidad de la AD francesa que justifica nuestra restricción: nació en una coyuntura política precisa” (MAZIÈRE, 2007, p. 116).

Como argumento a desarrollar, se podría decir que la compañía de Pêcheux, entre otras, fue participante activa del levantamiento intelectual de Mayo del 68 y que AD nació imbuida del espíritu revolucionario de la voluntad de ruptura. Podría decirse que, a partir de autores relevantes en la época (porque también militaron en la insurrección del 68), cuyo afán era explicar la sociedad desde sus estructuras, Althusser y Foucault, Pêcheux y compañía buscaron desarrollar una ruptura en la forma de comprender el funcionamiento del discurso político y el alcance de sus efectos dentro de la sociedad. Podría decirse que en el fondo Pêcheux también quiso explicar la condición social, no solo aprehendiendo el conjunto de sus estructuras, sino también por una de sus fuerzas constitutivas hasta entonces mal examinada: el discurso político (SOARES, 2020a, p. 168).

Hechas estas consideraciones preliminares, es necesario, para avanzar en la cuestión de la noción de formación discursiva con dos fundadores, un breve esbozo histórico y epistemológico que sigue.

2. Análisis del habla: un breve esquema

Si “el analista del discurso no es una persona neutra” (MAZIÈRE, 2007, p. 23), nuestro camino se justifica en la medida en que nuestra incursión en la historia teórico-metodológica de ciertas nociones de Análisis del Discurso (AD) es, en cierto modo, una “recreación” narrativa cuya representación son nuestros principios axiológicos vinculados a lecturas, investigaciones y preferencias. En este sentido, nos sentimos con derecho a unos gestos de lectura, que permean sumariamente los entresijos de una historia y sus prácticas, sin las cuales el DA no sería un campo de conocimiento tal como es. Pues, “el presente de una disciplina no hereda el pasado, sino que lo construye a su manera, en un proceso en el que las dimensiones epistemológica e institucional son inseparables” (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p. 9).

Es en este sentido que, en primera instancia, para comprender los fundamentos del surgimiento de la noción de discurso y, por tanto, arrojar luz sobre el fundamento del Análisis del Discurso, retrocedemos de Pêcheux a Saussure de lo que es llamó la consolidación de la “cuarta recepción” del Curso de Lingüística General en Francia (PUECH, 2014).

Finalmente, también podemos pensar que la cuarta recepción de Saussure aparece (...) como más “defensiva” que “profética”. La nota sobre el discurso, la carta para la creación de una cátedra de estilística en la Universidad de Ginebra, en efecto, no impiden que se haya podido articular de otro modo –diferente al modo en que el estructuralismo que se reivindicaba por Saussure- habría hecho. la sistematicidad del lenguaje, el estatus del sujeto y la variación de la historia. Además del hecho de que el proyecto de M. Pêcheux expresó esta posibilidad sin referencia a las Fuentes y una vez admitiendo que la idea de un “Saussure fundador del estructuralismo” es solo un atajo conveniente, queremos creer que el destino del Saussurismo es no sellada de ninguna manera, de una vez por todas (PUECH, 2014, p. 49).

(...)

Ahora bien, podemos pensar que lo que hizo original al proyecto de Michel Pêcheux (no sin múltiples contradicciones, sin titubeos...) residía sin duda en su voluntad de articular –sin negación ni encubrimiento; pero era eso posible? – el orden del lenguaje y el orden del discurso (PUECH, 2014, p. 45; énfasis añadido).

Es precisamente en este sentido que la visión de Puech se articula con la de Denise Maldidier, para quien el concepto de discurso se fragua a partir de una “reflexión crítica sobre la ruptura fundante operada por Saussure y no sobre su superación (...); el habla reformula el habla, ese “residuo filosófico”, cuyas implicaciones subjetivas deben ser eliminadas” (MALDIDIER, 2011, p. 44; énfasis añadido). Si Pêcheux es “decididamente saussureano desde el principio” (MALDIDIER, 2011, p. 44), cabe señalar que “Pêcheux de ninguna manera invoca la ‘superación’ de la dicotomía lengua/habla” (MALDIDIER, 2003, p. 22.); citas del autor). Por tanto, como dice Puech, “el Saussure del Curso constituyó a la vez un recurso y un obstáculo” (2014, p. 48), es decir, “En la apertura producida por el análisis del discurso, y especialmente por la reflexión de M. Pêcheux, el discurso es una noción fundante” (ORLANDI, 2012, p. 44) fundamentalmente con y contra Saussure.

En esta medida, el surgimiento de un “orden del discurso” solo podría darse, según Michel Pêcheux, con y contra Saussure:

con Saussure en la medida en que el discurso como objeto solo puede surgir teniendo en cuenta que los lenguajes “funcionan en relación a sí mismos”, y contra él en la medida en que la CLG taparía su propia novedad, ella misma cicatrizaría, en definitiva, el corte que establece. Pêcheux ubica, en efecto, esta “cobertura” en la distinción entre sentido (en el habla) y valor (en el lenguaje). Sería, pues, al enunciar el principio de una subordinación necesaria del sentido (individual) al valor (sistemático) que la CLG daría la posibilidad de una “semántica discursiva” –que no realiza en absoluto– al mismo tiempo. tiempo anclado en el sistema lingüístico y sobre la historia, y liberado de la asunción de un sujeto individual y psicológico (PUECH, 2014, p. 47; énfasis añadido).

A la vista de los apuntes de Puech, el retorno y superación de Saussure pretendido por Pêcheux es, en efecto, perceptible cuando afirma: “El concepto de lenguaje se opone a la noción de habla (...), el modo único en que cada uno” sujeto hablante” manifiesta su libertad, diciendo “lo que nunca se oirá dos veces” (2011 [1971], p. 69; comillas del autor). Como “este dúo ideológico “libertad/sistema que encubre el término discurso” (PÊCHEUX, 2011, p. 70; citas del autor), el proceso subyacente de significados², es decir, “la relación que asocia “significados” con sociohistóricas condiciones no es absolutamente secundaria, sino constitutiva de los significados mismos (PÊCHEUX, 2011, p. 68; comillas del autor). De esta manera, el discurso se establece como la actualización del funcionamiento de los significados, según sus condiciones de producción, realizada desde el “dúo ideológico”; surgiendo así, entonces, la necesidad de una “teoría del discurso”.

En otras palabras, para Saussure, la lengua concebida como sistema tiene la condición de objeto de los estudios lingüísticos, con excepción del habla en este campo –la lengua se opone al habla, siendo la primera sistémica y objetiva y la segunda concreta, variable según con cada hablante y, por tanto, subjetiva. Para Pêcheux, el giro conceptual introducido por Saussure consiste en separar la homogeneidad cómplice entre la práctica y la teoría del lenguaje, porque, al pensarse el lenguaje como un sistema, “ya no se entiende que tiene la función de expresar el sentido; se convierte en un objeto del que una ciencia puede describir el funcionamiento” (PÊCHEUX, 2010 [1969], p. 60). Pêcheux señala que la oposición lengua/habla podría no estar a cargo del problema del discurso, pero, para tratar de resolver el problema, sitúa el discurso “entre la lengua (visto desde la perspectiva de la lingüística, el concepto saussuriano de *langue*) y la ideología (HENRY, 2010, p. 36).

2 Para resaltar la diferencia existente entre significado y sentido para los campos de compartición de estos elementos conceptuales, es necesario decir que el significado, tal como lo piensa la Semántica, es la representación valorativa de una determinada palabra, se encuentra en el diccionario, por ejemplo, ya el Significado es el uso social cuyo efecto puede ser comprendido en ya través del discurso. En todo caso, esto es solo una brevísima delimitación de la noción de sentido y significado para casi todas las teorías del discurso.

3. Formación discursiva

Entre las nociones constitutivos del Análisis del Discurso, se encuentra la formación discursiva. Este concepto se deriva de la obra de Michel Foucault – La arqueología del saber (1969) –. Para Foucault, lo que define a una formación discursiva no es la unidad que sólo existe entre los enunciados, sino un sistema de dispersión que, en cierto modo, permite detectar regularidades enunciadas:

En el caso en que, entre un cierto número de enunciados, se pueda describir tal sistema de dispersión, y en el caso en que entre los objetos, los tipos de enunciados, los conceptos, las elecciones temáticas, es posible definir una regularidad (un orden, correlaciones, posiciones y funcionamientos, transformaciones), diremos, por convención, que es una formación discursiva –evitando así palabras demasiado cargadas de condiciones y consecuencias, inadecuadas, de hecho, para designar tal dispersión, como “ciencia”, o “ideología”, o “teoría”, o “dominio de la objetividad” (FOUCAULT, 2013, p. 47; énfasis añadido).

Por lo tanto, describir los enunciados de un discurso, en esta perspectiva, consiste en dar cuenta de ciertas especificidades inherentes a una determinada formación discursiva, ya que estos enunciados se verán dentro de una especie de “organización”, que, sin embargo, no debe confundirse con una gran unidad, pero eso tendrá que ser demarcado. Como decía el autor de La arqueología del saber, el análisis del enunciado y el de la formación discursiva se establecen correlativamente, porque la ley de los enunciados y el hecho de pertenecer a la formación discursiva constituyen una misma cosa (FOUCAULT, 2013, p. 43). Y por formación discursiva o sistema de formación, entiende:

(...) un haz complejo de relaciones que funcionan como regla: prescribe lo que debe ser correlativo en una práctica discursiva, para que se refiera a tal o cual objeto, para que emplee tal o cual enunciado, para que use tal o cual cosa concepto, para organizar tal o cual estrategia. Definir un sistema de formación en su individualidad singular es, por tanto, caracterizar un discurso o un conjunto de enunciados por la regularidad de una práctica (FOUCAULT, 2013, p. 86).

No se trata sólo de describir la verdad o el sentido de los discursos, sino, sobre todo, de hacer su historia. Y esto está íntimamente ligado a la intersección de lo discursivo y lo no discursivo, es decir, de una economía de discursos, de una productividad visible de las cosas dichas, en cuanto se trata de la inseparabilidad entre vida y pensamiento, prácticas institucionales y “declaraciones de verdad” y de todos y cada uno de los agentes de poder del discurso.

La ley de los enunciados y el hecho de que pertenecen a la formación discursiva constituyen una y la misma cosa: lo cual no es paradójico, ya que la formación discursiva se caracteriza no por principios de construcción, sino por una dispersión de hecho, ya que es porque los enunciados no son una condición de posibilidad, sino una ley de coexistencia, y dado que los enunciados, en cambio, no son elementos intercambiables, sino conjuntos caracterizados por su modalidad de existencia (FOUCAULT, 2013, p. 143).

Es, por tanto, la relación entre continuidad histórica y discontinuidad, como orientación fundamental para el análisis de los discursos, lo que implica seguir lo dicho en términos de linealidad, refuerzos, reafirmaciones de un determinado campo del saber, sin excluir las rupturas de este uno cuando la erupción de otros en su interior epistemológico. Así, “no estamos lejos de las formulaciones del análisis del discurso de Pêcheux. A menos que, como veremos a partir de la forma de ver la relación entre producción de sentidos e ideología” (GREGOLIN, 2006, p. 91).

Pêcheux no deja de considerar la ideología como constitutiva del lenguaje al contemplar la noción de formación discursiva (de ahora en adelante FD), pero su incorporación fundamentalmente como concepto operativo de AD se da desde un segundo momento, es decir, de ADD 69 se deja de lado “la noción de una máquina estructural cerrada en la medida en que el dispositivo FD está en una relación paradójica con su exterior” (PÊCHEUX, 2010 [1983c]). En este sentido, FD, al ingresar a las salas de AD, es una instancia en la que una determinada formación ideológica caracteriza, a su vez, una determinada formación social que se entiende,

(...) a través del modo de producción que lo domina, la jerarquía de prácticas que ese modo de producción necesita, los aparatos a través de los cuales se realizan estas prácticas, las posiciones que les corresponden, las representaciones ideológico-teóricas e ideológicas- políticas que dependen de esta formación social (PÊCHEUX, 2011 [1971], p. 72).

Precisamente por tener en vista la formación social que Pêcheux entiende en su interior como una fuerza motriz, es decir, la formación ideológica. La ideología no existe per se, pero se materializa a nivel global de las relaciones sociales, específicamente, por la constricción discursiva que llenan las condiciones de producción³ en la formación social. Y, como la sociedad funciona en unos sectores de manera diferente en relación a otros, existen, como en los medios de comunicación y la literatura de autoayuda, producciones discursivas relativamente diferentes con sus matices. Estas producciones son el resultado del funcionamiento de los discursos. Por ello, es importante reflexionar sobre:

3 Estos, como concepto surgido del pensamiento marxista, se refieren tanto a la coyuntura inmediata, los procesos enunciativos, como a las características históricas, sociales, políticas y culturales que inciden en los movimientos de sentidos y sujetos en el circuito en que se encuentran.

Que los discursos no son reducibles a las ideologías, tanto como las ideologías no pueden superponerse a los discursos. Se indica que las formaciones discursivas constituyen un componente de las formaciones ideológicas, o mejor dicho, que las formaciones ideológicas gobiernan las formaciones discursivas (ROBIN, 1977, p. 116).

De manera que

Cada formación ideológica constituye así un conjunto complejo que incluye actitudes y representaciones que no son ni “individuales” ni “universales”, sino que remiten más o menos directamente a “posiciones de clase” en conflicto entre sí (PÊCHEUX, 2011 [1971], p. 73; comillas del autor).

Pêcheux, sobre la formación formación ideológica y discursiva, una de las cuales contiene necesariamente el otro como práctica social, se puede entender como la misma formación discursiva dentro de la cual la repetición de la trayectoria temático (organizado por formaciones imaginarias), luego se refiere a la formación ideológica, de modo que siempre pueda ser percibida el que está en una simbiosis orgánica hasta el punto de fabricar las ilusiones de plenitud y, en consecuencia, la del sujeto señor de los sentidos que (re)produce. Al entrar en el campo subjetivo, desde la teoría althusseriana de sujeción/interpelación, Pêcheux aporta a la teoría del discurso la sujeto como lugar desde donde el individuo accede a los sentidos circulantes en la sociedad, convirtiéndose en conductor del hilo del discurso en cada práctica enunciativa. El sujeto no es una entidad empírica. En este diapasón, Pêcheux entiende el sujeto como constituido por el discurso; el tema está determinada por una sujeción histórica al lenguaje.

Ya que el discurso es uno de los materializadores fundamentales de la ideología, puede entenderse como un tipo de práctica, por naturaleza, ideológica. En otras palabras, la formación ideológica tiene necesariamente como uno de sus componentes una o varias formaciones discursivas interconectadas. Este hallazgo significa que los discursos están regidos por formaciones ideológicas. Por tanto, las formaciones discursivas, en una determinada formación ideológica, cobijan la relación de clase, “determinan lo que se puede y se debe decir (articulado en forma de discurso, sermón, panfleto, exposición, programa, etc.) desde un posición dada en una coyuntura dada” (PÊCHEUX, 2011 [1971], p. 73; énfasis añadido).

Si,

La formación discursiva se caracteriza por las marcas estilísticas y tipológicas que constituyen la relación del lenguaje con las condiciones de producción. Por otro lado, podemos decir que lo que define la formación discursiva es su relación con la formación ideológica. Así, podemos ver cómo se hace la relación entre marcas formales e ideológicas (ORLANDI, 2011, p. 132).

Entonces, “En un discurso (...) no sólo se representan los interlocutores, sino también la relación que mantienen con la formación ideológica. Y esto se marca en y por el funcionamiento discursivo” (ORLANDI, 2011, p. 125; énfasis añadido). En otras palabras, es dentro del funcionamiento discursivo en el que se produce la imbricación de formación ideológica y FD que, a su vez, se concibe la producción del efecto de significados.

Dicho esto, las formaciones ideológicas están ligadas a producir significados, o mejor dicho, a definir concepciones relativamente evidentes sobre un determinado dato, disfrazando concomitantemente otras posibilidades de significado para el mismo dato, ya que:

Es la ideología la que proporciona la evidencia por la cual “todo el mundo sabe” lo que un soldado, un obrero, un patrón, una fábrica, una huelga, etc. realmente dicen “y así enmascaran, bajo la “transparencia del lenguaje”, lo que vamos a decir”. llaman el carácter material del significado de las palabras y los enunciados (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 146; énfasis añadido).

En estas condiciones, es a través de la evidencia proporcionada por la ideología que sabemos de qué se trata frente a formulaciones⁴ como:

Izabel Goulart com *silhueta enxuta e bem torneada*;
Izabel Goulart, a *deusa de pele dourada*;
O *Rei* Roberto Carlos;
A *Rainha* dos baixinhos.

Teniendo en cuenta que la mayoría de los brasileños, cada uno “a su manera” según la ideología que moldea su interpretación, al leer o escuchar las frases anteriores, construidas por los medios, no tendrían problemas para comprender cuáles son las referencias precisas, que es decir, no se entenderían las denotaciones de las palabras resaltadas, sino los significados socialmente compartidos. Vemos, entonces, que la ideología sirve, a grandes rasgos, como punto de coherencia en la producción de significados más o menos estables a nivel global, trasciende la frase lanzando significados compartidos por parte del tejido social.

Dicho esto, si bien “todo el mundo” hace la aprehensión de los significados que circulan globalmente en la sociedad, hay quienes, por una determinada ideología, dejan de lado otras. Aprovechando los ejemplos anteriores, algunos mirarán a la “silueta esbelta y bien formada” y a la “diosa de piel dorada”, como los “rasgos” marcadores de una sociedad cuya mujer, para ser bella, debe poseer para servir como propaganda; El rey Roberto Carlos, para algunos, se refiere a que es el mayor cantor de la música

4 Los relatos de formulaciones fueron ampliamente analizados como parte del corpus de la disertación “Discursos de éxito: la producción de sujetos y sentidos de éxito en el Brasil contemporáneo” (SOARES, 2015), promovida por la FAPESP, proceso: 2013/15767-5, transformado en un libro cuyo título es homónimo (SOARES, 2017).

popular brasileña, en cambio, habrá quien diga que no quiere decir más de lo que los medios pueden producir y mantener, reconociendo su éxito solo se deriva de la industria de la música y los medios⁵. Vemos, pues, en este punto una disonancia con un determinado significado compartido por “todos” por la innovación (renovación) de otros significados, segmentando a quienes los sustentan en un plano local de cohesión variable, es decir, de formación discursiva. Así, la coherencia de la ideología permite que “todos” compartan el(los) mismo(s) significado(s) de ciertas ‘frases’, pero es la formación ideológica la que posibilita la afiliación a significados y no a otros, proporcionando cohesión en la reproducción de significados.

Pêcheux y Fuchs (2010 [1975], p. 177) señalan la relación de la formación discursiva con un exterior heterogéneo, es decir, con el interdiscurso, sosteniendo “que una formación discursiva está constituida-limitada por lo que le es exterior, por lo tanto por lo que es estrictamente no formulado allí, ya que lo determina” (énfasis añadido). La noción de formación discursiva está abriendo cada vez más terreno para el interdiscurso. Es el mismo Pêcheux (2010 [1983c]) quien cuestiona y problematiza el uso de la noción de FD en el Análisis del Discurso que, según él, ha derivado muchas veces de la idea de una máquina discursiva de sujeción dirigida a la repetición, una modo de pensar acorde con la noción de máquina estructural que impone una interpretación anticipatoria a un determinado corpus discursivo. Esta premisa, relacionada en cierta medida con la primera fase del Análisis del Discurso, también presente en la segunda, fue dejada de lado en la tercera fase, sobre todo, por la consolidación de la noción de acontecimiento en su relación con la estructura dentro de un espacio discursivo, el de la centralidad atribuida al interdiscurso – que se define como lo ya dicho en otro lugar, previamente, y como elemento que (re)construye el sentido de una secuencia discursiva.

En la interpretación de Maldidier (2010), la noción de formación discursiva prácticamente desaparece en los últimos escritos de Pêcheux, dejando solo el concepto central de interdiscurso. Sin embargo, nos parece que el concepto de FD es productivo si miramos una formación discursiva desde su interdiscurso en la estela de Courtine (2009 [1981]) y no al revés. En esta perspectiva, el interdiscurso está en el centro del proceso de constitución de los sentidos, mientras que se puede afirmar que las agrupaciones de los sentidos serían las formaciones discursivas.

Muchos analistas del discurso cada uno a su manera, guardando las debidas filiaciones epistemológicas, como Maingueneau (1997) y Orlandi (2007; 2011; 2012) utilizan la noción de FD de manera relevante al establecer un vínculo entre la formación discursiva y el interdiscurso. Dicho esto, usamos las palabras de Orlandi para explicar esta relación:

5 Es importante recalcar que los ejemplos traídos son una “ejemplificación” con fines didácticos en este artículo, ya que la determinación de una formación discursiva, como procedimiento teórico-analítico, requiere que el analista se centre en un corpus y realice un análisis que permita determinar las regularidades que apuntar a la reunión con el FD. Se pueden encontrar más ejemplos en: Discurso del Éxito: significados y sujetos del éxito en el Brasil contemporáneo (SOARES, 2016); Éxito: discursos contemporáneos de capitalización de sujetos (SOARES, 2018); Composición discursiva del éxito: efectos materiales en el uso del lenguaje (SOARES, 2020b); Un análisis de dichos sobre la voz del éxito mediático. Libros de Estudios Lingüísticos (SOARES, 2020c); Literatura de autoayuda: un análisis discursivo de los efectos del éxito en el libro “El éxito está en la balanza” (SOARES, 2021), entre otros.

Las formaciones discursivas son diferentes regiones que cortan el interdiscurso (lo decible, la memoria del decir) y que reflejan las diferencias ideológicas, la forma en que las posiciones de los sujetos, sus lugares sociales allí representados, constituyen significados diferentes. Lo decible (el interdiscurso) se descompone en distintas regiones (las distintas formaciones discursivas) desigualmente accesibles a los distintos hablantes (ORLANDI, 2007, p. 20-21).

En otras palabras, los FD pueden ser vistos como “regiones de lo decible”, siendo estas las posibilidades de inscripción “de las múltiples formaciones discursivas” (ORLANDI, 2007, p. 20), es decir, son donde la confrontación de significados engendra otros significados en un movimiento sin fin.

Vemos, entonces, que “La noción de formación discursiva pudo, por tanto, evolucionar a partir del legado de Foucault, conservando las materialidades lingüísticas de las que Foucault ya había perdido interés en 1971” (MAZIÈRE, 2007, p. 61), viniendo determinar las relaciones de significados cuando se establece el “gesto de lectura” del significado, de ahí su relevante importancia. Sin embargo, también es necesario prestar atención a otro elemento, ya que “La manifestación más evidente de los datos ineludibles que representa el lenguaje se manifiesta en la marcación de lo preconstruido dentro de una interdiscursividad que va más allá de la formación discursiva” (MAZIÈRE, 2007, pág. 62).

En general, podemos percibir los FD, para Pêcheux, como posicionados en complejos de FD relacionados, denominados interdiscurso, y los significados específicos de un FD están determinados por el exterior en su relación con el interdiscurso.

4. Descierre inevitable

Hemos intentado a lo largo de este texto presentar, de manera más o menos apreciativa, una noción cara al Análisis del Discurso, la formación discursiva. A ella se vinculan muchos otros conceptos por los que no asumimos la obligación de comentarlos con más detalle. Probablemente no podríamos hacer más que un pequeño balance de los aportes de Foucault y Pêcheux a la creación y enriquecimiento de la formación discursiva (FD), por ello, a partir de algunas consideraciones, intentaremos servirnos de un esbozo sobre los homenajes de Foucault y de Pêcheux a es concepto-noción.

Un punto importante es recordar que a partir de la incorporación de la noción de formación discursiva, se hace posible construir el concepto de interdiscurso, definido por Pêcheux como “‘el exterior específico’ de una formación discursiva en tanto irrumpe en esta formación discursiva para constituyen it.la” (2010 [1983c], p. 310; comillas del autor). Con esta inserción complementaria, dice Courtine: “El mérito de esta concepción fue el hecho de que demostró que todo discurso concreto está dominado por un conjunto complejo de discursos, llamado interdiscurso, que sirve como material discursivo original” (2006, p. 67-).68).

Sin embargo, Courtine aún sostiene: “Cabe señalar que los elementos teóricos de la definición de formaciones discursivas apenas cambiaron la práctica de constitución de corpus en el análisis del discurso, asegurando las homogeneizaciones descritas anteriormente (COURTINE, 2006, p. 68). El autor cree, entonces, que la composición del corpus en el análisis del discurso no sigue las pautas teórico-metodológicas. Porque, según su entendimiento, había una “Reducción de lo histórico a lo político, de lo político a lo ideológico, de lo ideológico a lo discursivo, de lo discursivo a lo sintáctico: la creencia filológica que actualmente se desarrolla en el análisis de el discurso ya estaba inscrito en sí mismo desde su origen” (COURTINE, 2006, p. 56). Quizá por ello insiste en pensar con Foucault, al escribir *Descifrar el cuerpo*, adoptando una concepción foucaultiana de la formación discursiva, ya que:

De ninguna manera la formación discursiva se encuentra en estado natural en la superficie de los textos; no debe confundirse con un género de discurso que hubiera preestablecido una clasificación de la época; no es expresión de un siglo, ni de una época, y mucho menos de un autor. Su configuración de conjunto, su duración y desdoblamiento en el tiempo, las unidades que lo componen y que son tantas huellas que deposita a lo largo de los textos e imágenes, todo eso necesita ser construido (COURTINE, 2013, p. 24-25).

La multiplicidad de que trata esta noción de formación discursiva es bastante compleja, de modo que se extiende a los enunciados que la pueden componer, en una tensión de poder dentro del discurso. El que tejía las telarañas daba un movimiento interminable.

Hay otras consideraciones posibles que hacer sobre las similitudes y diferencias entre el uso de la formación discursiva de Foucault y Pêcheux, sin embargo, optamos por recordar que para el primero, el discurso es, en términos generales, “un bien que es, por naturaleza, el objeto de una lucha, y una lucha política” y para la segunda, el discurso es un efecto de sentido entre interlocutores. Quiero decir, ¿qué lucha no es por (ciertos efectos del) sentido? Uno ve el poder en la formación discursiva, el otro ve la ideología, pero de ninguna manera son tan divergentes como muchos piensan. Por tanto, aunque existan duelos entre estos pensadores, nos encontramos inevitablemente con diálogos de los que no se puede desligar el Análisis del Discurso, ni sus conceptos.

Referências

COURTINE, J-J. *A análise do discurso político*: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP, EdUFSCar, 2009.

COURTINE, J-J. *Decifrar o corpo*: pensar com Foucault. Trad. Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

COURTINE, J-J. Metamorfoses do Discurso Político: *Derivas da fala pública*. In: PIOVEZANI, C; MILANEZ, N. (orgs.). São Carlos: Claraluz, 2006.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

GADET, F; PÊCHEUX, M. *A Língua inatingível*. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. 2ª ed. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso*: diálogos e duelos. 2ª ed. São Carlos, ClaraLuz, 2016.

HENRY, P. Os fundamentos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, F; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani [et. al.] 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Unicamp, 1997.

MALDIDIER, D. *A inquietude do discurso*: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: *Gestos de leitura*: da história no discurso. Eni P. Orlandi (org.) [et. al.] 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

MALDIDIER, D. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, C; SARGENTINI, V. (orgs.). *Legados de Michel Pêcheux inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

MAZIÈRE, F. *A Análise do Discurso*: história e práticas. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ORLANDI, E. *As formas do silêncio*: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*: as formas do discurso. 6ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2011.

ORLANDI, E. *Discurso e Texto*: formulação e circulação dos sentidos. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas [1975]. In: Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Françoise Gadet e Tony Hak (orgs); Trad. Bethania S. Mariani et. al. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, M. [1969]. Análise automática do discurso. In: GADET, F; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani [et. al.] 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, M. [1983c]. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F; HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani [et. al.] 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

PÊCHEUX, M. [1971]. Língua, linguagem, discurso. In: PIOVEZANI, C; SARGENTINI, V. (orgs.). *Legados de Michel Pêcheux inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 4ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

PIOVEZANI, C; SARGENTINI, V. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise do discurso no Brasil. In: PIOVEZANI, C; SARGENTINI, V. (orgs.). *Legados de Michel Pêcheux inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011.

PUECH, C. A emergência da noção de “discurso” na França: Saussure, Benveniste, Pêcheux e Foucault. In: PIOVEZANI, C; CURCINO, L; SARGENTINI, V. (orgs.). *Presenças de Foucault na Análise do Discurso*. São Carlos: EduFSCar, 2014.

ROBIN, R. *História e Linguística*. Trad. Adélia Bolle e Miralda Pereira. São Paulo: Cultrix, 1977.

SOARES, T. B. *Discursos do sucesso*: a produção de sujeitos e sentidos do sucesso no Brasil contemporâneo. 2015. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

SOARES, T. B. Discurso do Sucesso: sentidos e sujeitos de sucesso no Brasil contemporâneo. *Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)*, [S. l.], v. 45, n. 3, p. 1082–1091, 2016. DOI: 10.21165/el.v45i3.658. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/658>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SOARES, T. B. *Discursos do sucesso*: a produção de sujeitos e sentidos do sucesso no Brasil contemporâneo. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2017.

SOARES, T. B. Sucesso: discursos contemporâneos de capitalização dos sujeitos. In: SOARES, T. B. (Org.). *Múltiplas perspectivas em Análise do Discurso*: objetos variados. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2018.

SOARES, T. B. 1969, o ano que não terminou: O acontecimento da análise do discurso. In: BRAGA, S.; BUTTURI JUNIOR, A.; SOARES, T. B. (Orgs.) *No campo discursivo*: teoria e análise. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020a.

SOARES, T. B. *Composição discursiva do sucesso*: efeitos materiais no uso da língua. Brasília: EDUFT, 2020b.

SOARES, T. B. Uma análise dos dizeres sobre a voz de sucesso midiático. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 62, n. 00, p. e020016, 2020c. DOI: 10.20396/cel.v62i0.8654477. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8654477>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SOARES, T. B. Literatura de autoajuda: uma análise discursiva dos efeitos do sucesso na obra “O sucesso está no equilíbrio”. In: *Humanidades & Inovação*. v. 8 n. 36 (2021): Discurso e Alteridade I. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3162>. Acesso em: 12 de dez. 2022.

Política Pública Indígena Brasileira

Brazilian Indigenous Public Policy

Política Pública Indígena Brasileira

Bernd Reiter¹

Resumo

REITER, Bernd. Política Pública Indígena Brasileira. *Rev. C&Trópico*, v. 46. n. 2, p. 43-62, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art3](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art3)

Este artigo é resultado de uma pesquisa etnográfica conduzida em Pesqueira, Pernambuco, em junho de 2022, conduzida pelo autor na condição de bolsista da Fundação Fulbright (Fulbright Distinguished Chair of Public Policy, Brazil) e como *fellow* da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Pernambuco, no período de maio a agosto de 2022. O objetivo da pesquisa foi descobrir o diferencial indígena na gestão municipal da cidade de Pesqueira, onde o cacique Xukuru Marcos Luidson Araújo foi eleito ao cargo de prefeito em novembro de 2020, e vários outros Xukurus começaram a trabalhar como secretários municipais a partir de janeiro de 2021. Descobrimos que o diferencial indígena da gestão municipal Xukuru se baseia nos princípios da coletividade, horizontalidade e responsabilidade. Esses princípios pertencem ao repertório político Xukuru aplicados, até agora, na reserva deles e, com a conquista do município, amplificados à gestão do município. Os líderes Xukurus, confrontados com o desafio de praticar uma gestão indígena diferenciada, tiveram que negociar e redefinir o significado do ‘ser indígena’ numa tentativa de serem, e parecerem, “autênticos.” A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 1º de agosto de 2022, de declarar ilegal a posse do cacique Marcus forçou-o a “dar um jeito” e atuar como Secretário do estado no Município em vez de Prefeito, apoiado pela maioria dos vereadores na câmara municipal. A atuação da justiça eleitoral brasileira contra os Xukuru e contra a vontade eleitoral de Pesqueira levanta importantes questões sobre o caráter político da justiça brasileira, dando uma importância a este caso que extrapola Pesqueira e os Xukuru.

Palavras-chave: Descolonização. Indígenas. Gestão municipal. Política pública indígena.

Abstract

REITER, Bernd. Indigenous Public Policy. *Rev. C&Trópico*, v. 46. n. 2, p. 43-62, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art3](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art3)

This article is the result of an ethnographic research conducted in Pesqueira, Pernambuco, in June 2022, as a Fulbright fellow (Fulbright Distinguished Chair of

¹ Cientista político do Departamento de Línguas e Literaturas Clássicas e Modernas da Texas Tech University, Ph.D. pela Universidade Nova de Lisboa. E-mail: bereiter@ttu.edu Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2764-4036>

Public Policy, Brazil) and as a fellow at the Joaquim Nabuco Foundation, Recife, from May to August 2022. The objective of this research was to discover the indigenous differential in the municipal management of the city of Pesqueira, where the Xukuru cacique Marcos Luidson Araújo was elected to the position of mayor in November 2020 and several other Xukurus began to work as municipal secretaries, as of January 2021. We found out that the indigenous differential of Xukuru municipal administration is based on the principles of collectivity, horizontality, and responsibility. These principles belong to the Xukuru political repertoire applied, until now, in their reservation and, with the conquest of the municipality, amplified the management of the municipality. Xukuru leaders, faced with the challenge of practicing differentiated indigenous management, had to negotiate and redefine the meaning of 'being indigenous' in an attempt to be, and appear, "authentic." The decision of the Brazilian Supreme Electoral Court (STE), of 1 August 2022, to declare the mayorship of cacique Marcus illegal, forced him to improvise and act as secretary of state in the municipality instead of mayor, supported by the majority of the councilors in the town hall. The performance of the Brazilian electoral justice against the Xukurus and against the electoral will of Pesqueira raises important questions about the political character of Brazilian justice, giving an importance to this case that goes beyond Pesqueira and the Xukurus.

Keywords: Decolonization. Indigenous People. Municipal Administration. Indigenous Public Policy.

Resumen

REITER, Bernd. Política Pública Indígena Brasileña. *Rev. C&Trópico*, v. 46. n. 2, p. 43-62, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art3](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art3)

Este artículo es el resultado de una investigación etnográfica realizada en Pesqueira, Pernambuco, en junio de 2022, como becario de la Fundación Fulbright (Cátedra Distinguida Fulbright de Políticas Públicas, Brasil) y como becario de la Fundación Joaquim Nabuco, Recife, de mayo a agosto 2022. El objetivo de mi investigación fue descubrir el diferencial indígena en la gestión municipal de la ciudad de Pesqueira, donde el cacique Xukuru Marcos Luidson Araújo fue elegido para el cargo de alcalde en noviembre de 2020 y varios otros Xukurus comenzaron a actuar como secretarios municipales, a partir de enero de 2021. Descubrí que el diferencial indígena de la gestión municipal Xukuru se basa en los principios de colectividad, horizontalidad y responsabilidad. Estos principios pertenecen al repertorio político de los Xukuru aplicados, hasta ahora, en su resguardo y, con la conquista del municipio, ampliados a la gestión del municipio. Los líderes de Xukurus, ante el desafío de practicar una gestión indígena diferenciada, tuvieron que negociar y redefinir el significado de "ser indígena" en un intento de ser y parecer "auténticos." La decisión del Tribunal Supremo Electoral (STE), del 1 de agosto de 2022, de declarar ilegal la tenencia del cacique Marcus, lo obligó a improvisar y actuar como secretario de Estado en el municipio en lugar de alcalde, apoyada por la mayoría

de los concejales en el ayuntamiento. La actuación de la justicia electoral brasileña contra los Xukurus y contra la voluntad electoral de Pesqueira plantea cuestiones importantes sobre el carácter político de la justicia brasileña, dando una importancia a este caso que va más allá de Pesqueira y los Xukurus.

Palabras clave: Descolonización. Indígenas. Gestión municipal. Política pública indígena.

1. Introdução

Nas eleições municipais brasileiras de novembro de 2020, foram eleitos 236 indígenas, de 71 povos. Entre os quais, 9 municípios (de um total de 5.568) elegeram um prefeito indígena. Esta é a maior representação política indígena na história do Brasil.²

A conquista de cargos legislativos, executivos e administrativos por povos indígenas representa uma nova fase na política brasileira e sinaliza o começo do que poderia vir a ser uma nova Política Pública, baseada em um diferencial indígena. Com as crises políticas, econômicas, e ecológicas que marcam o início deste milênio (REITER, 2019), surge, com a chegada de indígenas ao poder político, uma nova esperança: a de que eles e elas façam uma política e administração melhores, mais honestas, mais eficientes, mais transparentes, mais envolvidas e mais democráticas, ou seja, uma Política Pública diferente e diferenciada.

Qual é, então, o diferencial indígena na Política Pública Brasileira? Para responder a essa pergunta, conduzi um estudo de caso exploratório em Pesqueira, município no interior agreste de Pernambuco, nos meses de junho a agosto de 2022, apoiado por uma bolsa Fulbright e vinculado à Fundação Joaquim Nabuco (GEORGE; BENNETT, 2005; REITER 2017).³ 12 líderes Xukuru foram entrevistados na cidade de Pesqueira, em junho de 2022 e foi realizada uma entrevista com um intelectual indígena, Xukuru-Cariri, que mora na cidade de Salvador. O principal objetivo das entrevistas foi aprender dos entrevistados sobre a história Xukuru, sua concepção da democracia e o diferencial indígena na política Brasileira. As entrevistas demoraram, em média, 30 minutos cada. Seleccionei líderes Xukurus para serem entrevistados como especialistas nesse assunto e formulei perguntas abertas, que permitiram que eles possam falar livremente sobre a história dos Xukuru, sobre o que seria uma Política Pública Xukuru, sobre sua concepção de como deveria ser a democracia e a Política Pública Brasileira e o que seria uma política pública indígena e Xukuru. Permitted que os entrevistados também falassem sobre outros assuntos que eles achassem relevantes. Expliquei a eles que eu era um pesquisador interessado na gestão pública Xukuru e seu diferencial. Dos 12 entrevistados, somente uma foi mulher, pois todos os líderes que me foram indicados eram homens. Depois de criar uma primeira versão deste artigo, mandei-o ao cacique Xukuru Marcos para obter sua autorização de seguir adiante.

2 Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/11/17/eleicoes-2020-em-contagem-parcial-apib-mapeia-159-candidatos-indigenas-eleitos/>.

3 Quero agradecer o apoio da Fundação Fulbright que possibilitou esta pesquisa e à Fundação Joaquim Nabuco, especialmente a profa. Alexandrina Sobreira, que me acolheu durante minha estadia no Brasil.

Pesqueira, uma cidade de uns 68.000 habitantes situada na região agreste de Pernambuco, fica dentro do território tradicional do grupo indígena Xukuru. Uma parte deste território foi oficialmente homologada como reserva indígena pelo governo brasileiro em abril de 2001. Está composto por 27.555 hectares e contém 24 aldeias, com um total de uns 9.000 habitantes. O território Xukuru homologado como reserva indígena fica adjunto a cidade de Pesqueira.

Nas eleições municipais de novembro de 2020, Pesqueira elegeu o cacique Xukuru, Marcos Luidson Araújo, como prefeito da cidade de Pesqueira para servir de janeiro de 2021 a dezembro de 2024.

No tempo da minha pesquisa, em junho de 2022, o cacique Marcos ainda não tinha conseguido tomar posse como prefeito eleito, com 51.6% do total dos votos, o mais votado na história de Pesqueira. Isto porque foi acusado de participar de um movimento de protesto popular em 2003 (sic.), quando foi alvo de um atentado a sua vida (sic.), no qual dois dos seus companheiros indígenas, Jozenilson José dos Santos e José Ademilson Barbosa da Silva, foram mortos a tiros. Marcos escapou do atentado à sua vida mas foi acusado, e condenado, por ter participado num incêndio de um prédio de Pesqueira que aconteceu como reação ao duplo assassinato e a tentativa de assassiná-lo. Vale ressaltar que seu pai, Xicão Xukuru, foi assassinado em 1998. Por causa desta condenação, o Tribunal Eleitoral de Pernambuco barrou sua posse. O caso de Marcos Xukuru chegou até o Tribunal Superior Eleitoral em Brasília, onde o ministro Sergio Banhos, apontado pelo atual presidente Bolsonaro, manteve a suspensão de Marcos até a data da minha pesquisa.

No dia 1º de agosto 2022, finalmente, o Tribunal Superior Eleitoral (STE) confirmou a inelegibilidade do cacique Marcos para o cargo de prefeito até julho de 2024 e determinou novas eleições, sem especificar o prazo delas. Ao decidir dessa forma, o STE afirmou o poder da lei *contra* a vontade eleitoral de Pesqueira e, ao fazer isso, *consolida* a dominação do estado contra a vontade eleitoral do povo de Pesqueira, Xukuru ou não. Dessa forma, a luta pra democratizar a democracia Brasileira continua, seja em Pesqueira ou seja em outros municípios e estados brasileiros, como afirma o cacique Marcus numa mensagem gravada logo depois da decisão do STE, no dia 2 de agosto de 2022⁴.

2. Os indígenas e a lei

A decisão do Supremo Tribunal Eleitoral Brasileiro de 1º de agosto de 2022 foi uma decisão contra o cacique Marcos e contra a vontade eleitoral do Município de Pesqueira. A decisão do STE focaliza num crime contra um patrimônio particular, cometido em 2003, mas ignora a causa deste crime, ou seja, o crime do assassinato de dois indígenas e a tentativa de assassinato do cacique Marcos, o que causou um levante popular contra a casa do suposto autor do assassinato. Ao proceder desta forma, a justiça Brasileira, mais uma vez, revela seu caráter político e sua motivação parcial, atuando contra a vontade popular e, ultimamente, contra a democracia neste país.

4 Disponível em: <https://marcozero.org/tse-confirma-inelegibilidade-do-cacique-marcos-xukuru-e-determina-novas-eleicoes-em-pesqueira-pe/>

Afirma, com isto, que a justiça Brasileira não é independente, mas comprometida com a poder. Dos 7 ministros que compõem o STE em agosto de 2022, somente um votou a favor do cacique, o atual presidente do STE, Edson Fachin, que tem uma história de apoio a causas trabalhistas, da CUT e do PT.

Nem todas as leis e instancias judiciais atuam sempre e de forma categórica contra os indígenas, pois as decisões jurídicas como a mesma formação de leis são determinadas, pelo menos em parte, pelas circunstâncias políticas locais, nacionais, e internacionais de um determinado tempo (Paschel, 2016). A constituição brasileira de 1988, resultado de um amplo movimento popular constituinte, afirma o direito dos povos indígenas ao seu próprio território. Desde então, muitos grupos indígenas têm lutado para obter o reconhecimento de partes de suas terras ancestrais para serem reconhecidas como reservas. O processo de demarcação de reservas indígenas tem sido longo e difícil, feito com sucessos parciais e muitas desvantagens. Desde janeiro de 2019, com o governo de Jair Bolsonaro assumindo o poder em Brasília, os direitos indígenas voltaram a ser ameaçados e muitos processos de garantia de seus próprios territórios foram interrompidos ou revertidos.

O governo brasileiro firmou, em 2002, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que declara:

The peoples concerned shall have the right to decide their own priorities for the process of development as it affects their lives, beliefs, institutions and spiritual well-being and the lands they occupy or otherwise use, and to exercise control, to the extent possible, over their own economic, social, and cultural development. (ILO Convention No. 169, article 7(1)).

Os povos interessados terão o direito de decidir suas próprias prioridades para o processo de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam de outra forma, e exercer controle, na medida do possível, sobre o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural (OIT Convenção No. 169, artigo 7 (1)).

Firmando esta declaração, o Estado brasileiro afirma respeitar a vontade e as preferências dos povos indígenas. Reconhecimento requer, como base, o reconhecimento mútuo; do interlocutor como parceiro igual. Assim que, para poder existir uma política pública para os indígenas, os indígenas também deveriam ter uma política pública para os não indígenas. Isso leva a perguntar: o governo brasileiro por acaso conhece as preferências indígenas? Quais são essas preferências? O que seria uma política pública, não do estado brasileiro para os indígenas, mas dos indígenas para o estado e o povo brasileiro?

Este trabalho de pesquisa procura delinear o que poderia ser uma política pública indígena, ou seja, de indígenas para eles mesmos e de indígenas brasileiros para

os não indígenas. Acredito que somente depois de ter clareza desta política pública, poderá existir um diálogo entre iguais, em que um lado respeite o outro porque conhece o outro, seus valores, convicções, suas normas, preferências e metas.

Como existem uns 300 grupos étnicos indígenas no Brasil, com uma população total de mais de um milhão de pessoas, inclusive 67 grupos indígenas que não têm contato com o mundo branco (FUNAI), falar de uma política pública indígena, no singular, seria cometer um erro de homogeneizar o que, na realidade, é diverso e heterogêneo. Para operacionalizar o conceito de Política Pública Indígena, dessa forma, temos que focalizar em grupo étnico, ou então detectar uma família de grupos étnicos que compartilham as mesmas preferências e convicções políticas. Este estudo de caso visa, dessa forma, delinear a política pública Xukuru.

3. Os Xukurus do Ororubá

Podemos ler sobre os Xukurus na página web do Instituto Socioambiental, uma ONG Brasileira:

Os Xukuru habitam um conjunto de montanhas, conhecido como Serra do Ororubá, no estado de Pernambuco. Os registros sobre esses índios datam do século XVI e desde então indicavam que a sua ocupação nessa região já sofria transformações devido aos violentos processos de expropriação de suas terras. Documentos relativos ao período colonial atestam essa invasão por parte dos portugueses e registram que a antiga Vila de Cimbres, hoje uma aldeia xukuru, foi palco de conflitos entre os Xukuru e os colonizadores. Muitas aldeias foram extintas e as terras logo registradas em nome de fazendeiros. Desde muito tempo conflitos entre os Xukuru e os fazendeiros e políticos locais são constantes, mas sua intensificação se deu especialmente com o início do processo demarcatório de suas terras em 1989. O assassinato de um importante líder xukuru, de outros dois índios e de um procurador, no fim da década de 1990, foram tentativas de inibir o andamento do processo de regularização da Terra Xukuru, assim como os inúmeros processos jurídicos e administrativos que surgiram no caminho. A Terra Indígena somente foi homologada em 2001. A crença na natureza sagrada é outra característica importante desse povo. É nos terreiros distribuídos nesse território que os rituais religiosos são realizados e constituem o espaço de contato com os caboclos e encantados. O toré se destaca nesse contexto como a principal manifestação do sistema cosmológico xukuru.⁵

5 Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Xukuru>

Os Xukuru falam apenas o português, no entanto conhecem cerca de 800 palavras de um léxico que remete a uma língua indígena antiga. Contavam, em 2007, com uma população estimada em 10.536 (Funasa/Siasi). Atualmente vivem em um território localizado na Serra do Ororubá em Pernambuco. Ali estão distribuídos em mais de 20 aldeias. A Serra do Ororubá é composta por uma cadeia de montanhas com uma altitude aproximada de 1.125 metros. É uma região que dispõe de uma hidrografia privilegiada com a presença de um grande açude e rios, como Ipanema e Ipojuca que cortam a Terra Indígena. Essa conjugação hidrográfica é responsável pela fertilidade de parte das terras dos Xukuru, abastecendo também, em época de seca, a cidade de Pesqueira, ao pé da serra. Além da Serra do Ororubá, os Xukuru também moram em alguns bairros da cidade de Pesqueira. Durante décadas, esses índios habitaram principalmente, os bairros denominados “Xucurus” e “Caixa d’água”, localizados na área fronteira entre a serra do Ororubá e a cidade. Hoje, encontram-se espalhados também por outros bairros. Os Xukuru estão situados na mesorregião do Agreste pernambucano que tem características propícias à agricultura, considerando a existência de água e de um clima ameno. A região também possui uma área semiárida, localizada entre o Agreste e o Sertão. Limita-se ao norte com o município de Poção e com o estado da Paraíba; ao sul com Mimoso; ao Leste com a cidade de Pesqueira e a Oeste com Arcoverde. Isso faz com que a Terra Indígena esteja incrustada numa região com solo e clima variáveis, possuindo, desde áreas úmidas a áreas extremamente secas e dependentes da chuva.

De fato, pesquisas históricas confirmam que os indígenas Xukuru habitavam o território de Pesqueira já na época da conquista Portuguesa (Cardim, 1925 [1625]; Alveal, 2015; Damasceno, 2016; Medeiros, 2005; Silva 2020; Curvelo, 2019) e que o atual município de Pesqueira fica dentro do território tradicional desta nação.

4. Pesqueira

No acervo da Câmara Municipal de Pesqueira, pode-se ler esta história de Pesqueira:

Pesqueira é um município Brasileiro do estado de Pernambuco. Distante a 215 km da Capital Pernambucana. Situa-se na Microrregião do Vale do Ipojuca e Mesorregião do Agreste Pernambucano. É sede da Diocese de Pesqueira, a sé episcopal está na Catedral Santa Águeda. Pesqueira dispõe de boa in-

fraestrutura, que inclui hotéis, pousadas, bares, restaurantes e movimentado calendário de eventos, faz parte deste calendário o antigo Circuito do Frio de Pernambuco atual Festival Pernambuco Nação Cultural “Festa da Renascença” de Pesqueira (um festival de músicas no meio do ano com artistas locais e consagrados) e toda a parte cultural da cidade. Além de privilegiada localização, Pesqueira conta com o Santuário de Nossa Senhora das Graças, local de adoração e centro de peregrinação católica. A história de Pesqueira começa em fins de 1659 ou início de 1660 com a fundação de uma missão da Congregação do Oratório pelo padre João Duarte do Sacramento. Tal missão fora fundada junto à tribo cariri de nome Xukuru, que habitava a serra do Ororubá (ou Urubá, ou até Ararobá, como aparece nos registros mais antigos). O local foi batizado pelo padre de Monte Alegre, que depois se tornou Cimbres e fora elevada à categoria de vila em 3 de abril de 1762. Antes disso, segundo carta de sesmaria datada de 24 de janeiro de 1691, o lugar já era sede da Capitania de Ararobá e tinha como capitão-mor o sesmeiro Matias Sicio, que seria substituído ainda naquele mesmo ano por João de Oliveira Neves, segundo carta assinada por ele em agosto de 1691. Pelo menos até 1721, segundo documento de 4 de abril daquele ano, um manifesto em apoio a Antônio Vieira de Melo, Oliveira Neves, fazendeiro de Monte Alegre, ainda era capitã-mor de Ararobá. Ao que parece, a dita capitania foi transferida para os Campos dos Garanhuns por volta de 1727 e não em 1700, como alguns apontam. A capitania voltaria para Monte Alegre em 1762, com a elevação da povoação à categoria de vila e sede de município. A partir de 1800, uma fazenda começou a ser instalada ao pé da serra por Manoel José de Siqueira. A fazenda recebeu o nome de “Poço Pesqueiro” (ou “da Pesqueira”, como também se encontra nos registros mais antigos) e começou a progredir com rapidez. Tanto que a 13 de maio de 1836, Poço Pesqueiro já era uma povoação vistosa e fora elevada a vila com o simplório nome de “Pesqueira”. Junto com a elevação a vila, Pesqueira recebeu a sede do Município de Cimbres (que no alto da serra, já não era tão viável para assuntos políticos e o comércio). Depois disso a cidade progrediu como nenhum outro lugar do sertão, devido à instalação de fábricas de doces e beneficiamento de tomate. Em 1880 a vila foi elevada a cidade com o nome de “Santa Águeda de Pesqueira”, que não vingou e recebeu o nome de “Pesqueira”. A vila de Cimbres foi a ela anexada e, juntas, Cimbres e Pesqueira formaram o Município de Cimbres até 1913, quando “Pesqueira” passou definitivamente a ser o nome do Município, passando a antiga sede a mero distrito.

Dessa forma, a história de Pesqueira se confunde com a história dos Xukurus, pois a cidade foi fundada ao redor da missão cristã que visava batizar os indígenas. Os indígenas do território do Ororubá, do outro lado, estão intimamente conectados aos não-indígenas de Pesqueira e devemos considerar muitos deles serem parentes, resultado de centenas de anos de contato, convivência e mistura.

5. A questão da terra

A posse de terra impacta, de forma direta e grave, não só o bem-estar de muita gente no Brasil, mas ela também é a causa de muitos conflitos, muitos deles fatais. No território Xukuru não é diferente. Para poder entender bem o atual conflito pela terra, é preciso esclarecer a história da posse de terra em Pesqueira e no território indígena Xukuru. É uma história típica brasileira, marcada pelo tipo de colonização que o reino português empreendeu nas suas terras ultramarinas. Os passos históricos que afetaram os xukurus se confundem com a história geral do Nordeste Brasileiro e do resto do país.

Em 1549, o governo-geral foi instalado nestas terras. Durante a União Ibérica (1580-1640), os holandeses aproveitavam a situação de descontrole nas colônias e se instalaram em Olinda, em 1630. O domínio holandês durou até 1654, quando as tropas Portuguesas conseguiram a reconquista do território brasileiro (PUNTONI, 2014).

Com a consolidação do domínio português nas terras brasileiras começou a expansão do controle colonial do litoral para o interior, apoiado por bandeirantes Paulistas e, às vezes, por grupos indígenas fiéis aos portugueses. Uma aliança dos indígenas Cariri, conhecida como a Confederação dos Cariris, ou então *Confederação dos Bárbaros*, foi finalmente derrotada pelos portugueses em 1713, marcando o fim da então chamada *Guerra dos Bárbaros*. Os Xukurus, como subgrupo Cariri, faziam parte desta luta anticolonial, e perderam.

É a partir do fim dessa guerra, que a posse de terra pelos colonos conquistadores no território Xukuru consegue se consolidar, seguindo o padrão português das sesmarias, ou seja: a doação de terras a colonos portugueses com o mandato de plantar, cultivar e controlar essas terras e os povos que nela se encontram. O modelo de posse das capitanias e suas subdivisões, as sesmarias, foi o modelo criado pelos portugueses no trato com os mouros em Portugal na época da reconquista, ou seja, oferecer terra e gente àqueles aristocratas Portugueses que conseguiam reconquistar essas terras e assegurá-las para a coroa Portuguesa (CROWLEY, 2015). Vale a pena ressaltar que a posse de terra pelos portugueses foi o resultado de uma doação da Coroa portuguesa. Era uma posse sem pagamento. O território Xukuru fica dentro da sesmaria concedida em 1671, a Bernardo Vieira de Melo e outros. (DAMASCENO, 2016).

Também vale a pena ressaltar que os conflitos sobre a posse da terra começaram logo com a doação das sesmarias, pois muitos sesmeiros, como o mesmo Bernardo Vieira de Melo, vendiam parte das suas sesmarias a outros colonos e, em alguns casos, a coroa Portuguesa intervia nessas transações, consideradas ilegais por ela (DAMASCENO, 2016). Os conflitos entre colonos portugueses e holandeses, como também os conflitos entre colonos e entre colonos e indígenas, foram aproveitados por muitos escravizados para fugirem, tanto pelos africanos e seus descendentes, como

pelos indígenas escravizados até 1758. Alguns deles formaram Quilombos, como o *Quilombo de Palmares*, fundado por volta de 1597 na capitania de Pernambuco, no atual estado de Alagoas e, na zona dos Xukuru, o *Quilombo Negros do Osso*, reconhecido pela Fundação Palmares em 2005 (Arcanjo, 2008).

Dessa forma, em meados do século 18 começa o processo da subdivisão das antigas sesmarias entre os descendentes, e sua venda a diferentes fazendeiros na região do Agreste Pernambucano. Nesse processo, os indígenas Xukuru, semelhante a outros indígenas da região e do país, finalmente perderam suas terras ancestrais aos colonos portugueses e seus descendentes.

Escreve Damasceno: “Segundo a relação escrita a mando do governador D. Marcos de Noronha (...) a freguesia do Ararobá, por volta de 1746, contava com três aldeias de missionação indígena, com aproximadamente 1147 pessoas.” (Damasceno, 2016, p. 880). O mesmo autor também relata que,

Em 1761, após longo processo e conturbado processo jurídico contra Antônio Vieira de Melo, este foi preso e seus bens sequestrados pela Fazenda Real de Pernambuco. A Coroa alegava a suposta ilegalidade da doação da sesmaria herdada por Antônio Vieira à luz das normas então vigentes, que limitavam as doações a algo em torno de três léguas quadradas de terra. No Lançamento dos sítios avaliados que tocam às sesmarias do Capitão Antônio Viera de Melo, sequestrados pela Fazenda Real, os quais se avaliaram por mandado do Ilustríssimo e Excelentíssimo General, dos quais alguns pertencem a terceiros e quartos possuidores, constam os nomes e avaliações dos sítios no interior do domínio de Antônio Vieira de Melo, naquele mesmo ano. São 27 sítios, dois deles incluindo seus logradouros, que somam no total 6:860\$000 – fora o gado, a escravaria e outros bens (Damasceno, 2016, p. 92).

Vemos, dessa forma, que a disputa pela posse da terra envolveu os herdeiros dos sesmeiros originais, a Coroa portuguesa, o governo português instalado no Brasil, os fazendeiros que compraram terra, mesmo que de forma ilegítima, e todos os segmentos da população que atualmente moravam nessas terras e viviam dela. Foram esses indígenas, africanos e seus descendentes livres e libertos, e toda a gama de camponeses mestiços e caboclos, os quais sofreram as consequências dos jogos econômicos e políticos das elites que compravam e vendiam suas terras ancestrais.

No caso dos Xukuru, não é de surpreender que a luta por seu território exigiu muito sacrifício e encontrou muita resistência dos fazendeiros, considerados donos formais destas terras. Em 20 de maio de 1998, foi assassinado o líder dos Xukuru, o Cacique Xicão. Pela apuração da Polícia Federal brasileira, o assassinato foi a mando do fazendeiro José Cordeiro de Santana e executado por José Libório Galindo. Santana foi encontrado morto na sua cela de prisão e Galindo foi condenado a 19 anos de prisão. Segundo o Conselho indigenista missionário, foi “a primeira vez em que a Justiça

Federal de Pernambuco pune um acusado de participação em assassinato ligado a um povo indígena” (<https://cimi.org.br/2004/11/22538/>).

A morte de Xicão Xukuru não foi em vão. Ele lutou para que seu povo possa ter sua terra ancestral reconhecida e protegida pelo governo federal e foi justamente isto que finalmente aconteceu em 2001.

6. Políticas públicas indígenas: O jeito Xukuru de ser e fazer política

Em novembro de 2020, o Cacique Marcos ganhou as eleições municipais de Pesqueira com 51.60% dos votos. Seu partido era o Republicanos. Pelo mesmo partido, se elegeram mais quatro Xukurus (Zezinho da Briboca, Pastinha Xukuru, Sil Xukuru e Bal de Mimoso). Com esse resultado, os republicanos Xukurus constituem a maioria numa câmara de 15 vereadores, pois estão aliados com outros partidos de oposição à oligarquia tradicional que controlou Pesqueira até 2020. São eles que dominam a câmara municipal, comandando um grupo de partidos que eles lideram. Dessa forma, Pesqueira, desde janeiro de 2021, tem uma administração municipal Xukuru. Isso traz a pergunta: qual é a diferença que uma administração municipal indígena pode fazer?

Justificado por tal resultado, as secretarias municipais do estado, de educação, de cultura e turismo, entre outros, estão lideradas pelos Xukuru.

6.1. O diferencial indígena: o que constitui uma Política Pública indígena?

O projeto político Xukuru se caracteriza por quatro eixos: o princípio de “mandar obedecendo,” ações políticas definidas pela coletividade, horizontalidade e responsabilidade (entrevista com Cacique Marcos, 10 de junho 2022).

Para poder efetuar essas preferências filosóficas, os xukurus se reúnem anualmente numa assembleia geral, no território deles, para propor, discutir, a determinar as políticas públicas e os demais ações coletivas.

O cacique Marcos explica:

Precisamos mudar essa concepção do individualismo e pensar muito mais num processo coletivo (...) temos que abrir esse espaço de diálogo entre a gestão e o cidadão (...). O cidadão tem que começar a se sentir parte desse processo, se sentir responsável. (...) Precisa ter um sentimento de pertencer (...). Pesqueira, na realidade, faz parte do território Xukuru; fica dentro dele (...). O projeto de mudança seria esse: horizontalidade, coletividade e responsabilidade. (entrevista com Cacique Marcos, 10 de junho 2022).

Nas entrevistas realizadas com lideranças de diferentes aldeias, algumas ideias centrais ficaram evidentes, na minha busca de identificar o “diferencial indígena.” São eles:

6.2. Os mais velhos

Na fala de muitas lideranças indígenas, “os mais velhos” são referenciados frequentemente. Os mais velhos são tidos como fontes de sabedoria ancestral. Eles são consultados como guias para aprender o que se deve fazer e como se deve fazer. Também são eles que sabem o que significa ser indígena. Os Xukuru, igual a outros grupos indígenas das Américas, respeitam os mais velhos e os consultam.

6.3. A espiritualidade

Outro elemento da cosmovisão Xukuru é sua espiritualidade e sua religiosidade. Muito frequentemente a religiosidade é referenciada para denotar uma diferença de atuar no mundo. Em vez de ser motivado pelo lucro e pela exploração, muitos xukurus explicam que eles são motivados por sua religiosidade, ou seja, por sua forma de estar no mundo e de atuar no mundo, tanto com a sociedade, como também com um mundo animal e natural, é baseada numa concepção espiritual do mundo.

O secretário de turismo e cultura, Guilherme Araújo Marinho Magalhaes Xukuru explica:

Não é só o povo Xukuru que nós estamos defendendo. É o país todo, para ter uma outra perspectiva do mundo, multiétnico. É a partir do nosso território que esta mudança começa, num projeto de participação e de pertencer (...) O povo Xukuru se entende como um movimento político, para além do eleitoral. (entrevista com o secretário municipal de turismo e cultura de Pesqueira, Thiago, 7 de junho 2022)

6.4. Responsabilidade

A atuação indígena no espaço público se caracteriza por uma forte ênfase em responsabilidades. Os líderes Xukurus que entrevistei se sentem responsáveis pela natureza; pela vida dos animais, pelo bem-estar dos Xukuru e agora, desde que chegaram ao município de Pesqueira, também por Pesqueira e seus habitantes. Isso é bem diferente dos administradores públicos anteriores, não indígenas cuja atuação se respaldou num discurso de direitos. São poucos os políticos não indígenas no Brasil, ou em outro país qualquer, que se perguntam ‘de onde vem esses direitos’ ou ‘como são construídos e mantidos estes direitos.’

Os Xukuru, alinhados com outros grupos indígenas, baseiam sua atuação pública na coletividade e no princípio de ‘mandar obedecendo,’ ou seja: na escuta de demandas trazidas pela população. Com isto, os Xukuru ancoram sua atuação política no princípio democrático básico, pois na sua concepção mais fundamental, democracia demanda que as atuações no âmbito político são oriundas da coletividade, que primeiramente define o que fazer no âmbito coletivo e depois passa o mandato de efetuar as ações correspondentes às lideranças que se encontram em cargos administrativos

e executivos. Nesta concepção, direitos são criados e defendidos pela coletividade e esta mesma coletividade abraça a responsabilidade de zelar pelo bem-estar de todos, inclusive dos animais e da terra.

6.5. A importância do território

A mesma concepção do ser indígena é intimamente vinculada ao território. Não há indígena sem território. O território, por sua vez, vincula a religiosidade com a atuação política, via os rituais e os ancestrais. Os rituais Xukuru, como de outros grupos indígenas, são rituais na terra que reconectam os seres vivos com os seres mortos/ancestrais e os seres encantados. Criam-se e recriam-se no ritual indígena os vínculos que juntam os seres vivos com a natureza, com a terra, com os ancestrais, e com o mundo encantado, e é dessa unidade que a política indígena se inspira e se orienta. Até mesmo a lei é percebida como uma lei que está presente na natureza. As pessoas, desta forma, deveriam aprender da natureza e compreender a lei da natureza.

O Secretário de educação municipal, Thiago Torres de Lima Xukuru, explica:

Nós temos uma outra relação com a natureza, com o meio ambiente. Lá é a vivência dos nossos encantados; é lá onde vive nossa espiritualidade, a nossa religiosidade. É de lá que a gente se alimenta espiritualmente, pois os nossos ancestrais viveram lá e hoje estão lá, descansando. Nós somos parte dessa natureza. É por isto que temos esta responsabilidade; faz parte da nossa cosmovisão (...) estamos tentando quebrar estes paradigmas de colonização que ainda permeiam a nossa sociedade (...) O pensamento do colonizador, eurocêntrico, permaneceu na cabeça das pessoas e muitas pessoas, infelizmente, estão reproduzindo este modo de viver europeu, inclusive dentro de nosso território. (entrevista com o secretário municipal de educação de Pesqueira, Thiago, 7 de junho 2022)

A mesma essência do ‘ser indígena’ hoje é definida por uma relação especial com a terra. A terra é percebida como sagrada e como mãe para os Xukuru, igual a outros indígenas das Américas. Como a terra é sagrada e mãe, ela não poder ser possuída de forma individual. Ou seja: a forma como ‘ser indígena’ é definida hoje implica na posse da terra de forma coletiva. O governo reconhece e fortalece esta compreensão de ‘ser indígena’ na medida que as reservas outorgadas aos indígenas são terras coletivas.

7. Construindo autenticidade

O discurso Xukuru que informa e cria o significado de “ser indígena” é um discurso contemporâneo. Ele corresponde às oportunidades criadas a indígenas pela constituição de 1988 e de algumas leis internacionais. Ser indígena hoje significa uma

coisa diferente do que significava na época pré-colonial ou mesmo na época colonial e durante a maior parte do século XX.

Ser indígena, portanto, não é um fato, mas uma construção e reconstrução permanente, com aspectos performáticos e discursivos que correspondem as oportunidades e restrições do contexto histórico e político (HOBBSAWM; RANGER, 1983). Como ressalta Gayatri Spivak (2012), o essencialismo pode ser utilizado de forma estratégica por grupos subalternos na sua luta pelos direitos. Afinal, todo mundo é nativo de algum lugar e, portanto podia ser considerado “indígena.” Não é óbvio, portanto, qual é a essência de ser indígena; de onde vem essa essência; quanto tempo é preciso estar num lugar para ser nativo; entre outros. Como Jan Hoffman French mostrou (2009), a construção do ser indígena, além dos seus aspectos discursivos e performáticos, também corresponde às oportunidades legais, pois a mesma lei, nesse momento adverso à causa indígena brasileira, em outro momento histórico e político, criou oportunidades para afirmar o ser indígena e com isto, clamar direitos antes negados. As cotas universitárias reservadas para indígenas e a possibilidade de segurar terra coletiva e tirá-la do controle de oligarquias tradicionais certamente são as oportunidades mais destacadas nesse contexto.

Para construir o significado do ‘ser indígena,’ os Xukurus podem escolher de uma gama grande de significados e elementos culturais disponíveis a eles hoje em dia. São estes relatos da conquista, cartas e livros de missionários, tradição oral, assim como acervos municipais, estaduais e federais. De grande influência são também os relatos de outros grupos indígenas, tanto ao nível nacional, como internacional. O significado de ser indígena, ou de ser Xukuru, hoje, é o resultado de um conjunto eclético de práticas, filosofias, e discursos tidos como ‘nativos’ no mundo inteiro.

O pajé dos Xukurus, “seu Zequinha,” de 92 anos, explica: “Nos anos 50 a 60, não tinha índio. Como é isso? Tinha índio, sim, mas eles estavam negando sua identidade. Estavam escondendo sua identidade (...). Não tinha cacique (...).” (entrevista com o pajé Xukuru, ‘seu Zequinha,’ 8 de junho 2022)

O princípio de “mandar obedecendo”, por exemplo, é um elemento central do discurso e da prática dos Zapatistas do México (Mora, 2017). Como os Zapatistas conseguiram uma hipervisibilidade internacional, seus princípios estão influenciando o significado de “ser indígena” no mundo todo. Vários dos líderes intelectuais Xukuru que entrevistei referenciaram a ideia Zapatista do ‘mundo donde quepan muchos mundos’ – ou seja: um mundo que tem espaço para muitos mundos e muitas formas de ser.

Autores como Robin Wall Kimmerer (2013), mesmo que desconhecida entre a maioria dos Xukurus e outros grupos indígenas do Brasil e da América Latina, oferecem uma interpretação do que significa, hoje, ser indígena e nativo. Desta forma, autores como Kimmerer se tornam empresários étnico-políticos (*ethnopolitical entrepreneurs*), no sentido explicado por Rogers Brubaker que argumenta: “a retificação é um processo social, não somente um mal hábito intelectual” (BRUBAKER, 2004, p. 10). Em outras palavras: categorias sociais se tornam reais através de um processo social, liderado e, muitas vezes, criado ou inventado por líderes étnico-políticos e suas organizações.

Kimmerer, igual a muitos outros autores indígenas brasileiros e das Américas, enfatiza a relação de indígenas com a natureza e os aprendizados que a mãe natureza pode oferecer aos seres humanos e, ao fazer isso, ela consolida a significado do ‘ser indígena.’ Uma referência explícita nessa construção identitária é o livro de Davi Kopenawa, um intelectual Yanomami que publicou seu influente livro, *A Queda do Céu*, em 2015, em português, dois anos depois de publicar o mesmo livro em inglês, pela Harvard University Press – das mais prestigiosas e influentes editoras do mundo, indicando o caráter global desse discurso. Na atualidade, é provavelmente a voz de Ailton Krenak que mais influencia o significado de ‘ser indígena,’ tanto para indígenas como para não indígenas no Brasil. Seu livro *A vida não é útil* (2020) se transformou em leitura obrigatória em muitos cursos universitários e suas críticas ao modelo capitalista e desenvolvimentista que destrói a natureza virou conhecimento geral, ao ponto que ‘ser indígena’ hoje necessariamente é vinculado a preservação da natureza.

Krenak e Kopenawa foram mencionados várias vezes nas minhas entrevistas com os líderes xukurus, como referência ao discurso “decolonial” que atualmente domina as discussões sobre indígenas nas Américas no âmbito acadêmico. Muitos dos Xukurus entrevistados referenciam conceitos como “Abya Yala” para se referir as Américas, ou então “Ilha das Tartarugas” – expressões criadas e disseminadas por indígenas Panamenhos e Canadenses, respectivamente.

Como já mencionei anteriormente, o atual conteúdo discursivo e performático de constituir e reconstituir o significado de “ser indígena” no Brasil é novo. Esse discurso surge com as oportunidades que “ser indígena” trouxe ao longo das últimas décadas. A constituições de 1988 trouxe a oportunidade de reclamar terras ancestrais; o sistema de cotas que reserva vagas universitárias às minorias étnicas, negros e indígenas, desde 2002, fez com que a partir desse ano, muito mais candidatos se apresentassem como negros ou indígenas; a declaração da ILO de 1996 deu aos indígenas mais uma ferramenta de pressionar seu próprio governo. Para os Xukurus, isto possibilitou entrar na justiça contra o governo brasileiro na corte interamericana de justiça e ganhar uma causa de um milhão de dólares – valor que os Xukurus utilizaram para investir na infraestrutura do seu território. Fundações internacionais e o mesmo governo federal brasileiro agora também financiam projetos, de e para indígenas – e os Xukurus já se beneficiaram de várias oportunidades financeiras destes órgãos, por exemplo, na construção de uma casa para sua assembleia geral e no reflorestamento do seu território.

A condição básica de conseguir tais apoios é de *ser e parecer* indígena ao interlocutor interessado. Assim: as novas oportunidades criaram uma pressão performática aos indígenas brasileiros, pois os interlocutores interessados neles querem ver, e apoiar, indígenas autênticos. Portanto, esses interlocutores nacionais e internacionais influenciam a definição daquilo que é legitimamente considerado indígena.

Como o significado de “ser indígena” não é obvio, ele é constantemente disputado e renegociado, não somente pelos mesmos indígenas, mas, de forma significativa, pelos agentes que apoiam aqueles que eles mesmos consideram indígenas. São estes, mais do que os próprios indígenas, que propulsionam o aspecto performático de ser indígena, expressado na forma de se vestir; mas também numa certa forma de se

relacionar com a mãe terra e de ter uma religiosidade específica. Para os indígenas, a definição de ser indígena é uma questão de resgate de práticas perdidas, de reconstituir uma coletividade consciente e de encontrar sistemas políticos e econômicos que fazem sentido para eles neste momento da história. Ser indígena, para muitos deles, é uma construção identitária que se inspira e aprende dos mais velhos, entre eles e de outros grupos indígenas e, ao mesmo tempo, é oposto ao significado do ser branco ou ser colonizador. Esse processo, chamado de *schismogenesis* por Gregory Bateson (BATESON, 1935; GRAEBER; WENGROW, 2022) faz com que o processo de encontrar a essência de ser indígena seja necessariamente um processo decolonial.

8. Conclusão

Os Xukuru do Ororubá é um grupo indígena Brasileiro cujos ancestrais já viviam no território da Serra do Ororubá antes das invasões Europeias as Américas. Durante a colonização portuguesa, os Xukurus participaram na “Guerra dos Bárbaros,” como integrantes da aliança Cariri contra os Portugueses. Depois que perderam essa luta, sofreram a perda do seu território e da sua cultura. Nas mãos dos fazendeiros que tomaram suas terras, os Xukurus viraram camponeses pobres e explorados. Somente em meados do século XX começou o processo da sua recuperação enquanto povo indígena, depois de já terem perdidos sua língua para sempre.

A luta Xukuru começou pela reconquista da sua identidade indígena, nos anos 1950 e 60. Uma vez que um grupo de pessoas se assumiu Xukuru, começou o processo de recuperação da sua cultura e sua religiosidade. Esse processo foi liderado pelo pajé Xukuru “seu Zequinha,” que lidera seu grupo espiritualmente até hoje. O próximo passo nessa recuperação foi a luta pela terra. Depois de darem entrada ao reconhecimento das suas terras ancestrais junto ao governo federal, seu território foi finalmente reconhecido e homologado em 2001. O processo pela terra foi doloroso e custou caro aos Xukuru, pois seu líder, o cacique Xicão Xukuru, foi assassinado em 1998, a mando de um fazendeiro.

O filho de Xicão, Marcos, assumiu o cargo de cacique em 2001, continuando a luta do seu pai. Sob a liderança dele e de seu Zequinha, os Xukurus ganharam um processo jurídico contra o governo brasileiro na corte Interamericana e receberam uma indenização de 1 milhão de dólares. Eles utilizaram este dinheiro, e outros recebidos de órgãos nacionais e internacionais desde então, para investir no seu território. Hoje, a reserva Xukuru conta com um centro para reuniões e uma cisterna para a coleta de água. Vários projetos de preservação e educação ambiental estão em andamento no seu território, assim como a produção de medicamentos e produtos naturais.

Em novembro de 2020, a trajetória Xukuru ganhou uma nova dimensão, pois seu cacique fora eleito ao cargo de Prefeito de Pesqueira, uma cidade de uns 68 mil habitantes que fica dentro do território ancestral Xukuru e ao lado da atual reserva Xukuru. A história de Pesqueira é intimamente conectada à história dos Xukuru. Mesmo sendo eleito com a maioria dos votos, não foi permitido a Marcos tomar posse, por causa de um processo criminal pendente contra ele, em 2003. Como seu grupo ganhou a maioria na câmara legislativa de Pesqueira, o Prefeito ínterim apontou

Marcus como secretário do estado, permitindo que ele possa exercer sua função de forma indireta.

Com a chegada dos Xukuru ao poder público municipal de Pesqueira, começou uma nova fase da sua atuação no âmbito público e de políticas públicas – o tema deste artigo. É uma fase de aplicar as crenças e práticas do seu território a esfera não indígena. Começa, dessa forma, a fase da política pública indígena em Pesqueira. De que se trata?

Este artigo mostrou que se trata de uma política pública diferente que busca aplicar os princípios indígenas à gestão pública: o princípio de “mandar obedecendo,” ações políticas definidas pela coletividade, horizontalidade e responsabilidade. Desde 2001, os Xukuru definem suas ações coletivas e, portanto, suas Políticas Públicas, numa assembleia geral que ocorre uma vez por ano, em maio, no seu território. A partir de 2021, eles procuram proceder da mesma forma fora do seu território, no município de Pesqueira. Procuram praticar uma gestão aberta às demandas da população, horizontal, transparente, baseada na responsabilidade cidadã, onde cada cidadão se sente corresponsável com o bem-estar de todos; onde todos pertencem e tem um lugar no município. Definem essa política de uma política decolonial, na medida que ela é oposta à política tradicional, vertical, elitista e clientelista do local.

Encontram, como é de se esperar, a oposição de todos aqueles que se beneficiaram do velho esquema, o que causa problemas e perigos. O cacique Marcos foi alvo de um atentado contra sua vida em 2003. Dois dos seus colegas indígenas foram mortos na ocasião, mas é Marcos que está sofrendo as consequências dos acontecimentos de 2003, pois a justiça brasileira, nas suas instâncias estaduais e federais, achou certo processá-lo por ter participado de um protesto contra a tentativa de seu próprio assassinato, quando uma casa foi incendiada. Mesmo assim, os Xukuru estão no governo em Pesqueira, pondo em prática uma política pública indígena diferenciada e decolonial. As expectativas dessa gestão pública indígena são grandes. Resta esperar para ver se eles vão ter a oportunidade de pôr em prática suas convicções e vencer a luta contra as elites tradicionais, oligárquicas, que ainda dominam muitos aspectos da política brasileira e conseguem influenciar o que é considerado legal no país. A importância da luta dos Xukuru, portanto extrapola seu território ancestral e impacta todo o país, pois é uma luta não só para testar a democracia, onde “o povo” deveria determinar seu próprio destino. É também uma luta para determinar se, no Brasil, o justo e o legal podem ser conciliados.

Referências

ALVEA, Carmen Margarida Oliveira. 2015. “De senhorio colonial a território de mando: os acossamentos de Antônio Vieira de Melo no Sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII).” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, nº 70, 2015, pag. 41-64. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70015>

ARCANJO, Juscelio Alves. 2008. “*Terras de Preto*” em Pernambuco: Negros do Osso – Etnogenese Quilombola. Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos. Universidade Federal da Bahia.

BATESON, Gregory. 1935. “199. Culture Contact and Schismogenesis.” *Man* 35 (1935): 178–83. <https://doi.org/10.2307/2789408>.

BRUBAKER, Rogers. 2004. *Ethnicity without Groups*. Boston: Harvard University Press.

CARDIM, Fernao. 1925 [1625]. *Tratados da terra e Gente do Brasil*. Rio de Janeiro. J Leite & Cia.

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. 2019. *Governar Pernambuco e as “capitanias Anexas”*: O Perfil de Recrutamento, a Comunicação Política e as Jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756). Tese de Doutorado. Programa Interuniversitário de Doutoramento em História. Universidade de Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora.

DAMASCENO, Felipe Aguiar. 2016. “Sítios, fazendas e a dinâmica da apropriação territorial no Brasil colonial: o caso do sertão do Ararobá (Pernambuco, século XVIII).” *Revista Em Perspectiva [On Line]*. 2016, v. 2, n. 1., pag. 73-101.

FRENCH, Jan Hoffman. 209. *Legalizing Identities: Becoming Black or Indian in Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

GEORGE, Alexander and Andrew Bennett, 2005. *Case Studies and Theory Development*. Boston: MIT Press.

GRAEBER, David; WENGROW, David. 2022. *The Dawn of Everything*. New York: Farrar, Straus & Giroux

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. 1983. *The Invention of Tradition*. New York: Cambridge University Press.

KAPINAWA, Davi. 2015. *A Queda do Céu*. São Paulo: Companhia das Letras.

KIMMERER, Robin Wall. 2013. *Braiding Sweetgrass*. Minneapolis: Milweed Editions.

KRENAK, Ailton. 2020. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. 2005. Barbaras Guerras: Povos indígenas nos conflitos e alianças pela conquista do sertão nordestino colonial. Paper presented at ANPUH – *XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Londrina, 2005.

MORA, Mariana. 2017. *Kuxlejal Politics*. Austin: University of Texas Press.

PUNTONI, Pedro. 2014. *O Estado do Brasil: Poder e política na Bahia Colonial (1548-1700)*. São Paulo: Alameda.

Reiter, Bernd. 2017. “Theory and Methodology of Exploratory Social Science Research.” *International Journal of Science and Research Methodology*. Vol. 5. Issue 4 (February 2017):129-150.

_____. 2019. *The Crisis of Liberal Democracy and the Path Ahead*. London: Rowman & Littlefield International.

SILVA, Wesley de Oliveira. 2020. Valentes Flecheiros: Atuação das Tropas Indígenas na Capitania de Pernambuco entre 1660-1700. *Epígrafe*. São Paulo, v. 8, n. 8, pp. 110-137.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. “Subaltern studies: Deconstructing historiography.” *In other worlds*. Routledge, 2012, pages 270-304.

A Importância das Marcas na Proteção Patentária: o caso Natura

Importance of Trademarks in Patent Protection: Natura's case

La importancia de las marcas en la protección de las patentes: el caso de Natura

Priscila Balloussier de Castro¹

Jeferson Monteiro Rosa²

Jonas Pereira dos Santos³

Douglas Alves Santos⁴

Genizia Islabão⁵

Resumo

CASTRO, P. B. de; ROSA, M. R.; SANTOS, J. P. dos; SANTOS, D. A.; ISLABÃO, G. A. Importância das Marcas na Proteção Patentária: o caso Natura. *Rev. C&Tropico*, v. 46, n. 2, p. 63-86, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art4](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art4)

No mundo, as vantagens e desvantagens da implementação dos sistemas marcário e patentário vigentes são bastante conhecidas, tanto em seus aspectos sociais quanto econômicos. A Marca e a Patente são ativos de Propriedade Industrial (PI) e são utilizados estrategicamente nos mais variados tipos de mercado, de maneira a otimizar a apropriação dos lucros e recuperar os investimentos empregados. A estratégia de combinação destes ativos é bastante conhecida e difundida em determinadas áreas tecnológicas. Neste sentido, o presente estudo busca identificar as principais estratégias adotadas pela empresa brasileira Natura Cosméticos S.A., no tocante à proteção de marcas e patentes, observando suas inter-relações. Aplica-se aqui uma metodologia que analisa a evolução dos depósitos de marcas e patentes nas últimas quatro décadas, alinhada às informações de investimentos realizados no mesmo interstício temporal pela empresa. Como principal resultado, verificou-se uma crescente na mudança de patamares de proteção de PI ao longo das últimas décadas até os dias atuais, assim como um crescente investimento em inovação. Disto, infere-se que a utilização das estratégias de associação entre marcas

- 1 Mestre e doutoranda em Propriedade Intelectual pela Academia da Propriedade Intelectual do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). E-mail: pballou@inpi.gov.br Orcid: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-3208-8946>
- 2 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Propriedade Intelectual e Inovação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e chefe da Divisão Internacional do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT) do INPI. E-mail: jefmont@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-7432-7984>
- 3 Mestrando em Propriedade Intelectual e Inovação pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Presidente da Comissão de Propriedade Intelectual da OAB-DF. E-mail: jonas.santos@camara.leg.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3321-5676>
- 4 Pós-Doutorando e Docente da Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI; Doutor em Engenharia de Processos Químicos e Bioquímicos da Escola de Química da UFRJ (2014). E-mail: dougsaints@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2829-8112>
- 5 Doutora pelo Instituto Militar de Engenharia (IME/2011). Docente na Academia do INPI e do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PRO-FNIT) no Campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: genizia.islabao@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0866-5766>

e patentes não apenas auxilia no investimento em inovação, como também são essenciais para garantir o destaque da empresa Natura em seu segmento de atuação.

Palavras-chave: Propriedade Intelectual. Inovação. Investimentos. Marcas. Patentes.

Abstract

CASTRO, P. B. de; ROSA, M. R.; SANTOS, J. P. dos; SANTOS, D. A.; ISLABÃO, G. A. Importância das Marcas na Proteção Patentária: o caso Natura. *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 63-86, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art4](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art4)

Worldwide, advantages and disadvantages of the implementation of currents trademark and patent systems are well known, both in their social and economic aspects. Trademarks and patents are Industrial Property (IP) assets and are used strategically in various types of markets, in order to optimize the appropriation of profits and recover the investments made. The strategy of combining these assets is well known and widespread in certain technological areas. In this sense, the present study seeks to identify the main strategies adopted by the Brazilian company Natura Cosméticos S.A., regarding the protection of trademarks and patents, observing their interrelations. In this work is applied a methodology that analyses the evolution of trademark and patent filings over the last four decades, aligned to information of investments made in the same period of time by the company. As a main result, was verified an increase in the IP protection levels over the last decades up to the present, as well as an increase in investment in innovation. Hence, it can be inferred that the use of association strategies between trademarks and patents, not only helps investment in innovation, but are also essential to ensure Natura company stands out in its segment.

Keywords: Intellectual Property. Innovation. Investments. Trademarks. Patents.

Resumen

CASTRO, P. B. de; ROSA, M. R.; SANTOS, J. P. dos; SANTOS, D. A.; ISLABÃO, G. A. Importância das Marcas na Proteção Patentária: o caso Natura. *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 63-86, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art4](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art4)

En el mundo, son bien conocidas las ventajas y desventajas de la implementación de los actuales sistemas de marcas y patentes, tanto en sus aspectos sociales como económicos. Las marcas y las patentes son activos de Propiedad Industrial (PI) y se utilizan estratégicamente en diversos tipos de mercados, con el fin de optimizar la apropiación de beneficios y recuperar las inversiones realizadas. La estrategia de combinar estos activos es bien conocida y extendida en determinadas áreas tecnológicas. En este sentido, el presente estudio busca identificar las principales estrategias adoptadas por la empresa brasileña Natura Cosméticos S.A., en cuanto a la protección de marcas y patentes, observando sus interrelaciones. En este trabajo se aplica una metodología que analiza la evolución de las solicitudes de registro

de marcas y patentes en las últimas cuatro décadas, alineada con información de inversiones realizadas en el mismo período de tiempo por la empresa. Como principal resultado se verificó un aumento en los niveles de protección de la PI en las últimas décadas hasta la actualidad, así como un incremento en la inversión en innovación. Por lo tanto, puede inferirse que el uso de estrategias de asociación entre marcas y patentes, no sólo ayuda a la inversión en innovación, sino que también son esenciales para que la empresa Natura se destaque en su segmento.

Palabras clave: Propiedad Intelectual. Innovación. Inversión. Marcas. Patentes.

1. Introdução

Não há dúvida de que o investimento de uma companhia em ativos intangíveis da propriedade industrial e sua adequada proteção podem representar uma estratégia bem-sucedida para seu posicionamento estratégico nos segmentos de mercado em que atua. Marcas e patentes são as espécies mais conhecidas desse gênero de ativo, mas cada qual possui especificidades e finalidades diferentes.

As patentes garantem ao inventor um monopólio sobre determinado produto ou processo, por certo período, ao passo que as marcas asseguram a seu titular a exclusividade de um símbolo ou nome por tempo indeterminado, mas não garantem exclusividade aos produtos ou serviços assinalados pelo signo. A racionalidade e os objetivos de ambas as proteções são diferentes: enquanto as patentes representam um incentivo à inovação, as marcas constituem um estímulo à manutenção da qualidade do produto, já que é com elas que o consumidor se identifica, enquanto indicação de origem do bem que se adquire (STATMAN *et al.*, 1981).

Patentes e marcas, porém, são proteções que podem e devem complementar-se, uma vez que o titular da patente pode lançar mão de estratégias de *marketing* durante o período de vigência da patente para transferir seu valor à marca. Assim sendo, a patente oferece a seu detentor não apenas o monopólio por determinado período, mas também a oportunidade de consolidar e destacar a marca, durante o prazo de sua vigência, sem as ameaças dos concorrentes (STATMAN *et al.*, 1981).

Todavia, será que as empresas que investem em patentes percebem a importância da proteção e dos investimentos também em suas marcas? Para entendermos um pouco mais sobre essa questão, realizaremos um estudo de casos com uma empresa nacional.

Muito se lê acerca da importância das marcas no setor farmacêutico, ao final do período de proteção patentária de determinado medicamento. A garantia da manutenção da empresa no mercado se daria, então, através de uma marca forte. As maiores empresas farmacêuticas do mundo, contudo, não são brasileiras, razão pela qual não representam o melhor setor para realizarmos a pesquisa. As moléculas novas se concentram, basicamente, nas mãos de gigantes internacionais. Porém, por outro lado, num segmento bastante afim, a saber, o setor de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC), o Brasil se destaca como o terceiro mercado no ranking global de

países que mais lançam produtos anualmente (sendo o primeiro os EUA, e o segundo, a China), segundo dados extraídos da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC).

Ainda segundo o relatório da ABIHPEC, o Brasil é o quarto maior mercado consumidor do mundo (US\$ 23.738 bilhões); é o segundo maior mercado em fragrâncias, produtos masculinos e desodorantes; e exportou, no ano de 2020, seus produtos para 174 países. Outro importante fator para esse bom desempenho do setor em relação ao mercado externo é que o Brasil apresenta investimentos em pesquisa e possui uma extensa biodiversidade local e, conseqüentemente, abundantes matérias-primas, o que lhe permite uma extensa linha de produtos naturais com grande aceitação no exterior.

Segundo relatórios sobre o setor de cosméticos, inovação, marca e distribuição são os pilares para que uma empresa do ramo consiga sem bem-sucedida nesse mercado. Dessa forma, não restam dúvidas de que as marcas e as patentes precisam de especial atenção no segmento em comento (ABIHPEC, 2021).

A criação de um produto tecnologicamente novo pode assegurar importantíssima vantagem competitiva a uma companhia por seu pioneirismo no mercado. Apesar disso, o sucesso empresarial não depende apenas do patenteamento e do desenvolvimento do produto. Para conquistar uma posição de relevo em seu nicho, é necessário investir não apenas nas patentes, mas também nos signos marcários. Afinal, a marca estabelece uma poderosa interface entre o produtor e o mercado, na medida em que funciona como canal estratégico para a inserção de seus produtos.

Evidencia-se, assim, não apenas a importância do segmento de cosméticos na economia nacional, mas também o papel de grande *player* global que o Brasil desempenha nesse setor, que se encontra em expansão e se revela bastante promissor, e em cujo contexto os ativos da propriedade industrial, como as marcas e patentes, tendem a desempenhar papel de ponta.

Diante desse quadro, o enfoque deste trabalho tem por objeto uma gigante nacional do segmento de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos (HPPC): a Natura. Para tanto, é necessário avaliar seu perfil depositário de patentes e de marcas e analisar se a empresa investe na proteção de ambos os ativos imateriais, operando a sinergia entre marcas e patentes para alavancar seus resultados econômico-financeiros e para consolidar-se como *player* relevante em seu segmento de atuação.

2. A Importância da Sinergia entre Marcas e Patentes

Há na literatura especializada diversas evidências de que as marcas podem contribuir efetivamente para as patentes. Em outras palavras, o que se observa é a adoção de uma visão sistêmica ou complexa na gestão dos portfólios de ativos incorpóreos em certos setores da economia empresarial, superando-se uma estratégia de gestão isolada ou estanque desses ativos, com vistas a alavancar os ganhos de produtividade da empresa pela maximização de sua cesta de bens da propriedade imaterial.

Quanto ao tempo de vigência de uma patente, é definido pela Lei nº 9.279, de 1996, Lei da Propriedade Industrial (LPI), que estabelece, em seu artigo 40, que

o prazo de exclusividade é de 20 anos para as patentes de invenção e 15 anos para os modelos de utilidade⁶, contados da data de depósito⁷.

Já as marcas, ao contrário das patentes, que possuem prazo de expiração, podem durar “eternamente”. Deferido o pedido de marcas pelo INPI, o requerente deverá pagar as retribuições referentes à concessão do registro, que inclui a expedição de certificado e a proteção decenal do sinal. Essa proteção decenal poderá ser prorrogada indefinidamente, de forma que o registro perdurará, via de regra, enquanto se mantiver o pagamento dessas prorrogações, a cada dez anos, nos termos do art. 133 da LPI.

Assim, a combinação desses ativos de PI é observada constantemente em diversos setores do mercado, como na área farmacêutica. Pereira (2014) traça uma importante comparação entre a proteção das patentes e das marcas nesse segmento. Dada a grande preocupação no mercado com o prazo de expiração das patentes dos produtos, afirma a autora:

Quando a patente expira, é a oportunidade de entrada no mercado de novos concorrentes, que se caracteriza por aumentar o portfólio através da inovação imitativa. Os medicamentos baseados em cópia podem ser de dois tipos: genéricos e similares. Os genéricos não precisam de trabalho de marca, pois são intercambiáveis com os medicamentos de referência, que, normalmente, estiveram protegidos por patentes e já estão desenvolvidos no mercado. Os similares podem ser vistos de duas formas: os ‘sem-marca’ e os ‘com-marca’. Os ‘sem-marca’ não fazem ‘trabalho de marketing e seguem o vácuo de venda dos medicamentos de referência e genéricos; normalmente têm o preço bem abaixo, semelhante ao genérico, ou inferior, e muito comumente estão entre os medicamentos vendidos em pregões ou licitações, devido ao preço muito reduzido. Os ‘com-marca’ desenvolvem um forte trabalho da sua marca e podem conseguir uma concorrência acirrada com os medicamentos de referência, com preços mais elevados... Nessas indústrias nacionais, que não só inovam através da imitação, mas possuem os medicamentos similares ‘com-marca’, a equipe de marketing está bem estruturada e desenvolvida (PEREIRA, 2014, p. 44).

6 Na LPI as patentes são classificadas, quanto à sua natureza, em patentes de invenção ou de modelo de utilidade. A principal diferença entre esses dois tipos está na definição do art. 9º da LPI, segundo o qual modelo de utilidade é um objeto de uso prático ou parte desse com nova forma ou disposição. Fonte: AUTORIA. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/pagina_consultas_publicas/arquivos/diretriz_de_mu_versao_2_original.pdf

7 O parágrafo único do citado artigo previa um limite mínimo de 7 e 10 anos no tempo de vigência, com base na data de concessão da patente ou do modelo de utilidade, respectivamente. Porém, em maio de 2021, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI 5.529, o Supremo Tribunal Federal revogou tal parágrafo único do art. 40 da LPI, extinguindo esse prazo mínimo. Fonte: AUTORIA. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mai-31/opiniao-origem-paragrafo-unico-artigo-40-lpi>

No mais, especificamente em relação à indústria nacional, não obstante a inovação ser um requisito obrigatório para uma farmacêutica manter-se no mercado, ainda há grande preocupação com suas estratégias para destacar-se e manter-se competitiva. Isso ocorre porque, com relação à inovação radical, há maior concentração nas farmacêuticas internacionais, que são as principais detentoras de moléculas novas. Contudo, os depósitos de pedidos de registro de marca das principais farmacêuticas nacionais não se concentram apenas em medicamentos, mas também há destaque para as marcas de cosméticos e higiene pessoal. Além disso, no setor farmacêutico a marca tem sido usada para promover extensão do monopólio inicialmente construído pela patente com base na fidelização do cliente. Tecnologias que envolvem a área da saúde e dependem de orientação de profissional especializado tornam mais difícil a migração para produtos concorrentes (PERALTA *et al.*, 2014; PEREIRA, 2014).

Denis Barbosa (2008) afirma que a relação entre o registro de marca e o patenteamento do processo inovador pode não parecer tão evidente ao analista econômico, principalmente devido ao pensamento de que as patentes atuam no momento da produção industrial e as marcas se inserem no processo de circulação de mercadorias. Neste contexto, é importante dedicar especial atenção ao sistema de proteção marcário, porque este ativo é um dos mais importantes fatores de apropriação de resultados do processo inovador; porque a marca tem sido utilizada como veículo de transferência de técnicas entre as empresas; e porque tal ativo intangível constitui um paradigma de direito de exclusividade do sistema de propriedade intelectual.

Assim, descreve Barbosa (2008), a função da marca, ao afirmar a imagem reconhecível da atividade empresarial, tem função relevante na apropriação dos resultados do processo inovador, processo este diretamente relacionado à proteção patentária. Afirma o autor que de todas as modalidades de proteção da propriedade intelectual, a marca tem sido considerada pelas empresas norte-americanas a de maior relevância, principalmente no setor farmacêutico. *A capacidade de contribuir para a fidelidade da clientela que se atribui às marcas torna-se particularmente importante nas hipóteses em que toda uma geração de patentes de fármacos expira sem substituição* (grifo nosso). É nesse momento também que surge a indústria de produtos genéricos que, livre da barreira patentária, passa a oferecer produtos genéricos a preços muito inferiores aos dos concorrentes tradicionais.

Dessa forma, o que se observa é que, não obstante a entrada de novos produtos concorrentes com o mesmo princípio ativo, com preços muitas vezes bastante inferiores, após o período de proteção patentária, será a marca que desempenhará o importante papel de manutenção da clientela, pois os consumidores já terão atrelado seu processo de compra, hábitos de compra e desejo de repetir a experiência positiva ao sinal marcário que já conhecem.

Ressalta-se, porém, que é importante deslanchar o processo de proteção desse ativo, assim como sua divulgação, ainda durante a vigência das patentes, enquanto existe o monopólio mercadológico, buscando difundir o conhecimento da marca e assegurar essa fidelização do cliente bem precocemente.

Afinal, para as empresas, os ativos intangíveis necessitam ser protegidos e geridos para que possam adquirir mais-valia. A propriedade intelectual, através do sistema

de patentes, permite que o conhecimento possa ser codificado e apropriado sob forma jurídica. Mas será através das marcas que se assegurarão a identificação e a origem do produto pelo consumidor, inclusive do produto patenteado (CAMPOS; DENIG, 2011).

No segmento dos fármacos, uma marca forte pode impedir a entrada de novos competidores. Observe-se o caso do Omeprazol, medicamento de lucros bilionários para pacientes crônicos de refluxo. Antes de expirar a patente, a Astrazeneca usou o tempo de exclusividade para divulgar a substância, de forma a posicionar a marca Prilosec, incluindo também outros elementos visuais distintivos, como uma pílula lilás. Com o registro de marcas e a proteção do *design* de elementos-chave, incluindo a cor da pílula, a companhia garantiu a manutenção das receitas, mesmo após a expiração da patente, dando suporte à transferência de valor subjacente à patente para a marca. Além disso, foi possível à empresa deslocar o valor desse para outro produto aperfeiçoado e patenteado, fazendo migrar a imagem da marca Prilosec para outra, o Nexium. Com a estratégia de patenteamento, registro de marcas e *branding*, compensou o declínio posterior das vendas no Prilosec, devido à entrada dos genéricos nos anos seguintes, em virtude do fim do prazo de validade da patente. Posteriormente, a empresa derivou o valor dessa marca para outro mercado, o de medicamentos de prateleira sem prescrição. Isso ocorreu através de parceria com a *Procter & Gamble*, pela qual se associou uma tecnologia patenteada de produção de tabletes, obtendo assim um Prilosec de prateleira de baixo preço, um dos produtos do setor mais vendidos em 2007 (CONLEY *et al.*, 2013).

São muitos os casos em que se pode identificar a sinergia entre marcas e patentes. Desde 1966, a Dolby combina a propriedade intelectual com outras competências, principalmente patentes e marcas, permitindo sua competição e facilitando sua entrada em novos mercados, mesmo em períodos de mudanças tecnológicas disruptivas. Trata-se de uma marca que perdura desde a fundação da empresa, e até hoje é possível encontrá-la no dia a dia. Para empreendedores como a Dolby, patentes são importantes, mas são replicáveis e, ao final, expiram. Desde o início, a Dolby soube como constelar marcas e patentes, ou seja, transferir o benefício funcional da tecnologia patenteada para a marca. Licenças de tecnologia de redução de ruídos *B-type* incluíam o uso dos direitos de marcas e patentes. Posteriormente, tal licença passou a ser livre de *royalties* e facilitava a disposição da marca “*Dolby NR*” no painel central do dispositivo, transferindo o valor da patente para a marca. Evoluindo da tecnologia de redução de ruído, a Dolby transportou invenções para o mercado cinematográfico em 1970. Forte evolução ocorreu devido ao avançado produto de áudio “*Dolby Stereo*”, caracterizando uma translação de valor, principalmente devido a seu uso proeminente no filme *Star Wars*. O logotipo dos sistemas Dolby foi mostrado em todos os pôsteres de anúncio do filme, fortalecendo a marca. Em 1992, a estratégia foi usar o filme *Batman Returns* para aplicação de sua tecnologia de som digital (CONLEY *et al.*, 2013).

Outro forte indicativo de sinergia entre as patentes e as marcas advém da marca NutraSweet e da molécula patenteada do aspartame. A preferência do cliente por essa substância foi transferida para a marca NutraSweet, assegurando aspectos reputacionais e fazendo-a perdurar para além do prazo de vigência da patente. Em outro caso, a Monsanto projetou o poder da plataforma patenteada de semente de DNA

recombinado e a imagem positiva da marca *Roundup* para deslocar-se do mercado de herbicida para novos e emergentes mercados de sementes transgênicas, transformando-se de uma empresa especializada em produtos químicos em um moderno inovador do agronegócio (CONLEY *et al.*, 2013).

3. A Importância da Patente e da Marca na Indústria da Beleza

De maneira geral, a proposta de novos produtos intensivos em tecnologia é uma tendência atual do mercado internacional e até mesmo no mercado doméstico de qualquer país, em vista do ambiente competitivo acirrado em que atuam as empresas. Os competidores tendem a investir na aquisição e geração de novas tecnologias para tentar manter sua liderança no mercado, e a corrida tecnológica é o alvo a ser superado. A gestão articulada entre os ativos intangíveis passíveis e não passíveis de proteção⁸ também é de suma importância. Essa gestão articulada é decisiva também no setor de cosmético (TEECE, 1986).

No mercado nacional, é muito importante observar as estratégias realizadas pelas grandes empresas de cosméticos, sendo destaque, neste cenário, os ativos intangíveis como ferramentas de competitividade. As grandes corporações adotam como principais estratégias para ganhar destaque neste setor o desenvolvimento de novos produtos, muitos dos quais são passíveis de proteção patentária, e o fortalecimento de suas marcas, perpassando pelos seus canais de comercialização e distribuição do produto.

A força da marca ocupa diferentes graus de importância de acordo com o segmento mercadológico em que está inserida e com o público-alvo que deseja atingir. Entretanto, quando o assunto é beleza, certamente este é um atributo de grande importância por parte do consumidor, com o desencadeamento de uma série de relações psíquicas, emocionais e afetivas. Estes elementos por si sós já evidenciam que a marca pode ser uma importante ferramenta nesse segmento mercadológico. A questão da confiança é critério de extrema importância no momento da escolha, principalmente para produtos mais elaborados e para públicos mais exigentes, sendo um dos principais atributos para a construção de uma marca forte nesse segmento (KAPFERER, 2003).

Assim, num primeiro momento, a inovação e novos produtos chamam a atenção do consumidor neste setor. Um produto passível de proteção por patente garantirá a exclusividade da exploração do mercado por determinado período, mas, finda a proteção patentária, a marca exercerá a função de barreira a novos entrantes, inibindo a tendência de experimentação do consumidor de outras desconhecidas.

No mais, além de estratégia básica de destaque no mercado de cosméticos, observadas algumas características dos produtos e dos hábitos de consumo neste segmento, para um melhor entendimento da importância da manutenção dos clientes, que se dará a partir de sua confiabilidade em uma marca forte, de uma maneira

8 Os ativos intangíveis não passíveis de proteção são os ditos ativos complementares tais como *marketing*, publicidade, propaganda, venda, acesso aos canais de distribuição, comercialização, relacionamento com fornecedores, clientes, acionistas, conhecimento de mercado e outros.

geral, os seguintes aspectos presentes no setor, segundo relatórios da (ABIHPEC) devem ser considerados:

- os produtos neste segmento são caracterizados como bens não duráveis, de consumo rápido (normalmente diário), que tendem a findar em curto espaço de tempo;
- esses produtos são bens que estão em constante uso pelo consumidor e precisam ser imediatamente repostos; uma vez acabados, rapidamente o consumidor adquirirá outros;
- os consumidores estão dispostos a pagar mais por produtos que garantam a manutenção da beleza e sensação de bem-estar, ou seja, que cumpram a promessa da marca;
- o aumento da expectativa de vida dos consumidores torna o mercado da beleza mais atraente e mais desafiador na promessa da manutenção da beleza e da sensação decorrente de autoestima e bem-estar; e
- os consumidores são exigentes, cada vez mais ávidos por produtos intensivos em tecnologia para saciar suas demandas, ao mesmo tempo em que há muitas ofertas de produtos de qualidade.

Neste último ponto, cabe destaque especial para produtos inovadores, segmento no qual as atividades de Pesquisa e o Desenvolvimento (P&D) não podem cessar, em se tratando do mercado da beleza. Certamente, nesse processo inovativo, muitos novos produtos patenteáveis podem vir a ser desenvolvidos. Além do mais, a promessa de ser uma empresa inovadora, que investe em P&D, precisa também estar se refletindo na promessa da marca.

4. A Natura e a Inovação

A Natura é uma empresa nacional líder no setor de cosméticos e o quarto maior grupo empresarial global em seu segmento. É uma combinação de negócios resultante da aquisição da brasileira Avon, da britânica *The Body Shop* e da australiana Aesop. O conglomerado atual evoluiu a partir da Indústria e Comércio de Cosméticos Berjeaut, fundada 1969, em São Paulo, por Luiz Seabra, que meses depois passa a chamar-se Natura. Hoje omnicanal, o modelo de negócios seminal da companhia aposta na venda direta. Já em 1980 a empresa inicia sua expansão para diferentes regiões do Brasil, a partir de um time de duzentos colaboradores e duas mil consultoras de beleza, que chegam a cinquenta mil, em 1989, e a um milhão em 2009, marco histórico no modelo de negócios da companhia.

Ainda em 1982, a empresa inicia seu processo de internacionalização, por meio de um distribuidor local no Chile, processo que se amplia, em 1994, com as

operações na Argentina e no Peru e, em 2010, a produção na Argentina, na Colômbia e no México. Em 2004, a Natura torna-se companhia de capital aberto e suas ações passam a ser listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), hoje denominada Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

A casa de perfumaria do Brasil é notória ativista de ESG – a sigla em inglês de “*Environmental, Social and Governance*” ou, em português, ASG, que designa as dimensões Ambiental, Social e Governança, em consonância com o Pacto Global. Esses três eixos de atuação da ESG compreendem, entre outros aspectos:

1. Fatores ambientais: emprego de recursos naturais, emissões de gases de efeito estufa (CO₂, gás metano), eficiência energética, poluição, gestão de resíduos e efluentes.
2. Fatores sociais: políticas e relações de trabalho, inclusão e diversidade, engajamento dos funcionários, treinamento da força de trabalho, direitos humanos, relações com comunidades, privacidade e proteção de dados.
3. Fatores de governança: independência do conselho de Administração, política de remuneração da alta administração, diversidade na composição do conselho de administração, estrutura dos comitês de auditoria e fiscal, ética, transparência e *compliance*.

Em coerência com os princípios de ESG, e, provavelmente em sintonia com a escalada da intolerância social em relação aos maus-tratos a animais, no bojo do que se convencionou chamar de paradigma da *senciência*, a Natura banuiu os testes de produtos e de ingredientes em animais, em 2006, e criou o Programa Carbono Neutro, com metas de redução das emissões de gases de efeito estufa em toda a cadeia produtiva.

Além da adesão aos postulados de ESG, a Natura busca consolidar-se como marca inovadora no mercado de beleza. De acordo com o Relatório da Administração de 2021, a empresa continua avançando em direção a um sólido *pipeline* de produtos de alto desempenho que adotam circularidade e soluções regenerativas no centro do processo de inovação. Em 2021, a consultoria *Brand Finance* posicionou a Natura como a marca de cosméticos mais forte do mundo.

Segundo a companhia, suas marcas operaram em um processo de inovação aberta, trabalhando em estrutura de rede, e não hierarquicamente. Atualmente, existem seis Redes de Excelência (NEx) operando na empresa: Inovação em Produtos e Serviços de Beleza (incluindo P&D), Sustentabilidade, Transformação de TI, Transformação Digital (com foco em clientes, representantes, consultoras e gerentes de loja); Venda por Relações e Varejo. A empresa explora diversos tipos de inovação há décadas em áreas variadas, como na fitocosmética, biotecnologia, bioagricultura, embalagens, dentre outras. Desenvolve também ideias de outros tipos de inovação, como a economia circular, experiência com o consumidor, operações e logística. A Natura fomenta o sistema de inovação, realizando o desenvolvimento de tecnologias junto a instituições de pesquisa, universidades, empresas, especialistas e startups (NATURA COSMÉTICOS¹, 2022).

Em 2020, a Natura foi eleita a empresa mais inovadora do mercado brasileiro, segundo a nova edição do Prêmio Valor Inovação Brasil, levantamento desenvolvido pela PwC e pelo Valor Econômico (NATURAS'S BLOG¹, 2019).

No mais, apesar da pandemia, a capacidade de inovação da empresa aumentou, atingindo o maior índice de inovação dos últimos anos, com o valor de 67,1 % em 2020 (índice calculado pela participação dos novos produtos nas vendas totais), e a companhia efetuou o depósito de trinta e oito patentes e mais de duzentos produtos lançados. A empresa relata ainda que, em 2021, o iNEx, a Rede de Excelência interna focada em inovação, concluiu a estratégia de P&D do grupo, mapeando sinergias e identificando as áreas nas quais cada marca atuará de forma autônoma, bem como aquelas que podem trazer benefícios com a criação de plataformas para o grupo. O objetivo é que a Natura tenha um ecossistema aberto e ágil, amplamente conectado às tendências e *expertises* externas e aporte soluções inovadoras para serem encaminhadas às marcas (FELIPE, 2021).

Em 2000, com o lançamento da linha Ekos, a empresa afirma sua entrada no mercado como uma empresa socioambiental correta, criando e fortalecendo sua identidade a partir de construção de valores como harmonia, bem-estar, natureza, equilíbrio e sustentabilidade. Os lançamentos de seus novos produtos são derivados de pesquisa e desenvolvimento, a partir de princípios ativos da biodiversidade brasileira, coadunando-se com sua identidade de marca e alinhando-se a seu esforço inovativo. A linha Natura Ekos representa um investimento em inovação com valorização do conhecimento tradicional dos povos autóctones e o patrimônio genético dos bioativos (ingredientes naturais que potencializam funções biológicas no corpo). Além disso, a iniciativa compartilha os lucros obtidos com a sociedade e apresenta fórmulas sustentáveis e naturais a partir de óleos e manteigas de ingredientes da Amazônia (NATURA COSMÉTICOS¹, 2022).

A identificação de novos bioativos com potencial cosmético é amplamente utilizada, sendo um campo de pesquisa bastante complexo, que pode levar até cinco anos. Por isso, em 2011, a Natura lançou o Programa Amazônia, que formalizou o uso do tripé ciência, tecnologia e inovação para otimizar e viabilizar a presença de novos bioativos em seus produtos. Além disso, em 2012, a empresa inaugurou o Centro de Inovação e Tecnologia da Amazônia, com propósito de aproximar a Natura do meio acadêmico e das instituições que fazem parte do ecossistema de inovação da região, incluindo as comunidades produtoras parceiras. Ao somarem esforços para realização de pesquisas mais abrangentes, ampliaram seu potencial criativo e inovador (NATURA COSMÉTICOS¹, 2022).

A Natura Ekos foca na conservação da floresta pelo uso eficiente dos recursos naturais, bioagricultura, reuso de resíduos e baixa emissão de carbono, preocupando-se também com as pessoas que moram na região. A cadeia produtiva inclui tecnologias sociais e responsáveis que, segundo a empresa, promovem inclusão econômica. A linha nasce com ampla variedade de produtos (como sais de banho, emulsões cremosas, sabonetes esfoliantes, xampus, condicionadores e óleos trifásicos), por meio de pesquisas das tradições, culturas e ativos da biodiversidade brasileira, utilizando diversos ativos, como: andiroba, castanha-do-brasil, maracujá, buriti, cupuaçu,

pitanga, guaraná, lima-da-terra, dentre outras. Em 2003, o segmento se direciona para a vegetalização da linha de sabonetes, razão pela qual todos esses produtos em barra passaram a ser à base de vegetais, incorporando o ativo do murumuru. Além disso, a empresa desenvolveu o Ekos Ambientes, com óleos essenciais brasileiros aromatizadores, baseados nos ativos da copaiba e do cumaru. Destaque recente para 2020, com o relançamento do Ekos Castanha, produto que homenageia os vinte anos da linha, além de novas fragrâncias e ingredientes, como o tucumã. Adotar o uso sustentável da biodiversidade brasileira como plataforma tecnológica ajudou a Natura Ekos a estabelecer uma identidade institucional pioneira no mercado (NATURAS'S BLOG¹, 2010; NATURA COSMÉTICOS¹, 2022; FELIPE, 2021).

5. Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a partir da leitura de livros e artigos científicos focados, principalmente, nos estudos sobre patentes, marcas e gestão estratégica desses ativos, além de um estudo de caso, acerca da empresa Natura Cosméticos S.A., relacionando a inovação e a gestão dos seus ativos de PI, particularmente no que se refere às suas marcas e patentes. Foi também realizada uma análise qualitativa da evolução dos depósitos de marcas e patentes da empresa ao longo das últimas décadas, juntamente com informações concernentes à sua inovação. Os dados empíricos foram cruzados, com vistas à interpretação e à análise da estratégia utilizada pela empresa para que seu estoque de marcas possa atuar de maneira sinérgica e convergente com o portfólio de patentes, sobretudo após a expiração destas.

Esse cruzamento dos bens incorpóreos permitiu uma análise qualitativa sobre se os depósitos de pedidos de marcas acompanhavam, no tempo e em quantidade, os depósitos dos pedidos de patentes. O objetivo foi verificar essa relação entre os dados, o que poderia demonstrar um indício de complementaridade protetiva entre os ativos intangíveis, ou seja, se as marcas, cuja proteção decenal pode ser prorrogada indefinidamente, complementam a proteção limitada temporalmente das patentes.

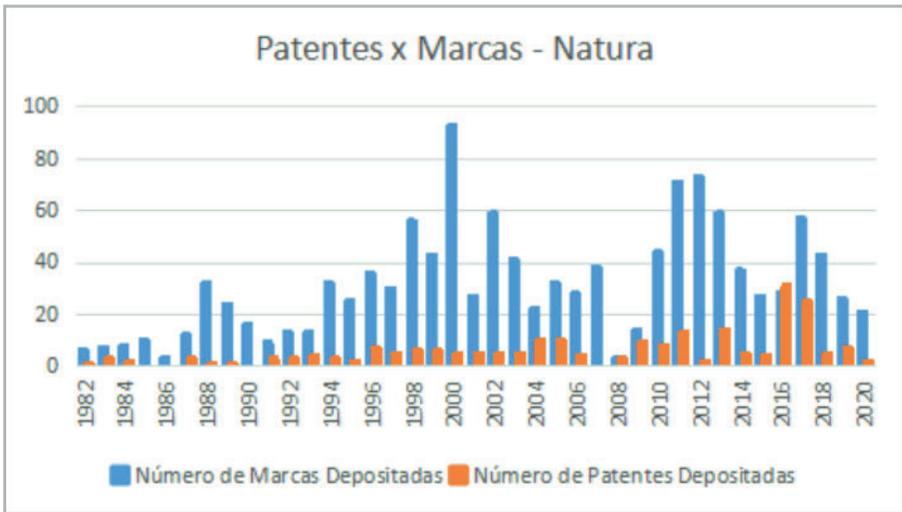
6. Resultados e Discussão

Partiu-se do levantamento dos dados sobre marcas e patentes da Natura nas bases de dados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), nas últimas quatro décadas. As curvas dos depósitos desses dois ativos foram sobrepostas obtendo-se o Gráfico 1 a seguir. Esse gráfico mostra uma mudança de patamar na utilização dos dois sistemas a partir do fim do século passado, apesar de os números serem bem maiores para marcas. Com exceção de 2008, após 1996 os níveis de depósitos de patentes e marcas pela empresa aumentaram, evidenciando uma evolução década a década, alinhada à política de inovação crescente da empresa ao longo do século.

Além disso, há um alinhamento no uso desses dois sistemas de direitos de propriedade industrial em períodos específicos, sendo possível identificar semelhanças no crescimento das curvas após 2009 e 2016. Anteriormente, também é possível

notar um crescimento abrupto nos depósitos de marcas entre 1994 e 2004; no entanto, observa-se um aumento mais discreto no número de patentes. Esses períodos semelhantes na utilização do sistema de marcas e patentes podem indicar uma estratégia de combinação desses dois ativos, principalmente a partir do início do século XXI. Possivelmente a empresa preocupe-se em gerir suas invenções e patentes junto com as marcas, percebendo a importância de “nominar” seus novos produtos resultantes de processos inovadores e de proteger as marcas correspondentes, divulgando-as para o mercado, dentro do prazo de vigência da proteção patentária, a fim de que se tornem suficientemente fortes e conhecidas quando da expiração da patente.

Gráfico 1: Evolução do número de marcas e patentes depositadas da empresa Natura

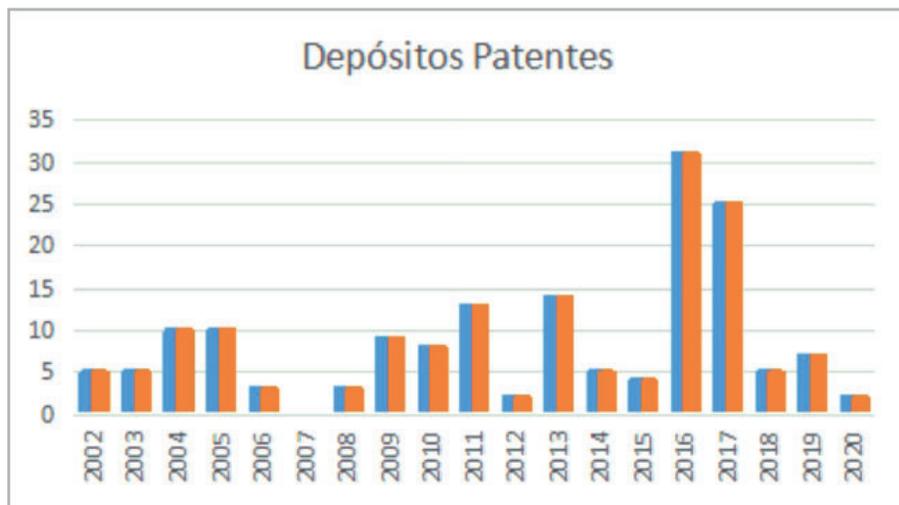


Fonte: Elaboração Própria.

Para refinar a análise, realizou-se um recorte dos últimos vinte anos, através de uma pesquisa somente na base de patentes, no período entre 2002 e 2020. Como o prazo para publicação de uma patente é de até 18 meses, não foi possível incluir os anos de 2021 e 2022; por outro lado, 2020 pode estar incompleto, com patentes depositadas no segundo semestre, ainda podendo ser publicadas em 2022.

O gráfico 2 mostra esses resultados, que totalizaram 169 depósitos de pedidos de patentes feitos pela Natura no período. Principalmente a partir de 2009, a grande maioria desses pedidos está na classificação internacional (IPC) A61K8, relativa a composições cosméticas. Outros setores, como o de embalagens, na classificação IPC B65D, demonstram o investimento nessa área.

Gráfico 2: Evolução do número de patentes depositadas da empresa Natura nas últimas duas décadas



Fonte: Elaboração Própria.

A mesma pesquisa, realizada agora na base de marcas para o período dos últimos vinte anos, resultou em 891 registros recuperados. A maioria dos depósitos de pedidos da empresa Natura se encontra na classe 3 da classificação internacional de Nice (NCL), relativa a produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos. Outras classes também aparecem com menor frequência na busca, como de produtos químicos e medicinais, papel, além de embalagens, porém a maior parte dessas marcas depositadas, com exceção de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, não se encontra mais ativa. Aqui cabe destacar que a empresa adotou, em 2008, a estratégia “Menos é Mais”, que enxugou seu portfólio de marcas, passando a investir nas de maior retorno e destaque no mercado (NATURA COSMÉTICOS²).

Gráfico 3: Evolução do número de marcas depositadas da empresa Natura nas últimas duas décadas



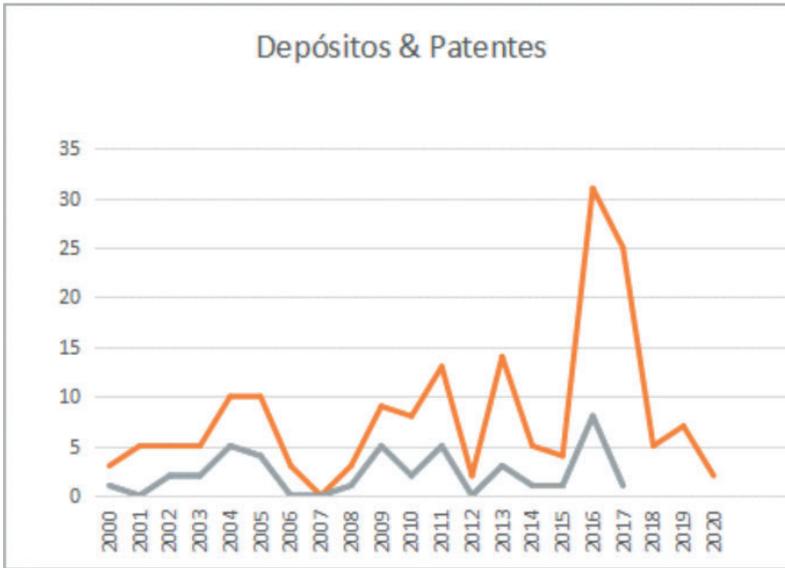
Fonte: Elaboração Própria.

Cotejando-se os dois gráficos de depósitos de marcas e patentes, é possível perceber picos relativamente alinhados por volta dos anos de 2003, 2012 e 2017. Nesse primeiro período, que coincide com o início da linha Natura Ekos, pode ser observado um aumento análogo no número de registros de marcas e patentes. Foram encontrados na busca pedidos de patentes relativos aos extratos de cupuaçu, murumuru, tucumã, maracujá e castanha-do-pará, como o PI0503875-8, PI0912184-6 e PI0923025-4, usados nos produtos dessa linha.

Uma análise dos pedidos de patentes concedidos no mesmo período corrobora a hipótese da estratégia da empresa, consistente na combinação de marcas e patentes, conforme Gráfico 4 adiante. Com o total de 41 patentes concedidas, percebe-se uma evolução semelhante entre os depósitos e concessões de patentes; consequentemente, as observações relativas aos depósitos e registros de marcas também podem ser extrapoladas para as marcas e as patentes concedidas.

Destaque especial para a primeira patente verde concedida para uma empresa de cosméticos, o pedido BR1020170005780B1, que trata da obtenção de matéria-prima a partir de um resíduo oriundo da extração de óleos de oleaginosos. São usados para isso o murumuru, andiroba e a castanha, ativos da biodiversidade amazônica protagonistas de produtos da linha Natura Ekos. Vale ressaltar a grande contribuição que esse produto pode oferecer às cooperativas amazônicas, que passam a ter a oportunidade de um novo modelo de negócio e a promoção da economia circular (NATURA'S BLOG², 2019).

Gráfico 4: Evolução do número de patentes depositadas e concedidas da empresa Natura das últimas duas décadas



Fonte: Elaboração Própria.

Essa gama de dados estatísticos adquire maior inteligibilidade e revela as implicações e ressonâncias socioambientais do modelo de negócio da Natura, no que se refere à gestão cruzada ou combinada do portfólio de ativos intangíveis, quando analisada à luz dos paradigmas da responsabilidade social e da sustentabilidade empresarial. Em outras palavras, parte-se aqui de uma questão basilar, que remete aos princípios e valores incorporados às práticas de Governança Corporativa (GC): Qual o papel da empresa no contexto do capitalismo contemporâneo: Maximizar valor para o acionista? Atender a uma pressuposta função social da empresa? Ou compatibilizar exigências aparentemente autoexcludentes?

Ora, essa problemática subjaz à concepção mesma de “responsabilidade social corporativa” (RSC), com base na pressuposição de que as organizações em geral e as empresas em particular devem arcar com responsabilidades sociais, têm o dever de atuar, também, no interesse da coletividade mais ampla, do bem comum socialmente considerado, para além do imperativo da realização do lucro ou resultado econômico-financeiro. Em outras palavras, trata-se de harmonizar as doutrinas do interesse do acionista e da responsabilidade social corporativa (RSC), supostamente antagônicas.

A doutrina do interesse do acionista, de cunho marcadamente liberal, sustenta que a responsabilidade primaz e precípua da empresa é defender o interesse de seus acionistas, ou *shareholders*, mediante a produção do chamado valor econômico agregado, acarretando, colateral ou conseqüentemente, o bem-estar da sociedade, pela produção de riqueza, sob a forma de criação de emprego e renda e arrecadação de tributos

aos cofres dos governos. Um dos expoentes dessa corrente de pensamento é o professor Milton Friedman, economista da Universidade de Chicago, para quem a missão crucial da empresa é maximizar o lucro dos acionistas, produzindo resultado econômico-financeiro. Para ele, a ética das decisões negociais consiste em buscar as alternativas que garantam o melhor retorno sobre o investimento (ROI), pois dessa forma estará a companhia promovendo aplicação mais eficiente e eficaz dos recursos individuais, empresariais, sociais e ambientais. Não cabe ao empresário sub-rogar-se ao papel do Estado, ao qual compete a gestão da coisa pública e a promoção do bem comum.

A contrapelo do paradigma do interesse do acionista, a doutrina da responsabilidade social corporativa (RSC), na esteira do crescente empoderamento dos *stakeholders*, concebe as empresas como depositárias da riqueza social. Um dos principais mentores dessa corrente de pensamento é Andrew Carnegie, da U.S. Steel, autor de *O evangelho da riqueza*, em que estabelece os dois princípios da responsabilidade social corporativa: a caridade e o zelo (*stewardship*). O papel da empresa não exclui o imperativo ético de fomentar a riqueza da sociedade por meio de investimentos ponderados e do uso prudencial dos recursos sob sua responsabilidade (AMARU MAXIMIANO, 1997). As ações e iniciativas das organizações afetam, direta ou indiretamente, a qualidade de vida da sociedade em que se inserem, razão pela qual elas têm o dever de agir em consonância com os interesses maiores da coletividade, imperativo do qual decorre a obrigação conexa de prestação de contas (*accountability*). Para os defensores da RSC, a empresa integra uma cadeia de negócios cujas decisões afetam os interesses de todos aqueles que se encontram a montante e a jusante do ecossistema produtivo, a exemplo dos fornecedores, clientes, empregados, credores, além do próprio meio ambiente, impactado, em maior ou menor proporção, pela atuação empresarial.

A RSC, portanto, vincula-se umbilicalmente ao conceito de desenvolvimento sustentável, já postulado no célebre relatório da Comissão Brundtland, como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem às suas próprias necessidades, conceito que viria a tornar-se eixo estruturante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), na esteira da Conferência de Estocolmo de 1972, peças fundamentais da governança multilateral do meio ambiente e do clima. A RSC vem a compor precisamente o arcabouço principiológico da Governança Corporativa, de par com os demais princípios fundamentais que configuram sua arquitetura axiológica: *disclosure*, *accountability*, *fairness* e *compliance*. Embora decomponíveis para fins de estudo, na prática esses princípios não funcionam nem podem ser encarados isoladamente, pois estabelecem entre si uma tal ecologia ou amálgama de causas e efeitos, de interdependência e sinergia, que não podem ser implementados isoladamente, sem prejuízo do todo de que são partes. Constituem o cerne ou *core business* das chamadas boas práticas de Governança Corporativa.

O *disclosure* ou transparência proativa remete ao dever de divulgar, ostensivamente, o que de relevante se passe no âmbito da empresa e que interesse ao mercado conhecer, a fim de subsidiar a tomada de decisões dos agentes econômicos. O imperativo da transparência consubstancia-se na elaboração e divulgação de dados e informações econômico-financeiras, da entidade que sejam confiáveis, tempestivos,

compreensivos e de valor preditivo, sob a forma de relatórios gerenciais, dos diversos demonstrativos contábeis previstos na legislação societária, comunicados de fatos relevantes ao mercado etc. Em última análise, a finalidade precípua das boas práticas de transparência é superar ou mitigar a assimetria informacional entre os utentes internos e externos dos relatórios da administração da companhia, já que a assimetria de informação configura um déficit de democracia corporativa.

O princípio do *disclosure* é conexo ao de prestação de contas ou *accountability*. Como pontua Nakagawa (1995), “*accountability* é a obrigação de se prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder”. Isso significa que os agentes da Governança Corporativa (Conselho de Administração, Executivo Principal (CEO), Diretoria, Auditoria Externa e Conselho Fiscal) têm o dever incontornável e indelegável de prestar contas de suas atividades a quem os elegeu ou escolheu, formando-se, assim, elos de uma grande cadeia de responsabilização entre delegantes e delegados, quintessência da ideia de contratualidade e de representação corporativa. Embora o dever de reportar remonte à origem e à essência mesma da ciência contábil, em virtude da questão primordial da agência, o princípio de *accountability* assume na atualidade uma importância crucial no posicionamento estratégico das companhias, e de sua estrita observância dependem a qualidade do relacionamento e o nível de reciprocidade que se estabelece entre elas e o mercado como um todo, inclusive o bursátil.

Por força do princípio do *fairness* ou equidade, fica a companhia obrigada a dispensar tratamento isonômico a seus acionistas minoritários e a respeitar e proteger seus direitos societários. Um dos corolários da prática da equidade é a implementação da democracia corporativa, mediante a adoção do princípio segundo o qual a cada ação do capital social da companhia corresponde um voto, independentemente de sua classe ou espécie, quando da deliberação, em assembleia geral, de matérias de alto relevo societário, como as que envolvem alteração do objeto social, reorganização societária (fusão, cisão, incorporação), redução de dividendo obrigatório, aprovação de laudo de avaliação de bens a serem incorporados ao capital social da entidade. Outra implicação da observância do *fairness* é a adoção de *tag-along*, a obrigação de que o adquirente do bloco de controle da companhia ofereça o mesmo preço unitário a todas as demais ações componentes do capital social da companhia, independentemente de espécie ou classe. O mecanismo do *tag-along* corrige uma das mais graves injustiças que pode sofrer o acionista minoritário por ocasião do fechamento de capital da empresa e de sua saída da Bolsa de Valores, já que acarreta perda de liquidez aos papéis negociados no mercado secundário de valores mobiliários, em face do encerramento definitivo das negociações bursáteis com os títulos da empresa.

A chave de abóboda da responsabilidade social corporativa, da transparência ativa, da prestação de contas e da equidade é o primado da ética nos negócios. A exigência de postura ética na condução da gestão empresarial excede o mero cumprimento formal da legislação heterônoma do Estado, do conjunto de leis positivadas pelo aparato institucional do país. O agir ético e socialmente responsável tem sua fonte de legitimidade na capacidade própria de autodeterminação, de livre adesão aos ditames da reta consciência. Pelo viés da autonomia do sujeito ético, pode-se fazer mais do bem

que a lei positiva determina ou até mesmo antecipar-se ao que ainda virá a ser disposto *de lege ferenda*, ou seja, pela protonorma jurídica ainda em fase de elaboração parlamentar, sujeita às contingências do processo legislativo (discussão e aprovação pelo Congresso Nacional, se for o caso, e posterior sanção e promulgação pelo Executivo, para só então tornar-se norma cogente, integrante do ordenamento jurídico).

Quando assim age, a empresa extrapola a dimensão de mero *compliance* (do verbo inglês “to comply”), concebido como estrita observância da norma, devido cumprimento das disposições do ordenamento jurídico, a fim de mitigar riscos regulatórios. Exemplificando-se: quando cumpre à risca o dever de *disclosure*, pode-se afirmar que a empresa “está em *compliance*” porque cumpre literalmente e à risca as disposições da lei. Entretanto, para ser meritória aos olhos do mercado e da sociedade em geral, a boa Governança Corporativa deveria ser de natureza eminentemente auto-reguladora, autônoma, e não heterônoma, revelando assim a voluntariedade de conduta da entidade. Logo, no campo da evidenciação dos assuntos corporativos, dever-se-ia adotar a chamada “transparência proativa”, definida como a divulgação de informações por iniciativa própria, de forma espontânea, independentemente de qualquer pressão ou solicitação dos *stakeholders*. Com essa postura, demonstraria a empresa ser promotora de uma cultura de acesso, e não de uma cultura de segredo.

Cabe aqui uma parentética observação sobre as relações entre Governança Corporativa (GC) e a abordagem ESG. Acrônimo do inglês *Environmental* (Ambiental, E), *Social* (Social, S) e *Governance* (Governança, G), traduzido para o português como ASG (Ambiental, Social e Governança), a abordagem de ESG tem se disseminado e generalizado precisamente em razão da grande arqueadura conceitual e operacional que lhe é própria e do protagonismo do setor privado, representado pelas corporações transnacionais e pelos grandes grupos empresariais como a Natura, cujas operações exercem profundos impactos cumulativos sobre o meio ambiente e a sociedade em que se instalam, sobretudo no contexto da globalização econômica e da emergência do chamado comércio internacional de tarefas, liderado pelas empresas transnacionais, no bojo das cadeias globais de valor (CGV).

A sigla ESG surgiu pela primeira vez em um relatório do Pacto Global, uma ramificação do Sistema das Nações Unidas (ONU) cuja finalidade é promover o engajamento de empresas e organizações na adoção de princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção transnacional, em parceria com o Banco Mundial. A partir daí a sigla passou a ser utilizada no lugar do termo “sustentabilidade” para fazer referência ao que as corporações e organizações estão fazendo para tornar-se socialmente responsáveis, ambientalmente sustentáveis e adequadamente administradas.

Por outro lado, os critérios ESG estão alinhados aos chamados ODSs (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), termo forjado pela ONU para designar os dezessete macrotemas que representam os desafios e vulnerabilidades que precisam ser vencidos até o ano de 2030, para chegar-se à meta do desenvolvimento sustentável em bases mundiais. Para o Pacto Global, ESG vem a ser a própria sustentabilidade empresarial. Segundo a entidade, “uma empresa que está em conformidade com as práticas de ESG entende quais são seus impactos negativos e positivos na sociedade e consegue

agir sobre eles. É necessário minimizar os negativos e potencializar os positivos, assim como equacionar os prejuízos já provocados”.

Em razão do caráter estratégico assumido pelas boas práticas de ESG, seus critérios passaram a ser considerados e ponderados nas análises de risco e nas decisões de investimentos de bancos, fundos de pensão, gestoras de investimentos, investidores internacionais, na vertente do que se conhece por “investimento responsável”, o que acarreta uma forte pressão sobre as empresas que pretendem zelar por sua reputação como ativo intangível de altíssima importância, no contexto do chamado “capitalismo de *stakeholder*”, aquele que leva em conta os interesses das partes relacionadas ou interessadas. Em outras palavras, quer-se fazer referência ao modelo de negócio em que a empresa busca contribuir para o desenvolvimento de toda a sociedade, e não apenas para a obtenção do resultado econômico-financeiro, traduzido como distribuição de lucros aos acionistas, na perspectiva do “capitalismo de *shareholders*”.

Na dimensão *ambiental*, ESG contempla as práticas e as operações empresariais em sua conexão com o meio ambiente, focalizando temas como aquecimento global, as mudanças climáticas, emissão de gases poluentes, como o carbono e metano; a poluição do ar e da água e dos oceanos; desmatamento; gestão de resíduos; eficiência energética; biodiversidade; entre outros fatores determinantes para a gestão sustentável da companhia.

No aspecto *social*, ESG correlaciona a responsabilidade social da empresa, em face da comunidade e da sociedade, contemplando tópicos como respeito aos direitos humanos e às leis trabalhistas; segurança no trabalho; salário justo; combate ao trabalho escravo; diversidade de gênero, raça, etnia, credo etc.; proteção de dados e privacidade; satisfação dos clientes, investimento social; e relacionamento com a comunidade local em que atua a empresa.

Na vertente da *governança*, a aplicação de ESG articula políticas, processos, estratégias e orientações de administração da empresa, englobando conduta corporativa; composição dos conselhos de Administração e Fiscal e sua independência; práticas anticorrupção e normas de *compliance* penal; existência de canais de denúncias sobre casos de discriminação, assédio e corrupção; auditorias internas e externas; respeito a direitos de consumidores, fornecedores e investidores; transparência de dados; proteção de dados, remuneração dos executivos; entre outros. Observa-se, portanto, que a abordagem de ESG compreende a Governança Corporativa, que é um de seus pilares.

A agenda de ESG vem se tornando hegemônica e tem experimentado um crescimento vertiginoso, quer no meio empresarial, quer nos mercados financeiros e de capitais, quer também nos meios acadêmicos. Diversos mecanismos de monitoramento e métricas de avaliação e aferição dos padrões de sustentabilidade têm sido criados, sobretudo com o objetivo de combater o chamado *greenwashing*, estratégia pela qual certas empresas e fundos de investimentos buscam projetar uma imagem de sustentabilidade sem firme aderência à realidade, sem consistência entre as práticas efetivas e o discurso meramente retórico de adoção dos preceitos de ESG.

Em última análise, o que está em xeque é a capacidade da empresa de desenvolver uma relação saudável e sustentável com o micro e o macro ecossistema natural e antropológico, sem abrir mão da aptidão de transformar insumos e matérias

primas em produtos que, além de ambientalmente sustentáveis, gerem receita, garantam empregos, alimentando as engrenagens da economia circular e equilibrando o chamado “Tripé da Sustentabilidade” – *Triple Bottom Line* (TBL) – formado pelos 3Ps da sustentabilidade: *People* (Pessoas), *Planet* (Planeta) e *Profit* (Lucro). Segundo o sociólogo britânico John Elkington, criador do método, o desempenho socioambiental das empresas deve ser incorporado às suas demonstrações de desempenho financeiro para que seja possível mensurar adequadamente os padrões de ESG e divulgá-los ao mercado, para efeito de tomada de decisão.

O exame atento das estratégias comerciais da Natura, à luz dos dados estatísticos aqui coligidos e dos conceitos imbricados de desenvolvimento sustentável, de sustentabilidade e de responsabilidade social empresarial ou corporativa, permite deduzir, portanto, que o modelo de negócios da empresa promove uma consistente sinergia entre a gestão cruzada ou compartilhada dos ativos intangíveis e a geração de valor econômico. O valor econômico agregado, por sua vez, atende, como se depreende dos relatórios da companhia, aos postulados de ESG, no sentido de que ela consegue transmutar insumos e matérias primas em produtos que, além de ambientalmente sustentáveis, geram receitas, garantem empregos, fomentam o bem-estar das comunidades em que são elaborados e contribuem para a consolidação da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. Trata-se, portanto, de uma corporação que se pauta, simultaneamente, pela geração de resultados econômicos para seus *shareholders e stakeholders*, sem negligenciar o estrito compromisso com uma governança da produção que se harmoniza com os preceitos fundamentais da justiça social, da responsabilidade social corporativa e da preservação ambiental. Dessa forma, ao equilibrar retornos econômicos robustos e as melhores práticas de gestão dos aspectos de ESG, a Natura perfila-se como companhia que adota a abordagem estratégica da sustentabilidade, transversalmente a todos os processos e produtos, assegurando o fortalecimento da cadeia de valor da produção de cosméticos, a montante e a jusante, beneficiando igualmente as partes relacionadas e as partes interessadas no negócio da beleza.

7. Conclusão

Os direitos relativos à propriedade industrial são ferramenta importante em diversos segmentos do mercado de produtos e serviços, e sua utilização combinada potencializa a apropriação dos lucros gerados pela inovação tecnológica. Embora se possa postular que a exploração atomizada de cada ativo de PI seja passível, *per se*, de gerar valor a seu detentor, a pesquisa que se levou cabo neste trabalho aponta que a estratégia que começa a entrar no radar de algumas empresas, consistente na gestão articulada dos intangíveis, pode exponenciar os resultados econômicos do empreendedor, quando consegue delinear um planejamento estratégico capaz de transferir os ganhos monopolísticos da patente, por definição temporários, para as marcas, que não se exaurem com o decurso do tempo e que, se bem administradas, podem eternizar-se na memória do consumidor, pelas fundas raízes que são capazes de deitar no imaginário individual, social e coletivo.

A Natura Cosméticos S.A. é gigante em seu setor e um importante exemplo brasileiro de investimento em inovação de produtos e processos. As informações levantadas demonstram que a empresa opera uma ampla gama de processos inovadores, incluindo a combinação de estratégias que utilizam o sistema de marcas e patentes simultaneamente. Diversas marcas são depositadas em períodos de aumento do depósito de patentes, muitas delas em vigor e/ou concedidas. Por outro lado, há fortes indícios de lançamento de produtos com marcas e patentes nas principais linhas da empresa.

A pesquisa aferiu a consistência e a fecundidade da estratégia de articulação de valor entre os intangíveis da Natura. Com efeito, a maior casa de perfumaria do Brasil, ao alinhar os ganhos recíprocos de patentes e signos marcários de seu portfólio de produtos de beleza, auferiu resultados de monta, em termos econômico-financeiros, ao mesmo tempo que consolida sua posição de liderança mercadológica no nicho de produtos cosméticos, tanto no Brasil como no exterior, onde leva a cabo seu bem-sucedido processo de internacionalização, por meio da aquisição de concorrentes no setor de cosméticos.

Análises ulteriores poderão aperfeiçoar a metodologia aqui desenvolvida, no sentido de investigar outras associações entre marcas e patentes nos portfólios de produtos comercializados com sucesso pela Natura. Como contribuição às novas pesquisas, sugere-se a análise comparada das demonstrações do valor adicionado da companhia, por pelo menos três exercícios financeiros consecutivos, com o objetivo de verificar a contribuição de cada segmento operacional, quer da empresa controladora, quer de suas controladas ou coligadas, se for o caso. A ideia é segregar o retorno financeiro por categoria de produto e segmento operacional, a fim de identificar a contribuição específica de cada ativo de PI para o resultado econômico-financeiro consolidado por período, bem como aferir a consistência temporal da estratégia de adição de valor econômico pela gestão articulada dos ativos intangíveis da propriedade industrial.

Referências

AMARU MAXIMIANO, A.C. *Teoria geral da administração*: da escola científica à competitividade em economia globalizada. São Paulo, Atlas, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS (ABIHPEC). *Relatório* A Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos. Essencial para o Brasil Dezembro de 2021. Disponível em https://abihpec.org.br/site2019/wp-content/uploads/2022/02/Panorama_do_Setor_Atualizado_Dezembro-1.pdf

BARBOSA, A. L. F. *Patentes: crítica à racionalidade, em busca da racionalidade*. Cadernos de Estudos Avançados, Rio de Janeiro, 2005.

BARBOSA, A.L. F. *Sobre a propriedade do trabalho intelectual: uma perspectiva crítica*. Editora Ufrj, 1999, pp. 212-246.

BARBOSA, D.B. *Proteção das marcas – Uma perspectiva semiológica*. Lumen Juris Editora, 2008, pp. 25-26.

CAMPOS, A.C.; DENIG E.A. Propriedade intelectual: Uma análise a partir da evolução das patentes no Brasil. *Revista LHM - Revista de Literatura, História e Memória*. Volume 13 – n.º 18 – Jul/Dez 2011 – pp. 97-12. Disponível em:

CONLEY, J.G.; ERNST, P.M.B. Value Articulation: A Framework for the Strategic Management of Intellectual Property. *California Management Review*, vol. 55, No. 4, pp. 102–120. 2013, ISSN 0008-1256, eISSN 2162-8564. DOI: 10.1525/cmr.2013.55.4.102.

FELIPE, M. Natura registra maior índice de inovação dos últimos anos. *Revista Exame* – 06/08/2021. Disponível em: <https://exame.com/negocios/natura-registra-maior-indice-de-inovacao-dos-ultimos-anos/>

FERREIRA M.V.V. et al. A *origem do parágrafo único do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial*. *Consultor Jurídico*. 31/05/2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-mai-31/opiniao-origem-paragrafo-unico-artigo-40-lpi>

Instituto Nacional da Propriedade Industrial. *Diretriz de Exame de Patentes de Modelo de Utilidade*. Maio/ 2012. Disponível em https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/patentes/pagina_consultaspublicas/arquivos/diretriz_de_mu_versao_2_original

KAPFERER, J.N. *As Marcas. Capital da Empresa*. Criar e desenvolver marcas fortes. Porto Alegre: Bookman, 2003.

NAKAGAWA, M. **Introdução à controladoria**: conceitos, sistemas, implementação. São Paulo: Atlas, 1995.

NATURA COSMÉTICOS¹. Site comercial da empresa. Maio/2022. Disponível em: <https://www.natura.com.br>

NATURA COSMÉTICOS². **Relatório Anual Natura** 2008. 2008. Disponível em: <http://static.natura.com.br/static/relatorio/pdf/relatorioanual2008.pdf>

NATURAS'SBLOG¹. **ALinhadotempoNaturaEkos**. Março/2019. Disponível em: <https://consultoriapontonet.wordpress.com/2010/03/19/linha-do-tempo-de-natura-ekos/>

NATURAS'S BLOG². **Natura é a 1ª empresa de cosméticos a ganhar a patente verde**. Novembro/2019. Disponível em: <https://www.natura.com.br/blog/sustentabilidade/natura-e-1a-empresa-de-cosmeticos-a-ganhar-a-patente-verde>

COSMETIC INNOVATION. Radar – **Natura é a empresa mais inovadora do Brasil, segundo ranking PwC**. Setembro/2020. Disponível em: <https://cosmeticinnovation.com.br/natura-e-a-empresa-mais-inovadora-do-brasil-segundo-ranking-pwc/>

PERALTA, P.P. DA SILVA, E.F., FIERRO I.M., TERUYA D.Y. Panorama do uso de marcas pelos grandes laboratórios farmacêuticos multinacionais no mercado brasileiro. **Rev. Eletron. de Comun. Inf. Inov. Saúde**. 2014 Mar; 8(1) – 20-31 [www.reciis.icict.fiocruz.br] e-ISSN 1981-6278.

PEREIRA, T. P. A marca como uma das principais formas de proteção da Propriedade Industrial pela Indústria Farmacêutica Nacional. **Monografia** – Instituto de Tecnologia em Fármacos Farmanguinhos – Pós-graduação em Tecnologias Industriais Farmacêuticas, 2014.

STATMAN, M. et al. Trademarks, patents and innovation in the ethical drug industry. **Journal of Marketing**, vol. 45, No. 3 (Summer, 1981), p. 71-81. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1251543?read-now=1&refreqid=excelsior%3A42d62af-233c280ee35484c9de4f9b19f&seq=1>

TEECE. D. J. **Profiting from technological innovation: implications for integration, collaboration**, licensing and public policy. 1986. Disponível em: <https://www.science-direct.com/science/article/abs/pii/0048733386900272>

Ética, corrupção e educação

Ethics, corruption and education

Ética, corrupción y educación

Maria do Socorro Araújo¹

Cedric John Ayres²

Resumo

ARAÚJO, Maria do Socorro; AYRES, Cedric John. Ética, corrupção e educação. *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 87-104, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2\(2022\)art5](https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2(2022)art5)

O presente artigo traz ao leitor os resultados alcançados em uma pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, que teve como objetivo principal gerar subsídios para as políticas de educação direcionadas ao aprimoramento da cidadania, tendo como base o fortalecimento de comportamentos comprometidos com princípios éticos que contribuem para uma convivência cidadã e para a promoção da justiça social. A referida pesquisa resultou da necessidade de se questionar uma ideia presente na cultura nacional e vista como sendo uma marca do caráter brasileiro de que somos um povo inclinado a subverter as exigências de um pretensão mundo civilizado, ideia tratada por vários autores por meio categorias como cordialidade, jeitinho brasileiro, patrimonialismo, malandragem.

Palavras-chave: Ética. Corrupção. Cidadania. Educação.

Abstract

ARAÚJO, Maria do Socorro; AYRES, Cedric John. Ethics, corruption and education. *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 87-104, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2\(2022\)art5](https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2(2022)art5)

The following paper brings to the reader the results achieved in a research made by Fundação Joaquim Nabuco, which had as its main objective bring forth resources to the educational policies which aim the betterment of civic integration, and pursuing the reinforcement of behaviors that are compromised with ethical principles and which contribute to a civic coexistence and to the promotion of social justice. The referred research resulted in the necessity of questioning an idea present in the national culture and seen as a distinguishing mark of the Brazilian character, which is, that we are a people inclined to subverting the requirements of the civilized world, an idea explored by various authors through categories such as cordiality, Brazilian way, patrimonialism, trickery.

1 Pesquisadora titular da Fundação Joaquim Nabuco, doutora em Planejamento e Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: soaraujo7@yahoo.com.br.

2 Professor de filosofia no Instituto Federal de Pernambuco, Campus Afogados a Ingazeira, mestre em filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: cedi.ayres@hotmail.com

Keywords: Ethics. Corruption. Citizenship. Education.

Resumen

ARAÚJO, Maria do Socorro; AYRES, Cedric John. Ética, corrupção y educación. *Rev. Ci & Trópico*, v. 46, n. 2, p. 87-104, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2\(2022\)art5](https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2(2022)art5)

Este artículo trae al lector los resultados de las investigaciones realizadas por la Fundación Joaquim Nabuco y que tuvo como objetivo principal producir fundamentos para las políticas de educación direccionadas al mejoramiento de la ciudadanía, baseándose en el fortalecimiento de las conductas éticas que contribuyen a la convivencia ciudadana e incentivan la justicia social. Dicha investigación surgió de la necesidad de cuestionar la idea presente en la cultura nacional y asimilada como una característica del carácter brasileño, de que somos un pueblo inclinado a la subversión de los requisitos del mundo civilizado, idea abordada por diversos autores por medio de conceptos como la cordialidad, jeitinho brasileño, patrimonialización, chulería.

Palabras clave: Ética. Corrupción. Ciudadanía. Educación.

1. Introdução

Este artigo traz aos leitores a visão sobre Ética e Corrupção de pessoas diretamente envolvidas no “mundo da educação”: alunos, professores e gestores. Trata-se dos resultados de uma pesquisa³ realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, com o objetivo de gerar subsídios para as políticas de educação direccionadas ao aprimoramento da cidadania, por meio de comportamentos comprometidos com os princípios éticos, uma convivência cidadã e a promoção da justiça social. Essa pesquisa foi direccionada, preferencialmente, a estudantes do ensino médio de escolas públicas e privadas da cidade do Recife, mas também abriu espaço para as opiniões de professores, coordenadores e gestores, porque a pesquisa também tinha o objetivo de levar a conhecer um pouco o que pensam os profissionais da educação a respeito desses temas. A pesquisa, concluída em abril de 2020, teve os questionários e as entrevistas aplicados nos meses de setembro e outubro de 2018. Foram entrevistados 1.017 estudantes, 82 professores e 41 gestores (diretores e coordenadores), em 41 estabelecimentos de ensino médio, sendo 19 públicos (regulares e de referência) e 22 privados (laicos e confessionais), na cidade do Recife, em Pernambuco⁴

3 “O olhar estudantil sobre a ética e a corrupção”. Fundaj, 2020.

4 Chamamos *Escola Privada Confessional* a escola que pertence ou é administrada por cidadãos ou entidades não governamentais, vinculadas a igrejas ou confissões religiosas e cujos princípios, objetivos e formas de atuação estão baseados numa religião. A *Escola Privada Laica* é entendida como a escola que pertence ou é administrada por cidadãos ou entidades não governamentais e que oferece um tipo de

Uma das dificuldades enfrentadas por quem buscar enveredar pelos temas da Ética é o fato de, ao longo do tempo, esse conceito haver se distanciado do uso corrente da sociedade, restrito ao campo da filosofia e da teologia e reduzido, muitas vezes, ao nível de meros preceitos moralistas, para prescrever os comportamentos das pessoas. Contudo, nos momentos em que as crises de convivência se agravam o tema costuma ser lembrado como um requisito de sociabilidade e condição de cidadania.

Zigmunt Bauman escreveu que os grandes e antigos temas relacionados à Ética nada perderam de sua atualidade, necessitando apenas ser apresentados, vistos e tratados de maneira nova. Esses temas aos quais o sociólogo polonês se referiu estão relacionados aos direitos humanos, à justiça social, ao equilíbrio entre cooperação pacífica e autoafirmação pessoal, e à sincronização da conduta individual e do bem-estar coletivo (BAUMAN, 1997). Dessa lista, depreende-se a relação que existe entre Ética e Educação, uma vez que nela está implícita a necessidade de se ajudar as novas gerações a lidarem com as novas e complexas maneiras como os antigos desafios Éticos se apresentam e lhes são impostos.

Sobre esse aspecto, Maria Pereira Coutinho cobrou do homem contemporâneo respostas a essas questões complexas, na perspectiva de que elas afetam dimensões fundamentais da existência humana. Reportando-se às já tão conhecidas marcas da pós-modernidade – o imediatismo, o individualismo, a transitoriedade e a liberação de deveres e limites – ela lembrou a necessidade de dispormos de “sistemas de princípios, normas e valores que orientem a vida do ser humano em relação às ideias de bem e de mal, exigindo-se, por isso, uma chamada da Ética e convocando à responsabilização todos os saberes e, particularmente, o saber educativo” (COUTINHO, *apud* NEVES, 2016, p. 225). Ou seja, sem uma compreensão clara a respeito de qual perspectiva Ética nos orienta, não teremos sequer como avaliar se a nossa prática educativa está realmente cumprindo a sua função desejada.

Podemos entender os princípios, as normas e os valores como sendo os requisitos fundamentais à coexistência dos indivíduos em sociedade. Há de se ter, no entanto, certo cuidado ao defendê-los, especialmente quando aplicados às ideias de “bem” e de “mal”. Por um lado, a realidade humana não pode ser simplificada apenas a esta dualidade maniqueísta, pois muitas vezes um caso concreto pode ser analisado por ângulos diferentes, levando-o a interpretações conflitantes. Por outro lado, a dicotomia bom/mau vem muitas vezes carregada de conteúdos moralistas e religiosos, o que pode simplificar demasiadamente a existência humana. Assim, é necessário um referencial de normas e valores que sejam baseados na igualdade de direitos, no respeito às diversidades e na solidariedade coletiva. Em suma, em um conjunto de valores que podemos resumir no que chamamos de Justiça Social. Neste sentido, além de sua relação com a Educação, o conceito de Ética também se entrelaça com o

educação que se caracteriza por um ensino desvinculado de igrejas e de princípios religiosos. A *Escola Pública Comum* é aqui considerada como sendo a que oferece um ensino público, gratuito, ao qual podem ter acesso todos os indivíduos do Estado. E, finalmente, a *Escola Pública de Referência*, aquela que oferece um ensino público, gratuito, ao qual podem ter acesso todos os indivíduos do Estado, mas que funcionam em tempo integral. Na ocasião em que a pesquisa foi realizada, Pernambuco era a sede de 300 Escolas de Referência no Ensino Médio (EREM) e 35 Escolas Técnicas Estaduais (ETE), as duas categorias funcionando em horário integral. Esses números fazem do Estado de Pernambuco uma referência na modalidade, uma vez que representa 43% das escolas públicas de ensino médio.

de Justiça Social, uma vez que os princípios norteadores são os mesmos, lembrando, pois, o que disse Bauman.

2. Ética: a (des)atualidade do tema

Na introdução deste artigo, salientamos que a Ética, por mais que tenha se transformado, por vezes, em um conceito distanciado da sociedade, sempre volta ao centro do debate quando surgem as crises de convivência, isto é, quando se acirram as discordâncias sobre os mais variados aspectos de uma conduta social desejável. Isto é notório nos últimos tempos, quando testemunhamos uma dessas crises que urgem por um debate em busca de uma Ética que reaproxime o nosso entendimento da realidade concreta dos indivíduos e que abandone uma idealização utópica que concebe indivíduos e sociedades perfeitas, ao mesmo tempo em que demoniza os que não se harmonizam com esses modelos ideais.

Na pesquisa à qual nos referimos, observamos que entre os atores que compõem a educação formal – professores, gestores e estudantes – a Ética é apreendida sob diferentes percepções, passíveis de serem agrupadas conforme as semelhanças identificadas: uma percepção Consequencialista, uma segunda de natureza mais Formalista/Legalista, e uma terceira que, pela maneira à qual a ela se referem, pode ser chamada de Moralista. Trata-se, no entanto, de tendências nas percepções cujas conotações diferentes não se apresentam em estado puro, mas nos ajudam a identificar e classificar com mais clareza qual o princípio ordenador que prevalece nos juízos éticos emitidos.

2.1. As compreensões sobre a Ética

A percepção Consequencialista aparece vinculada à ideia de Respeito – respeitar o que é do outro, de tal modo que o principal critério que o consequencialista usa para formular os seus juízos éticos depende dos resultados de como uma ação afeta as outras pessoas. Assim, quando entende a Ética como sendo “respeito ao que é do outro”, o consequencialista considera um ato como antiético se, de algum modo, ele prejudica as outras pessoas. Entre os estudantes, a Ética é muito associada à ideia de Respeito, àquilo que Alain Finkielkraut discorre como sendo uma “guerra dos respeitos”, vista por ele como um fator decisivo na atual “crise do viver-junto”⁵. Segundo Finkielkraut, essa é uma “guerra” marcada pela intolerância às diferenças no pensar e nas formas de viver. Aprofundando a sua reflexão, o filósofo francês acredita que por trás desse desejo de ser respeitado encontra-se a profunda necessidade de ser.⁶

5 O filósofo francês Alain Finkielkraut, em “A identidade envergonhada”, recorre ao Leviatã para dizer que para o “Viver-junto” é imprescindível que exista, entre os seres humanos, um poder capaz de fazê-los observar o respeito, pois, (e aí ele recorre, *ipsis litteris*, a Thomas Hobbes), “cada qual quer assegurar-se de que lhe seja atribuído pelo vizinho o mesmo valor que se atribui, e toda vez que é subestimado tenta naturalmente, na medida da sua audácia, (...) obter pela força que os que o desprezam reconheçam que é maior o seu valor e que o reconheçam pelo exemplo” (FINKIELKRAUT, 2017, p. 117).

6 A violência, característica da França do século XXI, não decorre da revolta contra as desigualdades ou da sede de aquisição, mas do desejo de ser respeitado, do sentimento de que não se é, da indignação provocada por uma admoestação, um comentário, um olhar meio torto ou um olhar puro e simplesmente num momento de mostrar obediência’ (IDEM)

Na perspectiva Formalista/Legalista, um comportamento é considerado ético quando está de acordo com os princípios e os valores vigentes em uma sociedade. Em outras palavras: a Ética consiste em respeitar as leis e os direitos. Nessa perspectiva, uma pessoa ou uma atitude é considerada ética na medida em que respeita as leis e as normas sociais. Assim, num contexto democrático saudável deve existir um movimento duplo: por um lado, as leis devem refletir os princípios e valores da sociedade, representando assim o povo; por outro, o povo, através de seus representantes, deve buscar efetivar esses mesmos princípios e valores oficializando-os em leis estabelecidas pelo processo político democrático. Ao elegermos, no entanto, o termo “Formalista/Legalista” não vimos nas respostas obtidas referências a quais seriam, especificamente, os conteúdos dessas regras, nem mesmo se haveria algum critério que estivesse além dessas regras e leis e que servisse como parâmetro para julgar uma lei como sendo justa ou injusta. Nessa perspectiva, desde que se respeite a formalidade regente, a materialidade das normas torna-se um fator irrelevante para julgar um comportamento como ético. A visão formalista/legalista, portanto, desdobra-se em um relativismo ético, pois é possível que uma mesma atitude seja considerada ética em uma ordem social e antiética em outra, a depender de como a ordem ético-política vigente julga a atitude.

Já na percepção Moralista, a Ética aparece como um comportamento cujo valor independe do respaldo social, ou seja, de como os outros julgam os comportamentos (diferentemente da perspectiva formalista/legalista). Além disso, também formula os seus juízos independentemente de como os comportamentos afetam as outras pessoas (diferente, portanto, da concepção Consequencialista). Na perspectiva Moralista, então, ser ético depende mais do caráter das pessoas. Trata-se do compromisso que um indivíduo possui com valores, os quais, certamente, terminam por ser expressos em suas ações. Algumas definições que se enquadram nessa perspectiva seriam: “fazer o que é certo, mesmo que ninguém esteja vendo”, “não compactuar com as coisas erradas”, “ter caráter / ser correto / ser honesto / ser responsável”. De tal modo, não importa o que dizem as leis ou em que a maioria das pessoas acredita, tampouco o que as leis e as normas ditam. Assim como também não importa se as consequências serão vantajosas ou não. O certo é o certo e devemos fazê-lo.

Alguns estudantes sentem dificuldades em definir o que entendem por Ética, devido ou à complexidade do tema ou por vê-la como uma questão subjetiva. Já os professores e gestores demonstram dificuldades nessa definição, especialmente pela associação que costuma ser feita do tema da Ética ao da Corrupção, enquanto antagônicos. Muitos dos profissionais da educação preferem omitir-se de opinar quando a Ética tange a temáticas da política, especialmente em épocas de disputa partidária acirrada.⁷ Apesar disso, predomina a ideia de que a instrução ética no ambiente escolar é de suma importância, embora se constate que nem sempre os professores tratam desse tema em sala de aula de maneira satisfatória, principalmente nas escolas públicas. A compreensão que fica é a de que a Ética permanece revestida de subjetividade, um

⁷ Quando consultados a esse respeito, por ocasião das entrevistas, um número significativo de professores e professoras preferiu não responder à questão sobre o significado da palavra Ética, sob a alegação de que se trata de um tema delicado, que não é bom ser abordado no ambiente escolar. Lembrando, aqui, que as entrevistas foram realizadas em um período eleitoral, quando as disputas se mostravam acirradas e o tema da Corrupção ocupava espaço relevante nos debates.

conceito que ainda necessita aproximar-se da realidade. Zigmunt Bauman tinha mesmo razão quando afirmou que os temas relacionados à Ética necessitam ser vistos e tratados de maneira nova, associada aos direitos humanos e à justiça social, uma tarefa/desafio para o mundo atual, que deve servir de norte não apenas para os envolvidos diretamente com a educação dos jovens – pais e professores – mas de todos e todas que se mostram empenhados na construção de um mundo melhor, que requer o reconhecimento de que é preciso sincronizar a conduta individual e o bem-estar coletivo.

3. Corrupção: a (des)esperança no futuro

3.1. Visões sobre a Corrupção

As mídias de massa (rádio, revistas, jornais ou televisão) são os principais veículos por meio dos quais os estudantes tomam conhecimento a respeito do tema Corrupção, muito embora o círculo familiar, as redes sociais e a escola, esta última em posição de menos destaque, também sejam reconhecidos como fontes de informações relevantes sobre o tema. A Corrupção costuma ser percebida a partir de dois critérios: o primeiro relacionado ao escopo da corrupção, ou seja, o alvo, a intenção, o campo de ação, e subentende a Corrupção como passível de ser praticada por qualquer membro da sociedade ou por segmentos sociais específicos, mais precisamente, os agentes públicos. Já o segundo critério agrupa a compreensão sobre a Corrupção a depender de qual teoria Ética está pressuposta nos juízos feitos. Assim, se a Corrupção é vista como a infração de preceitos éticos, é preciso então entrelaçar os dois conceitos – Ética e Corrupção. De tal modo, para uns, a Corrupção se reveste de um caráter mais moralista (ato de burlar a ética e a moral / falta de caráter / desonestidade / injustiça / falta de humanidade), ou seja, imbuída da ideia de que pode ser praticada por qualquer pessoa da sociedade, não necessariamente os agentes do Estado, e que ocorre quando se atenta contra qualquer visão moralista da Ética. Já para outros, a Corrupção é vista como um fenômeno de natureza mais estatal/legalista (atos ilícitos que corrompem as leis em proveito próprio, de um grupo ou de uma causa / desrespeito ao que é do povo / desvio de dinheiro público, etc.). Por tais visões, percebemos haver uma inclinação a considerar que a Corrupção está relacionada às instituições do Estado e aos agentes públicos como políticos, juízes, burocratas ou, no máximo, instituições que tenham uma relação mais estreita com o Estado, seja prestando serviços públicos, seja financiadas por orçamentos públicos. Um fator interessante é que essa visão não permite identificar facilmente se as respostas estão norteadas por uma concepção ética de cunho Formalista ou Consequencialista. Fica, portanto, a dúvida: o que faz um ato ser corrupto é o fato de ele *corromper as leis* ou a corrupção estaria nos atos cuja finalidade é *tirar proveito próprio*? Ambos, talvez? De todo modo, são percepções que diferem das que se orientam pela visão Moralista.

Essas duas formas de perceber a corrupção, no entanto, não são necessariamente contraditórias. Por exemplo, para os profissionais da educação que se enquadram na vertente Social-Moralista o que mais chama a atenção nas notícias sobre corrupção são os fatos que envolvem os agentes do Estado, principalmente os relacionados a roubos

e danos ao patrimônio público. Vale lembrar, no entanto, que uma visão Social da corrupção engloba também a perspectiva Estatal, visto que o Estado também é parte da sociedade, apesar de o contrário não ser verdadeiro uma vez que a visão Estatal da corrupção excluiria os demais membros da sociedade. Consequentemente, não há qualquer contradição em alguém que entenda que a corrupção encontra-se presente em toda a sociedade, apesar de acreditar que tal prática seja mais incidente no âmbito estatal, ou ao menos que a mídia dê mais atenção aos atos de corrupção praticados pelos políticos, por exemplo.

3.2. O Brasil e a Corrupção

A fatídica frase “O Brasil é um país de corruptos”, ainda tão recorrente no cotidiano da nação brasileira, e talvez por isso mesmo vista por estudantes, professores e gestores com certa naturalidade, demonstra um entendimento de que ela retrata mesmo o Brasil, muito embora os professores e gestores sejam mais incisivos ao ressaltar que não podemos generalizar tal afirmativa. No entanto, a visão que prevalece entre os que concordam com a frase é uma visão do tipo determinista, fundamentada na ideia de que a corrupção é um comportamento histórico em nosso país, uma prática adquirida na época da colonização, jamais abandonada e, portanto, enraizada no nosso modo de ser. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, que influenciou uma geração de intérpretes que o sucederam e teve os seus pressupostos ratificados e desdobrados por uns e questionados por outros, seriam características nossas, herdadas dos povos ibéricos, a sobrançeria hispânica, o desleixo e a plasticidade lusitanas, bem como o espírito aventureiro, o apreço à lealdade de uns e outros e, ainda, o gosto maior pelo ócio do que pelo negócio. Dizia ainda que da mistura de tais ingredientes resultaria certa frouxidão e certo anarquismo, falta de coesão, desordem, indisciplina e indolência (BUARQUE DE HOLANDA, 1995). Como quase tudo isso são defeitos, concluímos então que somos um caso feio, tamanhas são as carências de que padecemos. No entanto, o próprio Sérgio reconhece que muito pior para nós teria sido o contrário dos nossos defeitos, tais como o servilismo, a humildade, a rigidez, o espírito de ordem, o sentido de dever, o gosto pela rotina, a gravidade, a sisudez. Estas, conclui o autor, poderiam nos ser ainda mais nefastas, porque nos teriam tirado a criatividade do aventureiro, a adaptabilidade de quem não é rígido, mas flexível, a vitalidade de quem enfrenta, ousado, azares e fortunas, a originalidade dos indisciplinados.⁸

Um autor que aliou a sua interpretação à de Buarque de Holanda foi Roberto DaMatta, que, cinquenta anos depois, ao discorrer sobre o referido “jeitinho brasileiro” (DAMATTA, 1986), justificou a sua categoria analítica dizendo ser a natureza do Estado coercitiva e, no caso brasileiro, inadequada à realidade individual. Para DaMatta (1986), “a obediência às leis universais decorre de uma simples e direta adequação entre a prática social e o mundo constitucional e jurídico”, daí que “[...] incapacitado pelas leis, descaracterizado por uma realidade opressora, o brasileiro deverá utilizar recursos que vençam a dureza da formalidade, se quiser obter o que muitas vezes será necessário à sua sobrevivência.” (DAMATTA, 1986, p. 99). No seu ensaio,

8 Ideias trabalhadas de forma mais exaustiva por Araújo (2014) em sua Tese de Doutorado.

Roberto DaMatta procurou uma resposta à pergunta por ele formulada e por ele próprio considerada enigmática: “O que faz o Brasil, Brasil?”. O primeiro “Brasil” (com b minúsculo) é, segundo DaMatta, “dado nas possibilidades humanas”, mas “o segundo Brasil é feito de uma combinação especial dessas possibilidades universais.” (DAMATTA, 1986, p. 14). A importância dessa relação é por ele destacada porque “define um estilo, um modo de ser, um ‘jeito’ de existir que, não obstante estar fundado em coisas universais, é exclusivamente brasileiro” (p. 15). É essa a compreensão que delimita o ponto de partida do ensaio de DaMatta: que “tanto os homens como as sociedades se definem por seus estilos, seus modos de fazer as coisas” (p. 15.). Para esse autor, existem dois modos básicos de se construir a realidade brasileira: por meio de dados quantitativos (dados estatísticos, renda *per capita*, PIB, PNB, IDH, etc.), o que, segundo ele, permite construir uma identidade social moderna; e por meio de dados sensíveis e qualitativos (dados culturais que exprimem os modos de viver e as relações familiares, pessoais e de cordialidade). Para ele, não se trata nem só de uma coisa nem só de outra, mas das duas, que se dão de modo simultâneo e complexo (DAMATTA, 1986, p. 19).

O “jeitinho brasileiro” é, portanto, explicado como sendo um modo de navegação social mediante o qual o indivíduo enfrenta as contradições sociais de um modo tipicamente brasileiro (DAMATTA, 1986, p. 100). Para fundamentar a sua definição, ele toma como referência o que acontece em países como os Estados Unidos, a França e a Inglaterra, onde as regras jurídicas e as práticas da vida diária se mostram coerentes, e por isso as regras ou são obedecidas ou não existem. DaMatta observou que é justamente devido à inexistência dessa coerência que, no Brasil, “conseguimos descobrir e aperfeiçoar um modo, um jeito, um estilo de navegação social que passa sempre nas entrelinhas desses peremptórios e autoritários “não pode!”. Conclui DaMatta:

Assim, entre o “pode” e o não “pode”, escolhemos, de modo chocantemente antilógico, mas singularmente brasileiro, a junção do “pode” com o “não pode”. Pois bem, é essa junção que produz todos os tipos de “jeitinhos” e arranjos que fazem com que possamos operar um sistema legal que quase sempre nada tem a ver com a realidade social. (DAMATTA, 1986, p. 100)

Portanto, ao definir o “jeitinho como um modo de navegação social”, talvez, à primeira vista, DaMatta dê margem à interpretação de que se trata de um predicado próprio das classes menos favorecidas, no seu esforço para sobreviver. O autor percebeu, no entanto, que no Brasil as regras jurídicas se encontram descoladas das práticas da vida diária, pois o brasileiro (todos e não apenas os pobres), pela sua cordialidade, tem um jeito próprio de ser que é produto de sua história; um produto da história na maioria das vezes mal interpretado, que deixa um legado negativo e uma visão que chega a ser até deletéria do país onde vivemos.

Essas teses interpretativas do comportamento nacional, muitas vezes mal compreendidas ou entendidas pela metade, contribuem para que se cristalize uma visão pessimista da sociedade à qual pertencemos. Na pesquisa aqui referida, isso se mostra bem presente e até nos surpreende, principalmente quando exposta por jovens

estudantes que, ao se mostrarem portadores dessa visão negativa parecem não ceder espaço para a construção dos ideais tidos como próprios da juventude. Ou seja, a atitude aparentemente desoladora desses alunos e alunas entrevistados desanima a esperança dos mais vividos de que no futuro será possível reverter a prevalência da corrupção. Afinal de contas, se os jovens, que são os agentes da mudança, já se dão por vencidos, de que adiantarão os esforços do presente? Parece mesmo surpreendente que quando questionados sobre se a corrupção precisa ser combatida, alguns jovens respondam Não. Mesmo os que assim se posicionam não negam a necessidade desse combate, contradizendo, assim, a visão fatalista que dizem ter, baseada na compreensão de que se trata de um comportamento imutável do povo brasileiro. Ora, se é imutável, por que combatê-la? Dentre os que se mostram mais incisivos na necessidade desse combate, uns estão focados neles próprios, quando dizem que a corrupção desvirtua os jovens, colocando-os no “mau caminho” e prejudicando as futuras gerações; outros miram a injustiça social, sob o argumento de que a corrupção prejudica principalmente os mais pobres e as pessoas honestas.

A pergunta que segue é: De que maneira o combate à Corrupção poderá ser feito? Há os salientam o papel e o poder da sociedade civil exercido na hora de escolher os seus governantes, quando essa escolha deverá recair em homens e mulheres responsáveis e honestos no lidar com a coisa pública. Outros acham que se trata de uma responsabilidade do próprio Estado e de suas instituições, e que tal combate deve ser feito por meio de leis mais rigorosas, de mais fiscalização, investigações e punições mais severas, demonstrando assim uma compreensão de que no trato dessa questão é o próprio aparato burocrático em seu funcionamento regulativo que deverá intervir contra a corrupção, reportando-se, assim, mesmo sem se dar conta, ao pensamento de Maquiavel, o pensador renascentista que acreditava haver uma correlação entre a força da corrupção e a fraqueza das leis e das instituições políticas.

Curiosamente, um segmento bem menor dos estudantes vê a Educação como sendo um mecanismo ideal de combate à Corrupção. Essa minoria acredita que somente por meio de investimento na educação das crianças e dos jovens é que será possível mudar radicalmente a perspectiva geral da sociedade. Ou seja, primeiro formamos cidadãos com valores íntegros, e depois estes é que transformam a realidade social para melhor. Há, no entanto, os que se mostram incrédulos diante da possibilidade de os brasileiros virem a mudar a cultura da Corrupção. Desesperançosos, consideram que acabar com essa prática é mesmo uma utopia, visto que a Corrupção está em toda parte, bastante enraizada nas práticas cotidianas que são passadas de pai para filho.

Os educadores de maior idade, cuja maioria concorda com a afirmativa de que “o Brasil é um país de corruptos”, se mostram mais esperançosos em relação ao futuro do país do que os educadores mais jovens, que entendem a Corrupção como um problema social que requer medidas propositivas de prevenção e, de forma à primeira vista contraditória, enfatizam a importância da escola como agente de mudança social no longo prazo. Mas também há os que realçam a necessidade de medidas punitivas, depositando as suas esperanças principalmente nas ações de natureza jurídica e política, na compreensão de que o sucesso dessas medidas depende da elaboração de

leis adequadas e devidamente cumpridas. Pensando assim, consideram o combate à Corrupção como um problema pertinente ao Estado.

A maioria dos educadores se mostra esperançosa diante da possibilidade de erradicarmos a Corrupção no Brasil, isto porque acreditam no trabalho que realizam e concebem a Educação de forma mais ampla; entendem que os professores são importantes não apenas para instruir conteúdos técnicos ou teóricos, mas também para orientar na formação da personalidade dos seus alunos e alunas.

Existem professores, entretanto, que já não acreditam no avanço ético do país. E isso se deve a dois motivos: o primeiro, é que testemunham um excesso de passividade e acomodação por boa parte de seus jovens alunos; o segundo, é a ausência de apoio e acompanhamento familiar, que acaba por não estabelecer limites aos jovens. Esse descrédito ouvido de professores e gestores educacionais reporta-nos à pesquisa coordenada pela especialista em Educação Tania Zagury⁹ (ZAGURY, 2006), que questionou 1.200 docentes sobre as três principais dificuldades por eles enfrentadas em sala de aula. As principais respostas obtidas dizem respeito a problemas de socialização: “os alunos não têm limites, são rebeldes, agressivos, faltam com o respeito ao professor; falta de educação e excesso de liberdade familiar; falta de compromisso, interesse e apoio da família”. E acrescentou:

De uma hierarquia engessada e rígida demais (até a década de 1970), na qual as crianças não tinham espaço mínimo para contestação, a família moderna tentou criar um novo modelo de relações entre pais e filhos, em que o não-autoritarismo seria a base. Pena que se tenha exagerado na dose (ZAGURY, 2006, p. 89)

4. O desafio da Educação

A conclusão do parágrafo anterior traz à tona o velho problema da “sobrecompensação”, para a qual Platão – o sábio filósofo/educador – nos alertou no livro VIII da *República*.¹⁰ Nessa parte de sua obra magna, ele nos apresenta a decadência em série de Constituições – que se aplicam por analogia tanto ao nível individual/psicológico quanto ao social/político – cada vez mais injustas, com o objetivo de compará-las à constituição ideal¹¹ por ele elaborada nos livros II ao IV. Cabe esclarecer que o título do livro *República*

9 O Professor Refém: estudo baseado em pesquisa feita em nível nacional com cerca de 1.200 professores do ensino básico, no qual a autora faz uma análise pioneira do sistema educacional brasileiro, em seus mais diferentes aspectos.

10 Esta volta ao passado, feita neste item do artigo, pode parecer ao leitor deslocada no tempo. No nosso entendimento, porém, às vezes é preciso voltar às origens. Lá, “tudo está”. Esclarecemos também que em nossas referências aos escritos de Platão, seguiremos a prática comum de usar o número de paginação de Estefanos, por exemplo: (327a), para facilitar que o leitor encontre as passagens citadas em qualquer edição do livro que tiver também o sistema de numeração.

11 A “Bela Cidade” (*Καλλίπολις*) segue os princípios de organização Aristocráticos. Contudo, novamente, não devemos confundir com uso corrente da aristocracia como um governo das elites – econômica e política. Aqui, em Platão, toma-se o sentido originário da palavra *arete* (*ἀρετή*), que podemos traduzir como “excelência, perfeição ou virtude”. Ou seja, a Bela Cidade, sendo Aristocrática, organiza-se pelo princípio que busca e valoriza, sobretudo, o desenvolvimento das virtudes nos seus cidadãos e no bem de toda a comunidade. Assim, nela encontramos que cada parte da cidade – os produtores, os guardiões

pode ser enganador ao leitor moderno. Por esse termo, pensamos em um específico modelo de organização política, ou seja, o republicano. Contudo, este título nos chega pela tradução latina (*De Res Publica*) do título original grego, que podemos transcrever como *Politeia*. Como é muito comum no grego clássico, os termos possuem uma gama de possibilidades semânticas que dificultam a tradução direta e literal, especialmente quando estes termos são usados filosoficamente ou de maneira técnica. No caso de *Politeia*, isto não é diferente. De acordo com o Liddell, Scott, Jones *Ancient Greek Lexicon* (LSJ), o termo possui uma ambiguidade que pode significar tanto a) o corpo cidadão, o seu modo de vida, seus direitos e condições; quanto b) o governo, a administração governamental, os cargos políticos, as políticas públicas; ou ainda c) a constituição de um Estado, as formas de governo – apenas eventualmente, podendo ter o sentido de um governo republicano livre. Assim, para melhor capturar o sentido que o termo *Politeia* é usado na obra de Platão, podemos traduzi-la por “Constituição”, pois Platão compõe e investiga modelos de organização e integração, os quais podem se aplicar tanto à sociedade (nível político) quanto à vida individual (nível psicológico), cada qual seguindo princípios diferentes, para compará-los e assim tentar descobrir o que é a Justiça e se uma vida justa é melhor do que uma vida injusta. Outra boa opção de tradução para *Politeia* seria o termo “Regime”, porque esta palavra possui conotações que vão desde o nível político de dirigência governamental (ex: regime militar) até o de modo de viver de um indivíduo, incluindo até mesmo a sua dieta alimentar.

Em um passo seguinte, o autor nos apresenta a sua visão de como a Oligarquia decai em Democracia¹² e esta, por sua vez, conduz à Tirania. Tal processo é narrado

e os governantes – exercem as suas funções próprias com excelência, de modo que a comunidade é virtuosa em cada uma de suas partes – temperante, corajosa e sábia – e também virtuosa como um todo –, ou seja, justa. Lembramos que esta terminologia social-política serve de modelos para compreendermos, conforme a mesma lógica, o nível individual-psicológico.

- 12 É natural que o leitor moderno estranhe a visão de que a Oligarquia seria um regime superior à Democracia e que a passagem daquela para esta represente um movimento de decadência. Em última instância, não somos obrigados a concordar com ele, mas vale a pena explicar o porquê de ele considerar isso e no contexto do restante da República. Como já falamos, o paradigma de justiça é representado pela constituição da *Kallipolis*, de tal modo, que os demais regimes são considerados piores quanto mais se distanciam dos princípios de organização da bela cidade. Neste sentido, a Oligarquia peca pela busca exagerada pelo acúmulo de riquezas. Assim, subverte a ordem justa e virtuosa o seu elemento governante é a parte desajuste da alma (produtivo da cidade) e esta parte subjugada a racionalidade (filósofos-guardiões da cidade) e a irascibilidade (guardiões-auxiliares) a serviço de um único desejo, o de acumular riquezas ao mesmo tempo que sufoca os desejos dissipadores de riqueza. Apesar de injusta, a Oligarquia ainda consegue manter certa ordem e disciplina, as quais levam o indivíduo Oligárquico a ser competente na aquisição de riqueza. O problema deste foco exagerado em um único desejo é que a Oligarquia gera uma divisão interna conflituosa, de modo que “um Estado desses não é um só, mas dois, forçosamente: o dos pobres e o dos ricos, que habitam no mesmo lugar, e estão sempre a conspirar uns contra os outros” (551d). É desta tensão, desta repressão exagerada dos desejos dissipadores de riqueza, que se chega à Democracia. Por que a Democracia seria considerada mais distante da Bela Cidade do que a Oligarquia? É verdade que Platão também elogia aspectos da Democracia, já que nela encontramos “toda a espécie de constituições, devido à liberdade, e dá a impressão de que quem quiser estabelecer uma cidade, como há pouco fazíamos, necessita de se dirigir a uma democracia, para escolher a modalidade que lhe aprouver, como se chegasse a uma feira de constituições e pusesse em prática aquela que tivesse selecionado” (557d). Ou seja, é a liberdade de expressão e pensamento democrática, bem como a sua variedade de personalidades, que permite Platão a fazer esta mesma investigação filosófica da República. Apesar de bela, falta à Democracia uma forma coerente própria que unifique todos os cidadãos em um único projeto, de modo que Platão a compara a uma colcha de retalhos: “Tal constituição [a Democracia] é muito capaz de ser a mais bela das constituições. Tal como um manto de muitas cores, matizado com toda a espécie de tonalidades, também ela, matizada

dramaticamente como sendo as mudanças entre gerações, ou seja, como os valores e os hábitos dos pais são transformados nos filhos. Para ele, o regime Oligárquico é caracterizado por uma hierarquização rígida de valores que enfatiza demasiadamente apenas um único tipo de desejo: aqueles que favorecem a produtividade e o lucro. Assim, desprezam os desejos dissipadores, como as festas e o lazer em geral, sufo-cando-os totalmente. Sujeitando-se apenas às obrigações produtivas, não lhes resta a liberdade criativa de fazer espontaneamente aquilo que desejam e lhes é prazeroso.

De tal forma, os filhos são sedentos pela igualdade de direitos e pela liberdade e “a cobiça da riqueza e a negligência do resto, para conseguir o dinheiro” (562b) acaba por fazer com que a Oligarquia se perca. Mas, do mesmo modo, a democracia, por ambicionar a liberdade como o bem supremo, acaba causando também a sua própria dissolução. Assim, a igualdade e a liberdade, inicialmente valores políticos, acabam disseminando-se como princípios norteadores de todas as demais relações sociais. De tal modo, não há mais hierarquias entre as gerações e a experiência em um assunto não mais confere maior autoridade a alguém, todos somos iguais e nada deve impedir a liberdade de realizar os desejos:

O pai habitua-se a ser tanto como o filho e a temer os filhos, e o filho a ser tanto como o pai, e a não ter respeito nem receio dos pais, a fim de ser livre [...] num Estado assim, o professor teme e lisonjeia os discípulos, e estes têm os mestres em pouca conta; outro tanto se passa com os preceptores. No conjunto, os jovens imitam os mais velhos, e competem com eles em palavras e em ações; ao passo que os anciãos condescendem com os novos, enchem-se de vivacidade e espírito, a imitar os jovens, a fim de não parecerem aborrecidos e autoritários. (562e) (563a-b).

Isso significa, em última instância, que nessa igualdade radical dos desejos e das vontades, um professor que almejar uma sala de aula silenciosa não tem o direito de contrariar o desejo dos alunos que quiserem conversar. Se o professor impuser o silêncio ou exigir dos seus alunos respostas satisfatórias para tarefas e exercícios, como requisitos para aprovações, esse professor poderá ser visto como repressor da liberdade e da igualdade. Eis, portanto, que assim como a sobrecompensação decorreu da Oligarquia, ela também resulta “da liberdade de fazer tudo” de modo tão amplo e mais forte “até reduzir a Democracia à Escravatura” pois, como explica Platão,

[..] Na realidade, o excesso costuma ser correspondido por uma mudança radical, no sentido oposto, quer nas estações, quer nas

com toda a espécie de caracteres, apresentará o mais formoso aspecto” (557c). Ou seja, se na Oligarquia tínhamos duas cidades convivendo em um único território, na Democracia temos um atomismo amorfo de modo que cada indivíduo é a sua própria cidade compartilhando o mesmo território. Assim, desordeira, a Democracia peca por um exagerado desejo pela liberdade (entendida como ausência de imposições) e igualdade (entendida como falta de parâmetros nos juízos de valor). Por estes motivos, a Democracia estaria ainda mais distante da ordem hierárquica das virtudes e da justiça do que a Oligarquia. Concordando ou não com Platão, ao menos assim podemos entender melhor a sua posição.

plantas, quer nos corpos e não menos nos Estados. [...] A liberdade em excesso, portanto, não conduz a mais nada que não seja a escravatura em excesso, quer para o indivíduo, quer para o Estado. (563e-564a)

Fica então aqui a lição do Mestre sobre o que seria uma educação ética, com o adendo importantíssimo: o apego exagerado a qualquer valor ético acaba por criar as condições da sua própria rejeição e do seu próprio desapego. Mesmo os mais belos e nobres valores, se tomados como princípios inquestionáveis e absolutos, se não enquadrados em seus contextos e analisados em suas devidas proporções, esclarecendo-se os prós e os contras, acabam por gerar reações que levam ao lado oposto.

4.1. A (des)importância da Escola: de volta à pesquisa

Requer atenção o contraste observado entre as opiniões dos estudantes e as dos professores e gestores a respeito da importância da escola para a formação ética dos seus alunos, os primeiros, em sua minoria, minimizando essa importância, enquanto os demais – professores e gestores –, sendo quase unânimes em enaltecê-la. Isso porque, apesar dessa quase unanimidade dos profissionais da educação em acreditarem na capacidade da Educação de contribuir para melhorar o nosso país no que tange ao combate à Corrupção, não são poucos os que continuam desesperançosos em relação a essa possibilidade. No entanto, afastando-nos das generalidades e da visão da Educação enquanto ideal e do futuro enquanto projeção de nossos desejos, ou seja, quando postos diante do que realmente vemos e vivemos, essa quase certeza se transforma. A pergunta é posta: “Com base no seu contato com os jovens da atual geração, você acha que estamos caminhando para um país mais ético?” As respostas não vêm de imediato. Há reticências, respirar fundo, pausas para resgatar memórias antes de opinar sobre qual seria, realmente, o nosso futuro, caso este dependa dos alunos e alunas que se encontram sob os seus cuidados. Do modo posto, a pergunta parecia levar os professores a certo desapontamento com os frutos do próprio trabalho. Afinal de contas, a ideia prevaiente é de que a escolha da profissão seja fruto de alguma afinidade com a missão de aperfeiçoar os jovens; que a docência seja vista como ponte entre a tradição e o progresso; seja agente de mudança para melhor, medida em que aponte caminhos mais eficientes que os traçados por eles próprios. Ora, se professores e gestores dizem acreditar, quase unanimemente, nos frutos positivos dos seus trabalhos, que a educação é de essencial importância para a construção de um país melhor e que a escola é uma instituição importantíssima para a construção de um país mais ético, como parte desses mesmos professores e professoras não acreditam que os seus jovens alunos estejam caminhando para tornarem o Brasil em um país mais ético? ¹³ Como explicar a incompatibilidade observada entre duas visões aparentemente paradoxais?

¹³ Estes que se mostram desesperançosos se baseiam na forma como seus alunos e alunas se comportam no ambiente escolar, nos interesses que demonstram e nos valores que promulgam. Já os mais otimistas aportam-se em traços de caráter ainda latentes que usam como base para projetar o futuro. Ou seja, depositam esperança no grande potencial que reconhecem em alunos, nos comportamentos que indicam grande promessa, apesar de ainda não terem amadurecido plenamente.

Por um lado, professores e gestores educacionais admitem não crer num futuro melhor do país, quando tomam como referência os seus próprios alunos; por outro lado, acreditam estar contribuindo para a construção de um país melhor. Assim, são pessimistas em relação aos seus jovens alunos, mas ao mesmo tempo são otimistas com a Escola e com o trabalho que realizam.¹⁴ Ora, a Lógica pede que busquemos alguma coerência entre estas duas afirmações. O que dizer a respeito de duas visões aparentemente opostas? Quais suposições são possíveis fazer na busca por justificar tamanha desesperança, mesmo diante da crença na Educação enquanto valor e ideia?

A primeira é que os profissionais da educação estão cientes da importância da educação na formação dos jovens, concordam com os valores que as escolas se propõem a transmitir para os alunos, mas constatam que tais valores não estão sendo suficientemente absorvidos. E por que se resignam? Talvez não consigam identificar as causas de seus ensinamentos não serem aceitos pelos alunos, ou talvez considerem que as causas desse problema sejam maiores e mais profundas do que as intervenções pontuais de professores, ou mesmo da Escola enquanto instituição, seriam capazes de sanar. A segunda é que os profissionais da educação já não mais acreditam na influência da Educação formal para a formação da personalidade dos jovens, devido à concorrência de tantas outras de fontes negativas de influência, porém, incapazes de admitir o descrédito no próprio trabalho, cuja nobre missão é precisamente formar jovens capazes de contribuir para a construção de um futuro melhor, refugiam-se nas fórmulas prontas e abstratas a respeito do ideal da educação.¹⁵

5. Conclusão

Ao se observar a história do mundo ocidental, vê-se que sempre que as crises de convivência se agravam, a Educação passa a ser questionada, estimulando o surgimento de debates que mobilizam setores antagônicos da sociedade e resultam em diferentes visões sobre como a sociedade deve orientar e instruir os jovens. São instantes geradores de tensões que tendem a ser maiores entre os que se embalam na crença de que os valores postos pelos educadores são naturalmente absorvidos pelos alunos. Além do mais, nesse aspecto, o mundo não parece haver mudado muito. Esses conflitos vêm muito lá de trás. Na Grécia de Sócrates, por exemplo, encontra-se em um desses momentos, quando o novo projeto de educação dos Sofistas, arrogando a capacidade de ensinar qualquer coisa a qualquer um, entrou em tensão com o projeto tradicionalista de educação. Ironicamente, os tradicionalistas aceitavam a alegação dos

14 Em outras palavras, praticamente todos os professores e gestores dizem que com o trabalho que realizam nas escolas é possível elevar os padrões éticos no país – seja pela função que exercem na escola ou pelos exemplos pessoais que dão aos seus alunos –, mas um pouco mais da metade destes parecem admitir que os seus esforços são insuficientes e que não colheremos os frutos deste labor.

15 Enfatizamos, contudo, que essas duas suposições são colocações em caráter especulativo. Aplicamos os questionários aos professores e gestores com o propósito de complementar a pesquisa cujo foco é a visão dos alunos. De tal forma, antes de generalizarmos as nossas interpretações dos dados, seria necessário, no mínimo, uma pesquisa direcionada exclusivamente aos professores e gestores. Assim, poderíamos ter diante de nós subsídios estatísticos mais robustos para compreender, de maneira mais ampla e profunda, como os educadores refletem sobre a questão da Ética e qual é o papel da Educação, bem como os seus limites, na formação do caráter de seus alunos.

Sofistas e do seu poder irresistível de instrução e de influência sobre os discípulos, de tal modo que os tradicionalistas de Atenas, diante de uma juventude que considerava decaída e corrompida pelo relativismo e pela ambição sem freios, culpavam inteiramente os sofistas e o seu novo modelo de educação.¹⁶ Eles entendiam que esses jovens afastados pelos sofistas dos valores tradicionais foram os responsáveis pela humilhante derrota ocorrida na Guerra do Peloponeso contra uma Esparta muito mais tradicional e livre da influência dos sofistas.

Ora, se realmente se acredita na educação como a principal instância salvadora do país, na mesma medida, abre-se espaço para concebê-la como fonte de todos os problemas. Aos que assim pensam talvez falte a perspectiva moderada da concepção educacional platônica, que reconhece o valor da educação sem, contudo, atribuir-lhe onipotência, uma educação que reconhece plenamente os limites que as próprias inclinações naturais dos alunos impõem ao educador.¹⁷ Quem sabe se encontre aqui a chave explicativa do dilema dos educadores que acreditam no trabalho que realizam, como veículo de mudança, mas ao mesmo tempo se mostram incrédulos num futuro melhor “comandado” pelos jovens que se encontram sob os seus cuidados. Apesar da convicção de que a Corrupção é um traço histórico-cultural da nação brasileira, e, portanto, “o Brasil é uma país de corruptos”, no entanto, é majoritário o entendimento de que isso não exime a Nação da responsabilidade de combatê-la ativamente, perante o risco de naturalizá-la.

Num texto de autoria de Marcelo Timotheo da Costa, intitulado “A impunidade mata e desmata: o caso Dorothy Stang uma década depois”, encontrado no livro “Histórias dos crimes e da violência no Brasil”, lemos o seguinte diálogo:

É dia de confissões na pequena igreja do interior do país. O sacerdote ouve a frase cerimonial da parte do fiel que se ajoelha: *Padre, perdoe-me porque eu pequei*. Diz o padre: *Antes de seguirmos, é importante que eu saiba quem você é, nunca o vi por aqui... Por exemplo, qual sua profissão?* O fiel responde: *Eu*

16 Encontramos em Aristófanos a melhor representação desta visão tradicionalista. A sua comédia “As Nuvens”, a qual usa a figura do Sócrates como bode expiatório de toda a “nova educação” dos Sofistas e materialistas. Nas linhas 885-1115 vemos o “Discurso Pior/Injusto”, representando o que ele entendia pelos ideais e valores da educação sofisticada, acaba por se tornar responsável pela educação dos jovens ao vencer, por meio da retórica heurística, o ‘Discurso Melhor/Injusto’, o qual representa a educação e os valores tradicionais.

17 No livro 6 da República, Platão nos fala de ao menos três elementos para a formação da personalidade. O primeiro, seria a própria natureza da pessoa, os seus gostos e interesses. O segundo, seria a cultura geral e as influências sociais. A terceira, por sua vez, seria a educação formal. De tal forma, em 492a, o vemos dizer que se uma natureza filosófica for educada no gênero de ensino que lhe convém, atingirá todas as virtudes; mas se “for semeada e plantada num terreno inconveniente e aí for criada, cairá no extremo oposto”. Nesta mesma passagem, critica a ideia de que simples Sofista particulares teriam o poder de corromper os jovens quando comparado com o poder de influência que as massas têm “para ensinar perfeitamente e modelar quantos quiserem, novos e velhos, homens e mulheres”. Por outro lado, encontramos como contraponto os limites da educação na seção 495^a em diante, especialmente quando conclui: “Aqueles que não estão à altura da educação, quando se aproximam dela [a filosofia] e vivem com ela sem o merecer, que espécie de pensamentos e de opiniões diremos que procriam? Não será aquilo que verdadeiramente merece ser chamado sofismas, e nada de legítimo, nada que tenha verdadeiro saber?” (496a)

sou matador, padre. Segue-se longo silêncio. Recuperado da revelação impactante, o sacerdote pergunta: E você está aqui por conta dos homicídios que cometeu? Deseja arrepender-se, mudar de vida? O fiel: Não, padre, sou matador. Continuarei assim. Mas sou um matador cristão. O padre pergunta: Como pode ser isso? O fiel responde: Eu miro entre os olhos do sujeito que vai morrer. Ele não sente nada. Isso dito, o forasteiro passou a enumerar o que considerava serem seus pecados. Pecados banais. (PRIORI, p. 285)¹⁸

Por mais vil que seja um hábito qualquer, ao torná-lo corriqueiro, ele acaba incorporado à normalidade das coisas, tal como o “fiel matador” da citação via o assassinato. Daí, como disse lá atrás Aristóteles (2003), é preciso “cultivar primeiro a alma de quem aprende, por meio de hábitos, tornando-o capaz de gostar e sentir aversão da maneira correta”. Sem esta preparação inicial, dificilmente se consegue educar, por meios apenas teóricos e argumentativos, alguém para uma vida virtuosa e íntegra.

É nesta linha que Hannah Arendt (ARENDR, 1999)¹⁹ questionava se o hábito de simplesmente pensar e refletir sobre um acontecimento poderia condicionar as pessoas a não praticarem o mal. Interrogou: “A possibilidade de evitar que se faça o mal será um dos atributos da atividade de pensar? Ou, dito de outra forma, será o mal banal fruto do não exercício do pensar?”²⁰ Note-se que ela se refere ao mal *banalizado*, ou seja, aquele que passa por um processo de normalização devido a exposição frequente e habituação social, ainda que tal prática seja intelectualmente reconhecida como má.

18 O autor do texto esclarece que o episódio narrado, embora pareça ficcional, aconteceu de fato, não fornecendo nenhuma informação que leve a qualquer pista do fiel autoproclamado “matador cristão”. Acrescenta o autor: “Conhecendo-se a biografia do sacerdote envolvido, depreende-se que tal fato ocorreu em uma diocese do sul do Pará, Amazônia Legal, no chamado “Brasil profundo”, área onde a pistolagem e as mortes contratadas são fatos cotidianos. Território onde a extrema banalização do homicídio permite que crimes de sangue sejam vistos como deveres profissionais. E, como tal, sejam interpretados como atos lícitos e até passíveis de absurda “cristianização”.

19 Filósofa alemã que, ao escrever sobre o julgamento do carrasco nazista Adolf Eichmann, ocorrido em Jerusalém, desenvolveu o conceito da “banalidade do mal”. Eichmann era um indivíduo comum, um cidadão médio, sem histórico de violência e sem apresentar características de um caráter distorcido ou doentio, que exercia a função de oficial da Gestapo e, como tal, agia segundo o que acreditava ser o seu dever, executando as ordens sem nenhum tipo de questionamento (seja para o bem ou para o mal), apenas com o intuito de desenvolver a sua carreira profissional da melhor forma possível. Eichmann não pensava no que fazia, não refletia sobre os acontecimentos. Apenas cumpria o que achava ser o seu dever. Analisando esse comportamento, Arendt se perguntava: “Será que o hábito de examinar, refletir sobre qualquer acontecimento, poderia condicionar as pessoas a não fazer o mal? Estará entre os atributos da atividade do pensar, em sua natureza intrínseca, a possibilidade de evitar que se faça o mal? Ou será que podemos detectar uma das expressões do mal, qual seja o mal banal, como fruto do não exercício do pensar?” (ARENDR, 1999, p. 152). Dessa forma, a autora defende que a massificação da sociedade e o totalitarismo permitiram o desenvolvimento de uma multidão que cumpria ordens sem questionar, uma massa incapaz de fazer julgamentos morais. E, nessa perspectiva, Eichmann não era visto como um monstro, mas como um funcionário zeloso, que apenas cumpria com as ordens que recebia. O Mal praticado por ele havia se banalizado.

20 É pertinente lembrarmos aqui que o mal foi abordado por Arendt numa perspectiva ético-política, e não numa visão moral ou religiosa. O pano de fundo de sua análise era o processo de naturalização da sociedade, ou seja, como a massificação pôde naturalizar ações abomináveis que podem levar à perversão, à destruição e até à morte.

No desenvolvimento de sua tese, a referida filósofa defendeu que, com a massificação da sociedade, se criou uma multidão incapaz de fazer julgamentos morais, razão pela qual aceitam e cumprem ordens sem questionar. Desse modo, ela procura mostrar como a faculdade de pensar pode estar intrinsecamente ligada à recusa de se praticar o mal, ainda que comandado por autoridades. A conclusão da filósofa corrobora o entendimento prevalente de que a Educação é um dos meios eficazes para recusarmos que a corrupção seria um traço naturalizado da índole nacional.

A pesquisa realizada pela Fundação Joaquim Nabuco, que dá substrato a este artigo, traz uma contribuição relevante para o momento que vivemos. Isto porque os temas da Ética e da Corrupção são recorrentes e possuem importantes desdobramentos em várias áreas da sociedade, não apenas a educação. De tal forma, é de suma importância saber o que as pessoas entendem por este termo, especialmente no ambiente escolar, por se tratar da principal instituição social responsável por formar a compreensão de mundo das pessoas. Afinal de contas, quando os termos são usados no debate público não há tempo para se discutir como cada um os compreende. Por este desencontro, muitas vezes, o diálogo não consegue avançar de maneira construtiva.

Os entrevistados nessa pesquisa, em sua maioria, reconhecem que o país precisa melhorar bastante no que diz respeito ao aprimoramento do comportamento ético. Não apenas reconhecem esta necessidade, mas também se mostram prontos a contribuir ativamente para essa melhoria.

Os professores, baseados em suas experiências quotidianas do trabalho nas escolas, se mostram menos otimistas do que esperávamos. Os gestores, por sua vez, dão mostras de mais confiança na ação educacional. Por fim, os estudantes reconhecem que a corrupção coloca os próprios jovens no mau caminho, que prejudica as futuras gerações. Além disso, eles trazem à tona a questão da injustiça social e consideram que a corrupção penaliza principalmente os mais pobres.

De tal forma, ao contrastarmos as respostas dos alunos com as dos seus mestres, a esperança que os jovens têm no futuro acende uma luz no fim do túnel, pois, os alunos enfatizam vigorosamente que estão dispostos a contribuir no processo de busca por uma melhoria ética do país. Assim, confirmando o *elã* próprio da juventude, de certa forma neutralizam a desesperança que assola a estreita maioria dos professores entrevistados.

A conclusão que fica é a de que entre os que participam do ambiente escolar há uma forte ideia vivermos em uma sociedade degenerada e também há certo sentimento de impotência diante da marcante Corrupção no país. Mesmo assim, a maioria dos que compõem o “mundo da educação” acenam positivamente para a possibilidade de melhoria. Isso talvez se deva ao fato de, como vimos, a Corrupção estar muito mais associada à figura do Estado do que generalizada à sociedade civil.

Seja pelo que for, é uma visão otimista, sobretudo pelo peso que tem, nesse universo de opiniões, as opiniões de uma geração que em breve substituirá a atual e estará à frente das tomadas de decisão públicas. Assim, ainda que muitos prenciem um futuro sombrio, a Escola continua para nós uma fonte de luz e esperança.

Referências

- ARAÚJO, Maria do Socorro Pedrosa de. *A aventura do comércio informal no Recife*. Tese de doutorado. UFPE/MDU, 2014.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARISTÓTELES (384-322 a.C.). *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2003.
- ARISTÓFANES, As Nuvens. *Cadernos de Tradução UFRGS*, Porto Alegre, n. 32, jan-jun, 2013, p. 1-98
- BALMAN, Zygmunt. *Ética pós-moderna*. São Paulo: Ed. Paulus, 1997.
- COUTINHO, Maria Pereira. *Ética e Educação*. In: NEVES, Maria do Céu Patrão (Coord.). *Ética: dos fundamentos às práticas*. Ed: 70. Lisboa, 2016.
- DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
- FINKIELKRAUT, Alain. *A identidade envergonhada: imigração e multiculturalismo na França hoje*. Rio de Janeiro: Difel, 2017.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MORE, Thomas. *Utopia*, São Paulo: Ed. Edipros, 2014.
- PLATÃO, República. *Tradução Maria Helena da Rocha Pereira*. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- PRIORE, Mary del. *Histórias dos crimes e da violência no Brasil* / Mary del Priori, Angélica Müller (Orgs.). São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

As experiências escolares e culturais do Movimento de Educação de Base em Pernambuco(1961-1966)

The educational and cultural experiences of the Basic Education Movement in Pernambuco (1961-1966)

Las experiencias escolares y culturales del Movimiento de Educación Básica en Pernambuco (1961-1966)

Manuela Garcia de Oliveira¹
Kalline Laira Lima dos Santos²

Resumo

OLIVEIRA, M. G. de; SANTOS, K. L. L. dos. As experiências escolares e culturais do Movimento de Educação de Base em Pernambuco(1961-1966). *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 105-120, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art6](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art6)

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por campanhas e programas para a educação de base e cultura popular. Algumas dessas experiências emergiram da Igreja Católica, a título de exemplo, temos o Movimento de Educação de Base (MEB), que foi criado oficialmente pelo Decreto n.º 50.370, de 21 de março de 1961, a partir de convênio entre o episcopado brasileiro, representado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) junto ao Ministério de Educação. As ações do MEB foram projetadas para atender as demandas sociais e educacionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, por meio de um ensino via escolas radiofônicas que, por sua vez, foram organizadas por 11 sistemas de emissoras espalhadas pelos Estados. Com isso, esse ensino transmitido pelas ondas do rádio tinha como objetivo não somente a alfabetização, mas uma educação que promovesse a “elevação cívica, moral, econômica e espiritual”, bem como vislumbrava a formação de uma cultura popular. O artigo em questão trata das experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais que foram contempladas pelo MEB em Pernambuco, entre os anos de 1961 a 1966, e a importância das tecnologias educativas – a carta, cartilha e o rádio – na estimulação de uma comunidade letrada e na construção da identidade do homem rural. O recorte temporal diz respeito ao período de funcionamento do MEB no estado pernambucano. Para tecer esta narrativa histórica abordando suas experiências escolares e construção de identidades, analisamos fontes oficiais do Movimento, cartilha, e cartas, valendo do aporte teórico-metodológico de autores da História Cultural. Por fim, compreendemos que a comunicação pelas cartas e rádio, dentre várias funções,

- 1 Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade de Pernambuco. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI), da UPE. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação da UNESP. E-mail: manuela.garcia@unesp.br; orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8462-6216>
- 2 Graduada em História pela Universidade de Pernambuco. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação UNESP. Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação UNESP. E-mail: kalline.lima@unesp.br; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6780-0190>

serviu como instrumento de denúncia dos descasos do meio rural, em especial da ausência de escolas públicas. Ademais, os materiais produzidos pelo MEB e seus integrantes proporcionaram processos de incitação da identidade do homem rural, por meio da conscientização acerca da realidade que estavam inseridos.

Palavras-chave: MEB-Pernambuco. Alfabetização. Educação popular. Identidades.

Abstract

OLIVEIRA, M. G. de; SANTOS, K. L. L. dos. The educational and cultural experiences of the basic education movement in Pernambuco (1961-1966). *Rev. Ci&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 105-120, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art6](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art6)

The 1950s and 1960s were marked by campaigns and programs for basic education and popular culture. Some of these experiences emerged from the Catholic Church, such as the Movimento de Educação de Base (MEB), officially created by Decree No. 50,370 on March 21, 1961, based on an agreement between the Brazilian episcopate, represented by the National Conference of Brazilian Bishops (CNBB) and the Ministry of Education. MEB's actions were designed to meet the social and educational demands of the North, Northeast and Center-West regions of Brazil, through teaching via radio schools which, in turn, were organized by 11 broadcasting systems spread throughout the States. Thus, this teaching transmitted by the radio waves had as its objective not only literacy, but an education that promoted "civic, moral, economic and spiritual elevation", as well as the formation of a popular culture. The article in question deals with school and cultural experiences lived by rural communities that were contemplated by MEB in Pernambuco, between 1961 and 1966, and the importance of educational technologies - the letter, the primer and the radio - in the stimulation of a literate community and in the construction of rural man's identity. The time frame refers to the period when MEB was in operation in the state of Pernambuco. To weave this historical narrative approaching their school experiences and identity construction, we analyzed official sources of the Movement, booklets, and letters, making use of the theoretical and methodological contribution of Cultural History authors. Finally, we understand that communication through letters and radio, among several functions, served as an instrument to denounce the neglect of the rural environment, especially the absence of public schools. Moreover, the materials produced by MEB and its members provided processes of incitement of the rural man's identity, through awareness about the reality in which they were inserted.

Keywords: MEB-Pernambuco. Literacy. Popular education. Identities.

Resumen

OLIVEIRA, M. G. de; SANTOS, K. L. L. dos. Las experiencias escolares y culturales del Movimiento de Educación Básica en Pernambuco (1961-1966). *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 105-120, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art6](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art6)

Las décadas de 1950 y 1960 estuvieron marcadas por campañas y programas de educación básica y cultura popular. Algunas de estas experiencias surgieron de la Iglesia Católica, por ejemplo, el Movimiento de Educación de Base (MEB) que fue creado oficialmente por Decreto N° de la Conferencia Nacional de Obispos de Brasil (CNBB) con el Ministerio de Educación. Las acciones del MEB fueron diseñadas para atender las demandas sociales y educativas de las regiones Norte, Nordeste y Centro-Oeste de Brasil, a través de la enseñanza mediante escuelas radiofónicas que, a su vez, eran organizadas por 11 sistemas de radiodifusión repartidos por los Estados. Así, esta enseñanza transmitida por ondas radiofónicas promocionaba no sólo a la alfabetización, sino a una educación que promoviera “la elevación cívica, moral, económica y espiritual”, además de estimular la formación de una cultura popular. El artículo en cuestión trata de las experiencias escolares y culturales vividas por las comunidades rurales que fueron beneficiadas por el MEB en Pernambuco, entre los años 1961 a 1966, y la importancia de las tecnologías educativas - la carta, el folleto y la radio - en la estimulación de una comunidad alfabetizada, y en la construcción de la identidad del hombre rural. El marco temporal se refiere al período de funcionamiento del MEB en el estado de Pernambuco. Para tejer este relato histórico con respecto a sus experiencias escolares y construcción de identidades, analizamos fuentes oficiales del Movimiento, cuadernillo y cartas, aprovechando el aporte teórico-metodológico de autores de Historia Cultural. Finalmente, entendemos que la comunicación a través de cartas y radio, entre varias funciones, sirvió como instrumento para denunciar el abandono del medio rural, especialmente la ausencia de escuelas públicas. Además, los materiales producidos por el MEB y sus integrantes propiciaron procesos de incitación a la identidad de los hombres rurales, a través de la toma de conciencia de la realidad en la que estaban insertos.

Palabras clave: MEB-Pernambuco. Alfabetización. Educación popular. Identidades.

1. Introdução

Este artigo trata das experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais que foram contempladas pelo Movimento de Educação de Base (MEB) em Pernambuco, entre os anos de 1961 a 1966, e a importância das tecnologias educativas – a carta, cartilha e o rádio – na estimulação de uma comunidade letrada e na construção da identidade do homem rural. O recorte temporal diz respeito ao período

de funcionamento do MEB no estado pernambucano. Em um panorama geral, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por campanhas e programas para a educação de base e cultura popular, como a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), Campanha de Educação de Adolescente e Adultos (CEAA), Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Assim, o início e meados da década de 1960, contexto em que foi implantado o MEB, foi um período cujas dificuldades econômicas se acentuaram em todo o Brasil, agravando assim as questões sociais. Por causa do temor dos rumos da política populista governamental, marcado por expoentes do populismo no Brasil – ou seja, líderes que exerceram práticas de um fenômeno político conhecido pela incorporação das massas ao jogo político em contrapartida do setor dominante oligárquico –, escasseavam-se os recursos externos. Vivenciamos um paradoxo: o populismo das elites gerou o fortalecimento progressivo dos setores populares, que promoveram intensas mobilizações políticas exigindo, com isso, uma maior participação na política econômica e salarial (BORGES, 2005).

Nesse contexto, no campo, as Ligas Camponesas, o MEB e a Ação Popular (AP) disputavam a organização dos camponeses. Castro (1992) afirma que o contexto histórico do surgimento do MEB tem uma série de características que o difere dos demais, como a crise do populismo e a ascensão dos movimentos de massa. Em Pernambuco, as Ligas Camponesas ganharam espaço e chegaram até a Paraíba. As ligas surgem no ano de 1955 como uma associação de agricultores no Engenho de Galileia, em Vitória do Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco. O contexto em que surgiram as Ligas Camponesas é marcado por um sistema de dominação que produzia e tinha por fundamento a exclusão política e social do campesinato brasileiro. Desse modo, manter os camponeses e camponesas fora do jogo político, negando-lhes a participação e o direito à organização, e sob o jugo dos latifundiários era condição para o que Azevedo (1982, p. 37) chamou de “paz agrária”, ou seja, a submissão e a exploração do campesinato para a permanência dos privilégios da oligarquia agrária.

As Ligas Camponesas foram intituladas “ameaças” para as estruturas políticas e ideológicas, associadas ao temor comunista. Nesse momento, a Igreja Católica passa a se preocupar com o homem do campo. Diante disso, a Igreja desperta seu interesse ante às injustiças sofridas pelos trabalhadores rurais e organiza seus sindicatos trabalhistas. A partir dessas iniciativas, não desconsideramos a observação de Mainwaring (2004), de que “movimentos de base e movimentos leigos têm desempenhado papéis importantes na transformação da igreja brasileira. [...] Os movimentos de base por si não foram responsáveis pela transformação da Igreja. Pelo contrário, sem o suporte da hierarquia, esses movimentos não poderiam transformar a Igreja” (MAINWARING, 2004, p. 28).

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi criado oficialmente pelo Decreto n.º 50.370, de 21 de março de 1961, a partir de convênio entre o episcopado brasileiro, representado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) junto ao Ministério de Educação. As ações do MEB foram projetadas para atender às demandas sociais e educacionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, por meio de um ensino via escolas radiofônicas que, por sua vez, foram organizados por

11 sistemas de emissoras espalhadas pelos Estados. Com isso, esse ensino transmitido pelas ondas do rádio tinha como objetivo não somente a alfabetização, mas uma educação que promovesse a “elevação cívica, moral, econômica e espiritual”, bem como vislumbra a formação de uma cultura popular.

O MEB em Pernambuco organizava-se enquanto sistema e tinha na composição de sua equipe professores, locutores de rádio, técnicos que auxiliavam na operacionalização, líderes comunitários e monitores. Estes, segundo De Kadt (2007, p.152), “faziam a ponte entre a equipe e os camponeses”. Além desse ensino por meio do rádio cativo, foram produzidas três cartilhas, uma de modo experimental, intitulada de Saber é Viver. Dado o exitoso projeto piloto experimental, o MEB decidiu elaborar uma segunda cartilha de leitura e escrita intitulada Viver é lutar, cuja função dentre outras era suprir as urgências do segundo ciclo no que diz respeito às noções gramaticais. Essa cartilha foi confiscada sendo acusada de ter conteúdos que despertavam o comunismo e, para o movimento continuar atuando, teve que elaborar uma nova, cujo título passou a ser Mutirão. Todas foram instrumentos didáticos elaborados no ano de 1962 para a alfabetização de adolescentes e adultos que faziam parte do Movimento. Essa iniciativa de elaborar um material foi em detrimento de que o uso de cartilhas destinadas a crianças e, principalmente, seu conteúdo voltado ao contexto urbano, não estavam em consonância com os ideais do MEB, uma vez que buscavam seguir o método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, cuja finalidade maior era uma alfabetização que fosse além do deciframento e habilidade dos códigos linguísticos, conduzindo as comunidades rurais à conscientização da realidade social que estavam inseridos.

Não somente as cartilhas foram usadas com fins pedagógicos como também a troca de cartas, uma ação epistolar que tanto garantia o aperfeiçoamento da escrita e leitura, bem como era uma forma de se comunicar com as professoras radialistas, com as outras programações que faziam parte das emissoras católicas e mediar também as solicitações de materiais necessários ao funcionamento das aulas como, por exemplo, pedido de cadernos, candeeiro, pilha de rádio. Conhecer e compreender experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais que foram contempladas pelo MEB em Pernambuco é importante, pois demonstra as estratégias que foram usadas para conciliar os objetivos do Movimento às características da comunidade, às mediações dos monitores e às potencialidades para tentar desenvolver uma cultura política, por meio da escolarização e da cultura popular. Para isso, analisamos fontes documentais do MEB, tais como as atividades da cartilha e de uma carta valendo-se do aporte teórico-metodológico de autores da História Cultural. Não é demais salientar que a junção dessas tecnologias educativas em um programa de alfabetização de adolescentes e adultos no período em questão aponta para dois aspectos que destacamos como importantes neste texto. O primeiro é o pioneirismo de se criar um material de alfabetização – a cartilha – que contemplasse tanto a demanda do ensino rural, como do seu público-alvo. Segundo, a possibilidade de interação, de escutar o rádio e ter a oportunidade de resposta via produção de cartas.

Esta narrativa está organizada da seguinte forma, a primeira seção dedica-se ao entendimento do que é tecnologia, bem como história, características e função do

rádio, da cartilha e da carta na sociedade. Na sequência, é tratado sobre as experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais a partir das tecnologias educativas utilizadas pelo MEB Pernambuco. Por fim, são tecidas algumas considerações que são resultados da sistematização das ideias dissertadas no texto e algumas questões para próximos trabalhos.

2. Cartas, cartilhas e o rádio: tecnologias educativas usada pelo MEB

Na sociedade atual, as mídias e as tecnologias da educação são os meios pelos quais nos comunicamos, bem como um dos principais processos de produção, reprodução e transmissão da nossa cultura, via internet, computadores, celulares dentre outros. São elas que garantem, atualmente, a preservação da tradição ou a criação de uma nova. Garantem, ou pelos menos deveriam garantir, a apropriação crítica e criativa das mídias para o acesso ao exercício da cidadania, principalmente por meio da educação. Nem sempre, porém, foram essas tecnologias que transformaram a nossa forma de se comunicar, nossa forma de lidar com a leitura e, mais ainda, a percepção sobre o mundo que nos cerca. Trataremos aqui de três tecnologias – o rádio, a carta e a cartilha –, artefatos que foram muito usados na década de 1950 para fins educacionais, de apoio pedagógico, durante a atuação de Programas de Alfabetização, como o caso do MEB.

Precedendo um pouco algumas informações sobre o uso das cartas, cartilhas e do rádio com finalidades educativas no Brasil, é preciso situar o que estamos entendendo por ‘tecnologias’, termo presente atualmente e que está, em uma acepção do sensu comum, relacionado à vida do homem moderno que usa maquinários digitais, robôs dentre outros. Entretanto, compreendemos essa tecnologia de forma mais abrangente, assim como Kenski (2012, p. 22), quando afirma que “[...] a expressão “tecnologia” diz respeito a muitas outras coisas além das máquinas. O conceito tecnologia engloba a totalidade de coisas que a engenhosidade do cérebro humano conseguiu criar em todas as épocas, suas formas de uso, suas aplicações”. Desse modo, a tecnologia é inerente ao homem na medida que surgem determinadas necessidades para mudar sua realidade. A título de exemplo básico, a escrita, nas sociedades grafocêntricas, é uma tecnologia inventada pelo homem não somente para o registro de sua vida ou para comunicar-se, mas é nela, enquanto uma das manifestações da linguagem, que o homem usa o conhecimento tanto para si como para o mundo que o cerca.

As três tecnologias já existiam como forma de comunicação e para fins pedagógicos antes mesmo dos anos de 1950. As primeiras transmissões de rádio no Brasil se deram, de forma experimental, na década de 1920. Embora não haja um consenso por diferentes linhas teóricas nos estudos sobre o rádio, referente às primeiras experiências radiofônicas que começaram a funcionar no Brasil (AMORIM; CAMARGO, 2010), Roquette Pinto³ é um dos nomes mais citados como mentor e grande entusiasta dessas experiências no Brasil, principalmente no uso do rádio para fins culturais e educativos. De grande alcance, podendo ser transmitido seja nos lares, nos comércios e até mesmo nos transportes automotivos, o meio de

3 Roquete Pinto foi médico, antropólogo, etnólogo, ensaísta, poeta e entusiasta pelo rádio como instrumento educativo e de cultural.

comunicação de massa estava entre as opções menos onerosas e de larga abrangência para que chegasse até os locais distantes do norte e nordeste do país, onde não havia escola, onde a miséria e o trabalho escravo eram latentes devido ao abandono dos governos e regiões usadas na manutenção do coronelismo.

Antecedendo o rádio, um meio de comunicação milenar são as práticas epistolares, na troca de cartas. Pode ser encontrada desde a antiguidade e tem como marco de usabilidade, ou seja, tem maior relevância, no século XVIII, como aponta Malatian (2009). Seja para troca de experiências, para demonstrar sentimentos ou emoções, seja para envio de informações oficiais dentre outras funções, as cartas são meios de registro que ainda estão presentes na sociedade, mesmo que hoje tenha passado por hibridizações, isto é, se transformado em outros gêneros textuais. No Brasil, a intensificação do uso de cartas acontece no século XIX com a circulação e o processo de migração que o país passou (HORTA et al, 2018). As trocas epistolares como possibilidade de comunicação e aperfeiçoamento da leitura e escrita foi bastante usada pelas escolas radiofônicas no ano de 1950 e, à medida que a população se alfabetizava, mais o uso de cartas ficava acessível e popularizada.

Assim como as cartas foram instrumentos importantes para apropriação da leitura e escrita, as cartilhas têm um papel de igual valor tanto dentro das ações do MEB como, de forma geral, no processo de escolarização das práticas de leitura e escrita no Brasil. A consolidação da cartilha, segundo Mortatti (2000) está ligada à organização da instrução pública, no fim do século XIX, e serviu para efetivação dos métodos de alfabetização. O uso das cartilhas se prolongou, chegando ao século XX como um dos artefatos principais que faziam parte de uma cultura escolar. Nesse sentido, no MEB foram produzidas duas cartilhas de leitura e escrita cujos títulos eram: *Viver é Lutar e Mutirão*. Ambas foram instrumentos didáticos elaborados no ano de 1962 para a alfabetização de adolescentes e adultos que faziam parte do Movimento. Essa iniciativa de elaborar foi em detrimento de que o uso de cartilhas destinadas a crianças e, principalmente, seu conteúdo voltado ao contexto urbano, não estavam em consonância com os ideais do MEB, uma vez que buscavam seguir o método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, na qual a finalidade maior era uma alfabetização que fossem além do deciframento e habilidade dos códigos linguísticos, conduzindo às comunidades rurais à conscientização da realidade social que estavam inseridos.

O rádio, a carta e a cartilha no contexto educativo têm um valor singular neste artigo, pois permite conhecer uma parcela da história do Movimento de Educação de Base, em especial em Pernambuco, a partir do interior da escola, das suas materialidades. Essas tecnologias, como aqui chamamos, são artefatos de uma cultura escolar que foram, assim como outros, discursivamente defendidos como “renovação pedagógica, modernização e eficiência educacional” (SOUZA, 2007) no período em tela. São artefatos que podem expressar valores, conhecimentos, concepções de educação e de mundo. Esse deslocamento para o interior da escola - suas práticas, suas vivências -, que é uma das preocupações no campo da História da Educação, trazem em si singularidades em suas experiências escolares e culturais e, é desse enfoque, que dedicaremos na seção a seguir.

3. Experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais do MEB em pernambuco a partir da cartilha viver é lutar, das cartas e do rádio

As formas “populares” da cultura, das práticas do cotidiano aos consumos culturais, podem ser pensadas como táticas produtoras de sentidos – mas de sentidos possivelmente estranhos àqueles visados pelos produtores [...] (CHARTIER, 2011, p.154).

É a partir de *táticas*⁴ produtoras de sentidos, termo de Chartier para tratar das práticas cotidianas culturais populares, que apresentaremos algumas experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais do MEB com base na cartilha, Viver é Lutar, cartas produzidas e trocadas pelos integrantes do Programa e as programações do rádio. As táticas, são resultados, pois, das “astúcias dos consumidores e de suas capacidades inventivas, possibilitando aos atores escaparem às empresas de controle e tomarem parte no jogo em questão. Elas habitam o cotidiano da cultura ordinária, instância onde são desenvolvidas as práticas e as apropriações culturais dos considerados “não produtores” (PEREIRA; SARTI, 2010, p.201). Ressaltamos que o uso apenas de uma cartilha, Viver é Lutar, diz respeito a sua visibilidade, uma vez que é a mais conhecida, pelo fato de ter sido censurada, que ocasionou em seu pouco contato por algumas localidades. Embora esse fato vá de encontro à finalidade deste texto – no que diz respeito a apresentar algumas experiências escolares e culturais –, dois fatores fazem persistir em analisá-la. Primeiro, porque muitas comunidades do MEB Pernambuco tiveram acesso ao material; segundo, remete à resistência em usá-las, bem como o seu conteúdo conscientizador e direcionado à realidade da população rural.

As práticas vivenciadas cotidianamente pelos monitores, adolescentes e adultos, professoras supervisoras e agentes religiosos seguiam um ritual específico para uma escola radiofônica. As aulas aconteciam à noite, após a programação da Hora do Brasil. As professoras e supervisoras gravavam as aulas e depois as transmitiam, enquanto os monitores atuavam no ensino da leitura, escrita, na catequese, nos ensinamentos cívicos e higienistas. Para termos uma dimensão dessas experiências, que são aqui interpretadas como uma representação da prática⁵, comecemos pela cartilha Viver é Lutar.

A cartilha Viver é Lutar (imagem 1, a seguir) foi publicada no ano de 1963, contém 65 páginas e seus conteúdos se organizam da seguinte forma: 29 lições, cada uma com texto escrito e imagético, noções gramaticais e atividades para exercício da escrita. De acordo com Alves e Tonnetti (2021), o contexto de produção da cartilha está marcado por singularidade e pioneirismo, pois

4 Chartier toma emprestado esse conceito, tática, de Michel de Certeau. Tática, de modo geral, são maneiras de fazer que tem uma certa imprevisibilidade.

5 Não é demais salientarmos que a prática em si, pelo olhar histórico, é difícil reproduzir fidedignamente.

a elaboração de um conteúdo e de uma abordagem que buscava dialogar de forma direta com a cultura e com as condições de vida material dos camponeses aos quais o material se destinava. O que reforça o fato de haver, na constituição do material, um claro empenho em aproximar conteúdo e forma, de modo a incorporar em sua linguagem tanto os gêneros da cultura popular quanto os temas religiosos inerentes ao imaginário dos estudantes, com questões próximas ao cotidiano, relacionadas, sobretudo, ao trabalho e ao acesso a direitos fundamentais (ALVES; TONNETTI, 2021, p.4).

Em sua capa, há uma representação de uma imagem da escola radiofônica esculpida na argila, a qual demonstra o rádio em cima da mesa e alunos ao seu redor escutando as orientações transmitidas pelo aparelho, enquanto há também um outro aluno ou monitor escrevendo sob o quadro. Os bonecos em argila é um artesanato que fazem parte da cultura estética de muitas regiões do nordeste do Brasil, como em Pernambuco, em específico a cidade de Caruaru que segue a tradição de representar a realidade por meio dessa arte.

Imagem 1 – capa cartilha Viver é Lutar (1963)



Fonte: Acervo CEDIC, fundo MEB.

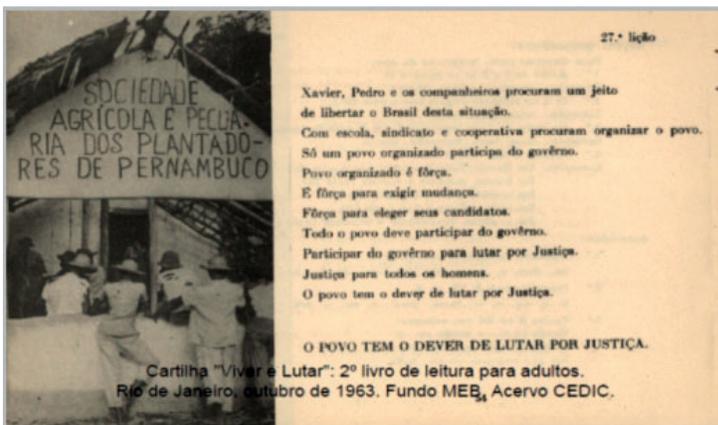
A cartilha foi produzida por um grupo progressista da Igreja Católica, ligado à vertente da Teologia da libertação, e equipe de profissionais ligados à educação. Em dossiê assinado por Osmar e Lurdinha Fávero, contém a proposta do conjunto didático Viver é Lutar. As finalidades podem ser resumidas da seguinte forma:

- o livro de leitura levará uma mensagem, na qual o homem do campo se identifique;

- a experiência do MEB em relação a livro de leitura focalizará uma região, o nordeste, onde é mais ampla a ação do MEB, e, posteriormente, serão providenciadas adaptações ou outros livros para outras regiões;
- os objetivos dos livros de leitura do MEB serão: instrumentos de alfabetização e conscientização, procurando dar uma visão transcendental do homem e despertando para engajamentos concretos em organizações profissionais, organizações de classe e grupos que visem o desenvolvimento das comunidades;
- os aspectos formativos e informativos serão baseados no valor da pessoa humana; (Dossiê Conjunto Didático Viver é Lutar, 1964).

As leituras, como percebemos na intencionalidade do documento (e no texto da imagem 2, abaixo) não são tratadas como um fim em si mesma, isto é, não é um simples processo de codificação e decodificação de textos abstratos. Pelo contrário, é um exercício que tem como prerrogativa passar uma mensagem ao qual o homem do campo sintá-se representado, haja uma identificação. Desde a imagem até a adequação da linguagem, com uso de formas populares de expressão, a cartilha criava um processo de identificação que permitia uma real comunicação com o povo, no caso os adolescentes e adultos do nordeste brasileiro.

Imagem 2 – 27ª lição da cartilha Viver é Lutar, 1963



Fonte: Acervo CEDIC, fundo MEB.

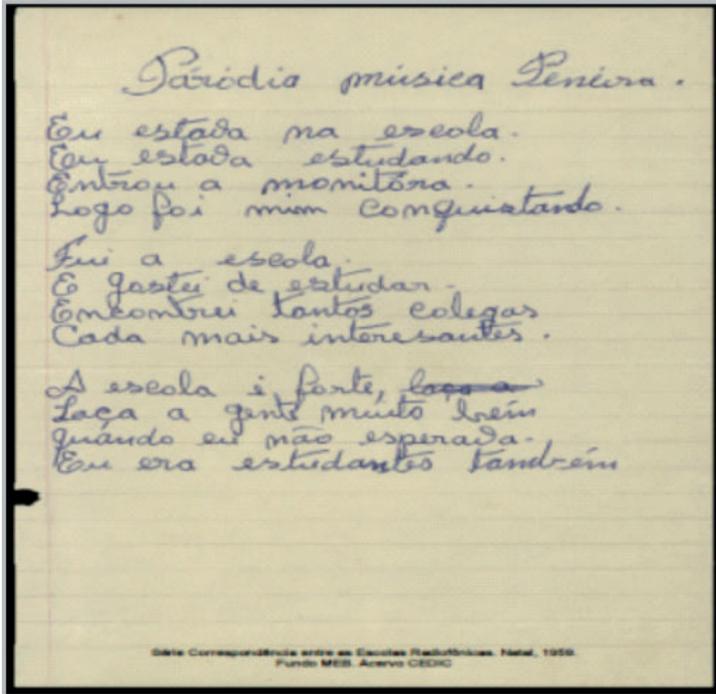
Na 27ª lição da cartilha, por exemplo, contém uma imagem que expõe momento de reunião de trabalhadores, em específico, agricultores e pecuaristas de Pernambuco. As vestimentas, o ambiente onde acontece a reunião – em um alpendre desgastado,

usado para formar uma espécie de cooperativa –, é um registro imagético da realidade do povo daquela região. O texto escrito ao lado contextualiza a imagem. Como possibilidade de sentido, o texto aborda que aqueles homens da imagem, e possíveis leitores da cartilha, são agentes de mudança do país, mudança essa só possível a partir do momento em que o povo se organiza em instituições, como escola e sindicatos, e procura participar do governo, por meio de luta, para promover justiça.

As décadas de 1950 e 1960 tiveram uma efervescência na luta política. As reformas de base que propunham uma remodelação, dentre outras, nas estruturas bancárias, urbana, agrária, universitária foram uma das motivações para que diferentes grupos sociais, como sindicalistas, trabalhadores rurais, a igreja católica, sobretudo com a Teologia da Libertação, secundaristas e outros estivessem a frente dessas pautas. Dessa forma, o MEB, um dos grupos vivos da Igreja Católica que direcionavam seu olhar para a realidade social dos povos esquecidos, deveria desenvolver uma Educação de Base que promovesse “uma experiência comunitária nova, em uma eficácia testemunhada por frutos de conversão de pessoas e de formação de líderes, em uma tentativa de educação que parte da vida e está imersa na realidade” (MEB/Documento coordenadores, 1964). Desse modo, era preciso educar os adolescentes e adultos conscientizando-os de seu papel na sociedade e revelando a realidade que os prendiam na miserabilidade material e os excluía socialmente. O ato de conscientizar, criar, revelar a realidade por meio do desenvolvimento da leitura se fazia uma via profícua, uma vez que “aparentemente passiva e submissa, a leitura é, com efeito a sua maneira, inventiva e criadora” (CHARTIER, 2011, p.154). Esse processo *inventivo e criador* pode ser percebido por meio de algumas cartas⁶ que os alunos, monitores, professoras e supervisoras das escolas radiofônicas compartilhavam entre si. Os conteúdos no geral dessas cartas eram: solicitação de matérias como candeeiro, querosene, giz, lápis, borracha, pilhas para o rádio, manutenção para o rádio e outros mantimentos para funcionamento da escola; pedidos e dedicação de músicas a serem tocadas na rádio; poemas; questionamentos sobre os fatos bíblicos; anedotas; manifestação sobre o funcionamento da escola, anúncio de festividades religiosas, detalhes sobre desejos e anseios das comunidades rurais, dentre outros. Nesse rol de assuntos que estão expressos nas cartas, destaco aqui a produção de paródias.

6 Tivemos acesso a 54 cartas. Esse conjunto faz parte da série correspondências entre escolas radiofônicas, Natal, 1959, Fundo MEB, Acervo CEDIC. Porém, nem todas eram do estado de Pernambuco.

Imagem 3 – parte 1 da carta que está escrita uma paródia criada por alunos



Fonte: Acervo CEDIC, fundo MEB.

A paródia, com base na música Peneira, aborda a função da escola radiofônica na vida daquele estudante, como um local que lhes dá força, que poderia ser inacessível, mas o estudante estava tendo acesso à escolarização e exercendo a função de estudante. Nesse exemplo da carta, compreendemos que a paródia, gênero textual que origina da tradição oral, serviu de intermédio para uma conscientização, em primeiro momento individual, da função da escola na vida do aluno e da sociedade, e a importância do acesso à escolarização. A alegria em ter acesso à escolarização, aprender a escrever o seu próprio nome e ler pequenos textos, como exposto em várias outras cartas, revela o descaso do déficit investimentos em educação pública, gratuita e universal para as regiões do Nordeste.

É possível entender que, para além do uso de variados gêneros textuais, como a carta, a paródia – gênero dedicado nesse espaço de escrita – dentre outros, há uma indução e valorização da paródia enquanto uma tradição que faz parte da cultura popular, sendo esta uma possível promotora de uma educação para conscientização daquela comunidade. Não obstante, houve também “um conjunto de intervenções necessárias junto a hábitos, comportamentos e valores, visando à mudança de atitudes em prol da aceitação de normas e regras ditadas por um campo cultural distinto do campo cultural do camponês” (SOUZA, 2012, p.5), a partir do momento em que eram

introduzidos novos valores, sobretudo intermediados pelo cristianismo, já que uma das funções do MEB também era a evangelização; além disso, tinha também orientações sobre higiene, manuseio de alimentos, hábitos da vida cotidiana moderna muitas vezes baseada na urbanidade.

É substancial ressaltar que a década de 1960, em Pernambuco, teve o Movimento de Cultura Popular (MCP) que visava promover a consciência política e social por meio da arte e alfabetizar adolescente e adultos. As ações contavam com arte popular pernambucana, seja na dança, na estética ou em outra manifestação. A cultura popular, na articulação do MEB e do MCP era um meio de desenvolver um projeto político de transformação conscientizadora e libertadora das comunidades rurais e das periferias urbanas. De acordo com Osmar Fávero,

A consciência do problema do desnível cultural nas sociedades implica, necessariamente, a consciência do desnível de ordem social, econômica e política, implicando, por isso mesmo, uma tomada de posição na superação desses desníveis. Cultura popular surge, portanto, como problema ideológico e assume uma posição de luta pela transformação dos padrões culturais, sociais, econômicos e políticos que asseguram aqueles desníveis. (MCP. In: FAVERO, 1983, p.77-78).

A cultura popular usada para educar, conscientizar e politizar o povo foi, no caso do MEB, um instrumento de luta e de ruptura com os padrões sociais, econômicos e políticos que eram estabelecidos por determinados grupos. Nesse processo de tensão entre culturas, como assevera Chartier (2011, p.153), não se pode esquecer que “os bens simbólicos assim como as práticas culturais são sempre objeto de lutas sociais [...]”. Com isso, nesse momento de afrontamento dos bens simbólicos existentes e dominantes, pode-se considerar que a articulação do MEB conduziu a cultura popular, via educação, (e vice-versa) a ampliar a discussão sobre a alfabetização no campo social e político, bem como forjou uma identidade para o homem rural.

4. Considerações finais

Neste texto, tratamos de algumas experiências escolares e culturais vivenciadas pelas comunidades rurais que foram contempladas pelo MEB em Pernambuco, durante os anos de 1961 a 1966, período em que o MEB funcionou nesse Estado. Dentro dessas experiências destacamos a importância das tecnologias educativas, como nomeamos neste texto (que são cartas, cartilhas e o rádio), na estimulação de uma comunidade letrada e na construção da identidade do homem rural. De acordo com Alves (2016, p.13), “foi através de uma dinâmica própria criada por esses sujeitos que as escolas radiofônicas se transformaram em espaços de aprendizagem, produção e circulação da cultura popular.”

No exame da cartilha viver é lutar, foi identificado que os textos ali expressos não são tratados como um fim em si mesmo, isto é, não é um simples processo

de codificação e decodificação de textos abstratos. Pelo contrário, é um exercício que tem como prerrogativa passar uma mensagem ao qual o homem do campo sintá-se representado e que houvesse uma identificação. Além disso, desde a imagem até a adequação da linguagem, com uso de formas populares de expressão, a cartilha procurava criar um processo de identificação que permitia uma real comunicação com a população rural, no caso os adolescentes e adultos do nordeste brasileiro.

No caso das cartas, em específica a que continha uma paródia, a compreendemos que serviu de intermédio para uma conscientização, em primeiro momento individual, da função da escola na vida do aluno e da sociedade, e a importância do acesso à escolarização. Para além do uso de variados gêneros textuais, como a carta, a paródia – gênero dedicado nesse espaço de escrita - dentre outros, há uma indução e valorização da paródia enquanto uma tradição que faz parte da cultura popular, sendo esta uma possível promotora de uma educação para conscientização daquela comunidade.

Por fim, compreendemos que a comunicação pelas cartas e rádio, entre várias funções, serviu como meio de denúncia dos descasos do meio rural, em especial da ausência de escolas públicas. Ademais, os materiais produzidos pelo MEB e seus integrantes proporcionou processos de incitação da identidade do homem rural, por meio da conscientização acerca da realidade que estavam inseridos.

Referências

ALVES, Kelly L. Entre as cartas e o rádio: a alfabetização nas escolas radiofônicas do MEB em Pernambuco. *Tese* (Doutorado em Educação). PPGE – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2016.

ALVES, Kelly. L.; TONNETTI, Flávio. A. *Viver é lutar: perspectivas políticas na coleção didática para a alfabetização de adultos do Movimento de Educação de Base*. Educação em Revista, Belo Horizonte- BH, v.37, e25250, ano 2021. Disponível em https://www.scielo.br/j/edur/a/rFkJzm_S5pfKFjVfMkXhyKNr/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 14 nov. 2020.

BORGES, Elisabeth Maria de. Itauçu: sonhos, utopias e frustrações no movimento Camponês. Goiânia: UFG, 2005 *Dissertação* (Mestrado em História).

CARNEIRO, Alan. *Roquette Pinto*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ROQUETTE-PINTO.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020

CASTRO, Ruth Cavalcante. MEB: uma estratégia de comunicação com o homem do campo. *Dissertação* (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1992.

CHARTIER, Roger. *Formas e Sentidos. Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Tradução Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas, SP: Mercado das letras, 2011.

FAVERO, Osmar. *Cultura Popular e Educação Popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

HORTA, Nicole. M.; DIAS, Débora. A.; CORDEIRO, L. C. *Cartas: um acervo de memória afetiva e histórica e a importância de sua Preservação*. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, v.8, n.1, mar. 2018. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/artic le/download/3635/2100>. Acesso em: 19 fev. 2020.

KENSKI, Vani Moreira. *Educação e tecnologias: Um novo ritmo da informação*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 15-25.

MAINWARING, Scott. *A igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Regina de.(org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 195-222.

MEB – Movimento de Educação de Base. *Cartilha Viver é Lutar* (2º livro de Leitura), Rio de Janeiro, 1963. Acervo CEDIC, Fundo MEB.

MEB – Movimento de Educação de Base. **Documento de reestruturação do MEB**, Rio de Janeiro, 1964. Acervo CEDIC, Fundo MEB.

MEB – Movimento de Educação de Base. **Dossiê Conjunto didático Viver é Lutar**, 1964. Rio de Janeiro, Acervo CEDIC, Fundo MEB.

MEB – Movimento de Educação de Base. **Correspondência de alunos e professores**. Série: Correspondência entre Escolas Radiofônicas. Natal ([1959]-1964). Fundo MEB. Acervo CEDIC.

MORTATTI, Maria. R. L. **Cartilha de alfabetização e cultura escolar**: Um pacto secular. Cadernos Cedes, ano XX, n 41 o 52, novembro/2000, p. 41-54. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n52/a04v2052.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2020.

PEREIRA, Mateus. H. F.; SARTI, Flavia. M. A leitura entre táticas e estratégias? Consumo cultural e práticas Epistolares. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v. 14, n. 31 p. 195-217, Maio/Ago 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4891754.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SOUZA, Claudia. M. **Uma escola para homem rural: a cultura popular, os camponeses e o movimento de educação de base (1960-1964)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 515-529, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aop0413.pdf>. Acesso em: 19. fev. 2020.

SOUZA, Rosa.F. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: BENCONSTA, M. L. (ORG.) **Culturas escolares, Saberes e Práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007, p. 163-189.

O Forte do Montenegro: patrimônio e memória social

The Montenegro Fort: heritage and social memory

El Fuerte de Montenegro: Patrimonio y memoria social

Carmem L. Muraro¹

Ulisses Pernambucano de Melo Neto²

Resumo

MURARO, Carmen L.; MELO NETO, Ulisses Pernambucano. O Forte do Montenegro: patrimônio e memória social. *Revista Ciência & Trópico*, V. 46, n. 1, p. 121-132, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art7](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art7)

Este trabalho localiza e identifica na cidade de Olinda, estado de Pernambuco, Brasil, o lugar urbano e as características físicas do desaparecido Forte do Montenegro construído em 1808. O edifício militar foi objeto de estudos por pesquisadores pernambucanos nos quais constam equívocos que carecem de esclarecimentos. Com o intuito de elucidar tais equívocos, realizamos pesquisas na documentação histórica a qual reúne informações incontroversas e comprobatórias acerca do Forte, da autoria da planta e da evolução desse edifício ao longo do tempo. Realizamos ainda pesquisa de campo no trecho urbano de Olinda visando colher dados diretos no local estudado e ouvir a opinião popular acerca do Forte Montenegro. O resultado alcançado consolida a permanência do forte/farol na memória social.

Palavras-chave: Olinda. Forte Montenegro. Farol. Memória social.

Abstract

MURARO, Carmen L.; MELO NETO, Ulisses Pernambucano. O Forte do Montenegro: patrimônio e memória social. *Revista Ciência & Trópico*, V. 46, n. 1, p. 121-132, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art7](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art7)

The author highlights – in the city of Olinda, state of Pernambuco (Brazil) – the urban place and the physical characteristics of the disappeared Montenegro Fort, built in 1808. Some studies on this military building – carried out by researchers from Pernambuco – bring misconceptions that need clarification. Bearing that in mind, the author resorts to historical documentation, from which he collects incontestable and corroborative information about the Fort, the authorship of the building blueprint and its evolution over time. A field survey carried out in the urban area

- 1 Arquiteta, mestre em conservação e restauração de monumentos e sítios históricos (MP-CECRE, 2013). Integrou o quadro efetivo do IPHAN (2003-2016). Atua na área de pesquisa cultural (patrimônio arquitetônico). E-mail: carmenmuraro@yahoo.com.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3700-418X>
- 2 Arqueólogo. Tem especialização em História e História da Arte pela UFPE (1973). Coordenou a primeira pesquisa de arqueologia industrial (Sítio do Físico, no Maranhão) e a primeira de arqueologia subaquática no naufrágio do Galeão Sacramento, Bahia. Integrou o quadro efetivo da Fundarpe (1979-2014) Atua em pesquisas de arqueologia histórica. E-mail: ulisses.pesquisa@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0400-1484>

of Olinda brought additional information and insights from the popular view of Montenegro Fort. The findings consolidate the permanence of the image of the fort/lighthouse in social memory.

Keywords: Olinda. Montenegro Fort. Lighthouse. Social Memory.

Resumen

MURARO, Carmen L.; MELO NETO, Ulisses Pernambucano. El Fuerte de Montenegro: Patrimonio y memoria social. *Revista Ciência & Trópico*. V. 46, n. 1, p. 121-132, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art7](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art7)

Este trabajo localiza e identifica en la ciudad de Olinda, estado de Pernambuco, Brasil, el lugar urbano y las características físicas del desaparecido Fuerte de Montenegro, construido en 1808. El edificio militar fue objeto de estudios de investigadores pernambucanos, en los cuales constan equivocaciones que carecen de aclaraciones. Con el objetivo de aclarar estos puntos, realizamos investigaciones en la documentación histórica, la cual reúne informaciones incontrovertibles y comprobatorias acerca del Fuerte, de la autoría de los planos y de la evolución de este edificio a lo largo del tiempo. Realizamos, incluso, trabajo de campo en el trecho urbano de Olinda, con el objetivo de recoger datos directos en el lugar estudiado y escuchar la opinión popular acerca del Fuerte Montenegro. El resultado alcanzado consolida la permanencia del fuerte/faro en la memoria social.

Palabras clave: Olinda. Fuerte Montenegro. Faro. Memoria social.

1. Introdução

Um dia desses conversava com o arqueólogo de restauração (omissão) sobre a cidade de Olinda e abordamos o tema *Forte do Montenegro*, outrora situado na velha Marim dos Caetés, espaço urbano pernambucano preservado legalmente, no viés cultural, nos níveis nacional e internacional.

Ao focar o tema, sentimos dificuldades iniciais na coleta de dados para embasar a troca de ideias sobre esta edificação militar. Em buscas na rede de conexões globais (internet), o investimento do tempo na pesquisa foi infrutífero. Na verdade, decepcionante!

O desenrolar da investigação inicial apontou para inúmeras informações ou pontos de vista na direção de que o Forte do Montenegro e o Forte de São Francisco, este popularmente conhecido por “fortim do queijo”, eram o mesmo e único edifício com denominações diversas.

Buscamos então os ensinamentos dos trabalhos especializados entre os quais examinamos a obra intitulada *Olinda: evolução urbana* de autoria do pesquisador Ferdinando Novaes, editada pelo Governo de Pernambuco/Fundarpe e impressa em

1990. Nela, consta visita a Olinda que permitiu observações diretas durante o trajeto do bonde na época da segunda guerra mundial:

O bonde seguia pela larga avenida Sigismundo Gonçalves para o Carmo, passando perto da praia dos Milagres, fazendo-nos sentir o cheiro da maresia, passando a praça do Carmo, enveredava pela estreita rua do Sol. A direita desta, numa paralela, junto ao mar, estava o fortim, como é conhecido o forte Montenegro, datado do início do século passado [...] mais adiante estava o farol, também construído no século passado (NOVAES, 1990, p.40).

Na mesma direção de Novaes, seguiu o arqueólogo Marcos Albuquerque em 1999, aliado a duas professoras, em trabalho intitulado *Fortes de Pernambuco: imagens do passado e do presente*.

Considerando a abrangência das duas obras, percebemos que a questão carecia de ajustes, pois ambos os textos sublinhavam o que nossas leituras apontavam ser o mesmo engano. A partir desse momento, resolvemos aprofundar a pesquisa documental sobre o assunto já que este e outros temas da histórica Olinda continuam no limbo do desconhecimento...

Seria injusto, porém, não colocar os “pingos nos ii”. Neste sentido, devemos anotar o trabalho de Vanildo Bezerra Cavalcanti intitulado *Olinda do Salvador do Mundo*, impresso em 1986 pela ASA Editora. Nele, o autor aborda com segurança os temas olindenses. Entre eles, na página 125, o Forte Montenegro, “e sua precária e efêmera existência” alicerçado no conhecimento de Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923) desenvolvido no volume IX dos *Anais Pernambucanos*, página 409, conforme abaixo:

[...] O forte Montenegro ficava na mesma praia de Olinda ao norte, e pouco distante do de S. Francisco. De pequena área, em figura de reduto, de quatro faces, não tinha paiol nem outras construções próprias de uma obra de defesa, porquanto foi levantado para instrução do Regimento de Artilharia [...]. Em 1872, foi o forte transferido do ministério da guerra para o da marinha, a fim de ser aproveitado para o assentamento do farol de Olinda, [...] aceso pela primeira vez na tarde de 18 de novembro de 1872 (COSTA, 1984, p. 409).

2. Desenvolvimento

A designação “Montenegro” aplicada à edificação militar está vinculada ao ex-governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Nasceu ele em Lamego, Portugal, em 1748, e veio a falecer no Rio de Janeiro em 1827. Antes de assumir

a governança de Pernambuco – onde chegou em 1804 e atuou até 1817 – esteve destacado, também como governador, na Capitania do Mato Grosso. (wikipedia.org)

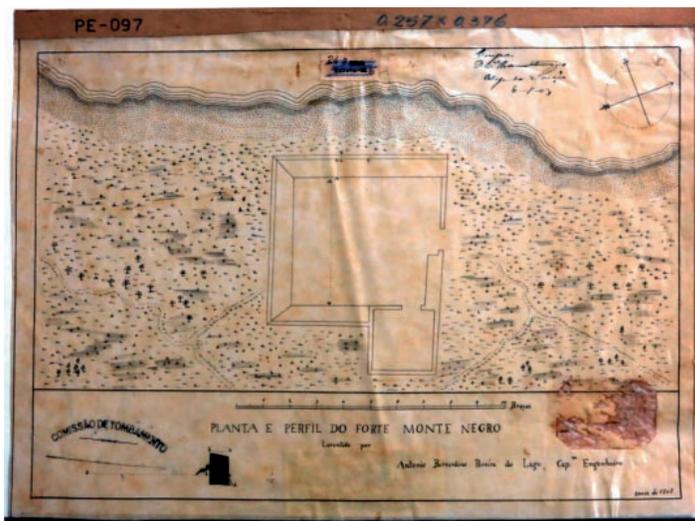
O primeiro registro documental conhecido da chegada de Montenegro a Pernambuco está datado de 26 de agosto de 1802. Tratava de comunicação do Rei de Portugal à Junta Governativa da Capitania de Pernambuco sobre a nomeação de Caetano Montenegro na qual ordenava que “se lhe dê posse com as cerimonias de costume” como refere documento colhido no *Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de Pernambuco*, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa – AHU. [Doc nº 15.955. AHU_CU_015, Cx. 237, D. 15955]. Em janeiro do ano seguinte, o ritual da posse já provocava divergências entre as Câmaras de Olinda e do Recife em função da disputa pelo centro de comando da Capitania. [AHU - Doc nº 14.584 AHU_CU_015, Cx. 240, D. 16114].

Em que pese a concreta associação do nome do gestor ao edifício militar que seria construído, quem poderia ter sido o autor do traço que daria origem à fortificação? Na mesma época, isto é, no primeiro decênio do século XIX, atuava em Pernambuco um engenheiro, qualificado então como “capitão engenheiro”, de nome Antônio Bernardino Pereira do Lago – nascido em Torres Vedras, Portugal e falecido em Lisboa em 1847. (VITERBO, 1904, 254)

Atuava ele em 1806 (apesar das dificuldades operacionais) quando requereu ao Arsenal Real do Exército que “lhe dê os instrumentos necessários para poder desempenhar o seu serviço na Capitania de Pernambuco”. [AHU_CU_015, Cx. 258, D. 17321].

O resultado gráfico de um dos trabalhos de Pereira do Lago foi a planta e perfil do Forte Monte Negro (sic) ou “do” Montenegro concebida e desenhada por ele em 1808.

Figura 1: Planta e Perfil do Forte Monte Negro (sic) levantada por Antônio Bernardino Pereira do Lago. Capitão Engenheiro. Ano de 1808



Fonte: Arquivo Histórico do Exército – AHEx/RJ, 2021.

Diante desse documento incontestável, como estabelecer a “individualidade” do Forte Montenegro em relação ao edifício vizinho, o de São Francisco, ambos na mesma cidade de Olinda e especialmente bastante próximos?

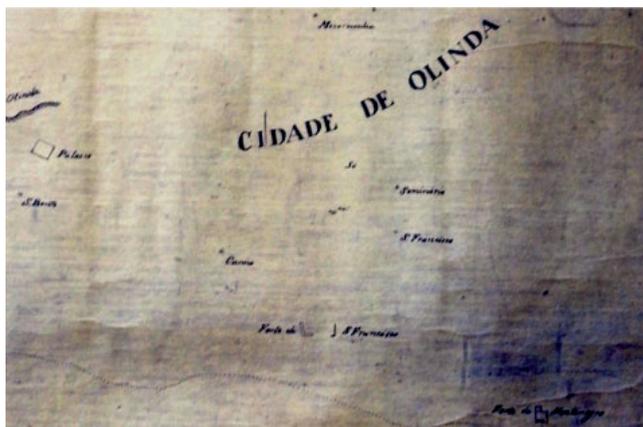
Essa equação foi solucionada com a consulta à Planta Hidrográfica do Porto de Pernambuco elaborada pelo Capitão Tenente Diogo José de Brito, datada de 1816, cujo cabeçalho e detalhes gráficos vão registrados adiante.

Figura 2: Cabeçalho da Planta Hydrografica do Porto de Pernambuco. Anno de 1816



Fonte: Arquivo do historiador pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello (1916 – 2002).

Figura 3: Detalhe da planta supramencionada. A seta branca assinala o Forte de São Francisco (conhecido como Fortim do Queijo). A amarela assinala o do Montenegro.



Fonte: Arquivo historiador pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello (1916 – 2002).

No documento iconográfico acima, estão registradas, localadas e nominadas cada uma das edificações, a saber: o Forte de São Francisco (topônimo associado ao convento franciscano de Olinda) e o do Montenegro. Por uma questão vocabular, comentemos que esses edifícios são tecnicamente classificados como “baterias” construídas a cavaleiro, isto é, elevadas do nível do solo e ambas estabelecidas diante do fundeadouro na praia de Olinda.

Decorridos sessenta anos, isto é, em julho de 1876, outro mapa da região estudada anota a ocorrência de “Pharol” no exato ponto geográfico em que estava locado o Forte do Montenegro. Como justificar a ocorrência desta mudança no registro iconográfico?

Figura 4: Detalhe de planta veiculada por Antônio Bezerra Baltar. *Diretrizes de um Plano Regional para o Recife*. Recife, 1951



Fonte: Arquivos da Prefeitura do Recife, nº 2 de 1942.

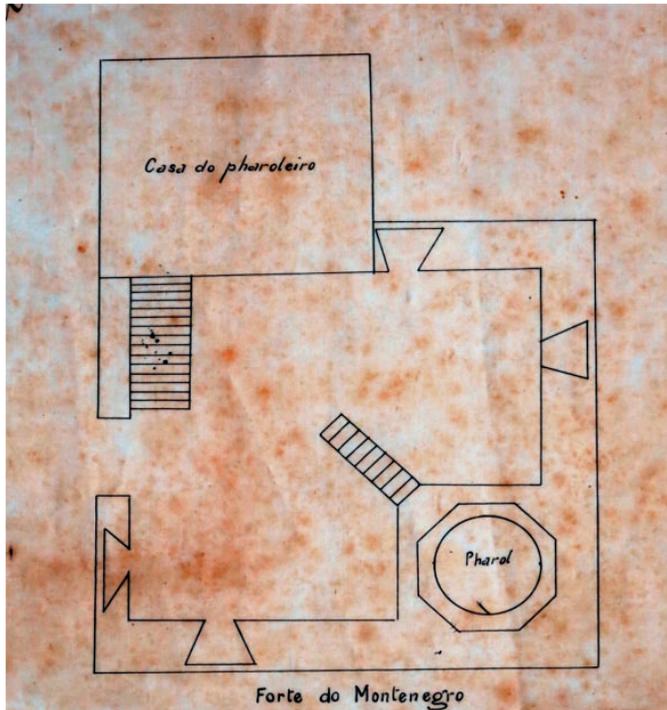
Na sequência, estabelecemos graficamente a associação espacial do Forte do Montenegro (1816) com o “pharol” lançando mão de outro documento, qual seja, a planta do forte na qual este equipamento náutico convive arquitetonicamente com o edifício militar. A iconografia em referência, cujo cabeçalho segue abaixo, está datada de 1893 e nela consta a assinatura do Major Engenheiro João Hondino (?) de Oliveira, profissional então vinculado ao “*Directório das Obras Militares de Pernambuco*”.

Figura 5: Cabeçalho da Planta baixa do Forte do Montenegro associado ao farol de Olinda (1893)



Fonte: Arquivo Histórico do Exército – AHEx/RJ, 2021

Figura 6: Detalhe da Planta baixa do Forte do Montenegro associado ao farol de Olinda (1893)



Fonte: Arquivo Histórico do Exército – AHEx/RJ, 2021.

Com base na trajetória do Forte reconstituída na documentação disponível observamos algumas peculiaridades do edifício do traço de Pereira do Lago (1808):

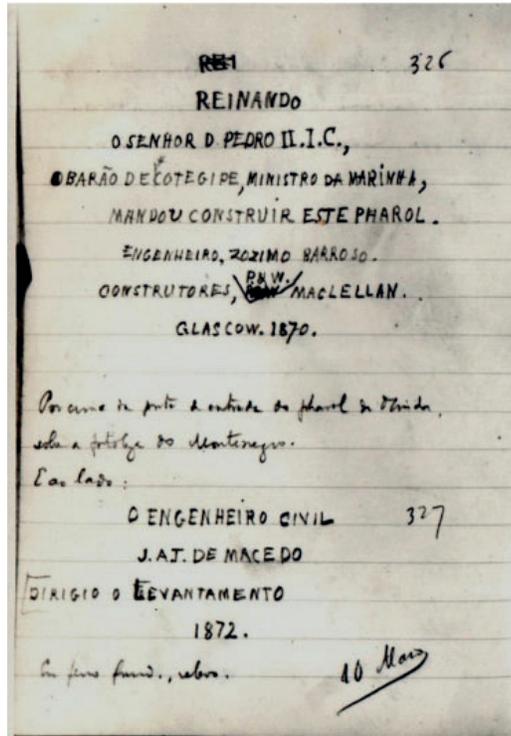
1. Parapeitos à *barbeta* (ou à barba) isto é, corridos, sem canhoneiras; e
2. Pequeno aposento destinado ao abrigo da guarnição militar.

Em relação à planta de 1893, percebemos outros pormenores indicativos de adaptações ocorridas ao longo do século XIX, inclusive as provocadas pela mudança de uso e função ocorridas 20 anos antes (1872), como indicamos a seguir:

1. Inserção de canhoneiras nos parapeitos do forte;
2. Inserção de aposento agora destinado ao faroleiro e aos serviços de operação do farol;
3. Escadas internas de acesso ao equipamento de sinalização instalado.

Este marco do balizamento náutico do fundeadouro olindense foi fabricado em Glasgow na Escócia, pela empresa *P. & W. Maclellan* em 1870. A montagem no local escolhido coube ao engenheiro civil J. A. T. de Macedo que dirigiu a instalação em 1872. Segundo observação visual direta das anotações manuscritas contidas nos cadernos do historiador e epigrafista baiano Alfredo do Valle Cabral (1851 – 1894), ao visitar Pernambuco em 1887 (disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro), tais informações constavam em placa alusiva ao acontecimento ocorrido na gestão do Barão de Cotegipe (1815 - 1889) quando Ministro da Marinha (entre 1868 e 1870). Arremata Cabral que “o farol de Olinda [está] sobre a fortaleza do Montenegro”.

Figura 7: Reprodução fotográfica da anotação de Alfredo do Valle Cabral onde constam os registros “epigráficos” existentes no antigo farol de Olinda, instalado no Forte Montenegro



Fonte: Anotações manuscritas de Alfredo do Valle Cabral (1887) disponíveis no acervo da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Figura 8: Remanescentes do Forte do Montenegro com o farol. s/d.



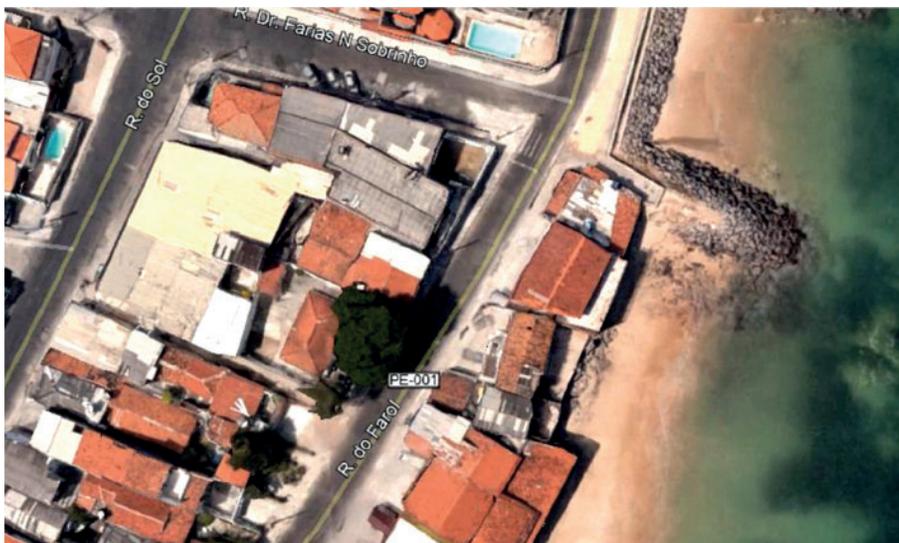
Fonte: Acervo Digital Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj)

3. Reflexões sobre o caso

Na trajetória rumo ao perecimento, esse conjunto “fortificação / farol” não pode ser tratado como exceção. Casos similares desta associação ocorreram inclusive em Pernambuco, caso do Forte de Santo Ignácio de Loyola onde um dos baluartes voltados para o fundeadouro na baía de Tamandaré recebeu farol, o qual está em atividade ainda nos dias que correm.

O avanço do mar em Olinda provocou o arruinamento do Forte do Montenegro, acontecimento este que levou à desvinculação e remoção do farol na década de 1940, sendo reinstalado no Morro do Serapião, no bairro do Amaro Branco, na mesma cidade com ampla vista para o mar.

Figura 9: Remanescente da antiga casa do faroleiro, propriedade federal desabitada e em arruinamento, indicada pela seta branca



Fonte: Imagem Google Earth, salva em 11.mar.2021.

4. Apropriação social e proposições

Em que pese a perda material, o tema do forte associado ao farol persiste com muita vitalidade na toponímia olindense. É o caso da “Rua do Farol” ainda corrente em nossos dias, nome do logradouro que corre paralelo à praia, no trecho onde esteve o antigo equipamento náutico.

Na memória popular, forte e farol se manifestam de múltiplas formas, como é o caso da pintura parietal visualmente percebida da calçada, no espaço interno de imóvel danificado, existente nos dias que correm, na mesma Rua do Farol. Noutra ocorrência está o mural - voltado para a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, transversal de

acesso ao litoral, próxima ao local estudado – que grava o equipamento de sinalização como marco urbano.

Figura 10: Pintura mural policromada em ambiente interno de casa da Rua do Farol, recentemente desmoronada, com o farol instalado sobre o Forte do Montenegro



Fonte: Acervo dos autores.

Figura 11: Detalhe de pintura mural policromada em fachada voltada para a antiga Travessa do Farol, hoje Rua Mal. Deodoro da Fonseca



Fonte: Acervo dos autores. 16.02.2021

Como se não bastasse, o claro e seguro conhecimento apurado em conversas com pessoas estabelecidas nas proximidades, desde longa data, reforçou a convicção de que estamos ancorados no trecho urbano do antigo fundeadouro onde existiu o conjunto forte/farol.

Finalmente, as evidências percebidas consolidaram em nós a convicção de que a cultura e a memória populares são mais sólidas que o patrimônio material edificado, o que estimula o desejo por ampliação futura do conhecimento e divulgação deste marco urbano que, no século XXI, oscila entre o pertencimento no imaginário local e o abandono completo. O tempo fará com que essa “equação” seja invertida?

Vários são os aspectos a serem estudados em eventual aprofundamento da pesquisa que, por hora, permitiu a construção deste artigo. Entre eles, a motivação militar para instalação do forte naquele lugar e não em outro, bem como a verificação de eventuais remanescentes do edifício militar que talvez permaneçam subjacentes às águas do mar e o exame, sob o aspecto da arqueologia da arquitetura, da casa de apoio ao farol bastante alterada ao longo dos anos.

Referências

AHU – *Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania de Pernambuco existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. <https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc015/CU-Pernambuco.pdf>. Acesso em: 10.mar.2022

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda; WALMSLEY, Doris. *Fortes de Pernambuco: imagens do passado e do presente*. Recife: Graftorre, 1999. (p. 52)

BALTAR, Antônio Bezerra. Diretrizes de um plano regional para o Recife. Recife: *Folha da manhã*, p. 46, 1951.

CABRAL, Alfredo do Valle. *Biblioteca Nacional, Secções de Manuscritos*. II – 31, 26, 3. Rio de Janeiro, fevereiro de 1950. 4 cadernos.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Caetano_Pinto_de_Miranda_Montenegro Acesso em: 10.mar.2022

CAVALCANTI, Vanildo B. *Olinda do Salvador do Mundo*. Recife: ASA Editora, 1986.

COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1984. 10 v, v. 9, p. 409)

NOVAES, Ferdinando. *Olinda, Evolução Urbana*. Fundarpe, Recife. CEPE, 1990. Pag. 40

VITERBO, Francisco Marques de Sousa. (Coord.) *Dicionário Histórico e Monumental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses*. Lisboa: Edição facsimilar, 1904, 3 v., v. II, p. 254.

A estrutura de sociabilidade na trajetória profissional do médico, professor e escritor, Valdemar de Oliveira

The structure of sociability in the professional trajectory of the physician, teacher and writer, Valdemar de Oliveira

La estructura de sociabilidad en la trayectoria profesional del médico, profesor y escritor, Valdemar de Oliveira

Gilmar Beserra de Farias¹

Resumo

FARIAS, G. B. de. A estrutura de sociabilidade na trajetória profissional do médico, professor e escritor Valdemar de Oliveira. *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 135-160, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art8](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art8)

Esta pesquisa analisou a estrutura de sociabilidade de Valdemar de Oliveira destacando a sua atuação como médico, professor e escritor de livros didáticos. Foi conduzida uma pesquisa documental e historiográfica, permitindo estabelecer uma narrativa com as informações tratadas a partir de uma análise prosopográfica. Valdemar de Oliveira construiu afinidades políticas e culturais por meio do cruzamento de espaços comuns e de produção intelectual, formando uma estrutura de sociabilidade que permitiu a realização de suas atividades docentes nas principais instituições de ensino secundário e superior do Recife. Muitos intelectuais de sua época influenciaram sua trajetória, como Amaury de Medeiros, no campo da Higiene, Aníbal Bruno, com o convite para escrever livros didáticos de História Natural para a Companhia Editora Nacional, Ricardo da Costa Pinto, que possibilitou sua permanência no Ginásio Pernambucano para ensinar no Curso Complementar, além de Joaquim Amazonas, que o concedeu a disciplina de Botânica no Curso de História Natural da UFPE. Valdemar de Oliveira desenvolveu ações como médico, professor e escritor e executou atividades que fortaleceram ideais higienistas, fazendo circular um conjunto de informações em seus livros didáticos. Aproveitando o crescimento do mercado editorial brasileiro, que projetava nacionalmente a sua produção intelectual, deixou seu legado na política educacional de sua época.

Palavras-chave: Valdemar de Oliveira. Estrutura de sociabilidade. Higiene.

Abstract

FARIAS, G. B. de. The structure of sociability in the professional trajectory of the physician, teacher and writer Valdemar de Oliveira. *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 135-160, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art8](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art8)

¹ Mestre em Gestão e Políticas Ambientais e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: gilmar.farias@ufpe.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9620-9586>

This research analysed Valdemar de Oliveira's sociability structure and highlighted his performance as a physician, professor and writer of textbooks. A documentary and historiographical research were conducted, allowing us to establish a narrative with the information treated through a prosopographic analysis. Valdemar de Oliveira built political and cultural affinities through the intersection of shared spaces and intellectual production, forming a structure of sociability that allowed him to carry out his teaching activities in the most prominent secondary and undergraduate education schools in Recife, Pernambuco, Brazil. Many brains of his time influenced his career, such as Amaury de Medeiros, in the field of Hygiene, and Aníbal Bruno, who invited him to write textbooks on Natural History for the National Publishing House (Companhia Editora Nacional). Also, Ricardo da Costa Pinto made it possible for him to stay at the Ginásio Pernambucano to teach in the complementary course, and Joaquim Amazonas appointed him as a lecturer of Botany in the Natural History Undergraduate Course at UFPE. Valdemar de Oliveira developed a career as a physician, a teacher and a textbook writer and carried out activities that strengthened hygienist ideals, disseminating a set of hygienist information in his textbooks. Taking advantage of the growth of the Brazilian publishing market, which projected its intellectual production nationally, he left his legacy in the educational policy of his time.

Keywords: Valdemar de Oliveira. Structure of sociability. Hygiene.

Resumen

FARIAS, G. B. de. La estructura de sociabilidad en la trayectoria profesional del médico, profesor y escritor Valdemar de Oliveira. *Rev. Ci&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 135-160, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2\(2022\)art8](https://doi.org/10.33148/cetropicov46n2(2022)art8)

Esta investigación analizó la estructura de sociabilidad de Valdemar de Oliveira, poniendo énfasis en su actuación como médico, profesor y escritor de libros didácticos. Fue gestionado un estudio científico bajo una perspectiva documental e historiográfica, lo que permitió el establecimiento de una narrativa con las informaciones consideradas a partir de un análisis prosopográfico. Valdemar de Oliveira construyó afinidades políticas y culturales por medio de la intersección de espacios comunes y de producción intelectual, constituyendo una estructura de sociabilidad que permitió la realización de sus actividades docentes en las principales escuelas de enseñanza secundaria y superior del Recife. Significativos nombres exponentes relativos a los intelectuales de la época influyeron su trayectoria, como Amaury de Medeiros, en el campo de la higiene, Aníbal Bruno, con la invitación para escribir libros didácticos de Historia Natural para la Compañía Editora Nacional, Ricardo da Costa Pinto, que posibilitó su permanencia en el Gimnasio Pernambucano para enseñar en la formación complementaria, además de Joaquim Amazonas, que le concedió la asignatura de Botánica en el curso de Historia Natural de la UFPE. Valdemar de Oliveira desarrolló acciones como médico, profesor y escritor, ejecutando actividades que consolidaron los ideales higienistas, mientras promovía el

flujo de informaciones en sus libros didácticos. Por lo tanto, el profesor aprovechó el crecimiento respectivo al mercado editorial brasileiro, que proyectaba nacionalmente su producción intelectual, mientras se convertía en una figura eminente en la política educacional de su época.

Palabras clave: Valdemar de Oliveira. Estructura de sociabilidade. Higiene.

1. Introdução

Valdemar de Oliveira Nasceu no Recife (PE), no dia 2 de maio de 1900, no último ano do Século XIX. Iniciou os seus estudos no Colégio Pritaneu, escola que pertencia a Dona Clotilde de Oliveira, sua tia e mãe de criação. O Pritaneu se destacava no cenário educacional do Recife por ser o primeiro estabelecimento de ensino equiparado com a Escola Normal Oficial de Pernambuco, em 1906. Nesse educandário, no bairro Boa Vista, Valdemar de Oliveira também iniciou sua vida artística. Estudou música e aprendeu a tocar piano com uma professora que veio de Paris exclusivamente para ensinar no Colégio Pritaneu. No Recife, cursou o ensino secundário no Instituto Aires Gama, no Colégio Salesiano e no Instituto Carneiro Leão.

Ingressou na Faculdade de Ciências Médicas da Bahia, em Salvador, em 1917. Formou-se médico em 1923² e, no ano seguinte, recebeu o título de Doutor defendendo a tese intitulada *Musicoterapia*³. Também obteve o diploma de Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, em 1929⁴. Trabalhou em várias funções como médico no Governo do Estado de Pernambuco, principalmente em ações de cunho sanitário.

Dedicou-se ao magistério, ensinando em diversas escolas de nível secundário, como Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial, e de nível superior, como Faculdade de Medicina do Recife e Faculdade de Filosofia de Pernambuco (FAFIPE), entre outras instituições de ensino. Também foi fundador e professor da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco (UPE), em 1953.

Entre 1928 e 1965, escreveu e publicou diversos livros didáticos ligados à área de Higiene e História Natural, principalmente para o ensino secundário. Também publicou livros de Ciências Naturais, para o ensino ginásial, e algumas apostilas de Botânica, para alunos do curso de História Natural da Faculdade de Filosofia de Pernambuco.

Na década de 1930, integrou a equipe de teatro Grupo Gente Nossa, liderado por Samuel Campelo⁵, e trabalhou dirigindo peças, compondo músicas, atuando e es-

2 FUNDAJ – Diploma de Medicina – Arquivo WO, DPp3, cap1, a10g2.

3 OLIVEIRA, W. A *Musicoterapia*. Faculdade de Medicina da Bahia. Imprensa Oficial do Estado, 1924.

4 FUNDAJ – Diploma de Direito – Arquivo WO, DPp3, cap1, a10g2.

5 Samuel Campelo Rodrigues (1889-1939) foi jornalista e um destacado dramaturgo pernambucano. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife (1912), foi Promotor Público e Secretário da Faculdade de Medicina. Exerceu o cargo de Diretor do Teatro de Santa Isabel (Recife/ PE) a partir de 1930, local onde ele criou o Grupo Gente Nossa, tornando-se a primeira

crevendo operetas. Em 1941, ano em que se comemoraria o centenário da Sociedade de Medicina de Pernambuco⁶, Valdemar de Oliveira foi convidado por Octávio de Freitas⁷, amigo, médico e presidente daquela instituição, para preparar uma noite de arte⁸ com o objetivo de solenizar aquela importante data. A apresentação foi realizada e a peça obteve êxito artístico e prestígio cultural. A partir desta experiência, no mesmo ano, fundou com esse grupo o Teatro de Amadores de Pernambuco (TAP)⁹.

O TAP fazia parte da “boa sociedade”, apresentando peças para formar um público de elite, com Valdemar de Oliveira próximo das instâncias políticas e responsável pela gestão de grupos teatrais mantidos pelo poder público (OLIVEIRA, 2008, p. 1216). Essa informação corrobora com uma história narrada no livro *Mundo Submerso* sobre o convite realizado pelo Prefeito do Recife, em 1939, e com a aprovação do Governador de Pernambuco, Agamenon Magalhães¹⁰, para que ele aceitasse a direção do Teatro de Santa Isabel¹¹, cargo que viria a ocupar durante 12 anos (OLIVEIRA, 1974).

Ao longo de sua vida, participou de algumas sociedades ligadas à ciência, literatura e arte, tais como: Sociedade de Cultura Musical de Pernambuco (1925), Academia Pernambucana de Letras (1936), Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (1946), Instituto Brasileiro de História da Medicina (1953), Sociedade Pernambucana de História Natural (1964), Sociedade Brasileira de Escritores Médicos (1973), Academia Pernambucana de Medicina (1972) e Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Tapacurá (1975)¹², entre outras.

Ainda trabalhou como jornalista para dezenas de jornais e contribuiu com muitas revistas e periódicos¹³. Segundo Silva (2010), era muito comum que os intelectuais

companhia de artes dramáticas do Nordeste (BARBOSA, V. *Samuel Campelo*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>.

- 6 Em 1941, foi fundada a Sociedade de Medicina de Pernambuco. O objetivo dessa sociedade era o de valorizar a Ciência Médica e de participar juntamente com o Estado na regulamentação das práticas de higiene pública da cidade (MIRANDA, 1998).
- 7 José Octávio de Freitas (1871-1949) foi um importante médico que fundou e dirigiu a Faculdade de Medicina do Recife, de 1920 a 1936. Trabalhou junto com Valdemar de Oliveira e outros prestigiados médicos na equipe da Diretoria de Saúde e Assistência durante a gestão de Amaury de Medeiros, no Governo de Sérgio Loreto (1922-1926) (TÁVORA, 1993).
- 8 No Recife, entre o final da década de 1930 e o início dos anos de 1940, era comum a realização das noites de arte para atrair a alta sociedade ao Teatro de Santa Isabel como uma estratégia beneficente (OLIVEIRA, 1993).
- 9 O Teatro de Amadores de Pernambuco (TAP) foi criado por Valdemar de Oliveira, em 1941, e por um grupo de médicos pernambucanos e seus familiares. Ao longo do tempo, o TAP permaneceu fiel a sua proposta inicial, como um teatro de uso estético e de diversão, caracterizado por seus adversários como um Teatro Burguês (CAVALCANTI, 1986).
- 10 Agamenon Sérgio de Godói Magalhães (1983-1952) foi Interventor Federal em Pernambuco durante o Estado Novo, de 1937 a 1945, sucedendo o governo de Carlos de Lima Cavalcanti. Em 1951, por meio do voto popular, voltou a governar o Estado. Faleceu no exercício do cargo, em 1952 (CAVALCANTI, 1986).
- 11 Com a morte de Samuel Campelo, em 1939, o Prefeito do Recife (Novaes Filho) entregou pessoalmente a Valdemar de Oliveira uma carta convidando-o para assumir o posto de Diretor do Teatro de Santa Isabel, informando que a indicação de seu nome tinha a aprovação do Governador do Estado. Depois de alguns dias, o Governador Agamenon Magalhães chamou Valdemar de Oliveira ao Palácio do Campo das Princesas e reiterou o convite, solicitando que ele assumisse a direção do Grupo Gente Nossa, destinando 200 contos mensais para pagar os artistas e as montagens dos espetáculos (OLIVEIRA, 1974).
- 12 FUNDAJ – Arquivo de Valdemar de Oliveira – WO, DPp3, cap1, a10g2
- 13 A partir dos 18 anos de idade, Valdemar de Oliveira escreveu para dezenas de jornais e revistas, na Bahia e em Pernambuco (NASCIMENTO, 1971).

tuais iniciassem os seus trabalhos escrevendo para jornais locais como uma forma de projeção, muitas vezes tornando-se o trabalho de uma vida inteira, como aconteceu com Valdemar de Oliveira. Essa tendência plural parecia ser uma característica acentuada de sua personalidade (CADENGUE, 2011).

A partir dessa rápida revisão biográfica, é possível afirmar que o intelectual Valdemar de Oliveira desempenhou um papel profissional marcante como médico, músico, ator, teatrólogo, professor, escritor e jornalista, estabelecendo relações interpessoais, ou laços, em uma estrutura de sociabilidade.

Assim, os objetivos deste estudo foram: (a) apresentar a trajetória profissional de Valdemar de Oliveira destacando a sua participação como médico, professor e escritor de livros didáticos; (b) analisar a estrutura de sociabilidade que influenciou as suas escolhas como professor de Higiene e História Natural.

2. Percurso teórico-metodológico

Foi conduzido um estudo com uma metodologia pautada na pesquisa documental e historiográfica. A estratégia historiográfica permitiu escrever uma narrativa entrecortada por notas e citações a partir dos documentos devidamente identificados com as referências de localização, conferindo sentido à narração (LUCHESE, 2014), apreendendo conhecimentos históricos, suscetíveis de novas compreensões, descobertas e significados (SCHAFFRATH, 2006).

Em relação às fontes de pesquisa, foi considerada a noção ampliada de documento (LE GOFF, 2013). De acordo com a Nova História, a noção ampliada de documento possibilita que qualquer indício de uma época seja utilizado para além daqueles ditos oficiais (LUCHESE, 2014). Assim, serão admitidos como documentos não somente os textos, manuscritos e impressos oriundos de arquivos oficiais, mas também livros didáticos, biografias, cartas e jornais, entre outras possibilidades.

Para apresentar a trajetória profissional de Valdemar de Oliveira, destacando a sua atuação como médico, professor e escritor de livros didáticos, assim como analisar a sua estrutura de sociabilidade, foi realizado um estudo prosopográfico. Essa metodologia propõe investigar pontos comuns do passado de um grupo por meio do estudo coletivo de suas vidas, sobrepondo informações e analisando variáveis significativas (STONE, 2011). Investigar uma estrutura de sociabilidade constitui seguir trajetórias de indivíduos e de grupos, mapeando suas ideias, comportamentos e formas de organização, possibilitando caracterizar e compreender suas identidades sem deixar de lado a perspectiva histórica (SILVA, 2013). Nessa estrutura de sociabilidade, foi destacada a formação das redes, que correspondem aos vínculos que uniam os intelectuais que conviviam com Valdemar de Oliveira em torno de afinidades ideológicas e culturais.

Na História da Educação, o tema sobre a influência dos intelectuais tem acumulado algumas discussões, dedicando-se principalmente a entender o lugar desses sujeitos na sociedade e suas imbricações políticas (VIEIRA, 2011). Essas organizações políticas podem ser analisadas a partir das diversas consequências derivadas da admissão dos intelectuais na esfera pública e no entendimento da construção do processo de

modernização brasileira (COSTA; ESPÍNDOLA; GALVÍCIO, 2014). Segundo Sirinelli (2003), a concepção de intelectual pode ser compreendida de uma maneira ampla e sociocultural, integrando criadores e mediadores culturais, ou, de uma forma mais restrita, baseada na noção de participação como ator na vida da cidade. Serão considerados intelectuais os indivíduos sábios e literatos não somente produtores de ideias, mas também aqueles atores sociais envolvidos com as questões políticas do seu tempo (CORREA, 2015). Esse tipo de estudo sobre os intelectuais tem permitido investigar o papel assumido por eles e estabelecer a relação entre os agentes e o seu meio social (DAROS, 2013).

O horizonte temporal definido para essa análise prosopográfica foi de 1923 a 1970, exatamente a partir do ano em que Oliveira iniciou sua vida como médico e docente, até a época de sua aposentadoria, como professor emérito da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco (Universidade de Pernambuco). Nesse horizonte, foram localizados os nomes dos principais intelectuais que participaram de sua vida e influenciaram nas suas escolhas profissionais e no seu pensamento pedagógico.

A elaboração da trajetória de Valdemar de Oliveira foi realizada por meio de pesquisa documental nos acervos da FUNDAJ, APEJE, Arquivo Geral da UFPE, Ginásio Pernambucano, Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde da UFPE, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Arquivo Valdemar de Oliveira (em posse de sua família) e de informações obtidas nos seus livros didáticos e de memórias.

3. A estrutura de sociabilidade do médico higienista, professor de História Natural e escritor de livros didáticos, Valdemar de Oliveira

3.1. Valdemar de Oliveira médico

Em Pernambuco, em relação às questões de saúde pública, a década de 1920 foi marcada pela ampla reorganização dos espaços urbanos e pelos serviços médico-hospitalares de cunho higienista implementados por Amaury de Medeiros¹⁴, Diretor de Saúde e Assistência (DAS) do Governo Estadual (LOPES, 2003). A gestão de Amaury de Medeiros foi caracterizada pelas reformas na estrutura e modernização sanitária e administrativa dos serviços de saúde, estabelecendo convênios, criando serviços de vacinação, de tratamento da tuberculose e de cuidados com os alienados, entre outras ações (MEDEIROS, 1926; CORREIA, 2020). Além disso, fortaleceu sua equipe de trabalho convidando médicos especialistas que, no futuro, teriam suas capacidades profissionais largamente reconhecidas pela sociedade pernambucana. Foi nesse contexto de reformas sanitárias que Valdemar de Oliveira iniciou sua carreira como médico.

Prestou serviços para o Governo do Estado de Pernambuco a partir de 1923. Na realidade, durante a gestão do Governador Sérgio Loreto (1922-1926), foi convidado por Amaury de Medeiros para integrar a equipe da Diretoria de Saúde e Assistência,

¹⁴ Amaury de Medeiros (1893-1927) foi um médico que assumiu a Diretoria de Saúde e Assistência de Pernambuco, entre os anos de 1923 e 1926, durante o mandato do seu sogro, o Governador Sérgio Loreto. Amaury de Medeiros e Valdemar de Oliveira foram vizinhos durante a infância, no bairro do Parnamirim (Recife/PE), e constituíram uma relação de amizade entre as famílias, desenvolvendo laços afetivos que provavelmente interferiram nas afinidades profissionais.

possivelmente a pedido da Tia Clotilde de Oliveira¹⁵. Inicialmente, ocupou de forma interina cargos sempre relacionados à higiene: Inspetor Auxiliar da Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação Sanitária (agosto de 1923), Inspetor Sanitário (abril de 1924 e junho de 1927) e Médico Auxiliar do Serviço de Saneamento Rural do Estado de Pernambuco (abril de 1928)¹⁶. Empreendeu ações com médicos mais experientes e de grande destaque, como: Octávio de Freitas, Manuel Gouveia de Barros¹⁷, Joaquim da Costa Carvalho¹⁸ e Fernando Simões Barbosa¹⁹ (MEDEIROS, 1926), todos professores da Faculdade de Medicina do Recife, entre outros colaboradores. Suas atividades na equipe de Amaury de Medeiros eram escrever notas para jornais sobre determinadas doenças, proferir palestras sobre alimentação, sífilis ou Educação Física, editar o boletim *Saúde e Assistência*, inspecionar gêneros alimentícios, coletar dados estatísticos e participar de campanhas de vacinação (OLIVEIRA, 1975). Parece que essa experiência forjou o médico dedicado à higiene, seguindo esse ramo acadêmico até se aposentar, em 1970.

Certamente, as ações realizadas por Amaury de Medeiros exerceram uma forte admiração e inspiração em Valdemar de Oliveira: “Ele atribuía um valor excepcional à educação sanitária, tanto nas classes cultas, como nas classes pobres, tanto entre crianças, como entre jovens, adultos ou velhos, tanto entre escolares como entre operários” (OLIVEIRA, 1975, p. 76).

Em 1928, inscrito para o concurso de Livre Docente na Faculdade de Medicina do Recife, uma das exigências para concorrer a vaga era apresentar uma tese. Foi Amaury de Medeiros quem sugeriu a Oliveira o tema *Exame Médico Pré-nupcial*, que, segundo Voitechén (2015), foi matéria de um projeto que ele tinha enviado para a Câmara Federal, em outubro de 1927, quando exercia o cargo de Deputado. Com esse incentivo, em outubro de 1928, Valdemar de Oliveira defendeu a sua tese afirmando que antes da imposição legal do exame médico pré-nupcial seria necessária uma intensa propaganda para que a população de fato compreendesse a importância do exame (OLIVEIRA, 1928; PEIXOTO, 2017). Valdemar de Oliveira foi aprovado no

15 No livro *Mundo submerso*, Valdemar de Oliveira relatou que, após a sua formatura em Medicina, a sua Tia Clotilde impulsionou sua carreira profissional tomando algumas providências: “Pouco tempo mais, dá-me uma cadeira no Pritaneu — Anatomia e Fisiologia Humanas, arranja-me uma colocação no Departamento de Saúde e Assistência, monta-me o consultório, compra-me um automóvel, abre-me crédito em todas as livrarias [...]” (OLIVEIRA, 1966, p. 58-59).

16 FUNDAJ – Certidões – Arquivo WO, DPP3, cap. 1, a10g2.

17 Manuel Gouveia de Barros (1881-1938) foi um médico pernambucano que fez reformas no Serviço Sanitário, combateu epidemias e estabeleceu serviços de assistência pública no Recife (ABREU, 2015). Foi Diretor de Higiene e Saúde Pública do Governo de Pernambuco (1912-1916) e Diretor do Departamento de Saúde e Assistência (1927-1930). Em 1925, fez parte do grupo que criou a Sociedade de Cultura Musical com o objetivo de trazer para o Recife balés, companhias líricas e grandes artistas nacionais e internacionais (ALBUQUERQUE, 2015, p. 65). Em 1929, foi padrinho de casamento de Valdemar de Oliveira (OLIVEIRA, 1966).

18 Joaquim da Costa Carvalho foi médico e professor fundador da Faculdade de Medicina do Recife (1920) e do Instituto de Higiene do Nordeste (1959) (Diário de Pernambuco, 20 fev. 1963, p. 3 e 8).

19 Fernando Simões Barbosa (1881-1959) foi médico e professor da Faculdade de Medicina do Recife (1920) e da Escola Normal Oficial de Pernambuco. Exerceu o cargo de Diretor do Hospital Centenário, Diretor do Instituto Vacinogênico e Diretor do Laboratório de Bacteriologia da Diretoria de Saúde Pública de Pernambuco (ABRÃO, 2006).

concurso²⁰ e assumiu a disciplina de Higiene e Medicina Preventiva na Faculdade de Medicina do Recife²¹.

O exame pré-nupcial fazia parte da higiene moderna, com a qual se combateria determinadas doenças e a prevenção se daria a partir de uma educação sanitária. Nessa época, a higiene era considerada um campo da eugenia²² no qual deveria ser a base das diretrizes de política sanitária. É possível identificar que a higiene defendida por Amaury de Medeiros e Valdemar de Oliveira estava articulada com os movimentos eugênicos do início do século XX²³, baseado em um ideal que deveria ser desenvolvido visando a construção de bases sólidas para a sociedade brasileira (AYRES et al., 2012; CORREIA, 2020). A higiene foi um importante artefato para a formação e manipulação do pensamento operário na organização da indústria brasileira (GIOPPPO, 1996).

Nesse contexto sanitário e educativo, Valdemar de Oliveira começou a trabalhar como Chefe do Serviço Médico Escolar, nomeado pela Secretaria de Justiça e Negócios Interiores (1929), na época em que o médico Manuel Gouveia de Barros era o Diretor do Departamento de Saúde e Assistência. Oliveira reconheceu que a criação desse serviço foi um dos principais pontos da reforma do ensino em Pernambuco proposta por Antônio Carneiro Leão²⁴, em 1928. Em julho de 1930, “estimulado por Antônio Carneiro Leão” (OLIVEIRA, 1974, p. 63-64), foi inaugurada a Clínica Médica Escolar, localizada na Rua da Aurora, número 363, atendendo os alunos das escolas públicas para consultas médicas e odontológicas (OLIVEIRA, 1931).

A partir de 1931, a educação no Estado de Pernambuco ficou sob a responsabilidade de Aníbal Bruno²⁵, que ocupou a Diretoria Técnica de Educação até 1937²⁶, e estava com incumbência de seguir com a reforma de ensino pensada por Antônio Carneiro Leão (SELLARO, 2009). Entre as muitas ações empreendidas, organizou o

20 Matéria sobre o concurso público para Livre Docente da Faculdade de Medicina do Recife, informando que “No dia 19, às 19 horas, o da cadeira de Higiene, cujo candidato único dr. Waldemar de Oliveira, será arguido sobre sua tese de livre escolha ‘Exame Médico Pré-Nupcial’. A banca examinadora é composta dos professores Costa Carvalho, Lins e Silva, Edgar Altino e Francisco Clementino” (*A Província*, 14 out. 1928).

21 Quando foi aprovado no concurso, Valdemar de Oliveira já era professor assistente interino de Higiene da Faculdade de Medicina do Recife desde maio de 1928, convidado pelo Professor Joaquim da Costa Carvalho e nomeado por Octávio de Freitas, segundo Ofício nº 77, de 9 de maio de 1928: FUNDAJ - Arquivo de Valdemar de Oliveira - WO DPp2 cap6 doc9 a10g2.

22 A eugenia foi criada pelo britânico Francis Galton, em 1883, para definir uma ciência que visava o aprimoramento da espécie humana, amparando-se em discussões científicas como a evolução, seleção natural e social. A eugenia poderia se apresentar como: preventiva) ligadas à profilaxia, higiene e saneamento; positiva) ligada à educação física e sexual; e negativa) propunha um rigoroso controle sobre os meios de reprodução humana, proibindo matrimônio de indivíduos considerados inaptos ou anormais (SOUZA, 2019).

23 Valdemar de Oliveira fez parte Comissão Pernambucana de Eugenia, fundada em fevereiro de 1933, com o apoio da Comissão Central Brasileira de Eugenia (*Diário de Pernambuco*, 16 fev. 1933, p. 3).

24 Antônio Carneiro Leão (1887-1960) foi um pernambucano que se dedicou à educação e ao movimento da Escola Nova. Exerceu o cargo de Diretor Geral da Instrução no Rio de Janeiro. Em Pernambuco, foi Secretário de Justiça, Educação e Interior, sugerindo e iniciando, em 1928, uma grande reforma do ensino pautada nos ideais da Escola Nova (CAVALCANTI, 1986).

25 Aníbal Bruno (1889-1976) se formou em Medicina e Direito, mas se dedicou à carreira docente, ensinando nas principais instituições do Recife. Foi Professor na Faculdade de Direito do Recife, Faculdade de Medicina do Recife, Ginásio Pernambucano e Escola Normal Oficial, entre outras. Exerceu o cargo de Diretor Técnico da Educação, entre 1931 e 1937.

26 Arquivo da ALEPE – PERNAMBUCO. Ato nº 353, de 18 de março de 1931.

ensino de Educação Física, criando para isso um serviço de acompanhamento médico. Neste contexto, Valdemar de Oliveira foi nomeado pela Secretaria de Justiça, Educação e Negócios Interiores como Médico Inspetor de Educação Física, em 1931. Sua função era realizar exames antropométricos e clínicos, uma atividade certamente influenciada pelos movimentos “escola-novistas” que se espalhavam pelo Brasil e que, segundo Saviani (2013, p. 212), deveria articular a Educação Física, moral e cívica, “desenvolvendo nos alunos hábitos higiênicos, despertando o sentido da saúde, a resistência e vitalidades físicas, a alegria de viver.”

Entre outras ações, foram realizadas visitas às escolas para coletar informações antropométricas que foram utilizadas para estabelecer diferenças raciais, com a Educação Física assumindo um importante papel no cenário nacional e local oferecendo mecanismos para a promoção da saúde e garantindo o futuro da raça (ARANTES, 2019). A formação em medicina e o interesse por questões pautadas na higiene e Educação Física aproximaram Valdemar de Oliveira do movimento eugenista. Em fevereiro de 1933, junto com outros destacados médicos, como: Aggeu Magalhães²⁷, Aluizio Bezerra Coutinho²⁸ e Josué de Castro²⁹, Valdemar de Oliveira fundou a Comissão Pernambucana de Eugenia³⁰.

Entre o final da década de 1920 até meados da década de 1930, a vida de Valdemar de Oliveira ficou dividida entre a carreira médica higienista, no governo estadual, e as atividades docentes, na Faculdade de Medicina do Recife e em várias escolas secundárias. Foi um período em que as atividades médicas se sobrepuseram fortemente com àquelas relacionadas à educação.

3.2. Valdemar de Oliveira professor

Nas primeiras décadas do século XX, durante a Primeira República, o sistema capitalista estava em seu total desenvolvimento no Brasil e ganhava ampla adesão, provocando um choque entre o modelo agroexportador e o urbano-industrial, cada um com seus interesses específicos em relação ao crescimento do país e a grande massa de analfabetos que existiam (ROMANELLI, 1998; PESSOA, 2015). Nesse cenário de desenvolvimento nacional, a educação passou a ser vista por vários intelectuais da época como um instrumento para a superação do atraso da sociedade

27 Aggeu de Godoy Magalhães (1898- 1949) se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi médico da equipe de Amaury de Medeiros, no Departamento de Saúde e Assistência, e professor de Anatomia Patológica, na Faculdade de Medicina do Recife (1925) e Diretor dessa instituição, em 1937. Era amigo de Belizário Pena, um dos principais articuladores do movimento eugênico no Brasil (<https://www.cpqam.fiocruz.br>).

28 Aluizio Bezerra Coutinho (1909-1997) estudou na Faculdade Medicina do Rio de Janeiro e, em 1930, fez estágio na Universidade de Toronto (Canadá) e na Universidade de Columbia (EUA). Foi Professor de Patologia na Faculdade de Medicina do Recife (1927-1979) e se dedicou às questões urbanísticas e de higiene da habitação (<https://sbhm.webnode.com.br/>)

29 Josué Apolônio de Castro (1908-1973) estudou Medicina na Bahia e no Rio de Janeiro (1929). Na década de 1930, exerceu a profissão de médico, interessando-se pela área da nutrição. Foi professor de Fisiologia na Faculdade de Medicina do Recife (1932) e de Geografia Humana e Antropologia. Autor de *Geografia da fome*, tornou-se referência internacional e um dos maiores estudiosos sobre a miséria no Brasil e no mundo (<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>; <http://www.fgv.br/cpdoc>).

30 “Está fundada a Comissão Pernambucana de Eugenia” (*Diário de Pernambuco*, 16 fev. 1933, p. 3).

brasileira, que estava dominada pelo ideário oligárquico de estabelecer uma identidade nacional (ARAÚJO, 2002).

A partir de 1930, o Presidente Getúlio Vargas empreendeu reformas na educação brasileira que estariam comprometidas ideologicamente com a preparação da classe trabalhadora para o mercado e o da elite para alcançar o ensino superior (BOUTIN; SILVA, 2015), concentrando maior atenção no ensino secundário (KANG, 2017). Em Pernambuco, uma reforma de ensino já havia sido iniciada alguns anos antes. Foi no período de 1923 a 1927 que Ulysses Pernambucano de Melo³¹ empreendeu a reforma do Ensino Normal, visando uma formação de professores capazes de implementar um modelo educacional baseado no ideário da Escola Nova. Nessa época, novas teorias passaram a circular nos espaços educacionais a partir de jornais, revistas pedagógicas, cinemas, rádios e nos novos livros didáticos, provocando uma reflexão crítica sobre o trabalho educacional, disseminando novas diretrizes e competências que o professor deveria desenvolver (SELLARO, 2009). Em 1928, durante o Governo de Estácio Coimbra (1926-1930), Antônio Carneiro Leão deu início a uma reforma mais ampla da educação em Pernambuco pautada nos ideais da Escola Nova³². Naquele período, o ensino se encontrava voltado para as classes dominantes, preparando parte dessa população para ocupar cargos políticos e empregos públicos, enquanto o restante da população permanecia sem acesso a escola (PESSOA, 2015).

Nesse contexto educacional, logo após a sua formatura em Medicina, Valdemar de Oliveira estreou como professor de Anatomia e Fisiologia Humana no Colégio Pritaneu e sob a direção de sua tia, Clotilde de Oliveira. Em maio de 1928, foi convidado por Joaquim da Costa Carvalho (que já o conhecia da equipe que trabalhara para Amaury de Medeiros) para ser professor assistente interino da cadeira de Higiene e Medicina Preventiva na então Faculdade de Medicina do Recife, atual curso de medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No mesmo ano, fez o concurso para docente dessa mesma cadeira apresentando a tese *O Exame Médico Pré-nupcial*, sendo aprovado e contratado como Livre Docente.

A partir de 1930, paulatinamente, abandonou a medicina e se dedicou exclusivamente ao magistério, dando aulas de História Natural e Higiene em mais de dez instituições de ensino secundário do Recife³³. Foi professor de Anatomia, Fisiologia e Higiene aplicada à Educação Física e de Biometria, do Curso Especial de Educação Física da Diretoria Técnica da Educação (1931)³⁴. Dessas experiências como docente, a da Escola Normal Oficial e a do Ginásio Pernambucano são destacadas aqui como as mais importantes. Naquela época, ensinar nessas instituições conferia a qualquer professor um forte prestígio social.

31 Ulysses Pernambucano de Melo (1888-1937) foi um médico que trabalhou como docente na Faculdade de Medicina do Recife, na Escola Normal Oficial e no Ginásio Pernambucano. Foi Diretor da Escola Normal Oficial (1923-1926), do Ginásio Pernambucano (1928-1930) e de Assistência aos Psicopatas da Tamarineira (1930-1935). Durante o Governo de Sérgio Loreto, realizou importante reforma do ensino em Pernambuco (ANDRADE, M. C. *Ulysses Pernambucano*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife). Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>.

32 APEJE – Fundo S.E. 13 GP – PERNAMBUCO. Organização da Educação no Estado de Pernambuco - Ato n. 1239 do Exmo. Sr. Dr. Governador do estado de 27 de dezembro de 1928.

33 FUNDAJ – Certidões – Arquivo WO, DPP3, cap1, a10g2.

34 FUNDAJ – Certidões – Arquivo WO, DPP3, cap4, doc20 a10g2.

Na década de 1940, “muitos de seus professores tiveram acesso a posições na recém-criada Universidade do Recife, especialmente na Faculdade de Filosofia de Pernambuco” (SOUTO MAIOR, 2003, p. 11). De acordo com o mesmo autor, entre esses professores estavam Ulysses Pernambucano, Olívio Montenegro³⁵, Aníbal Fernandes³⁶ e Sylvio Rabello³⁷, entre outros, todos intelectuais que participavam das discussões políticas e ideológicas de Pernambuco e que se misturavam às disputas internas dos educandários.

Em 1935, Valdemar de Oliveira foi contratado para a Escola Normal Oficial por indicação de Luiz Delgado³⁸, então Secretário do Interior e Justiça, junto ao Governador Carlos de Lima Cavalcanti (OLIVEIRA, 1985, p. 66). Em maio do mesmo ano, Aníbal Bruno assumiu o cargo de Diretor Interino da Escola Normal³⁹ e, nesse período, Valdemar de Oliveira foi contratado como Assistente Técnico de Ciências Físicas e Naturais dessa escola⁴⁰, dividindo espaço e experiência com o médico Fernandes Simões Barbosa, Professor Catedrático da Cadeira de Higiene e que também ensinava na Faculdade de Medicina do Recife. Esse professor já havia feito as apresentações das duas primeiras edições do livro *Pontos de Hygiene*, publicados por Oliveira (1928 e 1933), conferindo prestígio e credibilidade a essa obra didática. Na Escola Normal Oficial permaneceu até 1939, quando ficou à disposição da Prefeitura Municipal do Recife para dirigir o Teatro de Santa Isabel, mas retornando à escola, em 1941, para reger a cadeira de História Natural, continuando até setembro de 1952.

No Ginásio Pernambucano, em 1936, foi contratado para ensinar, inicialmente, Biologia Geral e História Natural no Curso Complementar Pré-jurídico⁴¹. Possivelmente, esse convite aconteceu também por indicação de Luiz Delgado, já que

35 Olívio Montenegro (1894-1962) foi professor do Ginásio Pernambucano e da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. No jornalismo, foi colaborador do *Diário de Pernambuco*, de 1940 a 1962, e escreveu para jornais e revistas do Rio de Janeiro, como o *Correio da Manhã*. Escreveu alguns livros, dentre eles *Memórias do Ginásio Pernambucano* (1943). Olívio Montenegro sempre manteve convívio com grandes personalidades do meio cultural, como Gilberto Freyre, Aníbal Fernandes, Sylvio Rabello, entre outros. (VALONES, E. H. C. *Olívio Montenegro*: Notícia biográfica). Disponível em: <http://www.soniavandijck.com/carolins_cata_logo.htm>.

36 Aníbal Fernandes (1894-1962) foi um jornalista e professor de Língua e Literatura Francesa do Ginásio Pernambucano e da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Foi Diretor do Ginásio Pernambucano (1937-1943) e exerceu os cargos de Oficial de Gabinete (1922-1924) e de Secretário dos Negócios da Justiça e Instrução Pública (1924-1926) durante o Governo de Sérgio Loreto (ANDRADE, M.C. *Aníbal Fernandes*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife). Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar>>.

37 Sylvio Rabello (1900-1972) foi professor de Psicologia da Escola Normal de Pernambuco e da Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Foi Secretário de Educação e Cultura de Pernambuco, de 1949 a 1950 (GASPAR, L. *Sylvio Rabello*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife). Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>.

38 Luiz Maria de Souza Delgado (1906-1974) foi professor de Filosofia da Faculdade de Filosofia do Recife e de Sociologia na Faculdade de Filosofia de Pernambuco. Também foi professor de Direito Administrativo na Faculdade de Direito do Recife. Foi Oficial de Gabinete da Secretaria de Interior e Justiça na gestão de Antônio Carneiro Leão (1929); Secretário de Justiça e Negócios Interiores do Governo de Pernambuco (1934); Secretário da Escola Normal Oficial (1938) (DELGADO, L. *Carlos de Lima Cavalcanti*: “um grande de Pernambuco”. Recife: Cepe, 1975).

39 AGP – Correspondências de 1935 – Carta de Aníbal Bruno, Diretor Interino da Escola Normal de Pernambuco, de 28 de maio de 1935, para o Diretor do Ginásio Pernambucano.

40 FUNDAJ – Certidões – Arquivo WO, Dpp3, cap4, doc22 a10g2.

41 AGP – Relatório de 1936, p. 49 e 50.

na época havia a necessidade da aprovação do próprio Secretário do Interior para contratar o docente para o Curso Complementar. Nesse momento, ocupando o cargo de diretor do Ginásio Pernambucano, Aníbal Fernandes, professor de Francês da referida escola, encaminhou durante sete anos os ofícios comunicando a aprovação do nome de Valdemar de Oliveira e consultando-o sobre a possibilidade de assumir as turmas dos cursos complementares⁴². Nessa instituição, a partir de 1936, Oliveira ensinou Higiene, na maior parte das vezes, apenas para o Curso Pré-jurídico, e permaneceu como professor até 1943⁴³. No Ginásio Pernambucano, trabalhou em um espaço de ensino científico recém reformado pelo médico, professor Catedrático de História Natural e então Diretor Dr. Ricardo José da Costa Pinto⁴⁴, que também havia ensinado no Colégio Pritaneu, sob a direção de Clotilde de Oliveira. O professor Costa Pinto era muito amigo do Governador Carlos de Lima Cavalcante (PINTO NETO, 1975) e, por conta dessa proximidade, no período em que assumiu a direção do Ginásio Pernambucano (1931-1934), conseguiu empreender uma ampla reforma na escola, principalmente dos espaços destinados ao ensino das Ciências Naturais. Além de ter um local organizado para desenvolver as aulas Higiene, Valdemar de Oliveira também convivia com destacados professores que ensinavam em outras instituições, que ocupavam cargos políticos junto ao governo estadual e que mantinham relações de amizade com importantes agentes do governo estadual.

No ensino superior, desde 1928, Valdemar de Oliveira já era professor de Higiene na Faculdade de Medicina do Recife quando também começou a ensinar Botânica no Curso de História Natural na então Faculdade de Filosofia de Pernambuco (FAFIPE), da Universidade do Recife (UR), em 1952⁴⁵, hoje o atual Curso de Ciências Biológicas da UFPE. Foi professor na UFPE até se aposentar compulsoriamente, em abril de 1966⁴⁶. Valdemar de Oliveira contou que, em 1950, quando soube da criação do curso de História Natural, foi pedir o cargo de professor para a referida graduação diretamente ao Reitor Joaquim Amazonas (OLIVEIRA, 1973).

Mesmo não havendo intimidade com Joaquim Amazonas, os dois dividiam espaços de sociabilidade no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco (1943)⁴⁷ e nas formaturas do curso de Medicina (1947), que geralmente aconteciam no Teatro de Santa Isabel, local onde ele era diretor⁴⁸. Eles se conheciam de círculos culturais

42 AGP – Relatório de 1936 e Correspondências de 1936 a 1943.

43 AGP – Correspondência de 1943, Ofício n.º. 375, de 5 de fevereiro de 1943.

44 Ricardo José da Costa Pinto se formou em Medicina em 1910. Foi Inspetor Sanitário da Higiene do Estado, no Departamento de Saúde Pública (1913) e Médico/Diretor do Hospital da Tamarineira; Trabalhou como Professor de História Natural do Ginásio Pernambucano (1922-1949) e como diretor durante três períodos (1931-1934/1945-1946/1946-1947). Foi Deputado Estadual à Assembleia Constituinte de 1934. Era amigo próximo do Interventor Estadual Carlos de Lima Cavalcanti. Auxiliou Ulysses Pernambucano no planejamento e reforma do Hospital da Tamarineira, no Recife/PE (GYMNASIO PERNAMBUCANO. Dr. Ricardo José da Costa Pinto, *Revista do Gymnasio Pernambucano*, ano II, n.º 2, Recife, 1933; PINTO NETO, R. J. C. *O Ginásio Pernambucano em dois momentos*. Recife: CEPE, 1975.

45 FUNDAJ – Arquivo de Valdemar de Oliveira – WO DPp9 doc140 a10g1 – Faculdade de Filosofia de Pernambuco, Ofício n.º. 114, de 15 de abril de 1952.

46 FUNDAJ – Arquivo de Valdemar de Oliveira – WO DPp5 Cap3 doc33 a10g2 – Ministério da Educação e Cultura/Universidade do Recife, Portaria n.º. 11 (FM), de 19 de abril de 1966.

47 “Associações: Instituto Histórico” (*Diário de Pernambuco*, 4 jul. 1943).

48 “Médicos de 47 pela Faculdade de Medicina de Pernambuco” (*A Noite*, 9 dez. 1947).

frequentados por intelectuais de prestígio. Algum tempo depois, Oliveira foi nomeado por decreto federal e autorizado a iniciar as atividades como professor de Botânica na Faculdade de Filosofia de Pernambuco (OLIVEIRA, 1975). Na FAFIPE, a partir de 1952, seguiu ativamente a vida acadêmica dando aulas, publicando apostilas de Botânica e participando das comissões para instalação dos concursos de habilitação⁴⁹. Conviveu com outros intelectuais e professores de destaque, como Amaro Quintas⁵⁰, Aníbal Fernandez, Luiz Delgado, Olívio Montenegro, Sylvio Rabello, Ruy Bello⁵¹, José Antônio Gonçalves de Mello⁵², entre outros. Também foi professor de Botânica na Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE)⁵³, onde começou a ensinar a convite da Madre Maria José Torres⁵⁴, sua ex-aluna da Escola Normal Oficial.

Como docente, valorizava as aulas práticas em espaços não formais, como: hospitais, centros de saúde, matadouros, usinas de pasteurização de leite, estações de tratamento d'água, postos de puericultura, fábricas e laboratórios (OLIVEIRA, 1971). Entretanto, o seu pensamento pedagógico estava ancorado na política educacional das reformas realizadas durante o governo de Getúlio Vargas, com uma maior valorização do ensino secundário e superior em relação ao ensino primário. Declaradamente um Getulista, segundo o seu filho Reinaldo de Oliveira (CADENGUE, 2011), Valdemar de Oliveira parecia concordar com o processo de formação das elites, de preparação de uma minoria intelectual para decidir ou governar⁵⁵.

Entre outras características como professor, havia uma clara valorização do livro como um elemento capaz de compensar possíveis atrasos na formação dos alunos. Em 1935, no discurso que fez como paraninfo da turma de concluintes do Ginásio

49 Arquivo Geral da UFPE – UR/ FAFIPE – Relatório referente ao ano letivo de 1954.

50 Amaro Soares Quintas (1911-1998) foi Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Professor de História Antiga e da Idade Média e Teoria Geral da História na Faculdade de Filosofia do Recife. Professor da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica. Professor e Diretor do Colégio Estadual de Pernambuco (Ginásio Pernambucano) (FAFIRE 1941 - 1956). Amaro Quintas foi autor de vários livros de História, especialmente sobre a Revolução Praieira (GASPAR, L. *Amaro Quintas*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife). Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>.

51 Ruy de Ayres Bello (1904-1997) foi Professor de Estatística Educacional e Administração Escolar e Educação Comparada da Faculdade de Filosofia do Recife. Professor da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco e da Escola Normal de Pernambuco. Foi membro da Academia Pernambucana de Letras (1964) e do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco (1965-1966/1966-1972) (CAVALCANTI, 1986).

52 José Antônio Gonçalves de Mello (1916-2002) foi filho de Ulysses Pernambucano de Mello e Albertina Carneiro Leão de Mello. Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife (1937), foi Professor da cadeira de História da América na Faculdade de Filosofia de Pernambuco (1953-1977). Foi Diretor Executivo do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, hoje Fundação Joaquim Nabuco (1949); Presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1965). Em 1949, publicou *Tempo dos Flamengos* (GASPAR, L. *José Antonio Gonsalves de Mello*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife). Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisa_escolar/.

53 A Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE) foi criada em 1940 e autorizada a fazer funcionar os cursos de Filosofia, Matemática, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia. Em junho de 1946, o decreto n.º 9.388 incorporou a FAFIRE à Universidade do Recife. O curso de História Natural só começou a funcionar em 1956 (UR/ FAFIRE, 1956).

54 Madre Maria José Torres de Carvalho Barbosa. Professora de Biologia Geral da FAFIRE. Doutora em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Recife (UR/ FAFIRE, 1956).

55 Na Era Vargas, havia um discurso considerado “natural” quando se tratava do ensino secundário e superior destinado apenas para as mentes aptas a dirigir a nação (FREITAS; BICCAS, 2009).

Oswaldo Cruz, argumentou que o livro poderia ser uma solução para resolver as possíveis limitações durante o ensino secundário (OLIVEIRA, 1942, p. 31). Nessa época, já era autor de livros didáticos de Higiene e estava preparando uma coleção de livros de História Natural e que deveria ser publicada muito em breve.

3.3. Valdemar de Oliveira escritor de livros didáticos

Nas primeiras décadas do século XX, o livro didático já não era apenas um material de uso exclusivo do professor para ditar ou transcrever partes das aulas, mas um material que também precisava chegar às mãos dos alunos (BITTENCOURT, 2004). Nesta conjuntura, em São Paulo, em 1926, foi fundada a Companhia Editora Nacional - CEN (RODRIGUES; MIRANDA; TOLEDO, 2015), inaugurando uma nova fase no mercado editorial brasileiro em um momento de franco crescimento deste setor (HALLEWELL, 2012).

Na década de 1930, entre os vários projetos dessa editora, a série *Livros Didáticos* pretendia renovar e consolidar o livro escolar no Brasil, contando com educadores e pensadores conservadores para responderem a essa demanda (PONTES, 1988). Esse modelo de gestão editorial se misturou com a política nacionalista⁵⁶, contribuindo para a construção de uma cultura levada pelo Estado, por intelectuais e editores (DUTRA, 2004). Essa articulação se deu pela participação de intelectuais como autores, tradutores, editores ou consultores no quadro da CEN, desenvolvendo políticas e marcos educacionais específicos (TOLEDO, 2004). Como exemplo dessa articulação, é possível citar o caso de Fernando de Azevedo⁵⁷, intelectual engajado no movimento de renovação escolar denominado Escola Nova, que foi o editor responsável pela *Biblioteca Pedagógica Brasileira* da CEN e que utilizou esse espaço para a concretização do seu projeto educacional mais amplo (PONTES, 1988). Em Pernambuco, essa ação editorial aconteceu por intermédio de Aníbal Bruno, consultor e escritor da CEN⁵⁸ e engajado com o movimento da Escola Nova.

O movimento da Escola Nova em Pernambuco foi oficialmente elaborado por Antônio Carneiro Leão por meio do documento *Organização da Educação no Estado de Pernambuco*, Ato n. 1239, de 27 de dezembro de 1928. Neste documento,

56 Na década de 1930, após o rompimento com a Primeira República, a política nacionalista de Getúlio Vargas “propunha modernizar o país pela via da industrialização e da urbanização, apresentando o governo como representante de todos os grupos sociais que formavam a nação” (NASCIMENTO, 2011, p. 151).

57 Fernando de Azevedo (1894-1974) se formou em Direito e foi professor de Latim e Psicologia no Ginásio do Estado (BH), e de Latim na Escola Normal (SP), entre 1920 e 1930. Exerceu vários cargos administrativos, a maioria na esfera educacional, entre os quais podem ser destacados: Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930); Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933); Diretor do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1933-1938); Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1941-1943); Em 1931, foi o fundador e diretor por quase 15 anos da *Biblioteca Pedagógica Brasileira* da Companhia Editora Nacional. Em 1932, foi o responsável por redigir o manifesto *A reconstrução educacional do Brasil - Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (PILETTI, 2003).

58 Em 1939, Otales Marcondes Ferreira, diretor da Companhia Editora Nacional contou sobre o carinho especial com a 2ª série da *Biblioteca Pedagógica Brasileira*. Afirmou que as obras dessa série são criteriosamente analisadas por uma comissão de pedagogos, dentre os quais podemos citar Fernando de Azevedo e Aníbal Bruno, entre outros (*O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 jun. 1939, p.4).

apresentou um capítulo específico sobre livros didáticos estimulando sua produção de acordo com os ideais da pedagogia moderna.

Foi nesse período de crescimento do setor editorial de publicações escolares e da implementação da Escola Nova em Pernambuco que Valdemar de Oliveira começou a sua carreira como escritor de obras didáticas, publicando ao longo de sua trajetória 16 livros de Higiene, História Natural, Ciências Naturais, Biologia e Zoologia (FARIAS, 2020).

Em 1928, lançou o seu primeiro livro didático: *Hygiene e Puericultura*, uma edição destinada especificamente para as alunas da Escola Normal. Em 1933, esse livro ganhou a segunda edição e alterou de título: *Pontos de Hygiene*. A proposta continuou a mesma, ou seja, um livro para atender os conteúdos escolares para as normalistas, mas com acréscimos para considerar também o programa oficial. Essas edições foram prefaciadas por Fernando Simões Barbosa, prestigiado médico e professor da Faculdade de Medicina do Recife, também docente da Escola Normal e responsável pela elaboração do programa oficial da disciplina de Higiene dessa instituição.

No prefácio da segunda edição, Fernando Simões Barbosa fez referência à Escola Nova e enalteceu Valdemar de Oliveira como um dos primeiros docentes a se apoiar nessa filosofia de ensino, admitindo ser o livro completamente adaptado ao seu propósito. Em 1954, na sétima edição, finalmente o livro deixou de ser impresso em editoras locais e passou a ser publicado pela Editora do Brasil⁵⁹, ocupando lugar de destaque na *Coleção Didática do Brasil*. Esse livro pode ser considerado um *best-seller*, pois foi produzido e distribuído para as principais capitais do Brasil ao longo das décadas seguintes, em sucessivas tiragens, e alcançando a 25ª edição, em 1975.

Em 1938, Valdemar de Oliveira já estava trabalhando como professor do Curso Complementar do Ginásio Pernambucano há pouco mais de dois anos, quando publicou os livros *Biologia Geral: notas de aula para o curso complementar*, para a 1ª série do Pré-jurídico, e *História Natural e Biologia Geral: notas de aula para o curso complementar*, para a 2ª série do Pré-Médico. Com a mesma identidade visual e produzido em gráfica local, fazia parte dessa coleção o livro *Pontos de Hygiene*. Esses livros atendiam ao Curso Complementar, o segundo ciclo do ensino secundário instituído pela reforma Francisco Campos (1931).

Organizado em dois anos, o Curso Complementar era propedêutico para os cursos superiores (DALLABRIDA, 2009), quase uma especialização para o ingresso nas Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia, não constituindo uma continuidade dos cinco anos do primeiro ciclo do secundário e atendendo um público muito específico. Segundo Ghiraldelli Júnior (2015), na Reforma Francisco Campos o ensino secundário tinha como base a seletividade (exame de admissão rigoroso com provas escritas e orais) combinada com intermináveis rituais de avaliação, aprovação e

59 A Editora do Brasil foi fundada em 1943, no contexto da expansão do ensino secundário, e apresentava uma linha editorial específica para o mercado do livro didático (HALLEWELL, 2012). Em 1949, essa empresa apresentava um catálogo de livros didáticos (*Coleção Didática do Brasil*) e outro só com livros de leitura (*Coleção Infante juvenil*). A lista de livros didáticos compreendia todas as disciplinas obrigatórias do ensino secundário envolvendo 70 autores (BRAGHINI, 2012). Em 1952, a Editora do Brasil abriu uma filial no Recife (PE) e já apresentava publicações de Valdemar de Oliveira, conforme matéria publicada no jornal *Diário de Pernambuco*, de 29 nov. 1952, p. 3: “Inaugura-se hoje a filial da Editora do Brasil.”

reprovação, permanecendo como uma expressão inegável do elitismo. A participação de Valdemar de Oliveira na consolidação desse sistema excludente de ensino, como professor e escritor de livros para o Curso Complementar, parece caracterizá-lo como um agente colaborador para a educação e formação das elites.

No início da década de 1930, a Companhia Editora Nacional (CEN) organizou a *Biblioteca Pedagógica Brasileira*, constituída por uma série de títulos específicos, incluindo livros didáticos. Segundo Pontes (1988), nesse período, Fernando de Azevedo ficou encarregado de organizar para a CEN a série *Livros Didáticos*, sugerindo nomes de professores que pudessem escrever os melhores livros de todas as disciplinas do ensino secundário. Para publicar a série *Livros Didáticos*, a CEN inaugurou a prática de encomendar diretamente aos autores os livros específicos para as coleções (PONTES, 1988).

Conhecendo o currículo de Valdemar de Oliveira, principalmente como professor e autor de compêndios de Higiene para a Escola Normal, Aníbal Bruno, representando a CEN, o convidou para escrever livros didáticos, como foi registrado em carta datada de setembro de 1934⁶⁰. Foi dessa forma, por meio de um convite oficial, que Valdemar escreveu e entregou os originais de seus livros à CEN, em 1938⁶¹, publicando *História Natural: para a Terceira Série Ginásial* (1939), *História Natural: para a Quarta Série Ginásial* (1940) e *História Natural: para a Quinta Série Ginásial* (1941). Essa coleção fazia parte da *Biblioteca Escolar Brasileira*, sob a direção do Professor Aníbal Bruno e que também assinava livros de Língua Portuguesa dessa editora.

No início da década de 1940, dedicou-se a outro projeto editorial e publicou, também pela CEN, *Ciências Naturais para a Terceira Série Ginásial* (1942) e *Ciências Naturais para a Quarta Série Ginásial* (1943). Esses livros também podem ser considerados um sucesso editorial, pois demonstraram grande capacidade de se manter no mercado, com várias edições e atualizações até 1958.

No ensino secundário, em 1942, a Reforma Capanema substituiu o nome da disciplina escolar História Natural por Biologia, desatualizando o título da coleção de História Natural de Valdemar de Oliveira publicada pela CEN. Dessa forma, em 1943, como uma possível estratégia para manter-se atualizado no mercado editorial e continuar com o *status* de professor escritor de livros didáticos, publicou *Biologia Elementar: Biologia Geral e Botânica* (1943), por meio de uma editora local (Oficinas Gráficas do Jornal do Commercio), seguindo até a terceira edição, em 1946.

Na década seguinte, em parceria com a Editora do Brasil, apresentou uma nova coleção para o ensino secundário: *História Natural: segunda série curso colegial* (1953) e *História Natural: terceira série curso colegial* (1955). Neste livro, destacou a sua preocupação com a conservação da higiene pessoal e com a defesa da comunidade social. Apresentou as questões de higiene a partir de uma referência eugênica: “Já antes do

60 FUNDAJ – Arquivo de Valdemar de Oliveira – WO CPp4 doc.68 a19g1 – Carta da Companhia Editora Nacional, filial do Recife, enviada para Valdemar de Oliveira, em 16 de setembro de 1934, e assinada por Aníbal Bruno.

61 FUNDAJ – Cartas – Arquivo WO, DPP6, doc. 109, a10g2. – Carta de Valdemar de Oliveira, de 30 de outubro de 1938, para o amigo Renato Almeida: “A confecção de um livro didático – História Natural – que acabo de entregar à Companhia Editora Nacional levou-me a atrasar um tanto a nossa correspondência, ou melhor, a minha resposta à sua última carta.”

casamento, cuida do seu futuro, seguindo-lhe, depois a evolução no ventre materno: é a eugenia ou higiene da espécie” (OLIVEIRA, 1955, p. 314).

Em meados da década de 1960, no Brasil, alguns livros didáticos de Biologia de outros autores já adotavam uma nova organização dos conteúdos e com diferentes características gráficas. Esses livros apresentavam uma atualização das Ciências Biológicas por conta dos avanços da Genética e da Teoria da Evolução (MARANDINO; SELLES; FERREIRA, 2009).

Em uma última tentativa de se modernizar no mercado editorial para o ensino secundário, em 1965, Valdemar de Oliveira publicou pela Editora do Brasil dois livros didáticos: *Biologia e Zoologia*. O primeiro foi elaborado em coautoria com Janduyh Moreira Leite, que também era docente na Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE), professor da Cadeira de Zoologia.

Em 1968, ainda escreveu um volume de *Botânica*, o que completaria a coleção para o ensino secundário, mas não chegou a publicá-lo. De acordo com a página de apresentação do manuscrito de Botânica, o livro proporcionaria uma atualização dos conteúdos e incluiria práticas de laboratório, além de novas ilustrações. Na década de 1960, mesmo demonstrando um conhecimento científico renovado empreendido nas páginas da nova coleção para o ensino secundário, parece que a opção de tratar a disciplina escolar Biologia de forma fragmentada, dividida em Zoologia, Botânica e Biologia Geral, colocou Valdemar em uma posição desatualizada no mercado editorial.

3.4. Valdemar de Oliveira e sua estrutura de sociabilidade

Valdemar de Oliveira se destacou localmente como professor e escritor de obras pedagógicas. Inicialmente, produziu os seus livros em editoras locais, apresentados por um prestigiado professor da Escola Normal Oficial, adquirindo *status* e credibilidade nos espaços educativos por conta da sua estrutura de sociabilidade.

A estrutura de sociabilidade de Valdemar de Oliveira foi amplamente estabelecida por meio de espaços e laços com agentes de origem nos campos médicos, políticos, editoriais e pedagógicos. Na década de 1920, foi possível identificar o Colégio Pritaneu, o Departamento de Saúde e Assistência e a Faculdade de Medicina do Recife como os primeiros conectores da sua estrutura de sociabilidade, estabelecendo relações com profissionais que seriam muito importantes para a consolidação de sua carreira, principalmente como professor e escritor de livros didáticos.

Para Sirinelli (2003), a trajetória dos intelectuais remete obrigatoriamente à história política e, de acordo com Daros (2013), à compreensão dos processos de produção e veiculação do discurso desses intelectuais em relação à modernidade. Em Pernambuco, na década de 1920, essa modernidade pode ser interpretada a partir das inovações educacionais introduzidas no ensino público, em um período histórico que se caracterizou pela aceleração do processo de industrialização (SELLARO, 2009). Segundo a autora, uma dessas inovações ditas modernas estaria relacionada aos hábitos de higiene ensinados e praticados durante o processo de formação na Escola Normal Oficial durante a gestão de Ulysses Pernambucano (1923-1926), evidenciando a estreita relação entre educação e saúde.

Assim, nomes como Amaury de Medeiros, Octávio de Freitas, Manoel Gouveia de Barros, Joaquim da Costa Carvalho, Ulysses Pernambucano de Mello e Fernando Simões Barbosa foram intelectuais/agentes na esfera médica e governamental que induziram as decisões profissionais e políticas de Valdemar de Oliveira, fortalecendo principalmente a sua visão higienista.

Na década de 1930, intelectuais do campo da Escola Nova como Ulysses Pernambucano, Antônio Carneiro Leão, Sylvio Rabello e Aníbal Bruno influenciaram Valdemar de Oliveira com suas ideias pedagógicas e oportunidades em cargos públicos, possibilitando que ele avançasse com os projetos de escrever livros didáticos e de participar como docente dos principais espaços formativos de professores.

Nessa mesma década, outros intelectuais como Luiz Delgado e Ricardo José da Costa Pinto, junto ao governo de Carlos de Lima Cavalcanti, criaram condições para que Valdemar de Oliveira se estabelecesse como professor do Ginásio Pernambucano, escola de ensino secundário mais prestigiada do estado, principal local preparatório para o acesso ao ensino superior, um excelente espaço de divulgação de suas obras didáticas.

Valdemar de Oliveira seguiu até o início da década de 1950 como professor de ensino secundário, quando conseguiu uma vaga como docente da cadeira de Botânica do Curso de História Natural da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, vinculada à Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco. Esse posto de trabalho foi alcançado por meio de sua competência e do prestígio junto ao Reitor Joaquim Amazonas.

Em 1953, Valdemar de Oliveira se afastou completamente do ensino secundário, passando a se dedicar exclusivamente ao ensino superior, como docente dos cursos de medicina e de bacharelado em História Natural. A ocupação desses postos de trabalho deu o *status* acadêmico que ele precisava para continuar escrevendo, publicando e vendendo livros didáticos até a década seguinte.

A estrutura de sociabilidade de Valdemar de Oliveira se configurou em uma proposta política que manteve relações com as discussões de cunho nacional, como as questões em torno da educação. Nessa pauta, estava ancorada a questão da raça e da higiene, por exemplo, principalmente nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, foi possível observar médicos e educadores em um crescente movimento de renovação pedagógica para que a higiene e a eugenia ganhassem espaço como um projeto de intervenção social e que teria na escola um dos mais importantes vetores (PYKOSZ; OLIVEIRA, 2009). Afirmar que uma pessoa foi eugenista não deve soar como uma condenação, porém, se existem documentos sobre esse tema, torna-se necessário registrar o fato e assumir que determinados intelectuais defenderam e compartilharam essa ideia (DIWAN, 2015; DÁVILA; CARVALHO; CORRÊA, 2016).

Investigando o papel social assumido por Valdemar de Oliveira, foi possível perceber que ele se enquadrou naquilo que Daros (2013) chama de intelectual moderno, caracterizando-se por assumir uma identidade de pertencimento a um grupo social específico com competência para lidar com a cultura científica e pedagógica, por possuir um sentimento de missão social, participação política e, finalmente, por defender a questão educativa como um projeto de reforma social.

Valdemar de Oliveira dedicou-se ao magistério e conferiu grande importância a aspectos alinhados ao Estado Getulista, como as questões da raça e da higiene para a formação das elites. As representações formuladas pelos intelectuais filiados ao governo de Getúlio Vargas operavam a partir de uma composição racial do povo brasileiro baseada em fenótipos, mantendo um hierarquizado sistema de classificação, e eram reforçadas pelo cientificismo dos livros didáticos de Ciências Naturais (NASCIMENTO, 2011).

4. Considerações finais

Valdemar de Oliveira frequentou muitas instituições acadêmicas importantes e manteve contato com os mais destacados intelectuais de sua época. Construiu afinidades políticas e culturais por meio do cruzamento de espaços comuns e de produção intelectual, formando uma estrutura de sociabilidade que permitiu a realização de sua atividade como professor nas principais escolas de ensino secundário e superior do Recife.

Além do apoio de políticos para ser nomeado em diversos cargos ligados ao executivo estadual, muitos intelectuais influenciaram sua trajetória, como Amaury de Medeiros, que o estimulou no campo da higiene, Aníbal Bruno, que fez o convite para escrever livros didáticos de História Natural, de Ricardo da Costa Pinto e Luiz Delgado, que possibilitaram a sua permanência no Ginásio Pernambucano para ensinar no curso complementar, além de Joaquim Amazonas, que o concedeu a disciplina de Botânica no Curso de História Natural da UFPE.

Intelectuais do movimento da Escola Nova, como Antônio Carneiro Leão, e professores da Faculdade de Medicina do Recife, como Fernando Simões Barbosa, apoiaram Valdemar de Oliveira na concepção de um livro de Higiene para atender às necessidades da Escola Normal Oficial de Pernambuco, envolvendo-o em um contexto pedagógico da época.

Analisando a sobreposição desses planos de informações biográficas que compuseram a sua trajetória, é possível afirmar que Valdemar de Oliveira contribuiu com a política educacional de sua época. Aproveitando o crescimento do mercado editorial brasileiro, que projetava nacionalmente a sua produção intelectual, desenvolveu ações como médico, professor e escritor, executando atividades que fortaleceram ideais higienistas, fazendo circular um conjunto de informações dos seus livros didáticos e mantendo a estabilidade da disciplina escolar História Natural.

Referências

ABRÃO, Fátima Maria da Silva. Primórdios da enfermagem profissional na cidade do Recife – Pernambuco: raízes da pré-institucionalização da formação do campo organizacional (1922-1938). *Tese* (Doutorado – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo), Ribeirão Preto, 2006.

ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

ALBUQUERQUE, Janete Florêncio de Queiroz. Manoel Augusto dos Santos: sua atuação no cenário pedagógico do piano em Recife no século XX. *Dissertação* (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal da Paraíba), João Pessoa, 2015.

ARANTES, Adlene Silva. Discursos e práticas higiênicas em grupos escolares (Pernambuco, décadas de 1920 e 1930). Em: 30º Simpósio Nacional de História – História e o futuro da educação no Brasil. *Anais...* Recife: ANPUH, 2019.

ARAÚJO, Maria Cristina de Albuquerque. *A Escola Nova em Pernambuco: educação e modernidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

AYRES, Lílian Fernandes Arial; AMORIM, Wellington Mendonça de; PIVA, Teresa Cristina de Carvalho; PORTO, Fernando Rocha. As estratégias de luta simbólica para a formação da enfermeira visitadora no início do século XX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, n. 3: 861-82, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros didáticos de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 3, p. 475-491, 2004.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; SILVA, Karen Ruppel da. As reformas educacionais na Era Vargas e a distinção entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. Em: EDUCERE, 2015, Curitiba. *Formação de professores e complexidade do trabalho docente*. Curitiba: PUC. p. 4487-4497, 2015.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. A Editora do Brasil S/A nos anos de 1960-1970: a consolidação de uma editora brasileira no mercado didático e o ensino de educação moral e cívica. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, v. 12, n. 3, p. 153-178, 2012.

CADENGUE, Antonio Edson. *TAP – sua cena & sua sombra: o Teatro de Amadores de Pernambuco (1941-1991) – Volume 2*. Recife: Cepe/ SESC, 2011.

CAVALCANTI, Zaida Maria Cavalcanti. *DEC: a biografia de uma instituição quinquentenária*. Recife: Secretaria de Educação e Cultura/ Departamento de Cultura, 1986.

CORREA, Rubens Arantes. Os intelectuais: questões históricas e historiográficas – uma discussão teórica. **Saeculum – Revista de História**, n. 33, p. 395-410, 2015.

CORREIA, T. B. **Amaury de Medeiros e o Recife**: arquitetura, cidade e higiene na década de 1920. São Paulo: Intermeios, 2020.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho; ESPÍNDOLA, Máira Lewtchuk; GALVÍNCIO, Amanda Sousa. Redes de sociabilidade intelectual e educação: atuação de Castro Pinto e Carlos Dias Fernandes na primeira república. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, SP, v. 13, n. 53, p. 56-77, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640193>.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campo e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, v. 32, n. 2, p. 185-191, 2009.

DAROS, Maria das. Intelectuais e projetos educacionais em disputa no Brasil dos anos 1930-1940. **Roteiro**, Ed. Especial, p. 255-270, 2013.

DÁVILA, Jerry; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; CORREA, Igor Nazareno da Conceição. Eugenia e educação no Brasil do século XX: entrevista com Jerry Dávila. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 23, supl. 1, p. 227-234, 2016.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2015.

DUTRA, Eliana de Freitas. Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30. **I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História Editorial**. Fundação Casa de Rui Barbosa, novembro de 2004. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, p. 1-22, 2004.

FARIAS, G. B. A disciplina escolar história natural em Pernambuco e os livros didáticos de Valdemar de Oliveira (1939-1965). **Tese**. (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco). Recife, 2020.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GIOPPO, Christiane. Eugenia: a higiene como estratégia de segregação. **Educar em Revista**, n. 12, p. 167-180, 1996.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Edusp, 2012.

KANG, Thomas H. Educação para as elites, financiamento e ensino primário no Brasil, 1930-1964. *Latin American Research Review*, v. 52, n. 1, p. 35-49, 2017.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. rev. Campinas/ SP: UNICAMP, 2013.

LOPES, Gustavo Acioli. A cruzada modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926: Higienismo, vadiagem e repressão policial. *Dissertação* (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em História/ UFPE), Recife: UFPE, 2003.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. *Hist. Educ.* [online], v. 18, n. 43, p. 145-161, 2014. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223634592014000200009&lng=en&nrm=iso.

MARANDINO, Martha; SELLES, Sandra Escovedo; FERREIRA, Márcia Serra. *Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos*. São Paulo: Cortez, 2009.

MEDEIROS, Amaury. *Saúde e Assistência: doutrina, experiências e realizações (1923-1926)*. Recife: s.n.,1926.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha de. Da Polícia Médica à Cidade Higiênica. *Caderno de Extensão da UFPE*, Recife, v. 1, n.1, p. 7-20, 1998.

NASCIMENTO, Dorval do. Raça, ciência e nação em livros escolares na Era Vargas (1930-1946). *Afro-Ásia*, n. 44, p. 151-170, 2011.

NASCIMENTO, Luiz. Artigo do pesquisador jornalista Luiz Nascimento focalizando o roteiro jornalístico de Valdemar de Oliveira, p. 73-82. Em: OLIVEIRA, Valdemar de. *Valdemar, Setentão: crônicas, discursos, registros e mensagens*. Recife: Edição do autor, 1971.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. A vida cultural no Recife. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, n.4, p. 1215-1220, 2008.

OLIVEIRA, Valdemar de. *O exame médico pré-nupcial* (Tese de concurso). Recife: Oficinas Gráficas da S. A. Revista da Cidade, 1928.

OLIVEIRA, Valdemar de. *Inspeção Médica Escolar em Pernambuco*. Recife: Imprensa Oficial, 1931.

OLIVEIRA, Valdemar de. Discurso de Paraninfo dos concluintes de 1935 do Ginásio Osvaldo Cruz, no Salão Nobre do referido educandário, p. 21-32. Em: OLIVEIRA, V. *Pontos de Vista: sobre ensino, sobre educação física, sobre saúde pública, sobre problemas médicos*. Recife: Tip. A Tribuna, 1942.

OLIVEIRA, Valdemar de. **História Natural**: terceira série, 1ª ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1955.

OLIVEIRA, Valdemar de. **Mundo Submerso**, 1º volume. Recife: Imprensa Oficial/ Coleção Concórdia, 1966.

OLIVEIRA, Valdemar de. **Valdemar, Setentão**: crônicas, discursos, registros e mensagens. Recife: Edição do autor, 1971.

OLIVEIRA, Valdemar de. **Quando eu era professor...** Recife: Editora da Universidade Católica, 1973.

OLIVEIRA, Valdemar de. **Mundo Submerso**, 1º e 2º volumes, 2ª edição. Recife: Cepe, 1974.

OLIVEIRA, Valdemar de. **No tempo de Amaury**. Recife: Cepe, 1975.

OLIVEIRA, Valdemar de. **Mundo Submerso**: memórias. 3ª ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1985.

PEIXOTO, Priscila Bermudes. Até que a eugenia nos separe: raça, saúde e a proposta do exame médico pré-nupcial no Brasil (1918-1936). **Dissertação** (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho), Franca (SP), 2017.

PESSOA, Marcela Sabrina de Albuquerque. A educação durante a república velha em Pernambuco: um estudo sobre a Reforma Educacional de Carneiro Leão entre os anos 1928 e 1930. **Dissertação** (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco). Recife, 1915.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

PINTO NETO, Ricardo José da Costa. **O Ginásio Pernambucano em dois momentos**. Recife: Academia Pernambucana de Letras, 1975.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: um Estudo dos Editores, das Editoras e das “Coleções Brasileiras”, nas Décadas de 1930, 40 e 50. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, v. 26, p. 56-110, 1988.

PYKOSZ, Lausane Corrêa; OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 135-158, 2009.

RODRIGUES, Jaime; MIRANDA, Marcia Eckert; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. O acervo da Companhia Editora Nacional: negociação, organização e potencial para a pesquisa histórica. *Fontes*, v. 3, p. 60-69, 2015.

ROMANELLI, Otaíza. O. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*, 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SAVIANI, Demerval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas; São Paulo: Autores Associados, 2013.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. O uso das fontes na pesquisa historiográfica: questões metodológicas iniciais. *Práxis Educacional*, v. 2, p. 237-246, 2006.

SELLARO, Lêda Rejane Accioly. *Educação e Modernidade em Pernambuco: inovações no ensino público (1929/1937)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. Homens de letras e cidade: espaços de sociabilidade intelectual na cidade do Natal (1889-1930). Em: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social, *Anais...* Natal: ANPUH/ UFRN, 2013, p. 1-17.

SILVA, Vanessa Magalhães da. No embalo das redes: cultura, intelectualidade, política e sociabilidades na Bahia (1941-1950). *Dissertação* (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História/ FFCH/UFBA), Salvador, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. Em: REMOND, R. (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2ª ed. p. 232-253, 2003.

SOUTO MAIOR, Heraldo Pessoa. Para uma história da sociologia em Pernambuco: uma tentativa de periodização. *Estudos de Sociologia*, v. 1, n. 9, p. 7-29, 2003.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Renato Kehl e a eugenia no Brasil: ciência, raça e nação no período entreguerras*. Guarapuava/ PR: Editora Unicentro, 2019.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

TÁVORA, José Geraldo. *Octávio de Freitas: um homem à frente do seu tempo*. Recife: Editora Octávio de Freitas, 1993.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. A indústria do livro, a materialidade do impresso e o campo educacional: reflexões sobre a organização do Acervo Histórico da Companhia Editora Nacional. Em: III Congresso Brasileiro de História da Educação: a Educação Escolar em Perspectiva Histórica, 2004, Curitiba/PR: *Anais...* Pontifícia Universidade Católica do Paraná/ SBHE, v. 1. p. 40-41, 2004.

UR/ FAFIRE. Universidade do Recife/ Faculdade de Filosofia do Recife. **Anuário 1941-1956**. Recife: FAFIRE, 1956.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional brasileiro. Em: LEITE, J. L.; ALVES, C. (Orgs.). **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas**, p. 25-54, Vitória: EDUFES, 2011.

VOITECHEN, Fábio. O exame pré-nupcial, nas páginas da imprensa jornalística, nas teses médicas e na assembleia constituinte: 1926-1934. **Dissertação** (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina), Florianópolis, 2015.

A proteção nacional e internacional aos deslocados ambientais no município de João Pessoa (PB)

Domestic and International Protection of Environmentally Displaced Persons in the municipality of João Pessoa (PB)

La protección nacional e internacional de los desplazados ambientales en el municipio de João Pessoa (PB)

Andrea Maria Calazans Pacheco Pacifico¹

Júlia Patrícia Ferreira de Vasconcelos Granja²

Mayra Portela Silva Matteucci³

Resumo

PACÍFICO, A. M. C. P.; GRANJA, J. P. F. de V.; MATTEUCCI, M. P. S. A proteção nacional e internacional aos deslocados ambientais no município de João Pessoa (PB). *Rev. C&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 161-180, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2\(2022\)art9](https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2(2022)art9)

Enchentes, deslizamentos, secas, processos de desertificação, megaeventos, projetos de desenvolvimento, entre outros, causam conflitos e destroem o ambiente de inúmeras pessoas, forçando deslocamentos intramunicipais e culminando na necessidade de novas formas de proteção ambiental e de indivíduos dependentes deste ambiente, embora rupturas ambientais também possam ocorrer como consequência desses movimentos migratórios. Diante desse cenário, regimes internacionais precisam ser reavaliados para proteger deslocados ambientais, focando na sua vulnerabilidade no local de residência e arredores. Este artigo identifica, em João Pessoa, focos de deslocamento interno de pessoas por questões ambientais, categorizando-os a partir das causas e das consequências para o migrante, para a sociedade e para o governo, haja vista chuvas, deslizamentos e projetos de desenvolvimento, por exemplo, causarem, na localidade, destruição de vidas humanas e do ambiente local. O problema foi “até que ponto os deslocados internos ambientais de João Pessoa, PB, são migrantes forçados sujeitos à proteção internacional?”, com o fim de localizar os focos destes deslocamentos no município, suas causas e consequências, formas de proteção aos deslocados, em nível local, nacional e internacional, e propor medidas para protegê-los, com método indutivo, bibliográfico e de estudo de caso.

- 1 PhD em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); LLM/MA em Direito Internacional e Política/Relações Internacionais, University of Lancaster; Professora Associada de Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: apacifico@servidor.uepb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2744-7166>
- 2 Analista Internacional. Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Email: julia.granja17@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2033-2892>
- 3 Mestranda em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Graduação em Relações Internacionais, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Graduação Sanduiche em Administração e Ciência Política, Universidad de Granada (UGR); Graduação Sanduiche, Hebei Foreign University. Email: mayraaamt@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6345-3996>

Palavras-chave: Proteção Internacional. Deslocados ambientais. João Pessoa (PB).

Abstract

PACÍFICO, A. M. C. P.; GRANJA, J. P. F. de V.; MATTEUCCI, M. P. S. A proteção nacional e internacional aos deslocados ambientais no município de João Pessoa (PB). *Rev. Ci&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 161-180, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2\(2022\)art9](https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2(2022)art9)

Floods, landslides, droughts, desertification, mega-events, development projects, and so on cause conflict and destroy the environment of countless people, forcing intra-municipal displacements and leading to the need of new ways of environmental protection as well as protection of human beings dependent on this environment, although environmental disruptions can also occur as a result of these migratory movements. Given this scenario, international regimes need to be re-evaluated to protect environmentally displaced persons (EDPs), focusing on their vulnerability in their place of residence and the surrounding area. This article identifies, in João Pessoa, outbreaks of internal displacement of people by environmental issues, categorising them from the causes and the consequences for the migrant, for society and for the Government, as rains, landslides and development projects, for example, cause, there, destruction of human lives and of the local environment. The problem was “to what extent EDPs of João Pessoa, PB are forced migrants subject to international protection?”, and the general aim was to find places of these displacements in the municipality, its causes and consequences, ways of protecting these EDPs, locally, nationally, and internationally, and to propose measures to protect them, with inductive, bibliographic, and case study methods

Keywords: International Protection. Environmentally Displaced Persons. João Pessoa (PB).

Resumen

PACÍFICO, A. M. C. P.; GRANJA, J. P. F. de V.; MATTEUCCI, M. P. S. A proteção nacional e internacional aos deslocados ambientais no município de João Pessoa (PB). *Rev. Ci&Trópico*, v. 46, n. 2, p. 161-180, 2022. DOI: [https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2\(2022\)art9](https://doi.org/10.33148/cetropi-cov46n2(2022)art9)

Las inundaciones, los desprendimientos de tierra, las sequías, los procesos de desertificación, los megaeventos, los proyectos de desarrollo, entre otros provocan conflictos y destruyen el entorno de innumerables personas, forzando los desplazamientos intramunicipales y culminando la necesidad de nuevas formas de protección del medio ambiente y de los individuos dependientes de este entorno, aunque también pueden producirse alteraciones ambientales como consecuencia de estos movimientos migratorios. Ante este panorama, es necesario reevaluar los regímenes internacionales para proteger a los desplazados medioambientales, centrándose en su vulnerabilidad en su lugar de residencia y sus alrededores. Este artículo

identifica, em João Pessoa, focos de desplazamiento interno de personas por cuestiones ambientales, categorizándolos en función de las causas y consecuencias para el migrante, para la sociedad y para el gobierno, dado que las lluvias, los derrumbes y los proyectos de desarrollo, por ejemplo, provocan, en la localidad, la destrucción de vidas humanas y del medio ambiente local. El problema fue “¿en qué medida los desplazados ambientales internos de João Pessoa, PB, son migrantes forzados sujetos a protección internacional?”, con el fin de localizar el foco de estos desplazamientos en el municipio, sus causas y consecuencias, las formas de protección de los desplazados, a nivel local, nacional e internacional, y proponer medidas para protegerlos, con un método inductivo, bibliográfico y de estudio de casos.

Palabras clave: Protección internacional. desplazamiento ambiental. João Pessoa (PB).

1. Introdução

Este artigo mapeia focos de deslocamento de pessoas causados por questões ambientais no município de João Pessoa, Paraíba, com o fim de categorizar os deslocados ambientais nesta localidade, identificar formas de protegê-los, dar-lhes visibilidade em nível internacional e nacional e assegurar-lhes garantias de sobrevivência decorrentes de obrigações normativas e institucionais nacionais e internacionais. Primeiramente, a ONU (1998), nos Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos, define deslocado interno como

pessoas ou grupos de pessoas compelidas a fugir de seus domicílios ou dos locais em que residiam habitualmente, de maneira súbita e imprevista, em consequência de conflitos armados, tensões internas, violações massivas dos direitos humanos e desastres naturais ou provocados pelo homem, e que não atravessaram uma fronteira nacional reconhecida internacionalmente.

Deslocados ambientais seriam, então, migrantes forçados dentro do seu próprio país de origem motivados por rupturas ambientais que seriamente ameaçaram sua qualidade de vida, excluídos os migrantes internacionais motivados igualmente por causas ambientais (CLARO, 2015).

E, por desastre, conforme o Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNDRR), entende-se uma

séria interrupção do funcionamento de uma comunidade ou sociedade em qualquer escala devido a eventos perigosos interagindo com condições de exposição, vulnerabilidade e capacidade, sejam eles em razão de ‘perdas e impactos humanos, materiais, econômicos e ambientais’ (ONU, 2022).

Assim, coube estudar uma forma de inserir os deslocados em João Pessoa na categoria de deslocados internos, estando sob o manto da proteção dos regimes internacionais de direitos humanos, de direito ambiental, de mudança climática, de migração forçada ou ainda de refugiados. Há inúmeras possibilidades para protegê-los, desde criar um novo regime, até ampliar o escopo de regimes existentes para protegê-los. Para tanto, foram descritos conceitos de refugiados, deslocados internos e migrantes.

A pesquisa também destacou causas naturais do deslocamento, como chuvas fortes e enchentes, e causas antrópicas (políticas, econômicas e sociais), que produzem, por exemplo, construções inadequadas que culminam em violação dos direitos humanos, aumento de desigualdades, problemas de saúde e insegurança. Nesse sentido, exemplifique-se que a intensificação de desastres naturais pode causar destruição de casas e, assim, forçar o reassentamento de pessoas, a redução de formas de subsistência e o acesso a água limpa.

Por fim, a pesquisa também citou causas mistas resultantes de ação antrópica, mas não induzidas por fatores naturais, como poluição de recursos hídricos, megaprojetos de desenvolvimento e degradação ambiental.

Em 2011, o Brasil foi o 14º país do mundo com o maior número de deslocados ambientais (IDMC, 2012), totalizando 169.500 pessoas. Saliente-se que somente as enchentes dos estados do Sul e do Sudeste do país, de Pernambuco e eventos na Amazônia brasileira foram avaliados, ficando excluídos os deslocados da Paraíba, e, assim, de João Pessoa, por ausência de dados ou desconhecimento do tema. Correntemente, ainda podem-se incluir os reassentamentos forçados de pessoas em virtude da construção de hidrelétricas, como a de Belo Monte, e de megaeventos, como as obras para a Copa do Mundo de Futebol, em 2014. Casos emblemáticos são os deslocados internos dos desastres tecno-industriais, que afetam o meio ambiente, de Brumadinho e Mariana, ambos ocorridos no estado de Minas Gerais, em 2015 e 2019, respectivamente.

Assim, para identificar a proteção nacional e internacional dos deslocados internos ambientais em João Pessoa, por meio de políticas públicas governamentais ou não, este artigo analisou, como estudo de caso, a situação deles, haja vista ser uma área suscetível a chuvas, enchentes, deslizamentos e construções de projetos de desenvolvimento, provocando o deslocamento interno, com o fim de dar visibilidade à situação destes indivíduos, focando na sua condição de vida no local de acolhimento e no retorno (se e quando há), propondo medidas que melhorem a integração deles ao ambiente em que se encontram e buscando formas de proteger o ambiente local para evitar a migração forçada.

Metodologicamente, utilizou-se o método indutivo, partindo do levantamento de dados sobre deslocados ambientais em João Pessoa e análise de suas causas e consequências, com o fim de avaliar sua inserção na categorização de deslocados internos no regime internacional dos refugiados e dos migrantes forçados, com o fim de obter reconhecimento internacional e proteção dos deslocados internos ambientais de João Pessoa; estudo de relações internacionais (regimes internacionais dos refugiados, dos migrantes forçados e dos direitos humanos) e do direito brasileiro, particularmente direitos humanos; além do estudo de caso específico. Os procedimentos usados foram bibliografia, como doutrina, relatórios de governos federal, estaduais e municipais, pesquisas

acadêmicas e mapas, pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e coleta de dados (i.e. entrevista), *in loco*, junto à Defesa Civil de João Pessoa, Paraíba.

2. A Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

O Banco Interamericano de Desenvolvimento foi fundado em 1959 por iniciativa da Organização dos Estados Americanos (OEA), com o fim de promover o desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe. Para tanto, ele se utiliza de recursos provenientes de capital público e privado por meio de apoio financeiro e técnico dos países que buscam reduzir a pobreza e a desigualdade; recursos esses direcionados para estratégias criadas no intuito de atingir a meta proposta pela organização (BID, 2018).

Sobre a iniciativa objeto da pesquisa que culminou neste artigo, saliente-se que, segundo Ospina (2000), o desenvolvimento sustentável deve representar uma relação interdependente e de longo prazo entre seres humanos e natureza; por meio dessa relação, articulam-se preocupações socioeconômicas e ambientais e, ainda, envolvem questões de preceitos morais e éticos no que concerne ao avanço tecnológico e científico e ao progresso humano.

Em vista disso, objetivando desenvolver cidades de forma sustentável, foi elaborada e lançada a Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES), um programa de assistência técnica que fornece apoio direto a governos centrais e locais no desenvolvimento e na execução de planos de sustentabilidade urbana. Isso porque, conforme o BID (2018), a América Latina e o Caribe são a segunda região mais urbanizada do planeta, possuindo, nas cidades, oito de cada dez habitantes, estimando-se que essa taxa de urbanização deve chegar a 86% até 2050. Contudo, em resposta ao rápido e pouco regrado crescimento da América Latina, o BID decide criar a ICES, em 2010, visando dar suporte financeiro e logístico, para equilibrar e reduzir as vulnerabilidades advindas das mudanças climáticas, das cidades escolhidas (BID, 2012).

Segundo o BID (2018), a população urbana e o crescimento econômico da região vêm sendo cada vez mais realizados em cidades de porte médio que têm-se expandido rapidamente desde meados da década de 1990, incluindo o município de João Pessoa, capital da Paraíba. Assim, foi realizada uma pesquisa sobre esse município, resultando no Plano de Ação João Pessoa Sustentável (O Plano), aplicando a metodologia da ICES e priorizando algumas áreas para intervenção e desenvolvimento de estratégias de ação de curto, médio e longo prazos.

Esse Plano foi resultado da colaboração entre a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), o BID, a Caixa Econômica Federal (CAIXA), a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional (FADURPE) e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), em um processo participativo desenvolvido entre junho de 2013 e junho de 2014. Nesse Plano, foram analisadas fontes de recursos, meios pelos quais seria executado o plano, custos e arranjos institucionais para o monitoramento, inclusive com indicadores que apontariam a evolução de diferentes temas, incluindo sempre a participação cidadã (BID, 2014).

O Plano se organiza da seguinte forma: primeiramente, apresentam-se os fundamentos e a metodologia da ICES e a justificativa para escolha de João Pessoa; em segundo, o documento expõe os resultados da aplicação da metodologia neste município; por fim, a partir da projeção de custos e metas a serem cumpridas, indica caminhos e estratégias para as áreas prioritizadas no sentido de garantir o desenvolvimento sustentável de João Pessoa a curto, médio e longo prazos.

Com o objetivo de nortear as ações das cidades escolhidas, o BID propõe o seu Guia Metodológico, tendo sido inicialmente aplicado em cinco cidades-piloto (Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Palmas e Vitória). Posteriormente, a ICES, visando ampliar seu projeto, direcionou a aplicação da metodologia em 50 cidades emergentes da região entre o período de 2012 a 2015 (BID, 2014). Por conta do seu exponencial crescimento urbano e ausência de políticas incisivas de desenvolvimento sustentável, uma das cidades escolhidas foi João Pessoa (PACÍFICO; NÓBREGA, 2013).

A ICES é um programa de assistência técnica aos governos de cidades que permite rápida avaliação, identificação, organização e priorização de projetos de infraestrutura de curto, médio e longo prazo, no que tange a questões urbanísticas, ambientais, sociais, fiscais e de governança, visando na melhoria da qualidade de vida dessas cidades, com ênfase na sustentabilidade (BID, 2014). Ela representa um enfoque para o desenvolvimento urbano da região, visando questões urgentes.

Além disso, interdisciplinarmente, em busca de soluções a longo prazo, ela analisa três dimensões: i) ambiental e mudança climática; ii) urbana; e iii) fiscal e governança (BID, 2012). E, conforme o “Guia metodológico-Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis” (2014), cada dimensão possui áreas, temas, subtemas, indicadores e unidade de medida, os quais auxiliam na análise de cada problemática da dimensão em questão, e posteriormente, tem-se as proposições do Plano de Ação, de cada cidade (BID, 2014).

Conforme o “Guia metodológico-Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis” (2012), no que se refere à primeira dimensão, a sustentabilidade ambiental urbana é atingida quando há o delineamento harmonioso e equitativo entre a ocupação do espaço biofísico escolhido, o uso de recursos naturais fornecidos, o ambiente utilizado, o gerenciamento de resíduos e os efluentes, com um estado consciente de prevenção e adaptação a eventos que geram desastres naturais, causados ou não pelos efeitos da mudança climática, dentro de uma ampla participação da sociedade civil (BID, 2012). Para tanto, a ICES destaca as seguintes ações:

[...]

- i) fornecer água e saneamento
- ii) criar espaços recreativos e culturais;
- iii) tratar e reciclar os resíduos sólidos;
- iv) alcançar a eficiência energética e introduzir energias limpas e renováveis;
- v) desenvolver gestão do risco de desastres, e
- vi) adaptar-se aos impactos da mudança climática e mitigá-los.

Para realizar essas ações, é necessário desenvolver uma visão ambiental e urbana integrais, acompanhados de incentivos e instrumentos regulatórios apropriados, articulam intervenções de diferentes instâncias governamentais, e para fazer investimentos nas áreas de maior impacto (BID, 2012, p. 90).

Isto posto, percebe-se que a Dimensão I, em que se insere o objeto da pesquisa que culminou neste artigo, possui três perspectivas de ação: gestão dos resíduos sólidos, visando uma gestão inclusiva e com ampla participação populacional; eficiência energética e energias limpas e renováveis, por meio da combinação das tecnologias existentes e conscientização social; e adaptação às mudanças climáticas, por meio do preparo institucional e realização de planos de ação (BID, 2012).

Cada dimensão possui diversos recortes para facilitar a análise da temática em questão. No que tange à Dimensão I, há oito temas, vinte e um subtemas e quarenta indicadores. A dimensão de sustentabilidade ambiental e mudança climática possui os seguintes temas: água, saneamento e drenagem, gestão de resíduos sólidos, energia, qualidade do ar, mitigação da mudança climática, ruído e vulnerabilidade diante de desastres naturais no contexto da mudança climática (BID, 2013). Esta última possui dois subtemas: capacidade de adaptação à mudança climática e a eventos naturais extremos e sensibilidade a desastres naturais (BID, 2013).

Percebe-se, assim, que as cidades são compostas por diversos e complexos elementos, em constante interação. Para facilitar o diagnóstico dos problemas de cada cidade e agilizar a realização de ações para sua solução, surgem os indicadores, que identificam os temas de menor desempenho de um município (BID, 2013). De acordo com o “Anexo 2-Indicadores da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis” (2013), os indicadores detalham o problema em questão e indicam a área-problema e sua gravidade, visando solucioná-lo.

Nos indicadores do tema “vulnerabilidade diante de desastres naturais no contexto da mudança climática”, avaliam-se questões como a existência de mapas de risco em escala adequada para os principais perigos que ameaçam a cidade, elaboração de um plano de resposta adequado (ou plano de contingência) para diferentes tipos de desastres naturais, existência de sistemas de alerta precoce, gestão de risco de desastres no planejamento do desenvolvimento urbano, porcentagem de produtos a entregar dos instrumentos de planejamento para a gestão de risco de desastres que foi completada, alocação orçamentária para a gestão de risco de desastres e porcentagem de infraestruturas e moradias em situação de risco devido à construção inadequada ou localização em área de risco não mitigável (BID, 2013).

O conjunto de indicadores da ICES visam a integridade, abarcar a totalidade de problemas da cidade; a objetividade, utilizar diversas fontes de informação, como a opinião pública, para delimitação técnica e objetiva; e a possibilidade de comparação, utilizar outras cidades ou a mesma cidade, ao longo do tempo, para obter diversos tipos de análise (BID, 2013). A pesquisa em epígrafe, conforme recomendação do BID, utilizou-se da comparação temporal, ou seja, análise da mesma cidade, João Pessoa, entre 2014 e 2019.

3. Da escolha do município de João Pessoa

João Pessoa é polo de uma microrregião formada por seis municípios: além de João Pessoa, incluem-se Cabedelo, Santa Rita, Bayeux, Lucena e Conde. Cada cidade apresenta especificidades em relação à organização do território, mas todas convergem para uma dinâmica de crescimento e desenvolvimento comum. Esta microrregião é relevante por contar com 27% da população total do estado da Paraíba, enquanto possui apenas 2,2% do seu território.

Ademais, entre 2000 e 2010, João Pessoa apresentou um crescimento populacional bastante expressivo. Em 2000, a sua população total era de 597.934 habitantes e passou a 723.515 habitantes em 2010. Esses números representam uma taxa de crescimento decenal de 21%, o que equivale ao nascimento de um terceiro município mais populoso da Paraíba somente em sua capital. Em nível do Nordeste, essa taxa de crescimento perde apenas para Aracaju, que teve uma expansão demográfica de 23,7%. Desse modo, percebe-se que o ritmo da expansão demográfica da capital paraibana vem sendo expressivo tanto no contexto estadual, quanto no regional e nacional (BID, 2014).

Outro ponto relevante para a escolha de João Pessoa foi o fato de que seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi de 0,763 em 2010, colocando-o acima da média nacional e da região Nordeste. Contudo, no que se refere às capitais brasileiras, o IDHM de João Pessoa ainda apresenta um potencial de melhora, mesmo com a consistente evolução de seus números nos últimos vinte anos (BID, 2014). Por fim, a questão geográfica também é favorável, pois ser localizada no litoral favorece a concentração de atividade turística e instalação da infraestrutura necessária para esta atividade. Com isso, a capital possui 70% do gasto turístico realizado no Estado, em detrimento de outras áreas com potencial turístico (BID, 2014).

Assim, adicionando um plano diretor (art. 182, §1º, CR/88) com diretrizes para seu desenvolvimento, esse quadro possibilita potencializar sua capacidade para atingir resultados promissores a partir da modernização da gestão pública, visando melhorar sua qualidade urbana, ambiental e social. De acordo com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (2017), o Plano João Pessoa Sustentável e obras realizadas pela própria prefeitura são considerados referência para as demais capitais escolhidas pelo BID para integrar a Iniciativa Cidades Emergentes Sustentáveis.

4. Dos resultados da ICES em João Pessoa: Redução da vulnerabilidade diante de desastres naturais e adaptação à mudança climática

De acordo com Plano de Ação João Pessoa Sustentável (BID, 2018, p. 81), mediante o diagnóstico realizado, o setor de “vulnerabilidade diante de desastres naturais no contexto da mudança climática” foi selecionado como um dos seis setores prioritários para focar em medidas de caráter urgente. Assim, faz-se pertinente descrever os aspectos gerais ditos no diagnóstico para compreender a situação do município

em 2014 e, em seguida, comparar o que foi realizado (ou não) em busca de melhorias nesse setor até maio de 2019.

Visando a comparar os dados de 2014 com os dados de 2019, as pesquisadoras coletaram dados atualizados junto à coordenação da Defesa Civil de João Pessoa (DC), particularmente com o Diretor de Minimização de Desastres (DMD) e Coordenador adjunto da DC, Sr. Alberto Alves Sabino.

O diagnóstico realizado por Pacífico e Nóbrega (2014), aponta que, em primeiro, até maio de 2019 não havia mapa de risco atualizado no município, o que dificultou um conhecimento mais preciso dos principais riscos de João Pessoa. Em 2019, os dados revelaram que há mapa de risco do município com informação/análise das principais ameaças naturais (geofísicas e hidro meteorológicas) e informação/análise de vulnerabilidade, baseado em informação histórica e em cálculos probabilísticos, com escala de, pelo menos, 1:10000, mas está desatualizado desde 2014/2015.

Em segundo, para o indicador “Existência de planos de contingência adequados para desastres naturais”, conforme a Defesa Civil municipal (DC), João Pessoa possuía, em 2014, um plano de contingência completo, criado em 2006, com simulações, pelo menos, uma vez por ano. No entanto, os planos continuavam desatualizados em 2019. Na pesquisa de campo, em 2019, o Sr. Sabino informou que estes mesmos planos ainda existem, mas precisam ser atualizados, conforme a realidade local.

Em terceiro, no ano de 2014, quanto ao indicador “Existência de sistemas eficazes de alerta precoce”, a DC assegurou possuir um sistema de alerta precoce para as principais ameaças naturais, com múltiplas vias de comunicação e com simulação uma vez por ano, realizada no Plano de Contingência. Em 2019, de acordo com Sabino, os sistemas de alerta precoce não são efetivos para as principais ameaças naturais (i.e. não há “mapa de ameaças hidro climáticas”, incluindo efeitos esperados da mudança climática a partir de 2050 até o fim do século), apenas para as relacionadas ao nível pluviométrico, ou seja, há pluviômetros automáticos que informam imediatamente o risco, pelo celular dos operadores da DC, que o acompanham em tempo real. Assim, quando consta que o índice já está em 30 milímetros de chuva, as equipes da DC são acionadas.

Em quarto, no que se refere ao indicador “Gestão de risco de desastres no planejamento do desenvolvimento urbano”, a DC afirmou, em 2014, não existir, por não haver mapa de risco municipal. Em 2019, os dados revelam que ainda não existe o plano de Gestão de Risco de desastres, mas são realizadas ações preventivas em áreas de vulnerabilidade, como nas regiões do Timbó e de Novo Horizonte. Ademais, não há “Plano de Adaptação à Mudança Climática” efetivo e atualizado nem “recursos financeiros disponíveis” para atender emergências e reduzir a vulnerabilidade *ex ante*.

Informe-se, contudo, que o Sr. Sabino (2019) informou que o Plano Diretor (Plano de Ordenamento Territorial) e o Plano de Desenvolvimento Urbano do município de João Pessoa consideram os resultados da análise de risco das principais ameaças naturais, além de que o percentual de medidas implementadas nos “Planos de Gestão de Risco de Desastres e de Adaptação à Mudança Climática” gira em torno de 20% a 30% em João Pessoa.

Em quinto, como consequência da ausência do indicador anterior, não houve, nem em 2014 nem em 2019, como se aplicar o indicador “Porcentagem dos produtos e entrega dos instrumentos de planejamento para a gestão de risco de desastres completada”.

Em sexto, no que concerne ao indicador “Alocação orçamentária para a gestão de desastres”, a DC afirmou, em 2014, que ele existia, uma vez que a “cidade tem acesso a fundos para atender emergência e reduzir de antemão os riscos e conta com um sistema para a transferência de riscos [...]”. Em 2019, Sabino afirmou que o município ainda possui o orçamento necessário para atender e mitigar desastres.

Em sétimo, em relação ao indicador “Infraestrutura fundamental em situação de risco devido à construção inadequada ou localização em áreas de risco não mitigável”, a DC sinalizou positivamente, pois relatou que, em 2014, João Pessoa possuía 10% (número aproximado, tendo somado as áreas de risco e “arredondado” para cima) desta infraestrutura pública crítica em área com algum tipo de risco, particularmente nas áreas de energia, comunicação, abastecimento de água, esgoto, drenagem e equipamento público – escola, hospital e centros do governo. Por sua vez, em 2019, o número de infraestruturas suscetíveis a serem impactadas por ameaças naturais devido à construção inadequada e/ou em áreas de risco não mitigáveis subiu para 40%, considerando apenas as áreas de risco do município.

Em seguida, quanto ao indicador “Porcentagem de moradias em risco devido à construção inadequada ou localização em áreas de risco não mitigável”, a DC confirmou, em 2014, uma porcentagem de 7% de áreas e risco. Em 2019, Sabino salientou que não há dados percentuais exatos e atuais de residências em risco como resultado de construção inadequada (paredes, tetos, pisos etc.) em João Pessoa, embora a DC calcule em torno de 50% de moradias no município em risco.

E, ainda, em 2019, com relação ao percentual da população que vive em assentamentos informais (população urbana), a DC de João Pessoa informou que há duas formas de análise: não há dados se forem consideradas as cerca de 110 comunidades irregulares (i.e., as chamadas “invasões”) em João Pessoa. Contudo, se forem consideradas apenas as 27 áreas de risco em João Pessoa, o percentual é de 47% da população residente nas áreas de risco vivendo em assentamentos informais. Também foi informado às pesquisadoras que não há dados percentuais sobre as residências em assentamentos com relação ao total do município de João Pessoa.

As pesquisadoras ainda perguntaram ao Sr. Sabino se o Plano de Ação João Pessoa Sustentável, realizado em 2014, foi aplicado de alguma forma, obtendo como resposta que não. Contudo, a DC, em parceria com a Universidade Federal da Paraíba e empresas privadas especializadas em consultorias, por recomendação do BID, estão fazendo um novo levantamento sobre os indicadores analisados no Plano de 2014, atualizando os dados para que, em 2019, seja realizado um novo contrato, de duração de 18 meses, entre a Prefeitura e o BID, para nova uma nova tentativa de implementação do Plano.

A partir do exposto acima, pode-se afirmar que assim (Tabela 1) se configura o semáforo referente à Vulnerabilidade diante de desastres naturais no contexto da mudança climática do município de João Pessoa nos anos de 2014 e 2019. Saliente-se que o semáforo vermelho significa que não existe indicador; o laranja significa que o

indicador existe, mas está desatualizado; e o semáforo verde significa que o indicador existe e está atualizado.

Tabela 1: Vulnerabilidade diante de desastres naturais no contexto de mudança climática em João Pessoa (2014 e 2019)

Tema	Indicador	Valores 2014	Semáforo 2014	Valores 2019	Semáforo 2019
	Existência de Mapa de Risco	Não		Não	
	Existência de planos de contingência adequados para desastres naturais	Sim		Sim	
	Existência de sistemas eficazes de alerta precoce	Sim		Sim	
	Gestão de risco de desastres no planejamento do desenvolvimento urbano	Não		Não	
	Porcentagem dos produtos para entrega dos instrumentos de planejamento para gestão de risco de desastres que foi completada	Não		Não	
	Alocação orçamentária para a gestão de desastres	Sim		Sim	
	Infraestrutura fundamental em situação de risco devido a construção inadequado ou localização em áreas de risco não mitigável	10%		40%	
	Porcentagem de moradias em risco devido a construção inadequada ou localização em áreas de risco não mitigável	7%		50%	
	Percentual da população que vive em assentamentos informais (população urbana) em área de risco	-	-	47%	
	Percentual das residências em assentamentos com relação ao total do município de João Pessoa	-	-	Não	

Fonte: Pacífico e Nóbrega (2014, p. 2) e autoras com base na pesquisa de campo, em 2019.

Por fim, Pacífico e Nóbrega concluíram o diagnóstico de 2014 afirmando que havia 35 áreas de risco em João Pessoa, tendo como principais problemas deslizamento de terra, desabamento de imóveis (por construção sem critérios de edificações normais) e inundações, resultando em deslocados internos ambientais no município, avaliados adiante. Adicionalmente, ressaltaram a necessidade de um diagnóstico mais profundo, pois os que existiam eram úteis somente para emergências. Segundo elas, o aprofundamento resolveria pelo menos metade das questões emergenciais e criaria soluções para certas áreas de risco. Esta mesma situação se manteve em 2019, conforme dados comparados acima.

Nesse sentido, a população pessoense que apresenta as vulnerabilidades supracitadas se caracteriza como Deslocados Ambientais. De acordo com Pacífico e Gaudêncio (2014), esses indivíduos sentem a necessidade de se deslocar em virtude de degradação ambiental ou da mudança climática, imperativa o suficiente para tornar suas vidas ameaçadas ou insustentáveis.

De acordo com Neto (2016), muitos são os termos que podem denominar esta categoria de migrante, sendo eles deslocados ambientais, refugiados ambientais, refugiados de conservação, ecomigrantes, migrantes de sobrevivência e migrantes ambientais. Ainda conforme o mesmo autor, cada nomenclatura contribui de maneira significativa para a discussão do tema, uma vez que vai além da questão semântica, trazendo consigo o modo de assegurar a proteção a estes migrantes. No entanto, a falta de terminologia padronizada acaba por dificultar a proteção destas pessoa, especialmente por culminar na ausência de definição legal, em normativa internacional, que levaria à responsabilidade dos Estados em nível internacional.

Segundo Pacífico e Nóbrega (2014), o fenômeno de deslocamento ambiental não é recente, pois desde os primórdios, o ser humano age sobre o meio ambiente, impactando-o de alguma forma. Para as autoras, as atividades agropecuárias, urbanas, industriais e até guerras, inclusive com utilização da radioatividade, transformaram e impactaram de maneira intensa o ambiente em que se vive, trazendo consequências, como desastres ambientais sem iguais. Estas transformações, além de serem consequências de atividades humanas, inclusive, do fluxo de pessoas, podem, também, ser a causa de seu deslocamento.

Posto isso, é importante esclarecer que os deslocados ambientais podem ser internos ou internacionais, temporários ou permanentes, e, por fim, eles não se deslocam somente devido a um evento ambiental, mas também por causa de conflitos políticos, econômicos ou sociais com ligação ambiental (OIM, 1996).

Ainda de acordo com a Organização Internacional para Migrações (OIM, 1996), as causas dos deslocamentos ambientais podem ser antrópicas (aquecimento global, chuva ácida, poluição fluvial, acidentes industriais, testes nucleares, grandes projetos de desenvolvimento, esgotamento de recursos ambientais, degradação ambiental etc.) ou naturais (terremotos, erupções vulcânicas, inundações etc.).

No que concerne às consequências deste tipo de deslocamento, de acordo com Kälín e Scherepfer (2012), os desastres ambientais realçam desigualdades já existentes, marginalizando ainda mais pobres, idosos, pessoas com deficiência ou portadores de HIV/AIDS, mulheres solteiras, afetando direitos básicos das minorias. Para os que

permanecem no país de origem, as consequências de maior destaque são a degradação do meio ambiente e, em decorrência, a perda da população local e a dificuldade de reerguer a economia local.

Faz-se pertinente afirmar que essa categoria de migrante não recebe proteção do Regime Internacional de Refugiados (RIR), devido à ausência de perseguição descrita na Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 (PACÍFICO; GAUDÊNCIO, 2014). Ademais, não existe um conceito consensualmente aceito em nível global, regional ou nacional sobre este grupo de pessoas, o que dificulta a assistência necessária para os deslocados ambientais. Utiliza-se, então, os Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos (1998) e os recursos de direitos humanos e direitos ambientais em níveis locais regionais e internacionais para assegurar estes migrantes.

Apesar de carecer de assistência precisa, para administrar mundialmente os deslocados ambientais, a Declaração de Nova York para Migrantes e Refugiados (2016) reza que devem ser revitalizados planos de ação que promovam a erradicação da pobreza e prezem pelo Desenvolvimento Sustentável, a fim de evitar o deslocamento por razões ambientais (ONU, 2016), devendo, ainda, haver cooperação entre sociedade civil, setor privado e planos de ação em níveis mundiais, regionais e locais para observar e conduzir trabalhos de prospecção sobre a evolução do fenômeno dos deslocados ambientais e avaliar políticas nacionais e internacionais, mobilizar eventos, avaliar programas e dar suporte aos deslocados nos diferentes pontos do globo (ONU, 2016).

Os avanços sobre esse dilema, contudo, são ainda insuficientes. Conforme Seabra (2012, p. 125), “normas e instituições têm sido criadas para proteger os migrantes e seus direitos em nível internacional, regional e local, mas a soberania dos Estados, muitas vezes, produz barreiras às proteções”, obstaculizando a sociedade internacional, por meio de suas instituições, a responsabilizar os Estados por omissão na proteção dos deslocados ambientais.

Assim, faz-se pertinente analisar formas de proteção que têm sido asseguradas a esta categoria de migrante, nos âmbitos internacionais, nacionais e locais, dando destaque ao município de João Pessoa- Paraíba.

5. Da proteção aos Deslocados Ambientais, particularmente em João Pessoa, Paraíba

Os deslocados ambientais precisam, portanto, de proteção. Para sua sobrevivência, eles precisam de proteção de seus direitos humanos mais básicos, e essa premissa precisa ser absorvida pela sociedade internacional (PACÍFICO; GAUDÊNCIO, 2014). Segundo Pacífico e Gaudêncio (2014), as proteções jurídicas nacionais e internacionais desses deslocados por razões ambientais são garantidas por, pelo menos, Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Humanitário Internacional e Princípios Orientadores de Deslocamento Interno, além da proteção nacional de cada país.

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, 2011), a maioria dos deslocamentos devido às alterações climáticas ocorre dentro de fronteiras nacionais. Nos Princípios Orientadores em matéria de

Deslocamento Interno (ONU, 1998, p. 2), rezam-se que os deslocados possuem pleno direito a direitos humanos em seus países, estando inclusa a proteção contra deslocamento forçado. Contudo, conforme Pacifico e Gaudêncio (2014), pessoas que se deslocam por razões ambientais para além das fronteiras normalmente não gozam de proteção como refugiados, nos termos da Convenção de 1951. As autoras ainda completam que

[o]s movimentos dentro de fronteiras são atualmente protegidos pelo Direito Internacional Humanitário (DIH), pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e pelos Princípios Orientadores sobre Deslocamento Interno. Já os movimentos através de fronteiras internacionais podem ser protegidos pelo DIH, pelo DIDH, pelo Direito Internacional de Refugiados e por regimes de proteção subsidiária e temporária para pessoas fugindo ou deslocadas por conflitos armados. Contudo, não há proteção específica para deslocados ambientais.

De acordo com Boano, Zetter e Morris (2008), a falta de *status* legal continuará desprotegendo os deslocados ambientais, a menos que haja mudança institucional. Para eles, um tema dominante do discurso baseado em direitos é que os direitos não devem ser violados pelo deslocamento. Há, portanto, bem estabelecidas, normas internacionais, regionais e nacionais de instrumentos jurídicos e convênios para proteger os direitos das pessoas deslocadas por conflitos, perseguições, catástrofes naturais e projetos de desenvolvimento. Assim, é surpreendente que um quadro semelhante para proteger direitos de pessoas forçadas ao deslocamento por causa da mudança climática induzida não exista.

Segundo Portela (*apud* PACÍFICO; GAUDÊNCIO, 2014), o Direito Internacional dos Direitos Humanos é de caráter universal, portanto, protege todos os indivíduos. Sendo ele, também, transnacional, é possível haver monitoramento internacional e responsabilização internacional dos Estados.

Para Boano *et al.* (2008), o regime internacional dos refugiados precisa ser ampliado por meio da Convenção de 1951, para que os deslocados ambientais possam ser uma categoria de pessoas protegidas por ele, caso contrário, uma articulação por parte dos Estados deve ser realizada. A proposta de proteção desses autores seria uma medida mais eficaz para os deslocados ambientais por meio da cooperação internacional entre os Estados. Essa iniciativa requer diálogo constante e detalhado entre governos, organizações intergovernamentais e não governamentais.

Segundo Pacifico e Neto (2017, p. 12), muitas vezes, há dúvidas sobre a diferença entre refugiados e deslocados internos. De acordo com o ACNUR (2018), refugiados são todas as pessoas que se encontram fora do seu país de origem ou nacionalidade, e não podem ou não querem a ele retornar, por temor bem fundado, em razão de perseguição por questões de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a grupo social. Diferentemente, os deslocados internos, por mais que tenham violações, fundadas, de direitos humanos (conflito armado, violência

generalizada, fatores naturais etc.), como elemento comum para o deslocamento, legalmente eles permanecem sob a jurisdição do governo de sua origem, ou nacionalidade, não ultrapassando fronteiras do seu país, mesmo que este governo possa ser o causador de sua migração (PACÍFICO; NETO, 2017, p. 12).

Destarte, assim como no âmbito internacional, no Brasil ainda não há consenso conceitual sobre deslocados ambientais, nem que medidas protetivas devem ser tomadas. Entretanto, de acordo com o *International Displacement Monitoring Centre* (IDMC), o Brasil é o quarto maior país da América com deslocados internos, onde 100%, dos 86 mil deslocamentos, são causados por questões ambientais. Além disso, espera-se que nos próximos anos atinja o marco de 202,976 mil, por conta da mesma problemática. Mediante a isso, percebe-se que esta questão tem suma importância para o entendimento das migrações do país, e suas respectivas consequências (IDMC, 2019).

Conforme Pacífico e Neto (2017) apontam, nesse contexto de eclosão de migrações internas, especialmente por questões ambientais, percebe-se a necessidade de uma proteção jurídica específica, para garantir a integridade e a proteção de seus direitos humanos fundamentais. Entretanto, o Brasil não possui diretriz específica sobre deslocados ambientais, mas somente a Lei de Migração 13.445/2017, que possui ampla abrangência, visando a proteger migrantes (PACÍFICO; NETO, 2017). No que tange à proteção dos deslocados ambientais, internacional (excluindo-se o interno), a Lei de Migração nº 13.445 baseia-se no princípio da acolhida humanitária (Art. 3º, VI), concedendo visto temporário de acolhida humanitária:

Art. 14. O visto temporário poderá ser concedido ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado e que se enquadre em pelo menos uma das seguintes hipóteses: [...]

§ 3º O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário, ou em outras hipóteses, na forma de regulamento. [...] (BRASIL. Lei de Migração nº13.445, 2017)

No mesmo sentido da ordem jurídica nacional, no que se refere à proteção local, o município de João Pessoa não possui legislação própria sobre deslocados internos ou ambientais, conforme o Diretor de Minimização de Desastres-DMD e Coordenador adjunto da Defesa Civil, Alberto Alves Sabino, embora a Defesa Civil municipal seja responsável pela administração das eminentes desapropriações e pelo deslocamento de famílias em situação de risco.

A título de exemplo, de acordo com a tabela “Áreas degradadas por ocupação irregular- encostas e margens de rios”(PMJP. Defesa Civil, 2016), que pontua as áreas erradicadas, cerca de treze comunidades foram realocadas, pois “residiam em pontos

vulneráveis para moradias dignas, e/ou revitalizadas com infraestrutura (2010-2015), das regiões do Timbó, Paulo Afonso, Asa Branca, Monte das Oliveiras, Citex, Jard. Mangueira, Tanque, Mangue Sêco, Esperança/Gadanhó, Terra do Nunca, Maribondo, Novo Horizonte, e Trapiche, totalizando o deslocamento de 14.807,00 pessoas e 3.114,00 domicílios.

Além disso, na mesma tabela, que detém dados sobre as áreas que ainda estão sobre situação de perigo iminente, percebe-se que ainda se têm uma população de 39.465,00, e 8.493,00 domicílios, em situação de vulnerabilidade, em que 19.732,50 estão em risco alto (PMJP. Defesa Civil, 2016).

6. Conclusões

Após analisar a metodologia do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no tocante à redução da vulnerabilidade diante de desastres naturais e adaptação à mudança climática no município de João Pessoa, Paraíba, foram mapeados focos de deslocados por motivos ambientais, comparando-se os resultados de pesquisa em 2014 com pesquisa em 2019.

Em seguida, foi possível identificar, nos deslocados em epígrafe, características que os levam à inclusão no rol da categoria de deslocados internos ambientais e, portanto, é possível responsabilizar o município de João Pessoa (como ator paraestatal das relações internacionais) a assumir suas obrigações internacionais (i.e. cumprimento de normas internacionais) para proteger estes deslocados e, assim, o meio ambiente local.

Ademais, havendo omissão do ente municipal em proteger seus deslocados internos ambientais, o estado paraibano e, em terceiro, o governo brasileiro (a União), possuem obrigação internacional de proteger estes migrantes de sobrevivência, que, por ação natural, antrópica ou mista, são obrigados a deixarem seus lares para sobreviverem, muitas vezes, em ambientes inadequados e sem qualidade de vida, caracterizando violação de direitos humanos.

Nesse sentido, foram examinadas algumas medidas de proteção (normas, instituições e políticas públicas) fornecidas aos deslocados internos ambientais em João Pessoa e suas consequências para os deslocados, para a sociedade local, para o meio ambiente e para o governo, com base em diversos indicadores. As autoras concluíram que não houve avanço entre 2014 e 2019, pois grande parte dos indicadores permanecem obsoletos e/ou não existem, resultando em falta de proteção aos deslocados internos ambientais de João Pessoa, Paraíba.

Por fim, a pesquisa também investigou formas de proteção internacional daqueles deslocados, concluindo que há inúmeras possibilidades, como: (i) ampliar o escopo do atual regime internacional dos refugiados para inclui-los, (ii) criar um novo regime de proteção para os deslocados ambientais e/ou (iii) convencer estados e outros atores a cooperarem para melhorar as condições de vida dos deslocados internos ambientais e do ambiente local, ou outra forma que, na prática, resulte no reconhecimento das necessidades específicas dos deslocados ambientais ao mesmo tempo em que se promove a sustentabilidade do meio ambiente local, da sociedade e do Estado.

Referências

ACNUR. *UNHCR Global Report 2011: Somália*, 2018.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). *Ciudades Emergentes y Sostenibles*. 2018

_____. *Conheça o BID*. out. 2018

_____. *Guia metodológico- Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis*. Ed.1. 2012.

_____. *Guia metodológico- Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis*. Ed.2. 2014.

_____. *Anexo 2-Indicadores da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis*. 2013.

_____. *Iniciativas Prioritárias*. 2018

_____. *Plano de Ação João Pessoa Sustentável*. 2014.

BOANO, Camillo; Zetter, Roger; Morris, Tim. *Environmentally displaced people: Understanding the linkages between environmental change, livelihoods and forced migration*. 2008

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. 1988.

BRASIL. *Lei 13.445, de 24 de maio de 2017*. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF, 2017.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. *A Proteção dos “Refugiados Ambientais” no Direito Internacional*. 2015.

IDMC. *Part 1: The Global Displacement Landscape*. 2019.

KÄLIN, Walter; SCHEREPFER, Nina. *Protecting People Crossing Borders in the Context of Climate Change Normative Gaps and Possible Approaches*. University of Bern. 2012.

NETO, Reginaldo Alves Lins de Araújo. *Os efeitos da ausência de proteção internacional ao deslocado ambiental: os deslocados do sertão nordestino brasileiro*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – UEPB. 2016.

OIM: *International Organization for Migration. Environmentally-Induced Population Displacements and Environmental Impacts Resulting from Mass Migrations*. 1996.

Disponível em: <<https://www.refworld.org/docid/4a54bbd6d.html>>. Acesso em: Jun. de 2019.

ONU. **ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS**. Declaração de Nova York para Migrantes e Refugiados. Nova York. 2016.

ONU. **Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos**. *Princípios Orientadores em matéria de Deslocamento Interno*. 1998.

ONU. UNDRR. *Disaster*. 2022.

OSPINA, G. L. *Education for sustainable development: a local and international challenge*. 2000.

PACÍFICO, Andrea Pacheco; GAUDÊNCIO, Marina Ribeiro Barboza. *A proteção dos deslocados ambientais no regime internacional dos refugiados*. REMHU, XXII, 43: 133-48, 2014.

PACÍFICO, Andrea Pacheco; NETO, Reginaldo Alves Lins de Araújo. *A proteção nacional e internacional aos deslocados ambientais: os deslocados do sertão nordestino brasileiro*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

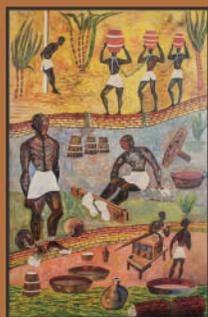
PACÍFICO, Andrea Pacheco; NÓBREGA, Mariana de Oliveira. *Análise da vulnerabilidade diante de desastres naturais e adaptação à mudança climática em João Pessoa*..Revista Ciência & Trópico. 37 (1), 87-107, 2013

PACÍFICO, Andrea Pacheco; NÓBREGA, Mariana de Oliveira. *Vulnerabilidade diante de desastres naturais no contexto da mudança climática: diagnóstico setorial e aspectos gerais*. 2014.

PMJP. DEFESA CIVIL. *Áreas degradadas por ocupação irregular – encostas e margens de rios*, João Pessoa: PMJP, 2016.

SABINO, Alberto Alves. *Entrevista realizada na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil-COMPDEC*, para esta pesquisa, João Pessoa, 05 de abril de 2019.

SEABRA, Giovanni, *Terra: Cidade, Natureza e Bem-Estar*, Universidade da UFPB, João Pessoa, 2012.



Luís Jardim (1901-1987)

"Escravidão", 1961.

Óleo sobre tela, 100 x 150 cm.

Capa: trabalho gráfico sobre composição do artista.

Imagem cedida pelo acervo iconográfico da Fundaj.

 Fundação
Joaquim Nabuco

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



ISSN 0304-2685



770304 268000